

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO – A HISTÓRIA DE UMA *IDÉA*

Joana Dias Pereira

Trabalho de Mestrado em História Contemporânea

(JULHO, 2008)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Professor Fernando Rosas

Declaro que esta tese/dissertação /trabalho de projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 31 de Julho de 2008

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

Lisboa, 31 de Julho de 2008

Para o Vasco

AGRADECIMENTOS

Essencialmente à Luísa, sem a qual esta tese não seria possível, mas também a todos aqueles que me motivam e aturam, com particular destaque para o Gustavo.

RESUMO

ABSTRACT

Sindicalismo Revolucionário – História de uma *Idéia*

Revolutionary Unionism – The History of an Idea

Joana Dias Pereira

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Operário, Evolução Ideológica, 1ª República Portuguesa

KEYWORDS: Ideological Evolution, Workers Movement, 1st. Portuguese Republic

Entre o ocaso do século XIX e a eclosão da Primeira Grande Guerra, foi concebida no seio do movimento operário francês uma nova doutrina, que muito embora se inspirasse nos postulados da Iª Internacional, absorvia do pensamento de Karl Marx e Mikhail Bakunine apenas os postulados necessários ao revigoramento da luta reivindicativa dos trabalhadores.

A máxima «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores», de que ambas as escolas socialistas reivindicam a paternidade, uniu anarquistas, como *Pelouttier*, e socialistas, como *Lagardelle* – que em 1906 assinam a famosa *Carta de Amiens*, cujos ecos ultrapassam em muito a organização sindical francesa.

O Sindicalismo Revolucionário virá inspirar o movimento operário português contemporaneamente à revolução republicana, durante a 1ª Grande Guerra e, no imediato pós-guerra. A sua eficácia táctica atraiu também, em contexto nacional, militantes e pensadores libertários e oriundos do Partido Socialista Português, bem como uma boa parte da massa associativa sindical.

Esta dissertação analisa o período em que a acção directa foi eleita a táctica preferencial na luta de classes; em que os princípios de independência política e autonomia federalista dominaram a organização sindical e, finalmente, em que os trabalhadores portugueses sonharam a gestão operária, através das suas próprias organizações.

A introdução progressiva desta *Idéa* reflecte-se a partir de 1908 no periódico *A Greve*, apelando à convergência entre socialistas e anarquistas, sob a bandeira da luta de classes e a sua falência relaciona-se com a perda progressiva da capacidade aglutinadora destes postulados, concretizada na cisão sindical que se inicia em 1921 com a fundação do Partido Comunista Português.

Muito embora os sindicalistas tenham frustrado os seus desígnios de transformação social, o movimento reivindicativo que lideraram teve um forte impacto na sociedade portuguesa da época. O legado histórico que nos deixaram reflecte uma versão única da realidade que vivenciaram, baseada invariavelmente na perspectiva de revolução social, animada pelo 5 de Outubro, impaciente durante a guerra e confiante após a vitória bolchevique. Apenas a reacção patronal debelará a esperança revolucionária dos sindicalistas.

Between the end of century XIX and the beginning of the First World War, was conceived in the French working-class movement a new doctrine that was inspired in the postulates of the First International, collecting of the thought of *Karl Marx* and *Mikhail Bakunine*, only the necessary postulates to the reinforcement of the workers fight.

The principle «the emancipation of the workers will be workmanship of the proper workers», that both socialist schools demand the paternity, joined anarchists, as *Pelouttier*, as well as socialists, as *Lagardelle*, that, in 1906, signs the famous *Letter of Amiens*, whose echoes exceed the French unions organization.

The Revolutionary Unionism will come to inspire the portuguese working-class movement contemporarily to the republican revolution, during the First World War and in the immediate post-war. Its tactic efficiency also attracted in national context, libertarians and Socialist Party, as well as the majority of the workers movement members.

This thesis analyzes the period: when the direct action was elect the preferential tactic in the struggle, when the principles of politic independence and federalist autonomy dominated the union organization, and finally, when the portuguese workers dreamed the workers management of the society, through its own organizations.

The gradual introduction of this *Idéa* its reflected from 1908, in the periodical *A Greve (The Strike)*, appealing to the convergence between socialists and anarchists, under the flag of the social class struggle and its bankruptcy its related with the gradual loss of the agglutinant capacity of these postulates, materialized in the split of the workers movement, started in 1921 with the foundation of the Portuguese Communist Party.

Although the unionists have frustrated its designs of social transformation, the workers movement that they had led had a strong impact in the portuguese society of the time. The historical legacy that they left reflects an unique version of the reality that they had lived, deeply established in the perspective of social revolution, livened up by the 5th of October, impatient during the war and confident after the bolchevique victory. Only the employer's reaction will weaken their revolutionary hope.

INDICE

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 ÂMBITO E CONTEÚDO	11
1.2 ESTADO ACTUAL DOS CONHECIMENTOS	13
1.3 ORIGEM E TEORIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	18
2. A OPORTUNIDADE DE UM REGIME EM TRANSFORMAÇÃO	24
2.1 OS RECEPTORES DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	24
ECONOMIA E SOCIEDADE FAVORÁVEL À INTRODUÇÃO DA <i>IDÉA</i>	24
AS CLASSES QUE RECEBERAM A <i>IDÉA</i>	26
A NECESSIDADE DA <i>IDÉA</i> : AS CONDIÇÕES DA VIDA OPERÁRIA	28
2.2 A INTRODUÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL.....	30
A ACÇÃO QUE PRECEDEU A <i>IDÉA</i> : O MOVIMENTO GREVISTA NA ALVORADA DO SÉCULO XX	30
INTRODUÇÃO DA <i>IDÉA</i>	32
O DESAFIO DA <i>IDÉA</i> : A QUESTÃO DO REGIME.....	37
2.3 A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	43
A ORGANIZAÇÃO DA <i>IDÉA</i>	43
A PROPAGANDA DA <i>IDÉA</i>	48
O REFORÇO DA <i>IDÉA</i> : O II CONGRESSO SINDICALISTA DE 1911	51
A ESTRUTURAÇÃO DA <i>IDÉA</i> – SINDICATOS, UNIÕES E FEDERAÇÕES	54
2.4 A TÁCTICA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	58
A EFICÁCIA DA <i>IDÉA</i>	58
OS LIMITES DA <i>IDÉA</i>	62
2.5 AS TENDÊNCIAS DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	66
<i>IDÉAS</i> DIVERGENTES: O SINDICALISMO ENTRE ANARQUISTAS E SOCIALISTAS	66
A APRENDIZAGEM DA <i>IDÉA</i> : A DESILUSÃO REPUBLICANA.....	71
3. A ADVERSIDADE DA CONJUNTURA DE GUERRA	74
3.1 O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E O MILITARISMO.....	74
O DESAFIO DA <i>IDÉA</i> : O ANTI-MILITARISMO	74
A PERSEGUIÇÃO DA <i>IDÉA</i> : NOVO CONTEXTO «GUERRISTA».....	78
3.2 A UNIDADE DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	80
<i>IDÉAS</i> CONVERGENTES: A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO.....	80
CEDÊNCIA DE <i>IDÉA</i> : O CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO.....	85
FIDELIDADE À <i>IDÉA</i>	88
AS DIFERENTES <i>IDÉAS SOBRE</i> A CONFLAGRAÇÃO	91

A EVOLUÇÃO DA <i>IDÉA</i> : A NOVA FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES	96
3.3 A SOBREVIVÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO.....	99
DE VOLTA À ACÇÃO.....	99
A <i>IDÉA</i> E A MOBILIZAÇÃO.....	101
O RENASCIMENTO DA <i>IDÉA</i>	106
O REFORÇO DA ACÇÃO	109
<u>4. A ESPERANÇA DA CRISE REVOLUCIONÁRIA.....</u>	116
4.1 A AFIRMAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	116
A EMANCIPAÇÃO DA <i>IDÉA</i> : A RECUSA DO REFORMISMO	116
A <i>IDÉA</i> E A REVOLUÇÃO SOCIAL.....	125
4.2 A RADICALIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	128
RADICALIZAÇÃO OPERÁRIA: OS REFORMISTAS EM ACÇÃO DIRECTA	128
RADICALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO – CGT “PARA A REVOLUÇÃO!”	132
A RADICALIZAÇÃO DA IDEIA: O MAXIMALISMO.....	136
4.3 A FALÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	141
A DERROTA DA ACÇÃO: A AGONIA DO MOVIMENTO REIVINDICATIVO.....	141
O EMBARAÇO DA <i>IDÉA</i> : A QUESTÃO DO PODER	146
A OPÇÃO DA <i>IDÉA</i> : O ANARCO-SINDICALISMO	149
A FALÊNCIA DA <i>IDÉA</i> : A CISÃO DO MOVIMENTO	154
<u>5. CONCLUSÃO</u>	158
<u>6. BIBLIOGRAFIA</u>	168
<u>7. ANEXOS</u>	178

1. INTRODUÇÃO

1.1 ÂMBITO E CONTEÚDO

O objecto deste estudo é a doutrina que inspirou o movimento operário português entre os anos de 1908 e 1922, designada a *Idéa* pelos seus impulsionadores – o Sindicalismo Revolucionário. Considerou-se este ideal social passível de uma análise pertinente, uma vez que constitui uma manifestação intelectual inédita e irrepetível, unicamente contextualizável no ocaso do liberalismo novecentista.¹

O Sindicalismo Revolucionário foi um movimento de envergadura considerável, que ao longo da sua existência percorreu um longo caminho cheio de sobressaltos. Nesta doutrina influíram diferentes correntes de pensamento, bem como se reflectiram acontecimentos históricos excepcionais, dando origem a uma evolução ideológica relevante do ponto de vista da investigação científica.

Derrotado com o prenúncio da reacção conservadora que dará origem à ditadura fascista, o Sindicalismo Revolucionário, todavia, desempenhou um papel destacado na conjuntura precedente. Por outro lado, os seus principais órgãos de propaganda divulgam uma reflexão sobre a realidade da época que, radicalmente oposta à dominante, apresenta uma perspectiva singular da conjuntura que conduziu a Europa liberal à guerra generalizada e, posteriormente, ao autoritarismo.

Nesta análise, pretendemos lembrar a difusão que a doutrina que proclamava a independência do sindicalismo conheceu em Portugal, bem como a evolução ideológica dos militantes que viveram o 5 de Outubro, presenciaram a Grande Guerra, empolgaram-se com a Revolução Russa e, finalmente, sucumbiram perante a reacção patronal.

A delimitação cronológica deste estudo prende-se naturalmente com a vigência dos princípios enunciados no meio sindical nacional. A introdução progressiva desta *Idéa* reflecte-se a partir de 1908, no periódico *A Greve*, apelando à convergência entre socialistas e anarquistas, sob a bandeira da luta de classes, de forma a potenciar a ofensiva operária em curso.

A sua falência relaciona-se com a perda progressiva da sua capacidade aglutinadora, entre 1919 – quando, com a radicalização da sociedade portuguesa os reformistas são afastados da União Operária Nacional (UON) transformada em Confederação Geral do Trabalho (CGT) – e 1921 – quando após a enunciação das 21 condições da III Internacional e a

¹ Assumindo o seu colapso em 1914, segundo os pressupostos que Eric Hobsbawm defende na sua obra *A Era dos Extremos*, p18.

fundação do Partido Comunista Português, os anarco-sindicalistas impõem uma rigidez ideológica contrária à flexibilidade dos antigos postulados da organização, consagrada nas teses do III Congresso Nacional Operário, realizado em 1922.

Do ponto de vista metodológico, importa ressaltar que esta análise optou pelo estudo da evolução ideológica dos activistas operários, indissociável da interpretação que realizaram da conjuntura histórica vivenciada, bem como dos movimentos de fluxo e refluxo da luta reivindicativa. Esta delimitação temática permitiu alargar o âmbito cronológico da investigação.

A eleição do objecto de estudo prende-se com o facto de, derrotado o movimento reivindicativo do operariado, terem subsistido como legado histórico as reflexões, as análises e as lições que os seus dirigentes tiraram da realidade que procuravam transformar. Todas as questões propagandeadas e discutidas, todos os temas eleitos, todas as posições defendidas são o reflexo de uma vivência e de uma aprendizagem indissociável do processo histórico.

No período que antecedeu a guerra, ou seja, o final da *Belle Époque*, os trabalhadores apercebem-se paulatinamente da ineficácia do reformismo, que os sociais-democratas haviam eleito, adaptando o marxismo ao liberalismo burguês. O sindicalismo independente surge como uma doutrina revolucionária de reacção à parlamentarização dos supostos representantes da classe operária.

Todavia, ambas as concepções que disputarão a confiança dos militantes operários – reformismo e Sindicalismo Revolucionário – inserem uma conjuntura histórica que se transforma radicalmente com a 1ª Grande Guerra. No fundo, o Sindicalismo Revolucionário é um prenúncio sintomático do colapso da civilização ocidental do século XIX, opondo-se teoricamente a cada um dos seus pilares – o regime económico capitalista, a hegemonia social da burguesia e o liberalismo político.

No contexto internacional, é sabido que no novo ciclo inaugurado com a conflagração europeia, a Revolução Russa oferecerá uma nova esperança e ao mesmo tempo um novo instrumento a um proletariado inteiramente decepcionado com as teorias e as práticas dos seus antigos dirigentes que, em última instância, o conduziram à Grande Guerra – o leninismo.

No Portugal do pós-guerra, é igualmente evidente a metamorfose das mentalidades operárias, mas esta está indubitavelmente estigmatizada pela profusão que as ideias da CGT francesa² tiveram entre o operariado português, no período precedente.

Os entusiastas do bolchevismo são exactamente os mais representativos defensores do Sindicalismo Revolucionário, entre os quais os famosos Manuel Ribeiro³ e Carlos Rates⁴. Estes demonstrarão, na defesa que farão do soviétismo, de que forma a doutrina em análise foi marcante para as elites operárias portuguesas, procurando adaptá-la às novas concepções leninistas.

Da mesma forma, o anarco-sindicalismo que dirigiu os destinos da Confederação Geral do Trabalho, desde 1921, não perderá características incontornáveis daquela teoria, vindo nos sindicatos profissionais os mais seguros protagonistas da anarquia, em detrimento até dos restantes «grupos anarquistas».

Nos capítulos que se seguem, procura-se dar ênfase aos reflexos de um período incontornável da história da civilização ocidental, na consciência daqueles que tudo fizeram para alterar o seu trajecto.

1.2 ESTADO ACTUAL DOS CONHECIMENTOS

Em 1971, Manuel Vilaverde Cabral e Fernando Medeiros, ambos exilados em França devido à sua acção antifascista, decidem debruçar-se sobre as causas que levaram o país a quase meio século de ditadura. A produção teórica destes autores assenta numa análise global que privilegia as estruturas económicas e as conjunturas sociais em detrimento da história *évènementielle*. A emergência do operariado moderno surge como uma das consequências mais significativas da conjuntura em análise e o movimento sindical é eleito um dos protagonistas principais deste período. Paralelamente, Pacheco Pereira e César Oliveira dedicam-se exclusivamente ao estudo do movimento operário, da sua evolução

² Criada em 1895, a CGT foi dominada até 1914 pelos partidários da acção directa, defensores da independência sindical face ao Estado e aos partidos e convictos do papel decisivo das associações de classe na transformação da sociedade após a greve geral. Impotente para impedir a marcha em direcção ao conflito mundial, a maioria da direcção aliou-se, pela mão de Jouhaux, à União Sagrada. Apesar da desorganização determinada pela mobilização e o surgimento de uma minoria anti-intervencionista, os seus responsáveis empreenderam uma activa “política de presença” no seio dos organismos instituídos para suportar o esforço de guerra. A partir de 1917, sob o efeito de amplas acções de greves, os seus efectivos progrediram de forma inédita. Em 1919, o milhão de sindicatos foi ultrapassado e aproximava-se de 1,6 milhões no ano seguinte, enquanto as divisões se exacerbaram a propósito das escolhas táticas e estratégicas. Em 1921, a cisão permitiu aos reformistas conservar o controlo da CGT.

³ Protagonista da célebre polémica com o acrata Emílio Costa em 1913, em que defende a independência doutrinária do Sindicalismo Revolucionário face ao anarquismo; Fundador da Federação Maximalista Portuguesa e director do seu órgão *A Bandeira Vermelha*.

⁴ Protagonista na mesma polémica e no debate com o mesmo acrata em 1919, em que defende a necessidade transitória da ditadura do proletariado; Fundador do Partido Comunista Português e director do seu órgão *O Comunista*.

organizativa e ideológica, enquadrando-o na conjuntura internacional e procurando factores explicativos para a sua divisão no ocaso da República.

Após o 25 de Abril, a investigação sobre a acção dos trabalhadores organizados na primeira experiência democrática em Portugal – a Primeira República – progride. A liberdade garantiu que os nossos historiadores e outros curiosos sobre as questões sociais se debruçassem finalmente sobre esse período mantido, por quase meio século, na obscuridade. O movimento operário surgiu como um dos grandes intervenientes dessa época, apartada pelo fascismo, mas que durante o período revolucionário parecia tão próxima. Os militantes anarco-sindicalistas e/ou sindicalistas revolucionários irromperam em todas as publicações periódicas científicas, ao mesmo tempo que se editavam obras de referência sobre o movimento operário na Primeira República.

Grande parte dos estudos fundamentais sobre a história do movimento operário data então dos anos 70, publicando-se ainda algumas obras incontornáveis no início dos anos 80, mas esmorecendo o interesse sobre o papel interventivo das massas populares nas sociedades em transformação à medida que se distanciava a Revolução dos Cravos.⁵

Em 1988, é consagrada ao tema a tese de doutoramento de João Freire, que nos oferece uma nova perspectiva, sociológica, da questão. O mesmo autor é responsável pelo capítulo *A República e o Movimento Operário*, da obra *A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, que descreve as conjunturas em que se desenvolveu o movimento operário e a sua actuação em cada uma destas. Em 2001, a tese de mestrado de Alice Samara volta a tratar privilegiadamente a questão da luta de classes em Portugal.⁶

Especificamente sobre a evolução ideológica no seio do movimento operário durante a Primeira República, devem destacar-se as obras de Pacheco Pereira, César Oliveira e João Freire. Todavia, João Quintela, ao estudar a história do PCP, Jacinto Baptista, ao fazer a monografia de *A Batalha* e Maria Filomena Mónica ao analisar o movimento socialista também abordaram o tema.

⁵ Pacheco Pereira, Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917, 1971 e As lutas contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918, 1971; César Oliveira, O operariado e a república democrática, 1972; Criação da União Operária Nacional, 1973; O primeiro congresso do Partido Comunista Português, 1975; O movimento sindical português: a primeira cisão, 1983; Vasco Pulido Valente, O poder e o povo: a revolução de 1910, 1976; João Quintela, Para a história do movimento comunista em Portugal, 1976. António José Telo, O sidonismo e o movimento operário português da época, 1976 e Decadência e queda da Primeira República Portuguesa, 1980; Fernando Medeiros, A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo, 1978; Manuel Vilaverde Cabral, A Alvorada do século XX em Portugal, 1980; F. C. Rocha e M. R. Labaredas, Os trabalhadores rurais do Alentejo e o Sidonismo, 1982; Maria Filomena Mónica, O movimento socialista em Portugal (1875-1934), 1985

⁶ João Freire, Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal: 1900-1940, 1988 e A República e o Movimento Operário in *A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, p77-89; Maria Alice Dias de Albergaria Samara, Sob o signo da guerra: “verdes” e “vermelhos” no conturbado ano de 1918, 2001

Os autores que analisaram a conjuntura económico-social, como Fernando Medeiros, António Telo ou Manuel Vilaverde Cabral, não deixam igualmente de destacar o papel do operariado organizado, analisando sumariamente o seu percurso doutrinal. Abundam, finalmente, pequenos artigos em publicações periódicas, mais ou menos independentes do ponto de vista ideológico, sobre esta temática.

Através das principais obras de referência supracitadas, encontramos muitas vezes a referência ao Sindicalismo Revolucionário enquanto doutrina. É explicado que tem origem na *Carta de Amiens* da CGT francesa e que proclamou que «o sindicalismo se basta a si próprio». Ficamos a saber que penetrou nos meios operários portugueses tornando-se a doutrina oficial dos primeiros organismos de classe com carácter nacional. Apercebemo-nos também que originou acesos debates ideológicos, nos quais anarquistas e socialistas procuravam afirmar a paternidade dos seus postulados, e que posteriormente também os bolchevistas se consideraram seus naturais herdeiros. Podemos deduzir, finalmente, que uniu diversas tendências das escolas socialistas no seio do movimento sindical.

Contudo, continuam a subsistir algumas dúvidas sobre o carácter doutrinal do Sindicalismo Revolucionário, que muitas vezes se confunde com o anarco-sindicalismo. Muitos autores referem a polémica entre Emílio Costa, Neno Vasco, Carlos Rates e Manuel Ribeiro (1913) sobre a independência do Sindicalismo Revolucionário enquanto ideologia, demonstrando que efectivamente existia uma corrente que não aceitava o anarquismo como ideologia dominante, defendendo as teses francesas como doutrina oficial das organizações portuguesas.

O que é sublinhado normalmente são os pontos de convergência entre estas concepções e as anarquistas. Todavia, como muito bem lembra Fernando Medeiros, a corrente reformista em Portugal, que ainda influenciava uma boa parte das associações de classe, caracteriza-se igualmente pelo antiparlamentarismo e «apoliticismo».

Ou seja, para este autor, o traço mais característico do Sindicalismo Revolucionário era o de reunir todas as tendências ideológicas num tipo de representação ideológico-organizativa, que colocava a dimensão pedagógica em destaque com vista à preparação da sociedade pan-sindical sonhada, livre de quaisquer paternidades políticas. Quando os ecos da Revolução Russa se concretizam na criação da Federação Maximalista Portuguesa, o seu órgão *A Bandeira Vermelha* procurou também conciliar a teoria da «necessidade transitória da ditadura do proletariado» com as perspectivas do Sindicalismo Revolucionário.⁷

⁷ A tese de Fernando Medeiros destaca-se fundamentalmente pela sua tentativa de relacionar a influência do sindicalismo revolucionário com o processo de constituição da sociedade do salariado. Na sua opinião, em todos os países o movimento operário passou por esta fase, em momentos históricos diferentes, que se ligam ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, o sindicalismo revolucionário é fruto do antigo

Vilaverde Cabral apresenta o Sindicalismo Revolucionário como uma evolução do anarquismo individualista, perante a oportunidade de se ligar às lutas concretas dos trabalhadores perante a falência do reformismo. Segundo o mesmo autor, os libertários souberam aproveitar esta conjuntura fazendo perdurar a sua influência hegemónica, até o bolchevismo se apresentar como alternativa válida. Perante essa ameaça, o anarquismo voltou à sua rigidez inicial.

João Freire, apesar de direccionar a análise para a organização operária da época e suas principais características, tende a descurar especificidades do sindicalismo português do 1º quarto do século XX, que o destacam do anarquismo, para o integrar na tática sindical libertária.

César Oliveira será talvez o autor que mais destaque atribui ao Sindicalismo Revolucionário, defendendo que este hegemonizava ideologicamente a UON, e que apenas à data da criação da CGT, os anarco-sindicalistas tomaram a dianteira do movimento operário.⁸

Esquemáticamente, podemos concluir que o Sindicalismo Revolucionário é abordado de diferentes pontos de vista: enquanto fenómeno passageiro resultante de um estágio de desenvolvimento do capitalismo; enquanto simples estratégia por parte dos anarquistas; e, muito raramente, enquanto sistema de ideias ou doutrina independente.

Manuel Vilaverde Cabral, ao citar Henry Dubief, alerta-nos: “É paradoxal pretender expor as ideias do Sindicalismo Revolucionário. Não corresponde este duplo-vocábulo tanto a práticas como ideologias que comodamente se confundem?” Convida-nos, então a “prosseguir a investigação no sentido de tirar a limpo as bases, tanto materiais como intelectuais, da corrente revolucionária que se opunha ao anarquismo no seio do movimento operário português da época”.⁹

Como já foi referido, é muitas vezes salientado o debate que opunha os defensores do Sindicalismo Revolucionário como estratégia aos defensores do Sindicalismo

sistema de artes e ofícios, que se opôs, onde e enquanto pôde, à separação de produtor e produto que o capitalismo impõe, ou seja ao fim do conceito de «trabalho útil».

De facto, de entre as características do sindicalismo revolucionário, referidas pelos diferentes autores supracitados, é necessário destacar este conceito, reflectido na tese *Organização Social Sindicalista*. Fernando Medeiros chega a defender a existência de um certo “fisiocratismo operário”, como uma forma de reacção dos trabalhadores qualificados e antigos artesãos à emergência do trabalho industrial indiferenciado. (Fernando Medeiros, *Economia e sociedade portuguesas nas vésperas do salazarismo*, p169-195)

⁸ César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p24 – Foram o sindicalismo revolucionário na UON e o anarco-sindicalismo na CGT as ideologias dominantes no movimento operário. No que respeita propriamente à organização sindical as diferenças não demarcavam muito aquelas correntes de pensamento. No entanto os sindicalistas, na sua maioria, entendiam que na perspectiva da revolução social o sindicalismo como instrumento revolucionário e futuro gestor da sociedade se bastava a si próprio; por outro lado os anarco-sindicalistas pretendiam fazer alinhar, na luta revolucionária, ao lado dos trabalhadores, intelectuais, estudantes e consumidores (...)

⁹ Manuel Vilaverde Cabral, *A Alvorada do século XX em Portugal*, p403-407

Revolucionário como doutrina, tendo sido mesmo sugerido que a sua independência face ao anarquismo permitiu a penetração do bolchevismo no movimento sindical. Muitas vezes são tidos como exemplos dessa evolução «natural» os casos de Manuel Ribeiro ou Carlos Rates, entre outros.

Outros exemplos poderiam aqui ser referidos, de declarações dos próprios protagonistas que nos levam a pensar que o Sindicalismo Revolucionário tem vindo a ser desvalorizado pela historiografia portuguesa. De facto, o seu papel histórico, enquanto impulsor do movimento operário moderno no contexto nacional, continua por esclarecer.

Mesmo reconhecida a sua autonomia face ao anarquismo, não foram nunca aprofundadas as suas particularidades, assim como não se procurou distinguir quais foram realmente os postulados absorvidos deste sistema de ideias, nascido em França, e de que forma estes influíram nas opções tácticas do movimento operário perante a conjuntura histórica vivenciada.

Esta análise está, todavia, a ser realizada noutros contextos nacionais, destacando-se o papel do Sindicalismo Revolucionário na história social internacional, como é exemplo a tese *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, de Edilene Toledo¹⁰, ou o estudo de Pieter Ballon, *Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres*.¹¹

Através das fontes primárias apercebemo-nos que este conjunto de ideias, doutrinais ou não, tiveram, também no contexto português, um tal poder de atracção que todas as tendências ideológicas no seu seio tiveram a necessidade de as defender e de reivindicar a sua paternidade.

Nesta tese temos por objectivo contribuir para o esclarecimento destas questões, aprofundando o estudo da vertente ideológica do movimento operário durante a Primeira República portuguesa.

¹⁰ Recorrendo à fontes primárias, esta tese defende que, em São Paulo, o sindicalismo revolucionário foi hegemónico entre o movimento operário durante a Primeira República brasileira, contrariando a tese vigente, de que as práticas e orientações sindicais definidas pela influência anarquista – o assim chamado anarco-sindicalismo – teriam sido predominantes. (Edilene Toledo, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo: Perseu Abramo, 2004)

¹¹ Este autor procura igualmente responder a duas questões recorrentes – Se o sindicalismo revolucionário é apenas anarquismo aplicado ao movimento sindical? Se o sindicalismo revolucionário foi um movimento anacrónico de proto-proletários ou artesãos pequeno-burgueses? – Concluindo que é um erro reduzir o sindicalismo revolucionário, neste caso de Liège, a um movimento anarco-reformista, bem como, muito embora os aderentes desta doutrina não sejam já proletários industriais, não é claro que a sua condição profissional tenha determinado a sua visão da sociedade. (Pieter Ballon, “Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres”, in *Revue Belge d'Histoire Contemporaine*, XXVIII, 1998, 3-4, pp. 339-362).

1.3 ORIGEM E TEORIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

A Confederação Geral do Trabalho francesa foi o ponto de irradiação do Sindicalismo Revolucionário, e os seus principais teóricos sublinham as particularidades do contexto nacional, favoráveis ao seu desenvolvimento. Segundo estes, a precedência da revolução republicana terá permitido ao proletariado francês decepcionar-se com o parlamentarismo e com a parlamentarização dos Partidos Socialistas antes dos seus camaradas além fronteiras.

Admitindo que a implementação do regime parlamentar permitiu, mais que os regimes anteriores, a oposição ao poder e o exercício das liberdades individuais e colectivas, convenceram-se, no entanto, de que só as instituições exclusivamente operárias tinham a capacidade de fazer a democracia avançar para um novo estágio de emancipação integral.

Diversos autores têm vindo a apontar a *Carta de Amiens* de 1906 como a cartilha que o sindicalismo português seguiu durante a Primeira República Portuguesa. Contudo, Delessaule mostra, através das resoluções dos congressos anteriores que este texto é apenas o culminar de um percurso iniciado em França em 1879.¹² O congresso de 1906 vem sintetizar os princípios norteadores da CGT francesa, que lhe permitiram filiar cerca de 600.000 trabalhadores.¹³

A Confederação era constituída pelas *Federações de Indústria* e pelas *Bolsas de Trabalho* ou *Unões locais*. Esta dupla obrigação de agrupamento local e nacional foi designada de *Unidade Operária* e é a base da organização. Esta estrutura apresenta um duplo significado do ponto de vista da evolução ideológica, que se irá reflectir no movimento operário português. A organização por federações de indústria preferencialmente aos sindicatos de ofício, procura romper com o corporativismo tradicional e estimular a solidariedade operária, um dos traços distintivos desta doutrina. As bolsas de trabalho (que se ocupam de tudo o que respeita à administração sindical – organizando periodicamente estatísticas da produção em França, do consumo, da falta de trabalho, etc.) e a educação moral dos trabalhadores procuram complementar o terreno da luta estritamente económica, comprovando a dimensão pedagógica do sindicalismo que tinha por objectivo preparar a sociedade futura.

A autonomia das organizações no seio da CGT é outra das características fundamentais do Sindicalismo Revolucionário, que os portugueses irão absorver. A única obrigação, tanto para as bolsas de trabalho como para as federações, é entregar os seus estatutos para

¹² Os acontecimentos em França antecederam os portugueses. As ideias que penetraram em Portugal no início do século XX, desenvolviam-se em França desde 1895, quando é fundada a Confederação Geral do Trabalho em França, no Congresso de Limoges, exigindo que “Os elementos que constituem a Confederação deverão conservar-se fora de todas as escolas políticas.” A Carta de Amiens, apresenta apenas algumas emendas em relação às resoluções dos Congressos de Lyon de 1901 e de Montpellier de 1903. (Paul Delessaule, A Confederação Geral do Trabalho: história, constituição, fins, meios, p6)

¹³ Paul Delessaule, Op.Cit. , p29-30

aceitação à confederação.¹⁴ A autonomia das organizações é complementada pela liberdade individual de cada sindicato.

No que respeita aos seus objectivos, a CGT pretende alcançar melhorias parciais nas condições de vida dos trabalhadores, que no entanto servem para aumentar a sua força, a sua resistência e os seus meios de luta para alcançar o fim último – “o desaparecimento do salário e do patronato”.¹⁵ Os meios na luta quotidiana não são dogmáticos, adaptam-se às situações. Porém, obedecem a alguns princípios incontornáveis, nomeadamente o da acção directa, ou seja, a acção autónoma – “luta sobre o verdadeiro e único terreno de classe, explorados contra exploradores sem interpostas pessoas”. A acção directa contempla a greve, a boicotagem e a sabotagem.

Todavia, “foi necessário à classe operária prever por que meio supremo lhe será possível atingir um dia o fim”, esse meio será a Greve Geral. Nesse momento histórico, os trabalhadores conscientemente e em unísono abandonariam a produção, para só voltarem com o objectivo de produzirem a seu favor e de toda a sociedade, num futuro de «Bem Estar e Liberdade», Label da CGT.¹⁶

A partir destas teses e das obras de referência sobre a temática podemos afirmar que o Sindicalismo Revolucionário actua nas suas organizações de combate – a oficina e os agrupamentos que dela derivam – e organiza a luta do operariado contra a burguesia, negando o poder e a lei. As funções das instituições operárias pretendem negar a necessidade do Estado e do Patronato. A greve e a propaganda da greve geral aniquilam a ilusão da colaboração de classes e da democracia.

O Sindicalismo Revolucionário assenta essencialmente na ideia «fora do sindicalismo não há luta de classes». O operariado tem de entrar em rotura absoluta com a burguesia não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideais comuns com os intelectuais libertários. O Sindicalismo Revolucionário é a doutrina exclusiva da classe operária e os sindicatos as suas instituições próprias.

O Sindicalismo Revolucionário rejeita os dogmas e as fórmulas, constituindo-se como uma filosofia da acção: “o mais modesto operário empenhado no combate sabe conduzir-se com mais tacto do que os mais profundos doutrinários de qualquer escola.”¹⁷

Segundo os seus percursores, nem sociais-democratas nem anarquistas podem, com verdade, reivindicar a paternidade destas ideias, que naturalmente baseiam grande parte dos

¹⁴ Segundo Delessaule “Esta leve fiscalização restritiva é como medida de precaução, para evitar que possam introduzir-se na Confederação, organizações mistas, compostas de operários e patrões ou organizações amarelas pagas pelos partidos reaccionários.” (Paul Delessaule, Op.Cit., p18)

¹⁵ Paul Delessaule, Op.Cit., p21

¹⁶ Paul Delessaule, Op.Cit., p25-28

¹⁷ Paul Delessaule, Op.Cit., p11

seus postulados numa e noutra corrente do socialismo. O socialismo parlamentar, quer revolucionário ou reformista, não garante a independência de classe, tornando-se até um “factor constitutivo do estado” burguês e exercendo a colaboração de classe. O socialismo anarquista, esforçando-se essencialmente por realizar a reforma individual através da educação, absorve a ideologia burguesa através “da sua superstição dos livros”.¹⁸

Para os socialistas que aderiram ao Sindicalismo Revolucionário, este representa o que há de melhor na ideologia que defendem. O sindicalismo francês, na sua opinião, encontrara “d’um modo claro e puro, a expressão do que podemos chamar o fim último do socialismo”¹⁹.

Lagardelle lembra que os anarquistas haviam já feito a crítica do Estado, mas que esta negação abstracta, o dogmatismo antiparlamentar, o apelo à revolta individual, nada tinham em comum com a percepção colectiva das massas, baseada na experiência. Esta aprendizagem efectuou-se na luta concreta, quando os operários tomaram consciência da sua capacidade de pressão, conquistando regalias através da sua acção reivindicativa que estavam a ser debatidas no parlamento há décadas. Segundo o autor, a classe operária compreendeu assim a eficácia da acção directa sobre o patronato e o Estado.

Desta forma a acção directa é eleita a estratégia primeira do movimento, não constituindo todavia um dogma incontestável. Os sindicalistas ao exprimirem a vontade de não mais delegar em terceiros o curso das suas vidas, não negam a vantagem das conquistas parciais pela intervenção legislativa do Estado – “o importante é que o proletariado actue directamente, se eduque e se transforme”²⁰.

Por outro lado, se é comum apresentar Sindicalismo Revolucionário e anarco-sindicalismo como sinónimos, o que é facto é que diversos teóricos libertários procuraram sublinhar as diferenças entre as duas doutrinas. Quando o Sindicalismo Revolucionário atingiu o seu auge e proclamou que «se bastava a si próprio», alguns anarquistas começaram a alertar para os perigos deste entusiasmo. Há inclusivamente anarquistas, como Bertoni, que se

¹⁸ Humbert Lagardelle, *Sindicalismo e Socialismo*, p6-7

¹⁹ O sindicalismo revolucionário tem origem na constatação das classes trabalhadoras, quando confrontadas com a realidade da democracia política que: “o partido, organismo essencialmente político e democrático, não é a mesma coisa que a classe; o desenvolvimento do socialismo não se desenvolve pelos meios parlamentares e democráticos.” Em praticamente todos os contextos nacionais conclui-se que o partido constituía um obstáculo ao desenvolvimento do socialismo, e que este apenas poderia frutificar pela acção dos organismos de classe no campo económico e social. Os sindicalistas revolucionários mais próximos das hostes socialistas reclamavam-se “herdeiros do socialismo oficial”. A defesa da autonomia dos sindicatos deriva do conceito de luta de classes, separando o operário do resto da sociedade e tornando-o o único possível condutor da transformação social almejada.

Esta doutrina complementa-se com a vertente pedagógica que insere. Os sindicalistas revolucionários admitem que “este ideal não poderá ser atingido enquanto a classe operária não for suficientemente forte, moral e intelectualmente, para desempenhar as funções que têm sido desempenhadas até agora pela classe burguesa [sic].” (Robert Michels, *O sindicalismo e o socialismo na Alemanha*, p31 e Arturo Labriola, *O sindicalismo e o socialismo em Itália*, p18-24)

²⁰ Humbert Lagardelle, *Op. Cit.*, p53

afastam do meio sindical, considerando que “as grandes federações ocasionam uma centralização unitária. O funcionalismo prospera. Apenas se tem em vista a organização. A organização torna-se um fim, em vez de um meio. O idealismo revolucionário enfraquece.”²¹

Porém, a teorização do Sindicalismo Revolucionário e do anarquismo operário desenvolvem-se quase simultaneamente. Ambos têm raízes no pensamento de Bakunine e seus correligionários da corrente federalista da I Internacional, que por sua vez imprime um carácter marxista às teses de Proudhon e dos socialistas franceses.²² É de facto nesta assembleia magna que a ideia motriz de uma e outra corrente – anarquismo operário e Sindicalismo Revolucionário – é enunciada: «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.»

A frase de Karl Marx será interpretada por Bakunine como significando que a prática da luta de classes terá obrigatoriamente de ser uma e apenas uma: “a organização e a federação das caixas de resistência”²³. Esta ideia será largamente desenvolvida pelo fundador do anarquismo operário, bem como pelos seus partidários, em especial Eugène Varlin,²⁴ que concebia a luta reivindicativa como uma pedagogia prática, insistindo na necessidade de desenvolver formas de organização que permitissem a máxima participação de todos os trabalhadores. A gestão destas organizações constituiria a experiência e a aprendizagem para gerir, mais tarde, a sociedade e a economia.²⁵

Com a derrota da Comuna de Paris, quando, aliás, Varlin foi fuzilado, e o refluxo da ofensiva operária, a maioria dos anarquistas regressam ao individualismo. Todavia, entre as excepções destacam-se Errico Malatesta, teórico por excelência do futuro anarco-sindicalismo, que continuará a defender que é no movimento operário que está a garantia

²¹ Bertoni chega a defender que “não há de facto nenhuma diferença entre sindicalistas revolucionários e sindicalistas reformistas. Uns e outros reclamam somente reformas.” Alguns anarquistas procuram convencer os trabalhadores que “a acção directa não é suficiente como obra revolucionária se somente se emprega para a conquista de reformas e de vantagens corporativas.” Segundo estes “a ideologia anarquista é necessária para mostrar que essas reformas são precárias e ilusórias.” (“A conferencia de Bertoni em Paris, sobre os sindicatos e a idéa de revolução” in *A Sementeira*, Agosto de 1910, p6-7)

²² Ver artigos de Bakunine publicados pela *Egalité* em 1869, e reunidos pela *Vie Ouvrière*, em 1914. Da mesma época, a brochura *Ideias sobre a organização social* de James Guillaume, virá a ser utilizada quer por anarquistas como Luís Fábri para cimentar o anarquismo operário, quer pela corrente sindicalista revolucionária da União Sindical Italiana, para a propagação da sua doutrina.

²³ Cit. por Neno Vasco, *Concepção anarquistas do sindicalismo*, p30

²⁴ Louis Eugène Varlin participou na fundação da sociedade de socorro mútuo dos encadernadores em 1857 e fundou a primeira União de Sindicatos parisienses, sendo assassinado a 28 de Maio de 1871, com a derrota da Comuna de Paris, da qual foi membro destacado.

²⁵ Ver artigos citados por Anselmo Lourenzo, *El proletariado Militante*, 1974.

da transformação da sociedade, rumo à anarquia,²⁶ e Fernand Pelloutier, um dos animadores da nova maré revolucionária francesa da viragem do século.²⁷

Pelloutier irá sublinhar as semelhanças entre o Sindicalismo Revolucionário posto em prática pela CGT francesa e o anarquismo, na sua obra *A União dos Sindicatos e a Anarquia*²⁸, traduzido e publicado em Portugal, em 1910, e será pela mão deste último que os anarquistas irão “retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda”, alertados pela famosa carta aberta que o acrata escreve em 1899, sublinhando o perigo de os sindicatos regressarem ao reformismo.

Contudo, neste mesmo texto está comprovado que ainda antes do regresso libertário ao movimento operário, “os sindicatos teem de há alguns anos para cá uma altíssima e nobilíssima ambição. Julgam ter uma missão social a cumprir e, em vez de se considerar quer como puros instrumentos de resistência à depressão económica, quer como simples quadros do exército revolucionário, pretendem além disso, semear na própria sociedade capitalista o germe dos grupos de livres produtores, pelos quais parece dever realizar-se a nossa concepção comunista anarquista.”²⁹ De facto, como já referimos, nesta data já o Sindicalismo Revolucionário estava a ser posto em prática pela CGT francesa.³⁰

Griffuelhes, secretário-geral da mesma, nesta data, perante as apropriações anarquistas e socialistas, explica que o sindicalismo não se liga directamente a nenhuma destas concepções: “O movimento operário é o resultado d’uma longa prática, filha muito mais dos acontecimentos que das doutrinas de certos homens”. O Sindicalismo Revolucionário, nascente em França nos finais do século XIX, foi antes “a reacção da classe operária contra a influência deprimente da acção política sobre os sindicatos.”

Segundo o dirigente, esta “doutrina” resultante da acção rejeita elaborações teóricas desligadas da prática, privilegiando os meios de luta exclusivos da classe operária. O

²⁶ Ver Misato Toda, Errico Malatesta da Mazzini a Bakunin, 1988

²⁷ Ver Fernand Pelloutier; Georges Sorel (pref.) - Histoire des bourses du travail : origine, institutions avenir, 1902

²⁸ “Entre a organização sindical que se elabora e a sociedade comunista-anarquista, no seu período inicial, há concordância. Nós queremos que tôda a função social se reduza à satisfação das nossas necessidades; o sindicato também o quer, é esse o seu fim, e cada vez ele se emancipa mais da crença da necessidade dos governos. Nos queremos livre acordo dos homens; o sindicato só pode existir expulsando do seu seio qualquer tipo de autoridade e de coacção. Nós queremos que a emancipação do povo seja obra do mesmo povo; a organização sindical também o quer. Cada vez mais ali se sente a necessidade se exrime o desejo de administrar directamente os interesses próprios; ali germina o gosto da independência e a vontade da revolta; ali se pensa nas oficinas livres onde a autoridade tenha cedido o lugar ao sentimento pessoal do dever; ali se emitem, sobre a tarefa dos trabalhadores numa sociedade harmónica, indicações de uma maravilhosa largueza de vistas, fornecidas pelos próprios trabalhadores.” (Fernand Pelloutier, *A União dos Sindicatos e a Anarquia*, o15-16

²⁹ Cit. por Neno Vasco, *Concepção anarquistas do sindicalismo*, p35

³⁰ Segundo Thuillier, foi a ofensiva operária francesa, que culminou na histórica jornada pelas 8 horas no 1º de Maio de 1906, que fez regressar “uma grande parte dos elementos libertários aos sindicatos, onde eles fizeram depois bom trabalho”. Cit por Neno Vasco, *Concepção anarquistas do sindicalismo*, p38

desenvolvimento sem precedentes do sindicalismo francês resultara apenas “numa série de esforços quotidianos, ligando-se uns aos outros, não por uma continuidade rigorosa, mas unicamente pelo meio e pelo estado d’espírito existente na classe operária”³¹.

Como se vê os sindicalistas revolucionários não se esforçam em formular os seus postulados teóricos, aproximando-se ou afastando-se desta ou daquela escola política. A sua batalha ideológica consiste apenas em guiar o operariado para a luta directa, apartando-o do reformismo e do colaboracionismo.

Segundo os sindicalistas revolucionários, o reformismo consiste em “agruparem-se os operários, para estabelecerem um acordo com o patronato, afim de o convencerem a conceder algumas satisfações, sem ir d’encontro aos privilégios patronais” O sindicalismo independente, ao contrário, proclama “Fora do patronato e contra ele, o movimento deve desenvolver-se e actuar livremente”³².

Por outro lado, enquanto que os reformistas consideram a greve nefasta ou um último recurso, os sindicalistas encaram a greve não só com uma arma na luta reivindicativa mas também um exercício pedagógico, preparando paulatinamente a classe para a revolução ou Greve Geral.

Em suma, segundo os seus progenitores, o Sindicalismo Revolucionário é uma doutrina que tem origem na conjuntura criada pela democracia política e, mais concretamente, pela parlamentarização dos Partidos Socialistas. O descrédito da intervenção política dos representantes operários levaram o operariado a negar a necessidade de representação.

A negação do Estado e dos partidos políticos foi um convite irrecusável para os anarquistas, que se apressaram a reivindicar a paternidade destas ideias. Contudo, os socialistas que recusavam o reformismo dos seus partidos, defenderam igualmente que o Sindicalismo Revolucionário era o “herdeiro oficial do socialismo”³³, que em última instância baseia a sua doutrina no conceito de luta de classes.

Será, porventura, o modelo organizativo do Sindicalismo Revolucionário, baseado no ideal de sociedade almejada, um dos seus traços distintivos. A autonomia das federações no seio da CGT, dos sindicatos nas federações e dos sindicatos nos sindicatos, por oposição ao carácter autoritário das instituições burguesas, seriam uma escola e uma prova da possibilidade de conciliar a liberdade individual com a solidariedade e a acção colectiva. A eficácia de que este modelo deu provas no início do século XX veio reforçar a convicção dos militantes.

³¹ Victor Griffuelhes, A acção sindicalista, p5-12

³² Victor Griffuelhes, Op. Cit., p15-18

³³ Arturo Labriola, Op. Cit., p22

A tática apregoada é uma segunda impressão digital do Sindicalismo Revolucionário – a greve, a boicotagem, a sabotagem e a propaganda da greve geral insurreccional. A greve geral substitui-se à revolução política tal como a greve quotidiana se substitui à intervenção parlamentar.

2. A OPORTUNIDADE DE UM REGIME EM TRANSFORMAÇÃO

2.1 OS RECEPTORES DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Economia e sociedade favorável à introdução da *Idéa*

O objecto de estudo – a introdução do Sindicalismo Revolucionário em Portugal e sua significação histórica – está enquadrado numa época da qual importa destacar determinados traços distintivos, que tiveram uma influência determinante na absorção destas ideias e na prática destes postulados. Este capítulo tem como finalidade contextualizar o Sindicalismo Revolucionário na sua época e caracterizá-la sumariamente.

A conjuntura em que se desenrola a preparação e a implantação da Primeira República Portuguesa por um lado, e a penetração e prática do Sindicalismo Revolucionário, por outro, insere um período histórico balizado pela crise económica e financeira dos finais do século XIX e o seu trágico desfecho – a opção por uma solução autoritária, mais de trinta anos depois.

Este ciclo tem como pano de fundo um constante aumento da carestia de vida, determinado pela resposta governamental à crise, que, desde 1892, recorreria exageradamente à alta dos preços, à carga fiscal e às restrições orçamentais. Não obstante, assistia-se à difusão do maquinismo industrial e à relativa multiplicação das unidades industriais médias e grandes. Apesar dos condicionalismos, ao virar do século a indústria portuguesa era uma realidade.³⁴

Por outro lado, se quando começam a ser difundidas as ideias da *Carta de Amiens* em Portugal, o sector secundário não ocupava ainda uma centena de milhares de pessoas, a audiência destas ideias ultrapassava os limites da classe operária clássica. Puseram em prática a acção directa muitos outros assalariados dos sectores terciário e primário, entre estes o proletariado rural³⁵, os trabalhadores dos transportes e do comércio³⁶, que garantiam

³⁴ A história da industrialização portuguesa continua a ser alvo de divergências, contudo, é incontestável que no período em análise, surge entre as classes trabalhadoras, um grupo com características específicas e que se organiza num movimento social próprio – a classe operária. Este movimento, pelo seu impacto na sociedade portuguesa e pela sua continuidade, assemelha-se ao movimento operário internacional, o que atesta o seu carácter moderno, não obstante o atraso das unidades de produção. (A.H. Oliveira Marques e Fernanda Rollo, “O surto Industrial” in Portugal: da monarquia para a República, p123)

³⁵ 600.000 segundo o Diário das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte durante a primeira greve dos mesmos (Sessão n.º 7, 27 de Junho de 1911, p14)

³⁶ Ver **Gráfico 1** em anexo

o impacte social da mesma, paralisando por vezes as cidades de Lisboa e Porto e outros aliados de monta, como eram os tipógrafos, que faziam amanhecer o país sem notícias.

As camadas mais reivindicativas da sociedade portuguesa, embora em minoria, tinham ainda como vantagem a sua concentração geográfica. Nas duas cidades principais concentrava-se o grosso do operariado fabril, bem como tinham sede praticamente todas as empresas cujos assalariados eram passíveis de se revoltar.

O aumento dos salários era a principal aspiração mobilizadora do proletariado³⁷, e para o conquistar só existia uma arma – a greve. Embora proibida durante a monarquia, foi crescentemente utilizada desde a viragem do século. A confrontação social, mais ou menos intensa, é uma constante durante todo este período e, pela primeira vez, o proletariado assume um papel destacado na sociedade portuguesa.

A questão social tornou-se uma inquietação para os executivos, como comprova a inquirição *Pelas associações de classe sobre a situação do operariado*, levada a cabo em 1909 pela Repartição do Trabalho Industrial do Ministério do Fomento³⁸. Porém, os governos liberais, quer monárquicos quer republicanos, não se preocuparam seriamente em favorecer uma solução reformista que enquadrasse o movimento sindical na sociedade capitalista, à excepção de curtos períodos e de iniciativas isoladas.

Poucas vezes procuraram desempenhar um papel conciliador, recorrendo preferencialmente à repressão. Em 1910, os republicanos, tiveram que cumprir uma parte das inúmeras promessas que os dirigentes da revolução fizeram à sua «tropa de choque».

A greve foi legalizada pelos republicanos da primeira hora, mas em Dezembro de 1910, o famoso «decreto-burla» de Brito Camacho veio restringir o seu âmbito, favorecendo a confrontação directa das classes, consagrando o direito à livre associação do operariado, bem como do patronato. A complementar este quadro de absentismo estatal, os Tribunais Árbitros Avindores, criados em 1889, na data já não se metiam nestas contendas, desempenhando um papel irrelevante durante o novo regime.

Finalmente, o Partido Socialista Português (PSP), que durante cerca de 30 anos conduziu o movimento operário, nunca beneficiou do sufrágio universal para se consolidar como um partido parlamentar.

Este quadro socio-político terá contribuído para a aceitação das ideias de acção directa contra o Estado e o patronato, preconizadas pelo Sindicalismo Revolucionário, entre o operariado português.

³⁷ Fernando Emídio da Silva, *As Greves*, 1913

³⁸ Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” in *Boletim do Trabalho Industrial*. n.º 49 (1910).

As classes que receberam a *Idéa*

Segundo as fontes oficiais, o operariado era uma classe em ascensão numérica. Os seus efectivos quase duplicaram entre 1907 e 1917 (86 600 em 1907 e 142 600 em 1917) e continuaram a crescer exponencialmente até 1930 (217 900 em 1924 e cerca 300 000 em 1930).³⁹

Em 1909, data do primeiro congresso sindicalista, porém, apenas cerca de 27 000 destes proletários encontrava-se associado, segundo a *Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado*. Porém, como o próprio Oliveira Simões, organizador da mesma, admite, são “muitas as suas insuficiências.”

Segundo esta fonte, a classe organizava-se na data em cerca de 135 associações, que representavam operários “das indústrias metallúrgicas, químicas, de alimentação, têxteis, do vestuário e anexos, do calçado, das peles e anexos, da construção, da madeira e mobiliário, gráficas e anexas, da arte e de precisão, do tabaco, eléctricas, de carrossaria, especiaes e pequenas indústrias, dos espectáculos, dos transportes terrestres, da navegação, da lavoura e anexas, da pesca e do sal, da hospedagem e mercantis”.

As indústrias da madeira e mobiliário contavam com o maior número de sindicatos (20), seguindo-se a construção civil (14) a par com as «indústrias mercantis». A alimentação (9), os têxteis (9), os vestuários (8) e o calçado (7) tinham um menor número de associações, o que porém não correspondia obrigatoriamente a uma menor massa associativa. Os vinte sindicatos da indústria da madeira organizavam 3.378 trabalhadores, enquanto que as nove associações da indústria têxtil concentravam 3.599.

Como já foi referido, trabalhadores de outras actividades compreenderam as vantagens do movimento associativo, o que é demonstrado pelo facto de no sector das pescas apenas duas associações concentrarem 2.190 sócios.

Se Lisboa e o Porto reuniam a grande parte do operariado, também no que respeita ao número de sindicatos e sindicados observamos essa centralização. Em Lisboa estavam sediadas 37 associações de classe com 9.549 sócios, e no Porto 8.212 operários distribuíam-se por 43. À excepção de Setúbal, em que 6 sindicatos contavam com 2.992 associados, nos outros pequenos centros industriais os trabalhadores organizados não chegavam a meio milhar.

Verifica-se que não eram aqueles que hoje designamos de «operários clássicos»⁴⁰ que dominavam o movimento associativo, mas é de destacar que num universo de associações

³⁹ Ver **Gráfico 1** em anexo.

⁴⁰ Operários da indústria moderna, concentrados em grandes unidades de produção.

em que o número de sócios anda em torno da centena, são já excepções a *Associação de Classe dos Operários Metallurgicos do Porto*, com 731 sindicados ou a Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, com 710 associados.

Por outro lado, algumas das associações com maior número de associados, não se podem considerar de classe – A Associação dos Lojistas de Lisboa (2033 sócios) ou a *União dos Empregados do Commercio do Porto* (1.035 sócios) – uma vez que conciliavam os patrões e os empregados.

No que respeita à avaliação qualitativa destas associações, o organizador do inquérito alerta: “a célula da organização corporativa, em Portugal está muito longe de corresponder aos seus fins. Não imita, nem de leve, as *Trade-Unions* inglesas e australianas, nem os sindicatos profissionais franceses e belgas ou as associações de outros países que agremiam os produtores para os fortificar mutuamente na luta económica. Organismos tão fracos como estes são, mais podem funcionar como centros de propaganda política do que como agentes eficazes para a prosperidade material e moral das classes.”⁴¹

Todavia, o movimento organizado do operariado em 1917, segundo o inquérito oficial, incluía já 55.287 sindicalizados organizados em associações de classe que se estendiam por todo o país, inclusive os arquipélagos, abrangendo mais de metade do operariado e naturalmente influenciando muito mais trabalhadores do que os seus filiados.⁴² Através do relatório da Direcção da Mutualidade Livre e das Associações Profissionais relativo ao ano de 1920, é possível constatar que depois de 1917 a realidade sindical continuou a transformar-se.

O autor do relatório queixa-se de um aumento de trabalho na sua repartição e explica: “A causa deve atribuir-se em grande parte, à febre de sindicalização que no país se está desenvolvendo sobretudo entre os operários, que na ânsia de novas conquistas (...) estão imprimindo nova orientação às suas antigas associações e criando outras”. Segundo este relatório criaram-se 38 novos sindicatos em 1917, 37 em 1918, 34 em 1919 e 63 em 1920.⁴³

De facto, no congresso fundador da Confederação Geral do Trabalho, que por si só demonstra já um avançado estágio de organização, estavam representados 192 sindicatos, calculando-se que representassem 80.000 trabalhadores. De facto, o operariado organizado não cessou de crescer entre 1909 e 1922, ainda que registando uma estagnação determinada pela conjuntura de guerra, entre 1914 e 1917, aproximando-se de uma centena de milhar,

⁴¹ Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” in *Boletim do Trabalho Industrial*. n.º 49 (1910), pI-XIII

⁴² A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República* in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, pp. 206-219

⁴³ “Mutualidade Livre e Associações Profissionais”, in *Boletim da Previdência Social*, n.º 10 do Ano III, Janeiro a Dezembro de 1920, pp190-191

na data do III Congresso Nacional Operário, para posteriormente decair em flecha devido à reacção patronal e à cisão do movimento.⁴⁴

Naturalmente os sindicatos que se tornaram mais fortes, durante este percurso, correspondem aos sectores em desenvolvimento da industrialização portuguesa de então, com especial destaque para a metalurgia, a construção e a viação terrestre e marítima. O proletariado rural alentejano teve um papel destacado na massa associativa.⁴⁵

É necessário, todavia, sublinhar que o desenvolvimento dos sectores referidos era relativo, caracterizando-se pela pequena dimensão e dispersão das unidades de dispersão, determinando que também os trabalhadores estivessem diminutamente concentrados nas suas associações. Este fenómeno não será estranho à aceitação que o federalismo e a autonomia sindical, defendido pelo Sindicalismo Revolucionário vieram a ter em Portugal.

De facto podemos constatar que se em número de sindicatos os trabalhadores de sectores como a viação ou a construção, têm um peso incontestável no Congresso Sindicalista de 1911, não é menos verdade que uma grande parte das associações de classe representadas pertencem ao item «diversos» - ou seja de sectores muito pouco significativos da economia e da sociedade portuguesa.⁴⁶

Finalmente não se poderá deixar de referir que, muito embora o II Congresso Sindicalista de 1911 tenha conquistado um número considerável de «operários clássicos», houve resistências assinaláveis, nomeadamente a Associação de Classe do Pessoal dos caminhos-de-ferro da CP, que nunca chegou a aderir oficialmente ao movimento revolucionário.⁴⁷

Por outro lado, outros operários deste tipo, que aderiram ao sindicalismo revolucionário, ao contactar com o bolchevismo, rapidamente se libertam de muitos dos seus postulados, recusando o anarco-sindicalismo que inspirará o movimento a partir de 1921-1922 – entre estes os construtores civis ou os marítimos.

A necessidade da Idéa: as condições da vida operária

Neste incompleto inquérito há ainda “apreciações que, por se formularem frequentemente e serem apresentadas por várias indústrias, indicam verdadeiras correntes de opinião”. Refere-se o autor às condições de vida das classes e suas às principais reivindicações. “No que respeita à carestia da habitação e dos alimentos, são geraes os pedidos para a abolição

⁴⁴ Ver **Gráfico 2** em anexo.

⁴⁵ Ver **Gráfico 3** em anexo.

⁴⁶ Ver **Gráfico 4 e 5** em anexo

⁴⁷ Quando na greve de Julho e Agosto de 1919 pede à UON a greve geral de solidariedade, o Conselho Central sublinha que a Associação de Classe não está filiada na central sindical. Presentes no Congresso de 1919, num período de excepcional radicalização operária, não chegarão a concretizar a sua filiação como volta a frisar o Conselho Confederal durante a greve de 1921, para recusar mais uma vez a solidariedade de todas as classes operárias.

dos impostos de consumo nos géneros de primeira necessidade, como são geraes as queixas contra a carestia do aluguer das casas e contra a falta de higiene e de conforto.”

Oliveira Simões reconhece que “são realmente bem fundados os queixumes que se levantam a propósito da carestia de vida. A família operária composta de 5 pessoas, em media, vive difficilmente, com o salário que recebe.” O autor também considera “justificados os clamores contra a carestia de alugueis das casas e contra a sua falta de conforto ou de hygiene (...). As rendas absorvem uma parte importantíssima do salário. Accumula-se em pateos, em moradas repugnantes as famílias pobres. Para atenuar a dificuldade do pagamento, unem-se frequentemente na mesma casa mais de uma família.”⁴⁸

A carestia de vida foi um problema constante em todo o período analisado, que a guerra veio agravar exponencialmente. Mas já antes disso eram conhecidas dos trabalhadores “as causas da carestia do pão em Portugal”. O operário João Baptista de Barros oferece à USO de Lisboa, um estudo com base nas estatísticas oficiais em que prova como a «lei da fome»⁴⁹ que a monarquia deu à luz e a República mantém para gáudio e grandeza de uma minoria de ambiciosos em detrimento de 5 milhões de consumidores” determina o alto preço do pão, base da alimentação das famílias trabalhadoras.⁵⁰

A guerra vem permitir aumentar ainda mais os lucros do monopolismo, favorecendo o açambarcamento. Desta forma não será apenas o preço do pão a afligir os mais desfavorecidos. A inflação galopante e o desaparecimento de alguns produtos dos mercados urbanos irão transformar a classe operária numa classe esfomeada.

Segundo o Boletim da Previdência Social de 1916, a maioria das famílias operárias de todo o país vivia em permanente deficit orçamental, e a alimentação chegava a consumir 99% dos seus rendimentos, mesmo quando, como se afirmava na mesma fonte em 1911, “a alimentação das classes pobres é inteiramente insufficiente”⁵¹.

Em 1918, a questão agravara-se. No que diz respeito às “condições da vida económica do operariado português”, embora o quadro introdutório do inquérito de 1918 revele que a receita média por semana das famílias operárias fosse de 26\$71 e a despesa média 25\$37, o quadro que classifica as famílias operárias segundo o seu rendimento médio e a sua estrutura mostra que a realidade era bem diferente. Num total de 396 famílias, 211 eram constituídas por mais de quatro elementos e viviam com menos de 14\$00 por semana. No quadro referente à relação entre a receita e a despesa média observa-se que a maior parte

⁴⁸ Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” in *Boletim do Trabalho Industrial*. n.º 49 (1910). pXIV

⁴⁹ Lei dos Cereais de 14 de Julho de 1899

⁵⁰ João Baptista de Barros, *Causas da carestia do pão em Portugal*, 1913

⁵¹ A.H. Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, “A Sociedade e as Instituições sociais” in *Portugal: da monarquia para a República*, p214-216

das famílias que tinham como rendimento máximo 14\$00 por semana têm saldos negativos, ou seja não recebem o suficiente para assegurar as suas necessidades básicas. Tendo ainda em conta o que expressa a análise da média das despesas por semana das famílias operárias - numa família com mais de 4 pessoas e que ganhe os referidos 14\$00, 79,77% do salário é destinado à alimentação - verifica-se que a descrição numérica inicial é artificiosa.⁵²

Segundo o Boletim de Previdência Social, que fornece os resultados de inquéritos estatais promovidos pelo Ministério do Trabalho, o custo de vida⁵³ subira 450% entre 1914 e 1919 e 40% entre Janeiro e Maio de 1919.⁵⁴ Ao contrário do que sucedera em praticamente todos os países beligerantes, os preços não estabilizaram progressivamente com o final do conflito. Andrade Saraiva acusa os comerciantes e os industriais de decidirem, em “grande reunião (...) no edifício da Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de Dezembro último (1918)” evitar a descida dos preços, eliminando a concorrência “indo até à paralisação ou redução combinada da produção das fábricas.”⁵⁵

O operariado português esfomeado e sem representação política bem uso fez da acção directa que o Sindicalismo Revolucionário lhe aconselhou, para fazer frente a esta conjuntura.⁵⁶

2.2 A INTRODUÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL

A acção que precedeu a *Idéa*: o movimento grevista na alvorada do século XX

Nas memórias manuscritas de Manuel Joaquim de Sousa, que viria a ser o primeiro secretário-geral da CGT, é relatada uma das primeiras greves gerais portuguesas – a greve dos tecelões do Porto de 1903. Destas notas depreende-se o impacte que este movimento grevista determinou na consciência da classe operária e, principalmente, na dos seus dirigentes.

Segundo o autor, na data, a greve era “coisa que caía em uso”. Em Maio paralisou uma das fábricas de fiação e tecidos do Porto, e rapidamente a luta alastrou às restantes, tornando-se geral na indústria têxtil. Os homens activos e decididos eram poucos, a repressão e a traição

⁵² “Inquérito às Condições da Vida Económica do Operariado Português”, in *Boletim de Previdência Social*, nº9 do Ano III, Janeiro a Dezembro de 1920, pp20-33

⁵³ A sua variação expressa em números índices a partir de preços a retalho, em Lisboa, de 25 géneros destinados à alimentação, iluminação, aquecimento e lavagem.

⁵⁴ *Boletim da Previdência Social*, nº 9 do Ano III, Janeiro a Dezembro de 1920, p47

⁵⁵ J. Andrade Saraiva, “Especulação e Alta dos Preços” in *Boletim da Previdência Social*, nº 7 do Ano II, Outubro a Maio de 1919, p315-316

⁵⁶ Ver **Gráfico 7** em anexo.

recorrentes. Todavia, “os grevistas, homens mulheres e crianças contavam-se por milhares” e a opinião pública estava solidária com as suas reivindicações.⁵⁷

O governador civil foi obrigado a distribuir refeições na cozinha económica, mas não era a caridade que os operários queriam, eram direitos que exigiam. Os grevistas recusaram as refeições e dirigiram-se em protesto para a praça de S. Pedro, sendo dispersados pela mangueira dos bombeiros. As mulheres invadiram a cozinha económica, afrontando a polícia. Manuel Joaquim de Sousa confessa que uma das imagens que mais marcou a sua juventude, foi a coragem das tecelãs, ao paralisarem a força de cavalaria da polícia municipal, prostrando-se de joelhos com os filhos erguidos nos braços.

Nesta dramática luta vitoriosa, introduziu-se um novo factor que importa realçar. Os operários das outras indústrias solidarizam-se com os tecelões à revelia dos corpos gerentes das associações de classe, dominadas pelos reformistas. Estes mantinham-se alheios aos conceitos da luta revolucionária e oficialmente contra a greve, segundo as teses aprovadas no congresso de Aveiro de 1902.

Os sindicatos foram invadidos pela polícia durante as reuniões que votaram a greve geral, desconfiando-se assim de traição. Manuel Gomes da Silva, destacado socialista, presidente do sindicato dos tintureiros, acabou por ser descoberto. Havia avisado por ofício o governador civil da reunião da sua associação para votar a greve geral. Gomes da Silva era secretário da federação das associações operárias, que se dividiu entre os que o defendiam, invocando a decisão do congresso de Aveiro e do partido, e os que o acusavam de traidor.⁵⁸

A paralisação foi aparentemente espontânea. Contudo, falava-se de um comité secreto que dirigia o movimento, composto por anarquistas. O jovem sapateiro Manuel Joaquim de Sousa comprou na data o seu primeiro jornal acrata – *O Despertar*, que no decurso desta greve é editado pela primeira vez, desafiando os libertários a intervir nas lutas concretas dos trabalhadores.

Citando Malatesta, o periódico lembra que muito embora nas “associações de classe (...) se disputem, lugares, (...) há chefes e subordinados, se exerce a política (...), lá dentro estará escripto este lema: a emancipação dos trabalhadores será obra dos mesmos trabalhadores.” Desta forma, a missão dos anarquistas é, “tomando na sua verdadeira acepção o lema”,

⁵⁷ Segundo o autor, na época, os operários da indústria têxtil trabalhavam das seis da manhã até às oito/nove da noite, por onze ou doze vinténs, ou em regime de empreitada. As reivindicações dos grevistas eram a jornada de 10 horas e um aumento de 20 p.c. Conquistaram a redução do horário e um aumento de 10 p.c.

⁵⁸ Espólio Manuel Joaquim de Sousa. AHS da BN, Núcleo de Militantes, Caixa 42

combater “todos os aspirantes que, movidos pelo seu interesse pessoal, queiram impedir por mais tempo a verdadeira revolução social”⁵⁹.

O académico anarquista Campos Lima também refere, na sua tese dedicada ao movimento operário, a greve dos tecelões do Porto, que chegou a envolver 30.000 grevistas, bem como a greve geral de Coimbra no mesmo ano. Esta última foi, “acima de tudo, um decisivo argumento contra os que dizem que a greve revolucionária que pregam os libertários, é impossível, porque supõe uma consciência e uma solidariedade que os operários nunca poderão atingir.”⁶⁰

A greve do povo de Coimbra rebentou em Março de 1903 e teve por motivo os selos das licenças e multas aos pequenos vendedores do mercado. Declarou-se greve geral de solidariedade e as ruas encheram-se de manifestantes, que enfrentaram igualmente a tropa. As forças repressivas chegaram a disparar contra os grevistas, fuzilando duas pessoas. Por fim, o governo teve de recuar, mandando suspender as multas fiscais.

Estas conquistas, segundo Campos Lima, lançaram “entre os nossos operários a ideia de greve geral.”⁶¹ A estas duas vitórias, todavia, seguiram-se diversas derrotas. Em Abril de 1904, por exemplo, decorre em Lisboa uma importante movimentação operária, envolvendo a classe tipógrafa. Os tipógrafos reclamavam a homogeneização da tabela de salários, mas a indústria da imprensa respondeu com um *lock-out* patronal, esmagando os grevistas. A associação de classe foi ameaçada de fechar caso os seus associados não voltassem ao trabalho e os dirigentes duramente reprimidos.

A este movimento sucederam outros igualmente importantes e igualmente fracassados. A revolta dos operários não encontrava resposta na coesão e na acção das associações de classe, afigurando-se urgente a sua transformação. Nos periódicos corporativos começa a questionar-se a utilidade da representatividade política e do parlamentarismo e consequentemente põe-se em causa a táctica reformista, abrindo o precedente para a cisão sindical.⁶²

Introdução da *Idéa*

Ainda antes de escrita a cartilha do Sindicalismo Revolucionário português, Emílio Costa interrogava-se “Parlamentos ou Sindicatos”⁶³. Este intelectual libertário, que conhecia

⁵⁹ Malatesta, “Política Operária” in *O Despertar*, 18 de Janeiro de 1903, p3. O anarquismo operário de Malatesta influenciará este dirigente e o movimento sindical no Norte do país. Todavia, a sua pouca influência no movimento sindical nortenho levará os libertários portuenses a alinhar com as posições da organização sindicalista revolucionária do Sul.

⁶⁰ LIMA, Campos – O Movimento Operário em Portugal. p92

⁶¹ LIMA, Campos – O Movimento Operário em Portugal. p96

⁶² Veja-se *O Metalúrgico* em 1904 e em resposta *O Chapeleiro* em 1905.

⁶³ *A Lucta*, Agosto e Setembro de 1906

pessoalmente o próprio Lagardelle, escrevia no *Les Temps Nouveaux* e seguiu a conceptualização da doutrina e os debates por esta originados de perto, tendo escrito inúmeros artigos na imprensa portuguesa sobre o tema, e até realizou algumas conferências em associações de classe.⁶⁴

Todavia, os seus escritos doutrinários não encontravam eco nas classes trabalhadoras, e foi preciso a União das Artes Gráficas Portuguesas enviar um delegado ao V Congresso Internacional Typográfico 1907, para que este viesse sublinhar os resultados práticos daquelas teorias.

As surpreendentes conquistas dos tipógrafos franceses chegaram à associação de classe portuguesa de Augusto César Santos⁶⁵, motivando o ânimo de um grupo de cinco operários tipógrafos.⁶⁶ Em Fevereiro de 1908 convocam uma reunião entre destacados militantes anarquistas e socialistas, propondo-lhes a publicação de um periódico sindicalista unitário, com o objectivo de atrair os trabalhadores às suas associações de classe. Desta reunião resultou a criação do «Grupo de Propaganda Social», que integrava membros das duas escolas, e que, no aniversário da Comuna de Paris – 18 de Março –, faz publicar o primeiro número do diário sindicalista *A Greve*.

A Greve constitui a primeira experiência do que viria a ser a unidade no seio do movimento operário, com base na independência doutrinária e face ao poder político, princípios norteadores do Sindicalismo Revolucionário. De facto, entre os seus redactores contavam-se destacados membros do PSP, como Augusto César Santos e César Nogueira, e eminentes anarquistas, como Hilário Marques e Pinto Quartim, bem como Jorge Coutinho, que viria a ser o primeiro secretário-geral da corrente sindicalista.⁶⁷

É de sublinhar que esta primeira convergência momentânea advinha das divergências no seio do P.S.P entre a «ala Gneco» e a ala de Luiz Figueiredo⁶⁸. Os sindicalistas

⁶⁴ António Ventura, Emílio Costa entre a República e a Acrácia, p149-157

⁶⁵ Augusto César dos Santos foi representar a União das Artes Gráficas Portuguesas ao V Congresso Internacional Typográfico 1907. É responsável pelos artigos difusores das conquistas do movimento sindical francês em *A Greve*.

⁶⁶ Evaristo Ferreira, Alfredo Freitas, Fausto Graça, Francisco Judicibios, Alfredo Duarte Laureano e Alexandre Vieira.

⁶⁷ Alberto Pedroso e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português, p23

⁶⁸ Em resposta a este movimento, *O Trabalho: semanário da classe trabalhadora*, editado por destacados socialistas desde 1900, reage complacentemente – “o campo económico, alegam, é um terreno neutro, comum a todos, cabendo por isso dentro d’elle os elementos de mais variada procedência, não seremos nós quem contrariar esse movimento (...). Contanto que façam alguma coisa e que esse a alguma coisa dêem uma estrutura sólida, moldando-a no terreno da luta de classes (...).”

Ademais, tendo em consideração a crise que atravessava o movimento associativo de classe, face à eminência de uma mudança de regime político, consideravam que tudo era “útil, aproveitável, quando bem orientado e dominado pelo sentimento de classe, sem o qual não é possível a existência de um partido socialista (...).”

Desta forma, chegam a manifestar o seu apoio às novas teses e táticas propagandeadas pelos sindicalistas, como seja que “em parte alguma se manifesta tão evidente o antagonismo entre operários e patrões como nas relações económicas” e que “assim a greve é um produto natural da organização do trabalho vigente” (Marius “A Lucta económica” in *O Trabalho*, 2 de Março de 1908, p1)

revolucionários aproximaram-se destes últimos com base na defesa da independência da luta dos trabalhadores face à da burguesia republicana e no anti-estatismo.

Fundada 15 dias antes das eleições legislativas de 1908, *A Greve* nunca manifestou preferência por qualquer candidato. E apesar de existirem membros do Partido Socialista Português na sua redacção, estes “recalcaram essas opiniões no íntimo do seu peito, (...) porque não desejam envolver o sindicalismo nas engrenagens da política”⁶⁹.

O objectivo deste jornal era unir todos os esforços em torno da necessidade de fazer recrudescer o movimento operário. No seu primeiro número, em jeito de apresentação, *A Greve* afirma-se como um jornal de feição *sindicalista*, destinado a defender os interesses da classe, “sem filiação em nenhum grupo político”. Os seus construtores desejavam “um jornal operário que fosse o eco das suas reclamações e que identificasse toda a classe trabalhadora n’uma comunidade de aspirações e de luta”.⁷⁰

Mais do que as ideias foram as conquistas sociais em França, através da luta reivindicativa, que vieram animar o movimento operário português.⁷¹ Alexandre Vieira, na sua história do movimento operário, refere que o entusiasmo que provocou a divulgação dos êxitos do sindicalismo noutros países, principalmente em França, motivou a tentativa da criação de uma frente única dos militantes sindicais, quer fossem socialistas quer fossem anarquistas, de forma a constituir uma organização coesa e ampla.⁷²

O movimento das Bolsas de Trabalho francês também vinha a impressionar os militantes portugueses, e à sua semelhança desejavam fazer cumprir em Portugal as leis de 1892/93 que regulamentavam o funcionamento destas instituições. Estas organizações, na sua óptica, poderiam facilitar a colocação dos trabalhadores, a realização dos contratos de trabalho, regular os salários, auxiliar os operários deslocados. Poderiam ainda promover a cultura operária, criando bibliotecas, organizando conferências ou exposições.⁷³

A Greve defendeu ainda o princípio federativo, de forma a articular as reivindicações de uma mesma classe, dando preferência à federação de indústria em detrimento dos

Ver também divergências entre *intervencionistas* e *possibilistas* descritas por Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal*, 1985

⁶⁹ *A Greve*, 16 de Abril, de 1908, p1

⁷⁰ *A Greve*, 19 de Março de 1908, p1

⁷¹ “Em 1906, os typografos de Paris votaram a greve, quando os meios conciliatórios foram esgotados, para a diminuição das horas de trabalho. A greve custou à Federação do Livro Francesa e à organização internacional 600 mil francos. Tomaram parte no movimento mais de 3000 camaradas. Custou caro; mas a redução lá ficou implantada, e as centenas de braços paralyzados pelos grandes horários encontraram imediata collocação. Lede bem isto trabalhadores portugueses (...)” (*A Greve*, 24 de Março de 1908, p2)

⁷² Alexandre Vieira – *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 1970. p22-23

⁷³ *A Greve*, 26 e 27 de Março de 1908, p1

sindicatos mistos locais⁷⁴. Esta será a grande batalha ideológica no campo organizacional que se irá arrastar e marcar o pós-guerra.

Este periódico reflecte apenas um conhecimento empírico do Sindicalismo Revolucionário, não sendo enunciados os seus princípios teóricos mas apenas os seus resultados práticos. Todavia, não há dúvida que novas ideias começavam a ser arremessadas contra a hegemonia da social-democracia. Entre estas, destaca-se a defesa de que a luta de classes deverá substituir as querelas entre escolas políticas, uma vez que a sociedade não está dividida em partidos mas entre explorados e exploradores.⁷⁵

A ideia de conciliação de classes, essa “malfazeja tuba pacificadora”, é fortemente combatida. O editorial de 18 de Abril defende que esse conceito é o pior inimigo do progresso social, “mais nocivo porque empata, mais perigoso porque desorienta”⁷⁶. A acção directa começa a ser paulatinamente propagandeada neste periódico - a greve como resposta ao *lock-out* patronal, para que as classes se possam enfrentar sem intermediários⁷⁷, o *label*, a sabotagem e a *Boycotage*, como formas legítimas de defesa dos interesses operários.⁷⁸

O título do periódico parece representar um passo significativo rumo à radicalização da propaganda operária, por influência francesa. Contudo, os seus editores sublinham que embora considerem a greve como uma arma legítima a utilizar na luta de classes, só se deve recorrer à mesma quando todos os outros meios estiverem esgotados.

Como o próprio Alexandre Vieira – redactor principal deste órgão – admite, estes militantes pouco conheciam da doutrina. Os ecos do Sindicalismo Revolucionário francês só viriam a ter ressonância junto do operariado português quando Emílio Costa traduziu algumas das suas obras de referência.⁷⁹

Em 1909, a *Bertrand* começa a editar uma colecção designada *Biblioteca do Movimento Social*, cujos volumes correspondiam exactamente à tradução por Emílio Costa das principais obras teóricas do Sindicalismo Revolucionário, publicadas um ano antes pela *Bibliothèque du Mouvement Socialiste*. Curiosamente negligenciou o seu primeiro volume – *A decomposição do marxismo*, de George Sorel, incontornável para o sindicalismo francês.⁸⁰

⁷⁴ *A Greve*, 27 de Maio de 1908, p2

⁷⁵ “A humanidade não está dividida em partidos políticos, em escolas partidárias, mas em duas classes diametralmente opostas: - uma que trabalha e que produz, e que no entanto é vítima de todas as injustiças; outra que explora e gosa, cheia de comodidades e fausto.” (*A Greve*, 25 de Março de 1908, p1)

⁷⁶ *A Greve*, 18 de Abril de 1908, p1

⁷⁷ *A Greve*, 31 de Março e 1 de Abril de 1908, p1

⁷⁸ *A Greve*, 28 de Junho de 1908, p1

⁷⁹ Alexandre Vieira, Para a História do Sindicalismo em Portugal, 1970. p22-23.

⁸⁰ *A acção sindicalista*, por Griffuelhes; *A Confederação Geral do Trabalho*, por Émile Pouget; *Sindicalismo e socialismo*, por H. Lagardelle, A. Labriola, B. Kritchewsky, R. Michels e A. V. Griffuelles; *O Sindicalismo e*

Segundo a própria editora, estas obras destinavam-se a fornecer informação útil e de fácil apreensão sobre as principais questões sociais, “sem primasia de escola ou tendência [sic]”. A nota explicativa sobre a colecção, presente na contracapa dos volumes, reflecte em si duas particularidades do Sindicalismo Revolucionário – a independência doutrinal e a necessidade de tornar claros e acessíveis os seus postulados, de forma a influenciar o máximo número de trabalhadores.⁸¹

Em 1909, a *Biblioteca de A Sementeira* editara a obra de Paul Delessaule – *A Confederação Geral do Trabalho: história, constituição, fins, meios*⁸². Através desta publicação os militantes portugueses têm a possibilidade de conhecer a evolução do movimento operário francês, os seus êxitos e a estratégia que os garantiu.

Estas ideias encontram finalmente eco nos jornais corporativos, chegando a motivar divisões nas associações de classe e a criação de novos periódicos. Por exemplo, os manipuladores de tabaco, romperam com o reformista *A Voz do Proletário*, iniciando a edição de *A Defesa Operária*, com o objectivo de “concorrer para levantar o operariado em geral da sua funesta apathia (...) e entendendo que a questão económica é a base fundamental do problema social”⁸³.

Os manipuladores de tabaco encontravam-se em sintonia com a Federação das Associações Operárias de Coimbra, transcrevendo do seu novo *O Despertar* artigos que propagandeavam “o sindicalismo” como solução para “resolver o problema operário, extinguir o salariato, fazer a revolução social”⁸⁴.

No Porto⁸⁵, “para o desenvolvimento na mentalidade da classe operária no sentido revolucionário resolveu um grupo de camaradas fundar um centro, no qual se

revolução, por M. Pierrot. Ao tomarem contacto com a obra *Sindicalismo e Socialismo*, colectânea de discursos pronunciados em Paris (1907) por destacados dirigentes do sindicalismo revolucionário francês, italiano, alemão e russo, os militantes portugueses puderam confirmar que a desilusão com a social-democracia era comum aos seus camaradas estrangeiros. Esta conferência tinha exactamente por objectivo “determinar o grau atingido em cada país pela corrente sindicalista, como afirmar a união das tendências novas.”⁸⁰

Da mesma forma, a obra de Griffuelhes, *A Acção Sindicalista*, reveste-se do máximo interesse uma vez que o autor era secretário-geral da CGT francesa durante o congresso de Amiens, ou seja, um dos principais criadores práticos do sindicalismo revolucionário. As suas teses sobre o sindicalismo independente e o reformismo ou a sua concepção de greve geral revolucionária marcaram profundamente o pensamento social português.

⁸¹ “Biblioteca do Movimento Social constitui uma obra de informação e discussão sobre os factos e as ideias do progresso social, especialmente sobre a vida operária ou sobre as questões por ella suscitadas em Portugal e no estrangeiro. Compreende estudos descritivos, históricos, documentaes, teóricos, críticos, bibliográficos, etc., de autores diversos, sem primasia de escola ou tendência. Publica-se em pequenos volumes de 70 a 130 paginas, de formato commodo e ao preço de 200 reis cada um. Dirige-se sobretudo aquelles que não teem possibilidade de manusear os vastos trabalhos ou os longos estudos particulares acerca do movimento social.” (H. Lagardelle, *Sindicalismo e socialismo*, contracapa)

⁸² Esta colecção era da responsabilidade das *Edições do Grupo “Acção Directa”*, que incluía obras de Malatesta, Liste e Kropotkine.

⁸³ “A nossa missão” in *A Defesa Operária*, 7 de Março de 1909, p1

⁸⁴ “Sindicalismo e anarquismo” in *O Despertar*, 21 de Novembro de 1908, p1

⁸⁵ “A greve geral: conclusões” in *O Libertador*, Novembro de 1908, p3

estabelecessem conferências, palestras (...) O centro biblioteca de estudos sociais iniciou uma série de conferências e publicou também um pequeno jornal de boa propaganda sindicalista, *O Libertador*”⁸⁶.

No Norte, serão os libertários a conduzir as associações de classe para a tática sindicalista. Assim, este centro apela para que os aocratas intervenham no “desenvolvimento corporativo” argumentando que embora as associações de classe tenham “ideias diferentes (...) dos militantes comunistas-anarchistas, (...) abandonaram a acção eleitoral e parlamentarista”. O centro mostra ainda aos seus camaradas que “a greve geral é a forma revolucionária que mais se aproxima das ideias anarchistas”.

O desafio da *Idéa*: a questão do regime

Penetrando em Portugal paralelamente à difusão e vitória do republicanismo, a nova concepção do sindicalismo terá de tomar posição sobre a primeira conjuntura excepcional que a realidade nacional lhe imporá – a questão do regime. Para compreender o processo de introdução do *Sindicalismo Revolucionário* em Portugal, importa então destacar de que forma os seus precursores souberam minimizar os efeitos dissolventes da propaganda republicana nas associações de classe⁸⁷, ao mesmo tempo que potenciavam as condições de agitação e propaganda oferecidas por um regime em transformação.

Pela análise do movimento reivindicativo⁸⁸, observamos que a prática da acção directa e, consequentemente, a infiltração das ideias sindicalistas revolucionárias nos meios operários vinham beneficiando da conjuntura que antecedeu a queda da monarquia. Os republicanos orientavam-se cada vez mais para a via insurreccional, visto que o antigo regime fazia uso de leis eleitorais restritivas, elogiando o movimento reivindicativo que lhe proporcionava um clima de instabilidade favorável à revolução.⁸⁹

⁸⁶ “Correspondência” in *O Despertar*, 19 de Dezembro de 1908, p1

⁸⁷ É possível compreender que a propaganda republicana teve um efeito dissolvente nas tradicionais associações de classe, pelos queixumes dos reformistas que até aí as dominavam. César Nogueira, membro do Conselho Central do P.S.P., frequentemente se indignava por “uma parte da massa popular andar permanentemente atrás das bandeirolas vermelhas, indefinidamente à espera que a republica apareça (...) abandonando por completo todos os seus interesses mais vitais e mais íntimos” (César Nogueira, “Política nacional” in *Trabalho*, 18 de Setembro de 1910, p1). Os sindicalistas confirmam esta afirmação: “A intensa propaganda democrática que, na imprensa e nos comícios, echoava violentamente em todos os pontos do país, atraiu-o (o povo), desviando-o, em sofrível maioria dos seus sindicatos profissionais. Abandonou a luta pela sua emancipação, repudiou a verdadeira doutrina que para as vítimas do salário e da exploração burguesa é a única conducente á sua libertação e occoreu, cego, suggestionado a ouvir doutrina extranha, diferente, ancioso d’esta redempção que se mostrava como próxima.” (*A Greve*, 27 de Abril de 1908, p1)

⁸⁸ Ver capítulo: *Tática do sindicalismo revolucionário*

⁸⁹ A lei de 1895 restringia o sufrágio aos cidadãos alfabetizados com contribuições directas superiores a 500 reis. Os círculos eram apenas 21 e plurinominais.

Assim, enquanto a República ainda não era um facto consumado, quando o republicanismo na oposição impulsionava a actividade dos trabalhadores, um punhado de militantes sindicalistas viu uma brecha para a divulgação dos seus novos ideais.⁹⁰

O 1º Congresso Sindicalista realizado em 1909, representando cerca de 20.000 trabalhadores, prova que a república não conseguira conquistar todos os trabalhadores, havendo já uma minoria que previa que sem luta não haveria concessões. O próprio movimento reivindicativo demonstra que muito operários não esperavam que a melhoria das suas condições materiais de existência lhes caísse do céu, ou da República.

Eram os tradicionais representantes políticos das classes trabalhadoras que mais sofrivelmente se viam ultrapassados pela propaganda republicana. Nesse sentido, o PSP, depois de na viragem do século ter levado a cabo uma política de alianças sem grandes resultados⁹¹, procura provar que entre monárquicos e republicanos não existia diferença de monta, e que a verdadeira alternativa era o seu projecto de «República Social».

Assim se designava o periódico dirigido pelo famoso socialista Azedo Gneco nas vésperas do 5 de Outubro, na intenção de cativar uma franja do eleitorado republicano, nomeadamente as classes populares. Contudo, em Agosto de 1910, quando este dirigente se candidata pelo círculo do Porto, obtém menos de 200 votos. Todavia, à medida que a transformação das instituições se foi mostrando inevitável, os socialistas foram transparecendo o seu apoio à revolução política. O PSP fiava-se que tomando o balanço da revolução republicana atingiria melhores resultados.⁹²

Entre as hostes anarquistas, por outro lado, as opiniões divergiam e a acção não foi concertada. Através das fontes disponíveis, constata-se que a maioria dos acratas desejavam a República, e que muitos contribuíram activamente para a sua implantação. Consideravam vantajosa a sua intervenção na “mudança para um novo regímen”, de forma a precaver que esta “não fosse simples paliativo.”⁹³

⁹⁰ Como se demonstrou no capítulo anterior, a agitação operária iniciada em 1903, teve a sua expressão teórica progressivamente a partir de 1906, culminado na edição de um órgão assumidamente sindicalista em 1908 – *A Greve* – e determinando a assumpção da corrente revolucionária no Congresso Sindicalista e Cooperativista de 1909.

⁹¹ Ver Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal, poitoseis e seguintes*

⁹² Era então necessário conservar a sua base social de apoio e assim, face aos aliciamentos que os republicanos dirigiam às classes trabalhadoras, o P.S.P. alertava: - “Nada mais contraproducente. Em frente da questão social todos os sistemas políticos são iguais (...) o elemento operário não tem que se preocupar com regimes políticos, tem unicamente que se ocupar com a conquista de vantagens imediatas, que o beneficiem, até alcançar a modificação social que visa.” (César Nogueira, “Congresso Nacional Operário” in *Trabalho*, 13 de Julho de 1909, p1)

⁹³ Não deixavam de reafirmar que combateriam “todos os deuses e todos os Estados, quer seja um deus mitológico, teológico ou metafísico, quer seja um Estado monárquico, republicano ou social-democrata”; Não alimentavam grandes ilusões sobre a revolução política, considerando apenas que esta “seria mais conservadora se o espírito revolucionário” das suas “idealizações não orientasse uma parte, ínfima é certo, dos que se bateram.” (“Novo regímen: opinião nossa” in *A Sementeira*, Outubro 1910, p1)

Haviam aqueles, porém, que manifestavam uma clara desconfiança face à República. Pinto Quartim, por exemplo, procurou no seu *Protesto*, demonstrar que a democracia burguesa não favoreceria a emancipação social, com exemplos concretos, como a repressão da greve de Draveil organizada pela CGT francesa, na decorrência da qual a República ameaçara encerrar a Confederação – “uma lição proveitosa para o operariado.”⁹⁴ Os primeiros, todavia, defendiam que uma das vantagens “do regímen implantado” era exactamente “dizer aos que trabalham que continuarão escravos.”⁹⁵

Influenciada por ambas as escolas socialistas, a corrente sindicalista revolucionária tinha a sua própria orientação. No que respeita à transição de regimes políticos, o Sindicalismo Revolucionário internacional havia já definido a sua orientação. Os dirigentes do Sindicalismo Revolucionário europeu afirmavam que a democracia e as liberdades políticas eram essenciais para o desenvolvimento do movimento.⁹⁶

Os militantes portugueses, considerando que as instituições republicanas ofereciam melhores condições de agitação e propaganda, sentiam-se todavia ameaçados por um republicanismo que soube colorir o seu programa de preocupações sociais. Assim, assumindo uma posição teórica favorável à democratização da sociedade, conservavam a propaganda do alheamento dos trabalhadores face à questão do regime, com o objectivo de minorar a concorrência que o republicanismo fazia ao Sindicalismo Revolucionário.

Não vale a pena sublinhar o carácter de independência face a qualquer grupo político que o Grupo de Propaganda Social incutiu n’*A Greve*, uma vez que foi já longamente desenvolvido. Cabe aqui apenas destacar o indiferentismo referente à questão do regime, que o órgão sindicalista transparecia mais sinceramente que todos os periódicos supracitados (de influência socialista e libertária).⁹⁷

Nas turbulentas eleições de Abril de 1908, que causaram “descargas sobre o povo, mortos e feridos, a cidade em estado de sítio”, *A Greve* manteve-se “completamente independente

⁹⁴ Pinto Quartim, “A guerra entre o capital e o trabalho” in *O Protesto*, 8 de Agosto 1908, p1

⁹⁵ “Novo regímen: opinião nossa” in *A Sementeira*, Outubro 1910, p1

⁹⁶ Neste sentido argumentavam os alemães, queixando-se que não era possível o sindicalismo revolucionário desenvolver-se no seu país, devido ao “regime policial, que seria insuportável para homens sedentos de liberdade”. Consideravam que era necessário primeiro desenvolver as liberdades políticas, para que o proletariado se concentrasse na sua acção revolucionária de classe. (Robert Michels, *O sindicalismo e o socialismo na Alemanha*, p30)

Mesmo na Rússia, onde o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário em pleno czarismo constituiu a grande excepção conjuntural, os militantes afirmavam que esta “nova forma de socialismo tem necessidade d’uma liberdade política mais ampla do que as formas anteriores do socialismo.” (Boris Kritchewsky, *O sindicalismo e o socialismo na Rússia*, p41)

⁹⁷ “Considerando que o proletariado se ia enredando pela propaganda democrática, cumpria “encaminhá-lo, desvia-lo das veredas por onde o seu espírito tem errado, sem norte, levado pela mão, e arrancando-o às influências de atrações enganosas, onde se debate desde séculos, mostrar-lhe o campo onde deve combater, lutar pela sua emancipação, luta que não pode ferir-se nos arraiaes burguezes, emancipação que ninguém conquista senão elle, elle, o Povo, o salariado, o miserável, juguete de todos os partidos burguezes, de todas as bandeiras, de todos os processos!”. (*A Greve*, 27 de Abril de 1908, p1)

das luctas políticas que ahi se travam.” Aliás, os sindicalistas demonstraram, como gostavam de sublinhar, “no derimir d’este pleito, entre a monarchia e a República, a maior correcção”. O que para eles significava o maior distanciamento. Como já aventámos, todavia, este alheamento abria uma concessão no que respeitava à defesa das liberdades, que compreendiam poder favorecê-los.⁹⁸

Os sindicalistas revolucionários foram aqueles que mais contrariaram e recearam a “propaganda democrática” no plano teórico, considerando que esta afastava os trabalhadores das suas associações próprias, os sindicatos, atraindo-os para os partidos políticos, organizações burguesas. Tinham, porém, a consciência que a propagandeada democracia favorecería e beneficiaria o seu movimento.

Assim, muito embora a base social de apoio da Primeira República tenha sido a classe média, a pequena e média burguesia, os trabalhadores participaram activamente no golpe do 5 de Outubro, certos de que seriam recompensados pelos novos governantes. Para reclamar a sua gratificação, uma parte do operariado não baixou os braços na sua luta directa contra o patronato. Contudo, também houveram aqueles que procuraram sensibilizar os novos governantes, pensando ser possível arrancar finalmente algumas regalias ao Estado através da intervenção «de interposta pessoa».

Em certos casos, mesmo aqueles que começavam a aderir à nova tendência «do sindicalismo moderno», tiveram uma «recaída» perante esta oportunidade derradeira. Veja-se o caso quase caricato dos manipuladores de tabaco que terão escrito uma vintena de cartas ao ministro das Finanças, confiantes que este consagraria em lei as suas modestas reivindicações.⁹⁹

Entre outros, nomeadamente as federações reformistas, estes operários manifestaram imediatamente no seu órgão *A Defesa Operária*, que até à data se deixara seduzir pela corrente revolucionária, o seu agrado pelo “programa político do governo provisório e suas rápidas e acertadas providências”, afirmando que mesmo quando “há muita gente ahi no elemento popular que duvida. Nós confiamos!”¹⁰⁰ Num esforço conciliador, procurando até convencer os seus camaradas a defender a “República triunphante!”¹⁰¹.

⁹⁸ “Se como salarizados, e como victimas da exploração capitalista não podem nem devem por forma alguma abandonar á mercê do acaso os seus interesses de classe” também não podiam permitir “que se commetta um atropello, um abuso de auctoridades”, e assim haviam de “lavar protesto contra esse abuso e censurá-lo acremente.” (“Os acontecimentos de hontem”, in *A Greve*, 6 de Abril de 1908, p1)

⁹⁹ *Pela República*, in *A Defesa Operária*, 16 de Outubro de 1910, p1

¹⁰⁰ Em 16 de Outubro de 1910, os manipuladores dirigem-se cordialmente ao Sr. Ministro das Finanças, José Relvas, no sentido de este intervir na alteração do regulamento das fábricas de tabaco, desculpando-se “a V. Exc.^a de tão cedo se tornarem importunos” (*Defesa Operária*, 23 de Outubro de 1910, p1). Menos de dez dias depois, a associação da classe volta a importunar o “ Ex.mo Snr. - pedem, e esperam ser atendidos na sua petição, pelo que desde já protestam a V. Ex.^a uma perene gratidão. (*Defesa Operária*, 6 de Novembro de 1910, p1). E por aí em diante.

Perante “tanta greve naquele momento”, condescendendo que “o povo que fez a republica e quer a retribuição”, não deixam também de ser compreensivos com o governo, argumentando que “a missão da republica é defender o capital, a propriedade, a ordem.”¹⁰²

Em 1910, esta corporação não era a única com esta postura. Quando António José de Almeida visita o Porto, a UGT emite um documento, que segundo Manuel Joaquim de Sousa “demonstra claramente o estado mental dos trabalhadores que desejam ser livres”. A “União Geral dos Trabalhadores – federação obreira do norte – representante de 23 associações de classe, desejando manifestar ao governo provisório da republica portuguesa a sua solidariedade moral e material” pede consentimento para apresentar “não uma reclamação, mas apenas uma resenha de actos que ela entende dever solicitar do governo provisório”¹⁰³.

Também os socialistas saudaram “o novo regime com o entusiasmo com que se saúdam as novas instituições que representam um passo mais na obra que prosseguimos”.¹⁰⁴ Todavia, ao manifestar o seu apoio à República comprometendo-se a defendê-la “lealmente”, não deixam de pugnar para que “logo que ella esteja implantada (...) progrida”¹⁰⁵. Com a mudança de regime o reformismo ganhava um novo fôlego – era a sua oportunidade.

Segundo os sindicalistas, o PSP queria conquistar, com a mudança de regime, a criação do Ministério do Trabalho e a sua tutela. Realmente, o que manifestam os periódicos de influência socialista é a tentativa de seduzir os governos republicanos para a tática reformista, de preferência pela intervenção dos socialistas nos executivos.

Os acratas também se congratulam com a mudança de regime, reconhecendo a sua participação directa na revolução e exigindo uma retribuição, nomeadamente a revogação da lei de 1896 contra os anarquistas.¹⁰⁶

A primeira mensagem foi dirigida ao “Exmo. Sr. Presidente da República”, manifestando o total apoio da classe ao novo regime. Um texto que só pode caracterizar-se como bajulador, foi “aprovado por aclamação e de pé!”. (*Defesa Operária*, 6 de Novembro de 1910, p1).

¹⁰¹ Alegando que “convém defender a republica a todo o transe, sendo preciso; é necessário que a republica tenha a peito a causa do povo; custe o que custar; e a democracia social esteja atenta em atitude benévola, e, consolidada a republica, o socialismo prossiga então a sua trajectória do futuro, e o anarchismo não perca de vista a estrella puríssima do seu bello ideal.” (*Defesa Operária*, 13 de Novembro de 1910, p1)

¹⁰² *Defesa Operária*, 27 de Novembro de 1910, p1

¹⁰³ Manuel Joaquim de Sousa “Desorientação ou inconsistência?III”, in *A Aurora*, 20 de Novembro de 1910, p1

¹⁰⁴ “A proclamação da república era necessária por vários motivos: primeiro porque era preciso retirar ao povo a suposição que lhe flutuava no espirito que a republica iria resolver o problema social; segundo para ultrapassar esse período de indecisões em que todos nos deitávamos sem saber como seria o amanhacer no dia seguinte; terceiro porque a queda dos velhos preconceitos monárchicos e religiosos seria um passo para mais facilmente nos aproximarmos do triunfo dos nosso ideais.” (“Acção Parlamentar” in *O Socialista*, 21 de Abril de 1912, p1)

¹⁰⁵ Marius, “Republica Portuguesa”, in *O Trabalho*, 16 de Outubro de 1910, p1.

¹⁰⁶ “Sem desmentirmos a coherencia dos nossos ideais nem quebrarmos os nossos princípios doutrinários, também collaborámos sempre, incondicionalmente, na obra revolucionária (...) bem sabeis vós, homens da República; bem sabeis de que sentimentos se animam os militantes libertários; não ignoraes os princípios de

Contudo, entre estes, como sabemos, destaca-se progressivamente neste período uma corrente que adere à prática sindicalista de inspiração revolucionária, que está mais empenhada em combater os bajuladores do regime. Manuel Joaquim de Sousa, protagonista mais significativo do anarquismo operário, interroga-se se será “Desorientação ou inconsistência?” que leva a classe operária a retroceder à tática reformista.”¹⁰⁷ De facto, no Porto, “com espanto observamos que quasi todas as colectividades e imprensa operária enveredaram pelo mesmo caminho”¹⁰⁸.

Para estes libertários, consistia um “erro crassíssimo, em que caíram os defensores da classe trabalhadora” aconselhar os operários “a não formular reclamações ao patronato por meio da greve”¹⁰⁹ Lamentando que “nem as lutas quotidianas dos nossos camaradas d’além fronteiras, nem os seus importantíssimos congressos (...) onde cada vez se acentua mais o espírito da luta de classes, lhes sirvam de ensinamento.”

O que é interessante é que os anarquistas que se dedicavam à luta reivindicativa admitem que “para este estado de coisas, justo é confessá-lo, muito tem contribuído os anarchistas, porque a sua maior parte tem abandonado a acção sindicalista, com grave prejuízo para o desenvolvimento da propaganda”¹¹⁰.

Os anarquistas do Centro e Biblioteca de Estudos Sociais¹¹¹ reconheciam o perigo da demagogia republicana, e por isso afirmavam que “agora, mais do que nunca, se impõe aos trabalhadores o reconhecimento das duas classes, – burguesa-capitalista e produtora-faminta.”¹¹² É assim que decidem constituir o Comité de Propaganda Sindicalista cujo manifesto defende que a criação do organismo era há muito necessário, e mais se tornou devido à mudança de regime político.

Como vimos, estes militantes acabaram por deliberar ingressar na União Geral de Trabalhadores¹¹³ para que o republicanismo não viesse a substituir o reformismo em detrimento do Sindicalismo Revolucionário.

justiça e de amor que dignificam o nosso apostolado. (...) Honrae a vossa palavra, riscando para sempre dos vossos códigos a infâmia feita lei, o crime base da justiça.” (“Na hora do triumpho”, in *A Aurora*, 13 de Outubro de 1910, p1)

¹⁰⁷ Manuel Joaquim de Sousa, “Desorientação ou inconsistência?”, in *A Aurora*, 6 de Outubro de 1910, p1

¹⁰⁸ Manuel Joaquim de Sousa, “Desorientação ou inconsistência? III”, in *A Aurora*, 20 de Novembro de 1910, p1

¹⁰⁹ Manuel Joaquim de Sousa, “Desorientação ou inconsistência? II”, in *A Aurora*, 13 de Novembro de 1910, p1

¹¹⁰ Manuel Joaquim de Sousa, “Desorientação ou inconsistência? IV”, in *A Aurora*, 27 de Novembro de 1910, p1

¹¹¹ Ver capítulo: *Introdução da Idéa*

¹¹² Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, p83

¹¹³ Organização operária de ideologia social-republicana, que partilhava o movimento sindical com a reformista Federação das Associações Operárias, e que, como vimos, estava rendida ao novo regime.

Os sindicalistas revolucionários lisboetas congratulam-se igualmente com a revolução republicana por três ordens de razão: “porque o operariado, imbuído de esperanças democráticas, dedicava o seu tempo à luta contra a monarquia e desdenhava a organização de classe e a luta económica; (...) porque uma revolução popular, embora só política, produz sempre um abalo salutar, desperta energias, inspira confiança na luta e é fértil em ensinamentos; (...) porque essa revolução pode ter ulteriores desenvolvimentos, e em todo o caso, nos primeiros tempos, no período de popularidade necessária, é obrigada a deixar às classes populares certas liberdades”¹¹⁴.

A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS) de 1909 e o seu órgão, *O Sindicalista*, em vez de bajular os novos governantes, procura então potenciar ao máximo a conjuntura revolucionária em favor das classes trabalhadoras.¹¹⁵ Os sindicalistas tinham esperança que “liquidado com uma revolução o incidente político que durante anos preocupou a sociedade portuguesa” só restassem “frente a frente, duas forças antagónicas”¹¹⁶.

Desta forma, preconizam “que o operariado ingresse nos seus sindicatos profissionais, fornecendo-os e animando-os, e atire para as ortigas todas as esperanças de que dos políticos ou da política possa resultar-lhe outra cousa que não seja ludibrio e opressão”¹¹⁷.

2.3 A ORGANIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

A organização da Idéa

Muito embora os sindicalistas revolucionários almejassem a convergência das duas escolas, na data em que estas ideias penetram em Portugal os socialistas não abdicavam dos seus objectivos políticos, - que julgavam potenciados com o advento de um novo regime -, e os revolucionários recusavam-se a ceder perante estas intenções «politiqueiras». Assim, na data da reunião magna das associações de classe de 1909, a divergência de perspectivas consuma-se na cisão.

Nas vésperas da República eram realizados dois congressos, o reformista – o Congresso Nacional Operário, hegemonizado pelos socialistas – e o congresso cisionista, designado I Congresso Sindical e Cooperativista – da responsabilidade dos elementos radicalizados.

O Congresso Nacional Operário realizou-se a 4 e 25 de Julho de 1909, reunindo-se em Lisboa e no Porto, respectivamente. Na capital estavam representadas 28 associações de

¹¹⁴ “As vantagens da República” in *O Sindicalista*, 29 de Outubro de 1911, p4

¹¹⁵ “Qual foi a tática republicana? Organização das suas forças e propaganda e luta contra o poder constituído! Foi assim que venceu, foi assim que se fez a revolução política de Lisboa. Pois bem! Façamos o mesmo sigam os operários a mesma tática para realizarem a sua revolução económica.” (“As greves” in *O Sindicalista*, 20 de Novembro de 1910, p1)

¹¹⁶ “República” in *O Sindicalista*, 11 de Dezembro de 1910, p1

¹¹⁷ “Peor que na monarchia” in *O Sindicalista*, 18 de Dezembro de 1910, p1

classe, algumas cooperativas e quatro centros socialistas. A Comissão Executiva era composta por dois socialistas (Constantino Martins e Denis Morais) e um anarquista (José do Valle).

José do Valle na primeira sessão propõe a não admissão de elementos estranhos à classe trabalhadora, ou seja, os delegados dos Centros Socialistas. Esta proposta não foi aceite pela maioria do Congresso, reformista, decepcionando os sindicalistas imbuídos do novo espírito revolucionário. Estes militantes reunirão mais tarde na União da Construção Civil o congresso cisionista, onde apenas participarão associações de classe e cooperativas, arrastando consigo os socialistas mais radicais.¹¹⁸

O I Congresso Sindical e Cooperativista realizou-se na Caixa Económica Operária, a 5 de Setembro, com a participação de 31 associações de classe e algumas cooperativas, representando cerca de 20.000 sindicados¹¹⁹.

Nesta assembleia, os documentos discutidos transparecem a influência da nova corrente inaugurada pelo sindicalismo francês.¹²⁰ A tese central aprovada neste congresso, designada *Organização Sindical*, trata “não só da ideologia do Sindicalismo Revolucionário, esboço de uma nova civilização, mas ainda da sua missão transitória, isto é, das conquistas imediatas a realizar.”¹²¹ De facto, este texto não só explana uma estratégia de luta como manifesta uma tese com postulados específicos face às doutrinas de oitocentos.

A tese *Organização Sindical* apresenta uma conceptualização da luta de classes e da emancipação social baseada no associativismo operário apolítico¹²². Organizados apenas segundo o seu papel enquanto produtores, os operários iriam dirigir a produção e a sociedade no futuro.¹²³

¹¹⁸ Alexandre Vieira – “Subsídios para historia do movimento sindicalista em Portugal 1908-1919”. in *Almanaque de A Batalha 1926*. p53-58

¹¹⁹ César Oliveira – O Congresso sindicalista de 1911, p15

¹²⁰ Protecção às mulheres e aos menores nas fábricas; Leis das organizações de Classe: jornada de 8 horas e Cooperativismo e Organização Sindical. (Alexandre Vieira – “Subsídios para historia do movimento sindicalista em Portugal 1908-1919”. in *Almanaque de A Batalha 1926*. p53-58)

¹²¹ *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1

¹²² O operariado português deve “independentemente de quaisquer doutrinas filosóficas individuais, unir-se, agrupar-se, constituindo no mais curto espaço de tempo possível as suas respectivas associações de classe ou sindicatos profissionais onde os não haja.” E, finalmente, terá de “educar-se e desenvolver-se na luta profissional e de classe, formando federações nacionais ou regionais e uniões locais de associações de diversas profissões e, como coroamento, supremo, a Confederação Geral destas duas espécies de organismos operários.” (“Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909”. in *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1)

¹²³ Da “lucta pelos interesses communs e corporativos idênticos nasce natural e espontaneamente a primeira e mais rudimentar das organizações operárias, o sindicato, que tem por base a própria oficina ou fábrica. O segundo estádio de associação prende-se com o officio. A associação de classe originada pela união dos trabalhadores da mesma profissão, não só tem como finalidade a defesa dos interesses materiais communs dos operários de uma mesma indústria, como “vem assumir na evolução da humanidade, conforme a previsão sociológica, a função de órgão productivo” (“Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909”. in *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1)

As teses sindicalistas respeitantes à organização social contrapõem invariavelmente as associações da classe operária às associações típicas da burguesia.¹²⁴ Esta estratégia pressupunha então a constituição de diferentes níveis de corporações¹²⁵, em que a organização central se oporia ao Estado, ou seja, à estrutura política da burguesia, o operariado erguia a almejada Confederação Geral do Trabalho.

A luta de classes, pano de fundo do Sindicalismo Revolucionário, concretiza-se desta forma no embate frontal entre a classe dominante “organizada no empirismo do estado” e a dominada, “organizada no positivismo da sociologia” – no sindicato. Face ao exposto, a tese preconiza: “o operariado em face do capitalismo tem, para alcançar a sua emancipação e obter a realização do seu ideal (...) de lutar directamente, sem interpostas pessoas, quer no campo profissional, quer no campo da luta de classes” por forma a “melhorar desde já e sucessivamente, cada vez mais, as suas condições materiais” e, paralelamente, “de educar-se, de solidarizar-se, e de exercer uma acção comum contra a exploração de que é vítima”. A acção comum baseava-se na solidariedade, sendo a autonomia de cada um destes agregados sempre garantida. A solidariedade inter-corporativa não é apenas um conceito teórico. Veremos, na prática, ao longo deste período, mesmo nas conjunturas mais difíceis, manifestações retumbantes de solidariedade operária, solidariedade essa que muitas vezes determinou a vitória da classe em luta.

A vertente pedagógica, outro dos traços distintivos do Sindicalismo Revolucionário, tem um significado singular, uma vez que o objectivo final da doutrina “consiste em que os agregados profissionais adquiram cada vez mais preponderância na produção das utilidades, até que esta se transforme e se torne socializada.”¹²⁶ Desta forma, a preparação técnica e intelectual da classe desempenha um papel fulcral na doutrina em análise. Este postulado arrastará por vezes o Sindicalismo Revolucionário para um obreirismo sectário, e até para um fisiocratismo, que os integralistas chegarão a elogiar.

¹²⁴ Assim, o sindicato profissional opõe-se “ao patrão quer individual, quer colectivo”, tal como o sindicato de indústria luta contra os “patrões de uma mesma indústria” que formam “(...) monopólios e trusts” e manipulam, através dos “seus serventuários” no parlamento e nos governos “(...) as pautas de que precisam, as leis e a força de que carecem para mais lucros e mais exploração”. Finalmente as federações confederadas poderão lutar “contra a classe patronal, contra toda a burguesia, numa palavra, contra o Estado”. (“Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909”. in *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1)

¹²⁵ Os sindicatos profissionais, as Federações de Indústria e de ofícios, as Bolsas de Trabalho ou uniões locais de sindicatos, a Confederação Geral do Trabalho e, finalmente, a Internacional do Trabalho. As bolsas de trabalho ou uniões locais de sindicatos apresentam-se como complemento desta engrenagem, substituindo-se às federações de indústria onde “as condições naturais” não favoreçam a sua criação. “Estas agremiações, essencialmente de educação e solidariedade tem por fim criar um meio ambiente favorável á luta profissional (...) pela acção em commum, pela conjugação de esforços, pelo auxílio material e moral.” (“Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909”. in *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1)

¹²⁶ Tese Organização Social aprovada pelo I Congresso Sindical e Cooperativista em 1909. Cit. por *O Sindicalista*, 8 de Janeiro de 1911, p1

Resta sublinhar que, se muitos dirigentes são motivados pela crença de que as sociedades caminham inexoravelmente para a abolição do salariato, alguns destes, e provavelmente a maioria dos trabalhadores, eram mobilizados pelas regalias que a acção directa lhes poderia conquistar. A ideia do sindicalismo independente de quaisquer doutrinas filosóficas ou crenças religiosas tinha o objectivo de agregar o máximo de sensibilidades ideológicas em torno de um objectivo concreto – o reforço da luta reivindicativa das classes trabalhadoras – mas também os militantes apolíticos.

Desta forma, a luta fazia-se de pequenas conquistas imediatas, mas estes passos exíguos faziam o caminho para a emancipação integral. Esta dupla finalidade da luta no campo económico tinha a vantagem de alcançar desde os militantes mais corporativistas aos mais idealistas, labutando lado a lado, uns pela conquista de vantagens para si e para a sua classe, outros pela libertação da humanidade.

No congresso, é eleita uma Comissão Executiva, designada CECS (Comissão Executiva do Congresso Sindicalista), secretariada por Jorge Coutinho, operário da construção civil, e composta igualmente pelo caixeiro Joaquim Domingues, pelo corticeiro Mateus Ruivo, pelo operário municipal, Pereira Marta, o caldeireiro de cobre António Alcochetano, entre outros de orientação maioritariamente libertária.¹²⁷

No Porto, dos 57 organismos participantes no congresso reformista, nenhum constituía um centro político, pelo que as sessões decorreram com maior serenidade. As questões tratadas foram, em ambos: *Representação ao Estado sobre a revisão da legislação operária, casas económicas e inquérito económico geral, criação de um Instituto Nacional do Trabalho, questões particulares de cada indústria*. Muito embora a documentação disponível não ofereça informações detalhadas sobre estas reuniões magnas, é possível vislumbrar através dos temas eleitos que a via reformista prevalecia, o que terá determinado a criação da União Geral de Trabalhadores (UGT), que disputará as associações de classe portuenses com a Federação Operária, controlada pelo PSP. Esta, apesar da sua inspiração social-republicana, aceita o princípio da luta de classes.

No Porto, os acratas do Comité de Propaganda Sindicalista do Porto – proveniente do Grupo de Propaganda Libertária – dirigem também todos os seus esforços para o reforço da corrente sindical de feição revolucionária. Uma das suas primeiras iniciativas públicas com real impacte foi o comício de repúdio à lei que regulava o direito à greve, o famoso «decreto-burla» de Brito Camacho.

No âmbito desta acção decidem “que se officie à comissão do congresso sindicalista de Lisboa, participando-lhe as resoluções aqui tomadas, e que seja nomeada uma comissão de

¹²⁷ João Freire, Op. Cit., p404

três membros para se entender com a UGT sobre o movimento que vai incitar neste sentido, afim das duas instituições se inteligenciarem numa acção comum.”¹²⁸

O entendimento com a UGT foi um passo muito importante na evolução do movimento operário no Norte do país, e deveu-se à resolução desta organização em aderir ao II Congresso Sindicalista. Para os anarquistas, esta decisão “trás esperanças sobre a futura orientação do movimento sindicalista”.

Desta forma, Manuel Joaquim de Sousa participa numa assembleia ordinária da UGT como representante da comissão executiva do congresso sindicalista de Lisboa, onde lembrou a história que tinha levado à realização do congresso de 1909 e leu a circular convite do II Congresso e “algumas das theses e afirmou a necessidade da classe trabalhadora entrar numa orientação que mais fácil e rapidamente a conduz á conquista do seu bem estar económico e social.”¹²⁹

A adesão ao congresso de feição revolucionária foi unanimemente aprovada enquanto o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais e a UGT organizavam juntos a luta contra o «decreto-burla» de 15 de Janeiro de 1911.¹³⁰

Em Coimbra, os anarquistas intervenientes no movimento operário também estavam rendidos ao Sindicalismo Revolucionário procurando dinamizar a luta reivindicativa no grupo de propaganda *Estudos Sociaes*.¹³¹ Contudo, a influência destas novas ideias no movimento social em Coimbra ainda pouco se fizera sentir, como admitem na decorrência da greve dos canteiros de 1911, “uma vitória do sindicalismo a registar, uma vez que o sindicato dos canteiros é um dos poucos que seguem uma orientação revolucionária.”¹³²

Naquela região, os condicionalismos locais não favoreciam a acção directa. Ao contrário do que acontecia com Lisboa e Porto, as grandes unidades industriais estavam dispersas pelos concelhos da Figueira da Foz, Soure, Lousã e Góis.¹³³

Em Évora, também já existia em 1909 um Grupo de Propaganda Livre, que distribuía grátis o seu órgão, propriedade da sua Biblioteca - *Avante!*, que propagandeava as novas

¹²⁸ “Comité de Propaganda Sindicalista”, in *A Aurora*, 25 de Dezembro de 1910, p4

¹²⁹ “União Geral de Trabalhadores”, in *A Aurora*, 25 de Dezembro de 1910, p4

¹³⁰ Nas vésperas do II Congresso Sindicalista “reuniram as associações não federadas juntamente com a UGT a convite do comité de propaganda sindicalista, afim de darem a opinião sobre o programa do comité e para resolverem qual a melhor forma de todas se federarem em uma federação puramente sindicalista autónoma”. Nesta reunião foi aprovada unanimemente uma moção que consagrava “que todas as associações não federadas adiram à UGT elaborando uma declaração ou regulamento em harmonia com o princípio sindicalista autónomo”. O programa redigido pelo grupo de propaganda sindicalista foi impresso e distribuído pelas associações. (“Reunião sindicalista” in *A Aurora*, 1 de Maio de 1911, p4)

¹³¹ *A Aurora*, 23 de Julho de 1911, p4

¹³² “Movimento social em Coimbra” in *A Aurora*, 13 de Agosto de 1911, p4

¹³³ José Amado Mendes, “Para a História do Movimento Operário em Coimbra” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p614

ideias referentes ao sindicalismo.¹³⁴ Em Setúbal, a união local foi criada em 15 de Dezembro de 1910.¹³⁵

A propaganda da *Idéa*

A comissão executiva do congresso operário e sindical de 1909 dividiu-se em subcomissões, uma das quais destinada “à propaganda do sindicalismo”. Entre os dois congressos, “mandou vir de França, folhetos, estatutos de *Sindicatos*, de Federações, de Uniões e de Confederação Geral, assim como jornaes, brochuras, etc. satisfez sempre todos os pedidos que da província lhe foram feitos, para enviar documentos e informações precisas, numa palavra: fez quanto pôde por cumprir com a missão de que a incumbiram não poupando mesmo os amigos, como Sá Vianna, Emilio Costa e outros, que lhe fizeram algumas conferências”.

Finalmente, esta comissão foi responsável pela publicação do órgão sindical.¹³⁶ Pouco mais de um mês após a implantação da República, a 13 de Novembro de 1910, é publicado o primeiro número de *O Sindicalista*¹³⁷. O editorial deste primeiro número, intitulado “Nós” é claro ao afirmar-se sindicalista e a sublinhar que o seu objectivo é “destruir o salariado.” O periódico tinha por missão “expor e definir novos processos de luta, novas formas de organização.” Este foi o papel principal do “semanário defensor da classe trabalhadora.”¹³⁸

O Sindicalista de 1910, ao contrário de *A Greve de 1908*, reflecte já um conhecimento profundo da doutrina nascida em França. As frases de Sorel e seus partidários povoam toda a publicação, ao mesmo tempo que são transcritos muitos dos textos fundamentais do Sindicalismo Revolucionário. Sintomático é, por exemplo, o *Folhetim do Sindicalista*, uma secção do jornal, que transcreve integralmente obras como o *ABC do sindicalista: origem, funcionamento, meios de acção, fins do agrupamento sindical*, de Georges Yvevot.

Como Alexandre Vieira refere na sua obra, os militantes portugueses estavam entusiasmados com a eficácia do sindicalismo francês e, conseqüentemente, ávidos de conhecer a teoria que permitia alcançar aqueles resultados práticos. Para além das obras traduzidas, os militantes portugueses também ensaiaram as suas próprias teorizações da temática. Destacados dirigentes operários e alguns dos poucos intelectuais que se uniram ao

¹³⁴ *Avante!*, 1 de Fevereiro de 1909, p1

¹³⁵ João Freire, Op- Cit., p420

¹³⁶ “Relatório da Comissão Executiva do Congresso Operário e Sindical e 1909” in *O Sindicalista*, 12 de Fevereiro de 1911, p2

¹³⁷ Este periódico, que perdurará até 1916 com interrupções, era dirigido por António Evaristo, editado por Alfredo Laureano e propriedade do Grupo Sindicalista.

¹³⁸ *O Sindicalista*, 13 de Novembro de 1910, p1

movimento dissertaram sobre as vantagens da acção directa sobre a acção legal e concorreram com o seu esforço para a difusão do novo sindicalismo – o revolucionário.

Em 1911 são publicadas duas obras fundamentais para o desenvolvimento teórico do sindicalismo em Portugal: *Acção Directa e Acção Legal*, de Emílio Costa, e *Sindicalismo e Acção Directa*, de Manuel Joaquim de Sousa. É de sublinhar o facto de apesar de ambos os autores serem oriundos das hostes libertárias, se esforçarem nas suas obras em distinguir a sua filosofia pessoal das novas ideias em voga, argumentando que não é necessário perfilhar o anarquismo para aderir ao Sindicalismo Revolucionário.¹³⁹

Entre 1908 e 1911, a imprensa operária conhece o seu primeiro período áureo do século XX. Surgem uma média de cerca de três dezenas de novas publicações por ano, destacando-se as de tendência sindicalista e as porta-vozes das associações de classe, que cada vez mais fazem a apologia desta doutrina. De facto, a revelia dos periódicos de influência anarquista ou socialista, emergem quase seis centenas de novas publicações independentes destinadas unicamente à defesa dos interesses das classes, ainda que muitos dos seus dinamizadores proviessem das hostes anarquistas.¹⁴⁰

Conhecidos anarquistas como José do Valle estão rendidos perante a nova doutrina, e não hesitam em citar as vezes necessárias “a velha phrase marxista – *A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores*”. Segundo o acrata, a fórmula “tem neste momento para os proletários portugueses, a mais alta significação. É um grito de revolta e é uma esperança. É um programa de acção e é a visão de um próximo futuro.” Este “ovo de Colombo” emerge do conceito de luta de classes, onde “a arma mais resistente que se conhece (...) – é o sindicato.¹⁴¹

José do Valle, frequentemente responsável pelos editoriais d’O *Sindicalista*, apresenta o plano como perfeito: “se se organizarem rápida e eficazmente (os sindicatos) basta que à moda tolstoiana cruzem os braços, para que a sua acção se torne formidável, reduzindo a burguesia à impotência (...) É a paralyisia social! E isso poderia fazer-se sem o

¹³⁹ Para comprovar esta tese tome-se como exemplo a afirmação de Emílio Costa: “Ser em principio contra a lei. É um ponto de doutrina social; ao passo que a acção directa é uma maneira de defender interesses e direitos, independente de qualquer doutrina. É por isto que a acção directa todos a exercem mais ou menos, conforme as necessidades; e contra a lei, em principio, estão apenas os anarquistas, os quais são sempre, por isso mesmo, partidários da acção directa e estão ao lado dos que a praticam, embora estes não sigam a mesma doutrina que os anarquistas seguem. É o caso de dizermos: todos os anarquistas são partidários da acção directa mas nem todos os partidários da acção directa são anarquistas. Para Emílio Costa, a “acção directa surpreende e incomoda muita gente porque é a expressão da autonomia das classes trabalhadoras.” (Emílio Costa, *Acção directa e acção legal*, p13-23)

Para Manuel Joaquim de Sousa, “o sindicalismo revolucionário (...) é a remodelação profunda da organização operária, que se vae integrando no verdadeiro espírito da luta de classes, desenvolvendo no seu seio o principio da autonomia amplo e fecundo, criando idilogia própria pelo desenvolvimento da organização sindical e federal (...)” (Manuel Joaquim de Sousa – *Sindicalismo e acção directa*, p9)

¹⁴⁰ Ver **Levantamento documental e Gráfico 8** em anexo.

¹⁴¹ O *Sindicalista*, 11 de Dezembro de 1910, p1

derramamento de uma gota de sangue. Só a estreita solidariedade operária era arma suficiente (...). A burguesia cedia imediatamente.”¹⁴²

O acrata reconhece que perante esta expectativa “já não há fúteis questões de particularismos. A theoria sindicalista suprimiu-as e é ahi que reside a sua superioridade.” Muito embora esta fase do movimento esteja marcada pela cisão com o Partido Socialista, o autor apela para a unidade operária, alegando que “cada um pode propagar o systema social que mais e melhor satisfaz as suas aspirações” fora das associações, porque “o que é urgente, o que está acima das discussões theoreticas, é a expropriação da classe burguesa.”¹⁴³

Todavia, se entre os principais entusiastas da ideia estão muitos acratas, também houve aqueles que desconfiaram da eficácia da mesma para a construção da sociedade almejada. Hilário Marques e o grupo d’ *A Sementeira* alertaram para os perigos de tanto entusiasmo com a organização sindical, citando Bertoni: “As grandes federações ocasionam uma centralização unitária. O funcionalismo prospera. Apenas se tem em vista a organização. A organização torna-se um fim, em vez de um meio. O idealismo revolucionário enfraquece.”

Uma parte dos anarquistas não reconhecia “nenhuma diferença entre sindicalistas revolucionários e sindicalistas reformistas” uma vez que “uns e outros reclamam somente reformas”. Segundo estes, “a ideologia anarquista é necessária para mostrar que essas reformas são precárias e illusórias”.

Não consideram a acção directa “suficiente como obra revolucionária se somente se emprega para a conquista de reformas e de vantagens corporativas”, acusando os sindicalistas “chamados revolucionários” de acreditar “que a acção directa é suficiente para tudo”, acabando “por esquecer a propaganda, a favor da greve geral e da expropriação.”¹⁴⁴

Os anarquistas irão progressivamente compreendendo a ameaça que a criação de uma doutrina sindical independente poderia representar para a divulgação das suas ideias entre os trabalhadores. Quando o primeiro entusiasmo esfriar, determinado pelo fluxo reivindicativo, muitos outros, mesmo entre os defensores de primeira linha do Sindicalismo Revolucionário o irão combater no plano teórico.¹⁴⁵

Ao contrário, os socialistas que viram a sua influência gravemente prejudicada pelo recrudescimento do movimento grevista, no período de refluxo, farão os possíveis por

¹⁴² *O Sindicalista*, 15 de Novembro de 1910, p1

¹⁴³ *O Sindicalista*, 29 de Janeiro de 1911, p1

¹⁴⁴ “A conferencia de Bertoni em paris, sobre os sindicatos e a idéa de revolução” in *a Sementeira*, Agosto de 1910, p6

¹⁴⁵ Ver análise do debate entre Emílio Costa, Adolfo Lima, Manuel Ribeiro e Carlos Rates em 1913, no capítulo: *Ideias divergentes*.

evitar que «sindicalistas puros» se convertam ao anarquismo, sublinhando a autonomia e a independência sindical face a qualquer escola filosófica.¹⁴⁶

A propaganda do Sindicalismo Revolucionário, como já foi referido, atraía muitos socialistas, nomeadamente da ala possibilista, como Luiz Figueiredo, que na data da apresentação d' *O Sindicalista*, repete em unísono a fórmula «A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos mesmos trabalhadores» e alega “que a noção de luta de classes é a base fundamental do socialismo científico”, citando o Manifesto do Partido Comunista.¹⁴⁷

Todavia, a unidade operária estava ainda distante, e quando os sindicalistas revolucionários organizaram o seu segundo congresso os socialistas, na sua maioria, ainda não queriam “nada com os anarquistas”.¹⁴⁸

Na realidade, nesta fase, eram os anarquistas os aliados preferenciais dos sindicalistas, e assim, quando *O Sindicalista* saiu pela primeira vez para a rua, *A Aurora* no Porto, esclareceu que “o semanário estava destinado a divulgar os princípios do Sindicalismo Revolucionário que tão guerreados e deturpados tem sido, principalmente pelos socialistas”.¹⁴⁹

O reforço da *Idéa*: O II Congresso Sindicalista de 1911

É após a revolução republicana, e em paralelo com as grandes greves dos primeiros anos do novo regime, que a doutrina sindicalista conhece o seu período de maior atracção, culminando no reforço da organização de feição revolucionária do operariado com a reedição do congresso sindicalista em 1911.

Os sindicalistas esperavam que o segundo congresso afastasse definitivamente os trabalhadores das ilusões reformistas, reafirmando as resoluções do congresso de 1909. Durante as nove sessões que tiveram lugar na Associação dos Compositores Tipográficos, a orientação sindicalista revolucionária foi efectivamente reafirmada, e neste congresso estavam já representados 35.391 trabalhadores.¹⁵⁰

¹⁴⁶ Marius – “Sindicalismo” in *O Trabalho*: semanário da classe trabalhadora, 31 de Maio de 1908, p1

¹⁴⁷ Este militante é forçado a admitir “quão errada é a teoria dos que preconizam os chamados socialistas adstrictos da burguesia, que querem substituir a luta de classes pela cooperação de classes”. Isto porque, como o seu próprio periódico noticia “há efectivamente uma grande massa de trabalhadores que aderiu à reivindicação social e económica, quer dizer de patrão e operário, opinando que fora deste campo não tem o operário que estender a sua acção até ao mais elevado objectivo (“Política de classe” in *O Trabalho*: semanário da classe trabalhadora, 22 de Novembro de 1911, p1)

¹⁴⁸ Em Agosto de 1911, num centro socialista-democrático, no âmbito da discussão sobre a recusa da constituinte em consagrar o direito à greve, houve um militante que propôs efectuar um “convite aos anarquistas e sindicalistas para tomarem parte na batalha”. Todavia, vários oradores – incluindo o deputado socialista Nunes da Ponte – foram contra. Contudo, os anarquistas previam que os seus concorrentes haviam de ceder (“Nada com os anarquistas” in *A Aurora*, 20 de Novembro de 1910, p4)

¹⁴⁹ “O Sindicalista” in *A Aurora*, 13 de Agosto de 1911, p2

¹⁵⁰ Cit. por César Oliveira, *O congresso sindicalista de 1911*, p33-39.

Na secção inaugural, Edmundo Oliveira, que presidia aos trabalhos, “depois de sustentar que só do próprio esforço o operariado deve esperar o triunfo da sua causa, lembra que sendo este congresso como que um prolongamento do primeiro, realizado em 1909, e no qual se aprovou a acção directa, como método de lucta, todos os sindicatos que ao 2.º congresso adheriram, implicitamente aceitaram os princípios antes defendidos”.¹⁵¹

Nestas deliberações está bem sublinhada a crítica ao intervencionismo estatal em favor do patronato e a inutilidade das reformas legais. O novo regime é analisado numa perspectiva de classe, defendendo que não há arbitragem possível entre interesses antagónicos, e que o Estado dito democrático está ao serviço da burguesia.

O espírito em que decorre o segundo congresso, sete meses após a implantação da República, confirma a análise da imprensa operária, que reflecte o esforço por parte dos sindicalistas de afastar os trabalhadores dos centros políticos e das ilusões democráticas, mobilizando-os para a luta reivindicativa.

É de destacar que as organizações sindicais presentes no congresso dão a indicação de que a nova doutrina penetrou preferencialmente nos centros urbanos e industriais, onde a concentração de trabalhadores era considerável, ganhando principalmente os operários das indústrias, como a da construção civil, a metalúrgica ou a corticeira, mas também outro tipo de assalariados associados em grande número, como os marítimos ou os trabalhadores ligados à viação terrestre e marítima. O Sindicalismo Revolucionário contou ainda com alguns trabalhadores de tipo artesanal, como os sapateiros ou os alfaiates, quando estes se concentravam nas principais cidades.¹⁵²

Esteve presente a União Geral de Trabalhadores do Porto, já tomada pelos anarquistas do Grupo de Propaganda Sindicalista do Porto, representando vinte e cinco sindicatos, que veio defender a independência face à Federação das Associações Operárias – hegemónicas pelo Partido Socialista.¹⁵³

A primeira tese referente aos *Princípios gerais de organização* desenvolve a formulação teórica presente na tese do congresso precedente – *Organização Sindical*. A evolução observada prende-se muito provavelmente com um maior conhecimento das obras teóricas do Sindicalismo Revolucionário, testemunho disso mesmo são as inúmeras referências às mesmas, como por exemplo no destaque dado à necessidade de investir na educação dos

¹⁵¹ *O Sindicalista*, 7 de Maio de 1911, p2

¹⁵² Ver anexo referente aos sindicatos por sector no 2.º Congresso Sindicalista

¹⁵³ No manifesto que dirige ao 2.º Congresso Sindicalista, “estabelece em definitivo, que a sua acção será exclusivamente no campo económico-social, contra o estado e o salariado, independentemente e fora de qualquer partido político (...). E não ferindo ou coarctando o direito de cada um pensar como entenda, sustenta a pura e única doutrina que mais convém a todos os que são escravizados pelo trabalho, todos podem estabelecer um pacto de solidariedade no campo económico social para as conquistas imediatas que (...) abreviam a queda do capitalismo (...)”. (Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit.. p83-87)

trabalhadores, que os autores, “como Pierrot”, afirmam ter como finalidade “mostrar aos indivíduos a causa dos seus sofrimentos, das suas lutas, da sua miséria, da sua escravidão” de forma a que estes desempenhem um papel consciente na transformação da sociedade.

Por outro lado, na enunciação das tarefas de cada organismo, é dada cada vez mais evidência às funções que os diferentes organismos terão na sociedade futura, como comprova a perspectiva de que, por exemplo, as uniões locais “poderão representar no futuro (...) o papel de municipalidades”.

O acento dado à independência doutrinal do sindicalismo é igualmente de sublinhar: “Estes princípios não são estabelecidos á priori (...), mas, posto que, influenciados pelo meio, nascem da própria acção e desenvolvimento da classe operária, sem se subordinar a qualquer escola política ou filosofica”¹⁵⁴.

A segunda tese, *Greves e arbitragem*, reflecte que o movimento reivindicativo que se desenvolvia durante a preparação do congresso terá determinado uma radicalização considerável dos meios de acção.¹⁵⁵

O operariado “desque que se compreendeu a força da paralysação colectiva estava achado o lado fraco do colosso, tinha-se encontrado o meio de obrigar os poderosos a olharem com mais atenção para a machina humana, sem a qual as outras nada são.” É neste documento que melhor se distingue o combate ao reformismo e a intervenção de intermediários, uma vez que “é nas greves que se torna mais perigosa [a intervenção] de elementos estranhos à classe.” Estes, a grande parte das vezes, procuram reduzir a combatividade dos operários, impedindo-os de arrancar ao patronato as regalias merecidas.¹⁵⁶

A greve tem um papel central na teoria sindicalista revolucionária, sendo que a sua generalização completa equivaleria à revolução social. Em 1911, os sindicalistas reconhecem - “não temos a pretensão de realizarmos já a greve geral-revolução. Nós sabemos que ela vem longe ainda; mas também sabemos que as greves parciais, cada vez mais generalizadas, são um preparo admirável para a greve-revolução”.

Determinado pela ofensiva operária será ainda o acentuar da independência sindical, defendida na tese sobre *Legislação Operária*, que, entre outras coisas, conclui “que a

¹⁵⁴ “Tese Principios Geraes de Organização, Sindicatos, Federações de Officio ou Industria, Uniões Locaes ou Bolsas de Trabalho, Confederação Geral: aspirações, missão transitória, funcionamento” in *O Sindicalista*, 12 de Fevereiro de 1911, p3

¹⁵⁵ Esta tese defende: “(...) não prevenir a entidade patronal; (...) evitar contracto (...) de onde possa resultar entrave à liberdade de acção do grevista; (...) Intensificar de todas as formas a propaganda anti-militarista; (...) preparar a opinião pública pela educação constante (...); repudiar a arbitragem”. (“Tese Greve e arbitragem” in *O Sindicalista*, 20 de Fevereiro de 1911, p3)

¹⁵⁶ “Tese Greve e arbitragem”, in *O Sindicalista*, 20 de Fevereiro de 1911, p3

intervenção do estado (...) se deve evitar por ineficaz e perigosa”.¹⁵⁷ A tese analisa a legislação portuguesa e, com base em obras dedicadas à mesma, demonstra como o poder central tende a limitar os direitos de associação dos trabalhadores. Já no 1.º Congresso dos sindicalistas revolucionários defendiam que o caminho era a libertação das teias legais, o decreto de Brito Camacho vinha comprovar esta tese.¹⁵⁸

Ainda nesta tese, ao defender a inutilidade de um Instituto do Trabalho, dá-se combate ao projecto reformista do Partido Socialista, que naquela data procurava integrar-se num governo republicano através da sua criação.¹⁵⁹

Por outro lado, a mesma tese defende os contratos colectivos de trabalho, classificando-os de sintoma da fase histórica vivida, em que às instituições autoritário-burguesas se opõem as novas formas de agregação social, os sindicatos e as associações profissionais. Os contratos colectivos, ao contrário das reformas estatais, resultam de negociações com carácter de luta, ou seja da acção directa¹⁶⁰. É de realçar que os autores do documento tiveram a necessidade de justificar que, neste caso, a liberdade individual beneficia em sujeitar-se aos interesses comuns.¹⁶¹

Concluindo, as teses do 2.º Congresso Sindicalista reflectem um conhecimento mais aprofundado dos fundamentos teóricos do Sindicalismo Revolucionário, bem como a aprendizagem adquirida pelo desenvolvimento do movimento reivindicativo, e na experiência da transformação do regime. É acentuada a proclamação da independência ideológica do sindicalismo face a quaisquer doutrinas filosóficas, e, paralelamente a independência da sua luta reivindicativa face a quaisquer intermediários, em particular o Estado.

A estruturação da *Idéa* – sindicatos, uniões e federações

O Sindicalismo Revolucionário foi a doutrina da acção. Assim, estabelecido o fim - a supressão do salariado - e o método - a acção directa contra o patronato e o Estado -, restava organizar o proletariado para a luta de classes, nos seus organismos próprios, ou seja, pôr em prática as deliberações dos congressos.

Os dois congressos supradescritos, como foi explicado, representavam uma corrente no seio do movimento operário português, até aí liderado pelos socialistas. Esta corrente alargou-se de tal forma nestes escassos anos que veio a determinar a unidade operária

¹⁵⁷ Cit. por Alexandre Vieira, Op. Cit., p58-62

¹⁵⁸ Interessante é verificar a desconfiança do movimento em relação às novas regras republicanas. Os dirigentes esperam com pessimismo “algum golpe de decreto que mais corte a acção” das associações de classe. (César Oliveira, O Congresso Sindicalista de 1911, p51-52)

¹⁵⁹ (César Oliveira, O Congresso Sindicalista de 1911, p53-55)

¹⁶⁰ César Oliveira, O Congresso Sindicalista de 1911, p64

¹⁶¹ César Oliveira, O Congresso Sindicalista de 1911, p62-63

assente no critério da neutralidade ideológica e política consumada na União Operária Nacional (UON), criada em 1914.

Paralelamente à publicação de inúmeras obras de propaganda, em volumes, folhetos e brochuras, foi criada cerca de uma centena de sindicatos, tiveram lugar diversos congressos operários, criaram-se federações profissionais ou de indústria e uniões locais e editaram-se periódicos corporativos de orientação sindicalista.

Este reforço organizativo ocorreu por iniciativa ou com o apoio da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS) saída dos dois congressos referidos. Uma das decisões da CECS foi enviar delegados sindicais às zonas rurais, com o objectivo de propagandear o Sindicalismo Revolucionário e criar associações de classe. Estas delegações, nas quais se destaca Carlos Rates, percorreram o Alentejo, as Beiras, o Algarve e Trás-os-Montes, à mercê de uma repressão implacável, mas atingiram o seu objectivo.¹⁶²

A Comissão Executiva do II Congresso promoveu igualmente a organização das Associações de Classe de Lisboa e do Porto. Às federações reformistas opõem-se a partir de então as uniões revolucionárias. Em Lisboa passou a funcionar a União de Sindicatos Operários (USO) de Lisboa, no Palácio do Marquês de Pombal, na Rua do Século, em conjunto com *O Sindicalista* e a Comissão Executiva. O sumptuoso edifício passou a designar-se *Casa Sindical*.

No Porto, em Dezembro de 1911 a União Geral dos Trabalhadores passa a designar-se União Geral dos Trabalhadores da Região Norte. No convite para a sessão inaugural afirma-se que “é conveniente que todos os trabalhadores assistam a esta sessão onde será exposto o programa de organização baseada nos modernos princípios sindicalistas”¹⁶³.

Em Setúbal e em Évora, são contemporaneamente criadas estas estruturas, ao mesmo tempo que em Tomar, Braga, Guimarães ou Coimbra se observa a reconversão das antigas federações reformistas ao novo modelo organizacional sindicalista, que previa a criação de um conselho, onde estariam representados todos os sindicatos aderentes.¹⁶⁴ Ainda que débeis e muitas vezes efémeras, estas organizações tiveram um papel destacado em determinados surtos grevistas, nomeadamente na mobilização solidária de associações de classe de ofícios distintos.

As federações corporativas eram, contudo, os organismos preferenciais para a concretização dos objectivos sindicalistas, a organização da greve geral revolucionária e a gestão da nova sociedade daí nascida. Em harmonia com a doutrina federalista e

¹⁶² César Oliveira – A criação da União Operária Nacional, p23

¹⁶³ “União Geral dos Trabalhadores do Norte”, in *A Aurora*, 31 de Dezembro de 1911, p2

¹⁶⁴ João Freire, Op. Cit., p421

autonomista, as federações têm os seus próprios estatutos e são dirigidas supremamente pelos seus congressos, sendo o conselho federal o garante da execução das suas decisões.

Os grandes precursores do Sindicalismo Revolucionário – os tipógrafos – reuniam-se nacionalmente desde 1905, quando foi criada a União das Artes Gráficas. Entre 29 de Outubro e 1 de Novembro, o seu II Congresso vota a Federação Tipográfica Portuguesa, a primeira de ofício. Nesta classe as diferentes tendências ideológicas convivem harmoniosamente, o que pode ajudar a explicar terem sido tipógrafos, como Alexandre Vieira, os que mais seriamente lutaram pela independência do sindicalismo faces às antigas escolas políticas.

Os chapeleiros, porém, antecederam-se, reunindo o seu primeiro congresso em 1904. O 2º realizou-se em Dezembro de 1911. Desta classe saíram alguns dos mais desatacados dirigentes do anarco-sindicalismo portuense, mas no Sul esta indústria era predominantemente reformista.

Entre 25 e 26 de Agosto de 1912, reúne-se o 1.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Évora, contando com a presença de 30 sindicatos, representando cerca de 12.000 sindicados. Foi votada a Federação Rural que aderiu à Comissão Executiva. Após o congresso começa a publicar-se o *Trabalhador Rural*, de feição claramente sindicalista. Entre 5 e 7 de Abril de 1913, novamente em Évora, tem lugar o 2.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, onde estiveram presentes já 68 sindicatos, representando cerca de 25.000 sindicados.¹⁶⁵

Os rurais dividiam-se entre o anarco-sindicalismo e o Sindicalismo Revolucionário¹⁶⁶. Todavia, nestes primeiros anos, a influência de Carlos Rates, que estivera na origem da grande maioria das associações, faz-se sentir, bem como do destacado sindicalista de Coruche – Manuel Ferreira Quartel –, garantindo a independência d'O *Trabalhador Rural* face à propaganda libertária. O recurso à greve geral foi votado em congresso.

O sector da construção civil realizou o seu primeiro congresso nacional entre 1 e 5 de Maio de 1911, no Porto, do qual resultaram duas federações regionais, do Norte e do Sul, representando 23 associações de classe. Entre 1 e 2 de Dezembro do ano seguinte, a federação do Sul voltou a reunir-se em assembleia magna. O *Constructor*, que não era publicado desde 1907, volta ao prelo. Nesse ano era dirigido pelo socialista Santos Júnior e citava Jules Guesde,¹⁶⁷ na segunda série, transcrevia o *Germinal* e publicava Elisée Reclus.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Alexandre Vieira, Op. Cit.. P67-68

¹⁶⁶ João Freire, Op. Cit. p412

¹⁶⁷ “Poucas Palavras” in *O Constructor*, 28 de Abril de 1907, p3

¹⁶⁸ *O Constructor*, 17 de Março de 1912, p1

Os metalúrgicos reuniram-se nacionalmente em 9 Março de 1913, constituindo igualmente a sua federação corporativa. Esta classe incluía anarco-sindicalistas e anarquistas, mas o Sindicalismo Revolucionário foi bem aceite numa indústria moderna que também virá a aderir ao bolchevismo.

A Federação Corticeira foi criada em Outubro de 1912, agrupando 24 sindicatos e a Federação do Calçado fundou-se em Abril de 1913, com 17 associações da classe. Em ambas a corrente anarco-sindicalista triunfou. Contudo, nestes primeiros anos, o Sindicalismo Revolucionário era propagandeado como nova doutrina.

Houve outras classes que muito embora fossem contagiadas momentaneamente pelos surtos grevistas, adiaram o compromisso federativo, devido à debilidade das suas organizações, como os tanoeiros, ou porque, muito embora tivessem organizações fortes e activas, recearam o radicalismo revolucionário. Os ferroviários são um bom exemplo disso¹⁶⁹.

No Norte, era sobretudo no Porto que algumas classes industriais aderiam à acção directa, quando um movimento grevista surgia nos meios rurais os próprios dirigentes ficavam surpreendidos, como aconteceu quando em Abril de 1912 os trabalhadores rurais de Mirandela se declararam em greve geral.¹⁷⁰

Desta forma, os militantes do Norte eram impelidos pelos do Sul e seus grandes movimentos. Muitas vezes o cabeçalho d'*A Aurora* é semelhante ao d' *O Sindicalista*, com uma diferença pertinente, onde o segundo fala em militantes sindicalistas, o primeiro acrescenta sindicalistas e anarquistas, manifestando já as diferentes tendências que surgiam no seio da corrente revolucionária.

Todavia, o anarco-sindicalismo portuense, sem movimento reivindicativo concreto, apenas se conseguirá distinguir da corrente em análise quando o refluxo da luta reivindicava e a desorientação face à guerra, o tornar uma alternativa aliciante, sobretudo para as juventudes.

¹⁶⁹ Ver anexo referente à população sindicalizada por sectores.

¹⁷⁰ *A Aurora* exclamava “quem diria ainda há pouco tempo que os rurais do norte viriam à luta (...). ninguém esperava que se servissem da greve tão cedo...e tudo isto porque até agora, confiados na bondade dos proprietários, na esperança sempre baldada de que eles um dia lhes melhorariam a sorte; e tudo isto porque a luz ainda não tinha ido até eles, entregues como estavam aos vários caciques políticos (...). Este despertar é para nós consolador, porque consiste no início do grande facto que se há de consumir, já agora não mui longinquamente, com a revolução expropriadora da Terra e dos instrumentos de trabalho com a percurssão do advento do sublime comunismo anarquista.” (“Em Mirandela os trabalhadores ruraes deste concelho declaram-se em greve geral”, in *A Aurora*, 7 de Abril de 1912, p2)

2.4 A TÁCTICA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

A eficácia da *Idéa*

Como ilustrámos nos capítulos anteriores, foi a notícia dos resultados práticos da acção directa aplicada em França que determinou a introdução dos princípios teóricos do Sindicalismo Revolucionário no movimento operário português. Veremos, como o efeito do movimento de fluxo e refluxo da luta reivindicativa nacional, foi igualmente determinante para a absorção e adaptação destes postulados.

As associações de classe portuguesas, que durante os seus 30 anos de existência, ainda não haviam constituído qualquer ameaça para a sociedade vigente, haviam iniciado em 1903 um período de contestação sem precedentes¹⁷¹ que se foi lentamente desenvolvendo paralelamente à falência da solução constitucional da monarquia. Em 1910, o movimento grevista conhecia um percurso ascendente, contribuindo para um clima de instabilidade social favorável à queda do antigo regime. No início de Outono de 1910, os arredores de Lisboa estavam paralisados pelos corticeiros, tanoeiros, garrafeiros, entre outros.¹⁷²

Quando triunfaram as forças republicanas, o operariado não baixou os braços, de forma a garantir a retribuição do seu papel. Muito embora o governo provisório procurasse acalmar os ânimos com a promessa de que, mal estivesse consolidado o regime político, a questão social seria resolvida, muitos destes trabalhadores já não estavam dispostos a esperar.

A questão corticeira, manifestando-se em plena transformação do regime, é reveladora da conflituosidade social em que se implantou a Primeira República portuguesa, mas também de que forma o operariado aproveitou um período de transição e consolidação do poder político para pressionar as classes dominantes e os seus representantes no aparelho de Estado através da propagandeada acção directa.

A classe corticeira, como nenhuma outra, estava apta e preparada para recorrer à acção directa.¹⁷³ É assim que conseguem desacreditar a autoridade do último ministério da monarquia constitucional, liderado por Teixeira de Sousa e, posteriormente, pôr contra a parede o novo executivo republicano.

¹⁷¹ Ver cronologia de Carlos da Fonseca, Op. Cit.

¹⁷² José Mattoso (dir.) – “A estranha morte da monarquia constitucional” in *História de Portugal: A segunda Fundação (1890-1926)*. 6º vol., p374

¹⁷³ É de destacar que Portugal era dos maiores produtores de cortiça (“tinha mais de 70 por cento da produção mundial”) e o maior exportador mundial. E apesar de apenas um quarto da matéria-prima ser destinado à indústria nacional, esta empregava cerca de 13 mil operários, “levantando os corticeiros a primazia nos movimentos associativos devido à sua associação que é talvez a melhor do paiz.” A classe corticeira contava com nove associações de classe, sete secções e dois comités em todo o país, representados, na sua maioria, na federação corticeira, de que o jornal *O Corticeiro* era propriedade. Os operários corticeiros, na sua maioria, sabiam ler e escrever. (*O Corticeiro*, 1 de Outubro de 1910, p1)

Os operários reivindicavam a proibição da exportação da cortiça em bruto, que inviabilizava o desenvolvimento da indústria de transformação e consequentemente os seus postos de trabalho. Os representantes da lavoura e da indústria corticeira viam os seus interesses afectados e reagiam, fazendo uso dos seus deputados e, posteriormente, dada a fragilidade do novo poder instituído, enfrentando directamente os operários em greve, através do *lock out* patronal das fábricas.

A contenda teve início a menos de um mês da implantação da República, em Silves: “os operários corticeiros impedem pela força a saída de cortiça em prancha – os marítimos que tripulam os barcos que deviam levar a cortiça fraternizam com os corticeiros. – o comércio fecha os seus estabelecimentos acompanhando os corticeiros no seu protesto contra a saída da cortiça em prancha”¹⁷⁴. As outras classes operárias acompanham os corticeiros no seu movimento de protesto, havendo pela primeira vez a perspectiva de uma greve geral de todas as classes operárias.

Os arredores de Lisboa praticamente paralisam. Aos corticeiros unem-se tanoeiros, garrafeiros e outros ofícios; o Barreiro cai nas mãos dos grevistas. As classes médias estavam solidárias com as reivindicações operárias que, defendendo a produção nacional, assumiam um carácter patriótico. A imprensa republicana incentivava o descontentamento, publicitando a «greve geral dos cidadãos» – formara-se o designado bloco social do 5 de Outubro.

A classe operária fez um grande favor à revolução republicana ao desautorizar o presidente do conselho – Teixeira de Sousa – obrigando-o a capitular na sua obstinação em não suspender a exportação de cortiça em bruto. Um dia depois de ter jurado que não o faria, milhares de operários de 30 fábricas corticeiras, em protesto no Terreiro do Paço, fizeram-no mudar de ideias. Teixeira de Sousa viu-se obrigado a publicar a portaria de 28 de Setembro de 1910 que proibia a exportação da cortiça em bruto.¹⁷⁵

Em compensação, as classes médias e a burguesia liberal, ao emanciparem-se politicamente implantando a República, abriam um novo espaço para o recrudescimento da luta pela emancipação económica do operariado, que os sindicalistas tão bem souberam aproveitar. Uma vez no poder, o jovem regime também não ousou alterar a lei. Os corticeiros, aliás, apressaram-se a avisar: “por agora interessa saber à classe corticeira se o novo governo republicano mantém ou não as disposições proibitivas da exportação da cortiça em bruto (...) quer-nos parecer que o governo republicano fará todo o possível para manter a proibição da cortiça em bruto, que é de todo justa, e trás para o novo régimen adhesões

¹⁷⁴ “Em Silves” in *O Corticeiro*, 17 de Setembro de 1910, p1

¹⁷⁵ “A estranha morte da monarquia constitucional” in *História de Portugal*. Vol. 6, p374.

sinceras e valiosas como já pode avaliar com a greve dos corticeiros nas vésperas da implantação da república”.¹⁷⁶

A questão corticeira estava longe de estar resolvida. Num dos principais centros corticeiros do país – Silves –, os operários mantinham-se firmes. O corticeiro Sebastião Serol foi morto e feridas algumas dezenas de pessoas, entre elas mulheres, em greve por um contrato de trabalho que obrigaria a não exportar senão uma quantidade determinada de cortiça.

A luta reacende. José Relvas – ministro das finanças – afirmará que a crise gerada pela questão corticeira representou “uma das horas mais difíceis da minha vida ministerial. O Governo estava ameaçado de uma crise muito grave, que não era apenas a greve dos corticeiros, mas a greve solidária de todo o operariado (...).¹⁷⁷ Dia 21 de Novembro, a República faz publicar uma portaria que regulamenta provisoriamente a questão corticeira.¹⁷⁸

A verdade é que os governos liberais consideravam que “não se acautelando a tempo” se viriam confrontados com “a peor das crises operarias.”¹⁷⁹ Na assembleia constituinte, Jacinto Nunes, representante da lavoura e dos industriais, pressiona igualmente o governo.

O deputado Alfredo Ladeira – o trabalhador deputado que os republicanos usavam para seduzir o operariado – acusa Jacinto Nunes de defender, acima de tudo, os seus interesses de produtor de cortiça, e alerta a câmara dos deputados: “a classe dos corticeiros é uma classe amiga da Republica; não a vamos nós contrariar e prejudicar de forma que ella amanhã se lance numa greve a que fatalmente adherirão outras classes (...) receio muito que amanhã, declarando-se a greve dos corticeiros, ella venha a degenerar na greve geral.”¹⁸⁰

Paralelamente, “um grupo, mais ou menos numeroso, de operarios corticeiros se dirigira ao Ministerio das Finanças, para dar todo o apoio ao Sr. Ministro e agradecer-lhe o papel que desempenhara na questão corticeira, mas que, não estando o Sr. Ministro, o seu secretario dissera aos operarios que fossem ao Parlamento, que ali seriam recebidos, e que podiam estar certos de que S. Exa. o Ministro havia de manter inflexivelmente a solução que dera á questão. A procissão dos operarios seguiu pelas principaes ruas da cidade até o Parlamento, e durante o percurso soltaram, vivas ao Governo, ao Sr. Ministro das Finanças, e morras

¹⁷⁶ “Em república” in *O Corticeiro*, 8 de Outubro de 1910, p1

¹⁷⁷ Centro de Estudos do Pensamento Político. Disponível em linha: <http://www.iscsp.utl.pt/cepp/anuario/secxx/ano1912.htm>

¹⁷⁸ *O Corticeiro*, 26 de Novembro de 1910, p1

¹⁷⁹ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 13 de 4 de Julho de 1911, p5

¹⁸⁰ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 16 de 7 de Julho de 1911, p4

ao Deputado Jacinto Nunes, sendo necessário empregar a força para não invadirem o Parlamento”¹⁸¹.

Jacinto Nunes censurava o governo de ceder perante as pressões operárias e defendia que “quem não tem coragem para resistir a pressões não ocupa certos lugares.”¹⁸² E é então que, perante a eficácia da acção directa dos operários contra o Estado, o patronato decide utilizar a mesma tática.

Os produtores de cortiça não estavam interessados em soluções de consenso, exigiam simplesmente a abolição de “toda a obra do Sr. Ministro das Finanças sobre o assunto.”¹⁸³ Assim, se no mês de Julho pressionaram o governo, não obtendo os resultados desejados, em Agosto recorrem ao *Lock out* – era a luta de classes sem intermediários que o Sindicalismo Revolucionário instigava.

No Verão quente de 1911, operários e industriais corticeiros enfrentam-se directamente. Os trabalhadores realizam comícios em Almada, Seixal, Barreiro e Poço do Bispo. Os recortadores de Silves e os operários da fábrica Tavares e C.^a em Castelo Branco levam a cabo greves vitoriosas. Em Portalegre e Almada, a classe está em luta.

O Conde de Silves lidera então a resposta patronal. Ordena o encerramento da fábrica do Caramujo, alegando que “o esboço de lei que a classe corticeira estava elaborando, lhe trazia graves prejuízos.” Seguidamente os industriais das fábricas “*Vilarinho e Sobrinho*, Caramujo, Peixe, Poço do Bispo e Mascarenhas” declaram o *lock-out* patronal das fábricas.¹⁸⁴

Às oito horas do dia 22 de Agosto, a fábrica *Vilarinho e Sobrinho* é incendiada, enquanto decorria um comício operário na Cova da Piedade. São presos dezenas de corticeiros e imediatamente a classe declara greve geral de solidariedade. O *lock-out* patronal mantém-se.¹⁸⁵ Só em Setembro, depois de vinte dias de greve, a indústria corticeira volta a laborar.

Os corticeiros conseguem que os operários de Almada sem trabalho sejam admitidos.¹⁸⁶ Os operários presos são defendidos pelo famoso anarquista Campos Lima, sendo libertados em Novembro. Os industriais que tinham sido parte acusatória foram condenados nas custas e selos do processo. A lei fica de pé.¹⁸⁷

Importa sublinhar os contornos ideológicos desta paralisação. O reformismo estatal era atacado pelo sindicalismo como modelo de transformação social. Todavia, a luta por

¹⁸¹ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 26 de 20 de Julho de 1911, p3

¹⁸² Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 13 de 4 de Julho de 1911, p5

¹⁸³ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 14 de 5 de Julho de 1911, p4

¹⁸⁴ “Comícios greves e lockouts” in *O Corticeiro*, 12 de Agosto de 1911, p1

¹⁸⁵ Fábrica vilarinho e sobrinho foi incendiada e presos uma série de corticeiros” in *O Corticeiro*, 26 de Agosto de 1911, p1

¹⁸⁶ *O Corticeiro*, 17 de Setembro de 1911, p1

¹⁸⁷ *O Corticeiro*, 9 de Dezembro de 1911, p1

reformas que privilegiassem os trabalhadores, arrancadas ao Estado pelo seu «esforço próprio», era defendida pelos sindicalistas como forma de consciencialização de classe. Neste caso concreto, os corticeiros enfrentaram os seus dois principais adversários – o Estado e o Patronato – no mesmo movimento e através da mesma estratégia – a pressão exterior. Saíram vitoriosos.

O deputado Alfredo Ladeira, muito embora se tenha destacado no debate parlamentar, não conseguiu que os corticeiros lhe reconhecessem legitimidade representativa – os sindicalistas rejeitavam qualquer representação.

A greve geral surge como a mais eficaz arma nesta luta concreta, a mais ameaçadora, constituindo a pedra de toque de toda a teoria e prática sindicalistas. É pela constatação da sua eficácia que o operariado ganha consciência da sua força. No futuro, a greve geral revolucionária faria o Estado burguês e a burguesia ceder, não a uma reforma pontual, mas na capitulação do seu regime económico. Importava, assim, usá-la sempre que possível.

Finalmente, importa frisar que as reivindicações das greves sindicalistas ultrapassam em muito a simples luta corporativa por aumento de salário ou diminuição da jornada, ou seja pela melhoria das condições de trabalho realizadas na lógica do sistema capitalista. O combate directo e revolucionário dos trabalhadores, assume um carácter político, muito embora estes desdenhem o conceito, referindo-se em específico ao parlamentarismo.

Os corticeiros lutavam por uma política económica que defendesse os seus interesses de classe. Este exemplo irá repetir-se ao longo deste período, como por exemplo na greve geral de todos os consumidores em 1918, que iremos analisar no capítulo referente ao período da guerra.

Os limites da *Idéia*

Se as vitórias marcaram a consciência colectiva, contribuindo para a difusão das ideias em análise, as derrotas serão igualmente um factor de transformação da perspectiva teórica dos activistas operários. A ofensiva operária que permite ao Sindicalismo Revolucionário instalar-se no discurso social atinge o seu auge e conhece a sua primeira grande derrota no final de Janeiro de 1912. A partir dessa data os dirigentes terão de reconhecer os limites da acção directa, remodelando a sua estratégia.

A luta sem tréguas levada a cabo pelos operários corticeiros para salvar os seus postos de trabalho, levou o governo a suspender as garantias.¹⁸⁸ Abria-se este precedente antidemocrático, quando ainda se discutia a lei fundamental do regime, acentuando-se o carácter repressivo e autoritário da jovem República.

¹⁸⁸ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 42 de 9 de Agosto de 1911, p15

A perseguição que os executivos irão lançar ao movimento sindical de inspiração revolucionária – auspiciada logo em Dezembro de 1910 com a lei que regulamentava a greve e crescente até ao seu clímax com o esmagamento da greve geral de 1912 – irá determinar o desalento da prática reivindicativa das massas trabalhadoras e, conseqüentemente, provocar divergências teóricas entre os seus dirigentes.

No ano do II Congresso Sindicalista teria lugar uma nova grande greve envolvendo uma classe que contava com cerca de 600 mil efectivos¹⁸⁹ – os trabalhadores rurais – num meio em que a conflitualidade social era quase inédita. Quando o proletariado agrícola procura pela primeira vez reivindicar uma melhoria das suas miseráveis condições de vida, surpreende o Alentejo e conquista uma vitória retumbante. Esta vitória, tal como acontecera com a questão corticeira, deveu-se ao facto de os poderes instituídos encontrarem-se ainda numa posição de fragilidade, não tomando abertamente a defesa dos interesses do patronato.¹⁹⁰

Os proprietários rurais, que assustados perante a força das jovens organizações, se haviam comprometido a dar resposta a todas as suas reivindicações, nunca cumprirão a promessa. Assim, nos finais do ano, os sindicatos dos trabalhadores rurais começam a planear nova paralisação. No dia 18 de Dezembro de 1911, é aprovada por aclamação na reunião magna dos sindicatos rurais, que já se contavam por 141, a greve geral da classe.

A força da greve de Junho passado não se repetiu devido à chuva que grassava no Alentejo, segundo Elias Matias, um protagonista das mesmas. As autoridades acharam que podiam mais facilmente reprimir o movimento. Mas quando o governador civil de Évora, Paulino Andrade, mandou encerrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os sindicatos dos operários corticeiros, da construção civil e artes auxiliares, dos manufactores de calçado e dos pedreiros reuniram e declararam nova greve geral de solidariedade.

Andrade manda então fechar as restantes associações de classe - estavam decorridos 15 dias de greve. Aos vinte dias de luta, o mesmo governador manda cercar e disparar sobre os trabalhadores, fuzilando um rural. A greve de solidariedade alastra então a todo o distrito de Évora e a Beja. Alguns trabalhadores são presos e deportados para as colónias.

No final do mês, a greve estende-se a Lisboa, Setúbal, Seixal, Moita, Vila Franca de Xira e outras localidades, generalizando-se no Sul do País. Entre “29 e 30 de Janeiro de 1912 a capital e os seus arredores estiveram completamente paralisados, nas mãos dos

¹⁸⁹ Diários das Sessões da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão n.º 7, 27 de Junho de 1911, p14

¹⁹⁰ O governador civil de Évora, antes de Paulino Andrade o substituir, era um Republicano dos primeiros dias que, segundo o relato de Elias Matias, teve perante a greve de 1911 uma atitude de condescendência senão de protecção face ao operariado.

trabalhadores.”¹⁹¹ O proletariado rural associara-se ao proletariado urbano na luta reivindicativa, e este último retribuía a solidariedade decretando uma greve geral de protesto, colocando a capital e arredores em estado de sítio.

Na véspera da greve geral de solidariedade, *O Germinal* distribuiu um panfleto pela população operária, onde dá conta da interpretação sindicalista dos acontecimentos – “O governo ao pedido dos grevistas para que influenciasse junto dos grandes proprietários (...) respondia com um impudor que causa náuseas: - os trabalhadores ruraes é gente do Paiva couceiro!”

Concluía os operários que os “tribunos de ontem que nos comícios públicos proclamavam que o povo era soberano intangível, após a sua ascensão ao poder, começaram encarando a rua – com desprezo dizem – com rancor manifestado mil vezes. Passada a lua-de-mel da republica, eles perderam o sangue frio e desmascararam-se, mostrando-se tal qual eram – burgueses retintamente conservadores, imbecilmente perversos.”

Os sindicalistas sublinham que os republicanos “ignoram os processos da educação social dos operários portugueses, libertados hoje de toda a tutela política, unidos numa aspiração supremamente bela – a liberdade e o pão para todos.” E assim, a greve geral de solidariedade seria para estes uma “grande lição”.¹⁹²

Contudo, o exército reprime exemplarmente a greve, dando antes um ensinamento ao operariado. “O Governo não hesitou nem um instante; publicou o decreto de suspensão de garantias. Tinha passado o momento das transigências possíveis, e era indispensável manter a ordem, custasse o que custasse. Foi o que se fez.”

O executivo não se limitou a suspender as garantias, actuando directamente “contra o órgão que estava dirigindo todo êsse movimento (...). Era necessário destruir essa direcção singular, êsses que estavam forjando e estabelecendo todo o plano infernal contra a República.” Os deputados da nação pediam em coro um “castigo rigoroso”.¹⁹³

O governo foi negociando com a comissão, mas quando as tropas cercavam a cidade e a própria casa sindical, forçou a confrontação, prendendo a comissão que ia desconvocar a greve. Os grevistas reunidos na casa sindical foram ameaçados com a artilharia, rendendo-se. Foram encaminhados em pequenos grupos de vencidos. Seguiram cantando *A*

¹⁹¹ Elias Matias, *O Alentejo em luta 1985*, p17-20

¹⁹² “A greve geral dos trabalhadores” Suplemento de *O Germinal*, 30 de Janeiro de 1912. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim, PQ422 - P195

¹⁹³ Diário da Câmara dos Deputados, Sessão n.º 44, 1 de Fevereiro de 1912, p5

Internacional e quando se reuniram no seu triste destino, o Arsenal, ainda gritavam “vivas à greve e à união dos trabalhadores.”¹⁹⁴

A greve geral de 1912 insere uma importância incontornável para esta análise. A mudança tática dos governos republicanos face à agitação social, uma vez testada a lealdade das forças armadas¹⁹⁵, determinará uma viragem na evolução ideológica do movimento operário.

A corrente sindicalista, alvo preferencial da repressão governamental, enfraquecida, terá que ceder nos seus princípios em nome da unidade operária, que surgirá como tábua de salvação. Por outro lado, os socialistas começam a compreender que sem uma forte organização de classe influenciada pelo partido, os republicanos não necessitarão de recorrer a alianças à esquerda, optando pela repressão dos agitadores.

É a derrota da ofensiva directa da ala revolucionária em paralelo com o malogro do projecto de reformismo parlamentar socialista que tornarão possível a reunificação do movimento sindical em 1914.

Por outro lado, esta confrontação reflecte também de que forma os revolucionários punham na prática as suas teses referentes à questão do regime. Em Janeiro de 1912, os sindicalistas agitavam-se exactamente pelos direitos políticos dos trabalhadores. Se a greve dos corticeiros foi uma reacção ao liberalismo económico e suas consequências na vida dos operários, a greve geral de 1912 foi o maior embate do movimento sindicalista com o governo republicano, no sentido de consagrar as liberdades e garantias que os trabalhadores julgavam ter conquistado a 5 de Outubro.

Não havia, como afirmava o governo, uma reivindicação de carácter económico subjacente à greve. Os operários reclamavam somente a reabertura das associações de classe, a libertação dos seus presos e a demissão do governador civil de Évora, que encarnava a repressão em pleno regime democrático.

A comissão grevista em negociação com o governo sublinha “o facto dos operários se desgostarem com o procedimento das autoridades locais que tão arbitrariamente têm

¹⁹⁴ “A história da greve geral”, in *O Sindicalista*, 18 de Fevereiro de 1912, p1-2

¹⁹⁵ Segundo *O Sindicalista*. Os republicanos precisavam de testar a lealdade das forças armadas e a greve geral consistiu numa grande oportunidade. Pela análise dos Diários das Sessões da Câmara dos Deputados e Senado é realmente perceptível. Brito Camacho assegurava que “não havia receio de pôr à prova a força armada; nem o Governo Provisório nem o que se lhe seguiu tiveram êsse receio. O que havia, simplesmente, era êste dever moral que tinham o Governo Provisório e os outros Governos de deixarem que a aprendizagem da liberdade se fizesse em liberdade.” Contudo, suspirava de alívio ao constatar que ao entregar o distrito de Lisboa à autoridade militar, (...) essa autoridade procedeu duma maneira altamente honrosa para ela.” (Diário da Câmara dos Deputados. Sessão n.º 44, 1 de Fevereiro de 1912, p6)

infringido os princípios consignados na constituição, como sejam: a liberdade de reunião e garantias individuais.”¹⁹⁶

Se a repressão republicana vinha afastando progressivamente o operariado em geral da Primeira República, a campanha de difamação que se seguiu à greve geral de 1912, em que se acusava os sindicalistas de estarem «macumbados» com os monárquicos, veio atizar os militantes e dirigentes sindicais que muito haviam contribuído para a queda da monarquia.

Numa “réplica aos maus republicanos”, “um grupo de operários sindicalistas” lança um manifesto “ao povo”, em que declara aos “aliados de há pouco”, que “isso a que chamais a pátria e a republica é para nós um zero, quando há famílias inteiras agonizando na miséria, quando há mil peitos oprimidos de dor e torrentes de lágrimas, derramadas gota a gota”, ameaçando: “Temos a energia precisa para vos dizer face a face o que sentimos, para assinalar, sem sofismas, todos o odioso da vossa traição.”¹⁹⁷

2.5 AS TENDÊNCIAS DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Idéas divergentes: o sindicalismo entre anarquistas e socialistas

Como vimos, a derrota da primeira ofensiva operária da Primeira República será então o culminar de um processo decepcionante das expectativas criadas a muitos militantes, referentes não só à eficácia da acção directa como respeitantes às novas condições de propaganda e organização que o novo regime poderia oferecer ao movimento operário.

A confiança dos primeiros anos favorecida por uma conjuntura propícia – em que internacionalmente o movimento reivindicativo dos trabalhadores estava na ofensiva, bem como nacionalmente, onde beneficiava da fragilidade dum regime em transformação e do apoio velado dos assaltantes do poder – ia-se desvanecendo.

A difusão da doutrina do Sindicalismo Revolucionário, que beneficiara de um período de fluxo da acção operária e dum período conturbado da história portuguesa, que potenciará em favor do reforço da sua organização e da sua luta por melhores condições de vida, vê-se, a partir de 1912, perante o refluxo do movimento e uma nova conjuntura nacional.

O desalento causado pelo encerrar do período de ofensiva operária irá acentuar as clivagens teóricas no seio do novo movimento iniciado em 1909, bem como a moderação de alguns dirigentes e corporações, determinando uma reaproximação à ala reformista.

A decisão de participar no Congresso de Tomar enquadra-se, assim, num período de refluxo da luta reivindicativa. Após dois anos das mais amplas e intensas lutas a que o país

¹⁹⁶ “A história da greve geral”, in *O Sindicalista*, 18 de Fevereiro de 1912, p1-2

¹⁹⁷ Um grupo de operários sindicalistas, “Ao povo: réplica aos maus republicanos”, Lisboa 5 de Junho de 1912. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim, PQ0263 – P36

assistira, o operariado desarmou. Quando em 1913 é encerrada a Casa Sindical, “aparte uma ou outra quasi invisível manifestação de protesto contra tal arbitrariedade, tudo se conserva silencioso”¹⁹⁸.

Os sindicalistas revolucionários vêm-se obrigados a analisar as causas de semelhante derrota. Em 1913 iniciam uma série de editoriais intitulados “Vida Nova”, em que dão largas a uma severa autocrítica¹⁹⁹, ao mesmo tempo que se vão reflectindo as primeiras divergências teóricas no seio da ala mais radical do movimento operário.

Os sindicalistas reconhecem que têm de “enveredar por um caminho mais prático do seguido até agora” devido à alteração “da orientação das forças burguesas contra o proletariado”. Considerando a inevitabilidade de Portugal “entrar e fazer parte da formidável engrenagem capitalista”, os dirigentes previam uma “nova fase da vida económica portuguesa” que influirá “na organização e nas formas de luta.”²⁰⁰

Após o discurso proferido por Afonso Costa, no qual enaltece as vantagens do reformismo em detrimento da via revolucionária para o operariado,²⁰¹ os sindicalistas temem uma política social republicana que venha a favorecer a corrente antagónica com quem iriam contar espingardas no futuro congresso.²⁰²

Os veementes apelos de recusa ao reformismo, que se generalizavam n’ *O Sindicalista*, mostram que as graves derrotas sofridas pelo movimento operário revolucionário, culminadas pela oportunidade criada pelo atentado no dia de Camões para o encerramento da Casa Sindical e para a prisão dos seus principais dirigentes, provocaram o recuo tático de uma parte das associações de classe.

Assim, se nos primeiros anos da República os sucessos da luta reivindicativa, aproximavam mais o sindicalismo dos acratas do que dos socialistas, reflectindo a radicalização da maioria da classe operária, as derrotas sofridas a partir de 1912, o endurecer da repressão e o

¹⁹⁸ “Á classe operária: Dorme-se ou quê?” in *O Sindicalista*, 13 de Maio de 1913, p1

¹⁹⁹ “Não basta (...) que o proletariado negue e destrua o que deve ser negado e destruído, sendo necessário realizar obra de construção e de preparação para funções positivas na sociedade de amanhã. E a prova que assim é, está na facilidade – porque não o confessar? – com que foram atingidos na sua estrutura os agrupamentos operários que nos últimos tempos se tinham constituído e que tanta surpresa causaram aos políticos republicanos, quando se manifestaram reclamando, protestando e revoltando-se.” (“Vida Nova” in *O Sindicalista*, 30 de Novembro de 1913, p1)

²⁰⁰ “Vida Nova” in *O Sindicalista*, 7 de Dezembro de 1913, p1

²⁰¹ A conferência *Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo* realizada por Afonso Costa na Imprensa Nacional é largamente criticada na imprensa operária.

²⁰² A corrente sindicalista procurava mostrar aos militantes que “a antipatia manifestada contra a organização operária” comprovava a sua eficácia para “a realização das suas aspirações consubstanciadas na sua emancipação social.” E assim alertavam para o facto de “a burguesia (...), não se engana nas preferências que manifesta por uma ou outra organização operária. As que ela favorecer com a sua simpatia, as que ela não combater, são as que nenhum mal ou pouco mal lhe fazem, é evidente.” (“Vida Nova” in *O Sindicalista*, 14 de Dezembro de 1913, p1)

consequente desalento do movimento irão determinar um revés na perspectiva de alguns protagonistas e corporações.

Por outro lado, como foi já referido, no seio das duas escolas socialistas, houve aqueles que nunca concordaram com as cedências de princípios a realizar em nome da eficácia de uma tática, que vinha ameaçando a influência ideológica da sua própria doutrina, ao afirmar-se enquanto escola autónoma. Quando a eficácia dessa tática se mostra limitada, as posições dos anarquistas e dos socialistas alteram-se.

O Primeiro Congresso Anarquista da Região Portuguesa foi realizado na capital, em Novembro de 1911, após um longo período de discussão nos inúmeros pequenos grupos libertários. Fez aprovar a tese de Manuel Joaquim de Sousa sobre *Sindicalismo e Anarquismo*, na qual eram destacados os pontos comuns entre a doutrina de acção operária e a finalidade comunista-anárquica. Esta tese concluía que, depois de serem extremados os campos reformista e revolucionário, era vantajosa a presença dos anarquistas nos sindicatos, para que “o Sindicalismo Revolucionário fosse o mais possível anarquista.”²⁰³

Nessa data já os anarquistas compreendiam que era necessário “não confundir o sindicalismo, mesmo o revolucionário, com o anarquismo”, porque “rigorosamente, não são a mesma coisa. Os fins de uma doutrina divergem dos fins da outra, (...) o Sindicalismo Revolucionário, não contem em si outra idealidade além de, no futuro, estabelecer a reciprocidade na troca da produção e do consumo, pelo que vai desde já preparando os espíritos nos sindicatos.”

Alertavam até para o facto do Sindicalismo Revolucionário “não consubstanciar todo o ideal anarquista”, pelo que se tornava necessário que os anarquistas exercessem “uma propaganda tenaz e cerrada dentro dos sindicatos” e principalmente que não se deixassem “absorver por eles” para poderem “preparar o espírito dos trabalhadores (...) no pleno conhecimento do nosso ideal”²⁰⁴.

De facto haviam anarquistas que se haviam deixado seduzir pelas vantagens na independência do Sindicalismo Revolucionário face ao anarquismo. O caso mais sintomático é o de Manuel Ribeiro, que em 1911 criticava no semanário anarquista *A Aurora* “a pretendida oposição que, por egoísmo doutrinário, alguns mestres pretendem achar entre o sindicalismo e o anarquismo”²⁰⁵ e que em 1913 é o protagonista do principal confronto teórico entre acratas e sindicalistas revolucionários.²⁰⁶

²⁰³ Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit. p101

²⁰⁴ “O 1º Congresso Anarquista da Região Portuguesa”, in *A Aurora*, 17 de Dezembro de 1912, p3

²⁰⁵ Manuel Ribeiro, “Tribuna socialista”, in *A Aurora*, 22 de Outubro de 1911, p2

²⁰⁶ “A 13 de Fevereiro de 1913 inicia a sua publicação o semanário anarquista Terra Livre. Neste jornal Emílio Costa afirmou que o Sindicalismo não constitui uma doutrina finalista nem tem por base sua de organização

Esta célebre polémica entre anarquistas e sindicalistas assenta na independência doutrinal do Sindicalismo Revolucionário. Os argumentos esgrimidos por ambas as partes têm sido sintetizados e amplamente divulgados, porém este debate insere uma importância incontornável para a compreensão da evolução ideológica do movimento operário. Em primeiro lugar porque procura responder a uma questão premente: qual é a diferença entre Sindicalismo Revolucionário e anarco-sindicalismo? Em segundo lugar porque os seus protagonistas virão a ter ao longo de todo este período uma acção determinante no seio das classes trabalhadoras.²⁰⁷ Finalmente, porque reedita o grande debate que contrapôs Malatesta e Monatte²⁰⁸ no Congresso Anarquista de Amesterdão em 1907, no qual este último acrata, à semelhança de Ribeiro, defendia que «o sindicalismo se basta a si próprio»²⁰⁹.

Em 13 de Fevereiro de 1913, o primeiro número de *A Terra Livre*, periódico de índole claramente anarquista, publica um artigo de Emílio Costa desafiando os sindicalistas a comprovarem a independência da sua doutrina. Na sua opinião, sem “uma base sua de organização da sociedade”, o sindicalismo não se pode distinguir do anarquismo.²¹⁰

Manuel Ribeiro responde ao desafio no órgão sindicalista. Porém, a sua argumentação não pretende demonstrar que o Sindicalismo Revolucionário propõe uma organização da sociedade própria, mas antes, que o que o distingue do anarquismo são as suas instituições e os seus métodos, que só por si são o embrião do porvir.

social que baste para a instituição da sociedade futura. Manuel Ribeiro e Carlos Rates, seguindo a interpretação de Sorel, afirmam que, pelo contrário O Sindicalismo se basta a si próprio.” Na polémica entram também C.V. dos Santos e Neno Vasco.

Em 1931, Manuel Joaquim de Sousa afirma que esta “termina amigavelmente, mas da qual se concluiu pela negativa da premissa de Sorel, posto que: se o Sindicalismo exprime o conceito da luta de classes, à margem dos partidos políticos e visa à transformação económica da sociedade, a sua existência como doutrina e acção cessa no momento em que o acordo livre e voluntário determina novas fórmulas que atendem a novas necessidades materiais e espirituais da vida humana nas suas mais variadas e complexas manifestações.”

“Este tema foi sempre muito discutido nos meios sindicais e congressos pelos seus militantes, e ainda hoje tem a maior oportunidade, a partir das experiências da revolução espanhola, da crise e reacções do mundo comunista, de «aburguesamento» deste e das democracias populares.” (Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit. p83-87)

²⁰⁷ A controvérsia é provocada por Emílio Costa, professor do ensino secundário e intelectual anarquista e principal difusor da doutrina em análise, uma vez que traduziu pela primeira vez as suas obras de referência. Em resposta à provocação, surge Manuel Ribeiro, empregado de escritório na C.P., igualmente oriundo das hostes anarquistas mas cedo rendido ao sindicalismo revolucionário, também responsável pela tradução de obras sobre este tema. Contribuem para a discussão, Adolfo Lima em defesa do primeiro, sociólogo anarquista e estudioso das questões operárias, e o incontornável Carlos Rates, homem de acção e sindicalista prestigiado, que nunca se reviu na doutrina anarquista, participando inclusivamente na imprensa socialistas, combateu desde sempre a tutela acrata sobre o movimento operário.

²⁰⁸ Revisor tipográfico de formação anarquista, como Alexandre Vieira, foi fundador da revista sindicalista revolucionária *La Vie Ouvrière*, em 1909. Em 1914, demitiu-se do Conselho Confederal da CGT francesa devido ao seu colaboracionismo com a intervenção na 1ª Grande Guerra, tendo aderido ao internacionalismo zimmerwaldiano. Depois da Revolução Russa de 1917, foi editor do *l'Humanité* e militante do Partido Comunista Francês, do qual foi expulso em 1924 por se opor às suas orientações oficiais. Regressou ao sindicalismo revolucionário, fundando em 1925 a revista *La Revolution Proletarienne*.

²⁰⁹ Pierre Monatte, Em Defesa do Sindicalismo, p206

²¹⁰ *A Terra Livre*, 13 de Fevereiro de 1913, Cit. por César Oliveira, A Criação da União Operária Nacional, p43-48

Por outro lado, o autor considera o anarquismo um movimento essencialmente político, ao negar a autoridade e o Estado, por oposição ao sindicalismo, que luta apenas no campo económico contra o patronato. Mais, Ribeiro, considera que as duas doutrinas pertencem a períodos históricos distintos, a primeira quando a “expressão política” era determinante nas sociedades europeias, a segunda, decorrente do desenvolvimento do capitalismo, em que “a finança, o alto comércio, a bolsa, é quem dirigem os parlamentos, as secretarias, toda a máquina do Estado”. O sindicalismo não combate o Estado mas o capitalismo.²¹¹

Na tentativa de caracterizar o Sindicalismo Revolucionário, Manuel Ribeiro, sintetiza alguns dos seus principais postulados: “luta de classes, obreirismo, profissionalização da técnica, valorização da oficina, continuidade social, valores morais tirados da produção, primado da acção.” Em suma, “com a produção – base económica, com a acção directa – eixo político e com a greve geral – ideia motriz” o Sindicalismo Revolucionário é “uma filosofia social diferente do anarquismo, um sistema de transformação social bastando-se a si próprio, isto é, autónomo, com vida própria”²¹².

É de sublinhar a referência em *A Terra Livre* a um “«sindicalismo» doutrinal de um grupo de «intelectuais» vindos do socialismo democrático, desconhecedores do anarquismo e da sua história.” Os anarquistas de *A Terra Livre* recebiam “essa doutrina” como “doutrina oficial dos sindicatos”, temendo que dessa forma as associações de classe se transformassem “em grupos de ideias em vez de grupos de interesses.” Na prática, os anarquistas viam na proclamação da independência do sindicalismo uma ameaça à sua influência, assim como uma forma de os socialistas recuperarem o terreno perdido.²¹³

Se nas hostes anarquistas a independência doutrinal do Sindicalismo Revolucionário parecia ameaçar a supremacia da antiga doutrina, nas socialistas esta representava uma derradeira oportunidade de influenciar o movimento. Por outro lado, entre os socialistas havia uma corrente que embora reformista defendia sinceramente a supremacia da luta sindical. O operário tipógrafo socialista Augusto César dos Santos, por exemplo, defendia que era necessário encontrar postulados que unissem todas as tendências filosóficas em benefício do movimento operário e acreditava, como os tipógrafos de *A Greve*, que o acordo possível entre as escolas socialistas residia na adopção do Sindicalismo Revolucionário.²¹⁴

²¹¹ *O Sindicalista*, 23 de Fevereiro de 1913, Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p48-53

²¹² *O Sindicalista*, 2 de Março de 1913. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., 58-66

²¹³ *A Terra Livre*, n.º 3. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p54-58

²¹⁴ “Syndicalistas, cooperativistas, parlamentaristas, collectivistas, positivistas, comunistas e libertários, e até socialistas cathólicos, todos, absolutamente, todos estão de acordo (...) que nada de útil se fará, em matéria de transformação social, sem preparar os indivíduos por uma educação nova”. E esta, segundo o autor, só é possível através da acção directa. “Sendo assim, é um perigo para os trabalhadores desprezar ou abandonar a acção sindical directa eficaz, para por toda a sua confiança na intervenção do estado (...) Um estudo frio d’estas enormes divergências de opinião mostra-nos facilmente a imediata opção pela neutralidade e ampla

No que respeita ao método, reformista ou revolucionário – aquilo que realmente estava em causa – o autor tinha uma opinião particular: “Os títulos das duas acções são convencionaes para o diferenciamento da intensidade e táctica a imprimir. No fundo são ambas revolucionárias”. Porém, não deixa de afirmar que o reformismo é “a acção mais compatível com o grau actual da mentalidade trabalhadora”.

Esta obra reflecte perfeitamente de que forma os reformistas entendiam e defendiam a independência dos sindicatos e a acção directa, ainda que privilegiassem a boicotagem e a sabotagem, mostrando-se mais renitentes face à greve geral. Na sua óptica, a pressão exterior sobre o Estado era a melhor forma de conquistar as reformas almejadas. De facto, muitos dos reformistas portugueses partilhavam com os revolucionários uma intrínseca desconfiança face à representatividade parlamentar.²¹⁵ A desilusão com a República veio potenciar este factor de união.

A aprendizagem da *Idéa*: a desilusão republicana

Quando a repressão republicana começa a dar provas do carácter anti-social do novo regime, todas as tendências no seio do movimento operário retiram as devidas conclusões. Entre as classes trabalhadoras, até os mais ingénuos defensores da República mudam de discurso. Se voltarmos a analisar, por exemplo, o órgão dos manipuladores de tabaco veremos que as esperanças criadas pela revolução vão-se desvanecendo, e a substituí-las renasce o ódio de classe, agora dirigido para os governos republicanos, bem como a solidariedade operária.²¹⁶

Será neste processo decepcionante e revoltante que se irá forjar a unidade sindical consumada no congresso de Tomar. Grande parte da classe trabalhadora no refluxo destas grandes lutas defende que a separação entre sindicalistas e socialistas é fictícia e só privilegia o capital, admitindo que as classes se têm deixado atrair para o sindicalismo, devido à sua maior actividade e à desilusão com a República.

E então percebem que “esteja porém, com os anarquistas ou com os socialistas, o sindicalismo é um grande movimento (...) que a seu tempo há de ter influência para a

autonomia do engrandecimento e vida do syndicalismo.” (Augusto César Santos, *A questão operária e o Syndicalismo*, p12 -13)

²¹⁵ “A desilusão há-de chegar implacável, e o operariado tomará posição no posto que lhe compete ocupar para a defesa dos seus interesses e conquista incessante de reformas sociais. A acção sindicalista é o futuro.” (Augusto César Santos, *A questão operária e o Syndicalismo*, p12 -13)

²¹⁶ “Pondo de parte as vossas ideias políticas ou religiosas; neste momento, todos, sem distinção, devem protestar contra a injusta prisão dos operários sindicalistas (...) lembrai-vos que amanhã podeis estar nas mesmas circunstâncias, nenhuma classe está livre de se declarar em greve (...) um por todos e todos por um!” (A. Virgílio, “Os operários sindicalistas” *in a Defesa Operária*, 21 de Abril de 1912, p1)

afirmação decisiva do operariado, com todos os requisitos essenciais para a emancipação dos trabalhadores.”²¹⁷

De facto, os reformistas no meio operário recusam cada vez mais o parlamentarismo, como é o caso do tipógrafo Augusto César dos Santos. Este, na sua obra *A questão operária e o Syndicalismo*, escreve que o operariado deve tomar posição “no posto que lhe compete ocupar para a defesa dos seus interesses e conquista incessante de reformas sociais” e que “a acção sindicalista é o futuro.”²¹⁸

A ala mais radical do PSP progressiva e heterogeneamente vai assimilando que os intuitos reformistas do partido haviam sido defraudados. No fim de Novembro, já *O Trabalho* compreendia o “quão errada é a teoria dos que preconizam os chamados socialistas adstrictos da burguesia, que querem substituir a lucta de classes pela cooperação de classes.”²¹⁹ Contudo, a direcção do PSP continua a perfilhar a tática parlamentar optando por propagandar o papel do deputado socialista na Câmara dos Deputados.²²⁰

Por outro lado, os libertários se podiam, com base nos acontecimentos, demonstrar a exactidão dos seus postulados,²²¹ viam-se constrangidos a justificar a sua participação no 5 de Outubro²²².

Foi assim que, após a generalizada decepção republicana, os sindicalistas revolucionários se encheram de razão, conquistando a confiança da grande maioria dos activistas operários. Estes, oficialmente, nunca incitaram os trabalhadores a intervir no campo político. Como referimos, mesmo na fase da expectativa, e em plena monarquia constitucional, aos

²¹⁷ “O movimento operário” in *a Defesa Operária*, 23 de Junho de 1912, p1

²¹⁸ Augusto César dos Santos, *A questão operária e o Syndicalismo*, 1913

²¹⁹ *O Trabalho*, 20 de Novembro de 1910, p1; Para ilustrar a radicalização de uma parte dos militantes do PSP, podemos ter em consideração igualmente as afirmações constantes em números anteriores – “Não vemos o que se passa lá fora em cada eleição? Os capitalistas quer se intitulem nacionalistas, progressistas, radicaes-socialistas e até socialistas ministeriais ou socialistas reformistas, fazem bloco contra os direitos, as aspirações dos pobres.” (César Nogueira, “O novo regime” in *O Trabalho*, 30 de Outubro de 1910, p1)

²²⁰ “Todos os partidos republicanos representados no parlamento são cúmplices d’essa obra nefasta, inútil e reaccionária. Preferindo tratarem de política, abandonaram por completo a questão económica, que tão ao vivo lhes foi apresentada pelo deputado socialista Manuel José da Silva, numa série de projectos de incontestável valor económico-social. O que se torna necessário é que o operariado tome nota da atitude do actual parlamento e que em próximas eleições reforce a representação socialista” (*O Trabalho*, 16 de Junho de 1912, p1)

Nas eleições seguintes convence-se mesmo que o “reforço do partido advém da desilusão com a republica e só não é mais porque os partidos republicanos agitam constantemente a ameaça monárquica para convencer o operariado que ainda estão a consolidar o regime e que logo a seguir vão dar resposta às aspirações das classes populares.” (*O Trabalho*, 11 de Agosto de 1912, p1)

²²¹ A experiência do novo regime comprovava que “todos os governos, sejam quais forem as suas teorias de oposições, defendem a classe dominante e possuidora de que são órgãos.” (“Continuemos a experiência” in *A Aurora*, 7 de Julho de 1912, p1)

²²² “Avançando unidos sob o mesmo estandarte de demolição, para não dividir forças, para não desperdiçar energias, ninguém pensou a sério em convidar a burguesia a que abrangesse na queda da realza um pouco mais de uma república, modelo francês, como também ninguém tentou a sério evitar que o proletariado visionasse no advento miraculoso da santíssima trindade jacobina uma nesgazita dos horizontes vastos da sua emancipação” (Fernen-Vaz, “A comédia política e o proletariado”, in *A Sementeira*, Dezembro de 1910, p1)

sindicalistas, no que respeitasse ao regime político, apenas interessava conquistar liberdades democráticas.²²³

Contudo, curiosamente, os sindicalistas surgiam muitas vezes preocupados com o “desvario suicida, dos políticos republicanos burgueses ao provocarem com escuzadas violências, que nem sequer têm o mérito de lhes captar as boas graças dos patrões e dos capitalistas, a revolta dos trabalhadores, a sua desconfiança e o que ainda é pior para o regímen – um estado de espírito de total indiferença e apatia pelos destinos de uma república”²²⁴.

Assim, à medida que os trabalhadores se vão decepcionando, e quando já anarquistas e socialistas combatem o novo regime, os sindicalistas avisam que o novo regime “que de certo modo significa uma conquista dos esforços dos trabalhadores se a estes não aproveita nem satisfaz, é, entretanto, preferível como regime de luta e de combate, ao retrocesso monárquico, que para nós significaria a derrota e o triunfo de todas as reacções.”²²⁵

Reafirmando peremptoriamente, caso a República fosse ameaçada: “a luta por nós continuaria (...) e não o faríamos pela República; falo-hia-mos por nós (...) porque temos posições conquistadas, porque com o nosso esforço alcançamos o direito de beligerantes, em face da classe burguesa, porque nos arrogamos o direito de lutar, de nos reunirmos, de nos organizarmos à parte como classe distinta”²²⁶.

Todavia, como ilustrámos anteriormente, a repressão levada a cabo pelos governos republicanos vai endurecendo, culminando no esmagamento da greve geral de 1912 e na

²²³ Assim, justificavam que se “vários assuntos dos chamados de natureza política teem de ser por nós discutidos” é apenas “porque são inseparáveis da luta económica (...). – “tudo o que se refere por exemplo, ao exercício dos direitos de reunião, associação, à liberdade de pensamento”. (“A propósito da constituição” in *O Sindicalista*, 30 de Julho de 1911, p1)

Os seus dirigentes deixavam claro que se intervinham “em certas discussões, em certas lutas, à primeira vista estranhas” ao campo económico, era porque se tornava indispensável para a luta reivindicativa “fazermos respeitar os nossos direitos, para conservarmos as liberdades adquiridas, mas para alcançarmos novas”. (“A propósito da constituição” in *O Sindicalista*, 30 de Julho de 1911, p1)

²²⁴ O governo tinha dissolvido “as associações operárias”, prendido “militantes sem qualquer acuzação”, cometido “a inhabilidade de regulamentar as greves, servindo-se, como modelo, de um diploma odioso pela sua origem acentuadamente reaccionária, prestado “aos capitalistas não só o apoio da força armada, mas também o meio ainda mais odioso, de quebrar a resistência operária e sua defesa fornecendo-lhe ou obrigando a trabalhar os operários, que, por esta forma, são forçados a trair os seus companheiros de luta e de classe”, irritado “os espíritos assacando acuzações e calúnias que se não provam”. (“A propósito da constituição” in *O Sindicalista*, 30 de Julho de 1911, p1)

²²⁵ Depois de 1912, era difícil convencer os operários que a República era preferível à Monarquia. Mas, na fase de consolidação do regime, os sindicalistas sentiam-se no “dever de continuar lutando de forma a não perder uma polegada do terreno conquistado (...), o dever de impedir – o que era uma questão vital! – o retrocesso de um regímen cujo o triunfo seria por muito mais tempo o triunfo da reacção capitalista, clerical e militarista.” Isto porque o que era “um facto constatado tanto nas antigas democracias como nas modernas é que nas democracias as lutas sociais e de classe tomam quasi sempre um grande desenvolvimento e uma grande amplitude.”(*O Sindicalista*, 13 de Agosto de 1911, p1)

²²⁶ E assim foi, quando “Paiva Couceiro transpоз a fronteira com a sua gente não mais em Portugal houve uma greve (...). A classe operária que algumas folhas avançadas disseram operar de acordo com os talassas, desde que viu que um perigo sério ameaçava a república, não fez mais um movimento de reivindicações” (*O Sindicalista*, 29 de Outubro de 1911, p1)

perseguição directa à direcção da corrente sindicalista revolucionária. Nesta altura, os sindicalistas compreendem que as liberdades e garantias exceptuavam as classes trabalhadoras e assim, em coro com os anarquistas, os socialistas e restantes militantes operários, concluem que a República em pouco diferia da monarquia para as classes trabalhadoras.

Resta sublinhar que a aproximação das várias sensibilidades enquadradas no movimento sindical beneficiou não só da decepção generalizada com a prática governamental republicana, como também com a própria evolução ideológica da jovem República. No próximo capítulo ilustraremos como, num primeiro momento, o impacte do discurso nacionalista e militarista dos executivos, associado à ameaça de uma conflagração imperialista, veio igualmente contribuir para a convergência dos dirigentes e militantes operários.

A conduta dos republicanos, primeiro na oposição e depois no poder, determinará, mais do que uma desilusão, um julgamento sumário da democracia burguesa, por parte dos trabalhadores, que a irão classificar de anti-social, determinando a sua recusa em defender moralmente as suas «conquistas civilizacionais», quando os governos republicanos as prenunciam ameaçadas pelos regimes autocráticos dos impérios centrais.

3. A ADVERSIDADE DA CONJUNTURA DE GUERRA

3.1 O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E O MILITARISMO

O desafio da *Idéa*: o anti-militarismo

Como face ao regime político, o Sindicalismo Revolucionário tinha uma orientação referente às tendências militaristas que há muito assolavam a Europa. A moção votada no congresso da CGT de 1908, em Marselha, perante a ameaça de conflagração, vem oficializar a mesma. O reforço dos exércitos tinha como objectivo reprimir ou substituir os trabalhadores em greve. A ameaça de guerra constituía apenas uma manobra da burguesia, tendente a perpetuar o seu domínio, à qual a classe operária responderá com a greve geral.²²⁷

²²⁷ “O congresso confederal de Marselha, recordando e preconizando a decisão de Amiens; considerando que o exército tende cada vez mais a substituir na oficina, no campo e no atelier o trabalhador em greve, quando não lhe é confiado o papel de fuzilar; considerando que o exercício do direito à greve não será senão uma ilusão enquanto os soldados substituírem a mão de obra civil e consentirem em massacrar os trabalhadores, o congresso mantendo-se no terreno puramente económico, preconiza a instrução da mocidade para que, no dia em que seja chamada ao exército, esteja convicta que continua a fazer parte da família operária, e que nos conflitos entre capital e trabalho tem o dever de não fazer uso da força das armas contra os seus irmãos. Considerando, que por consequência, toda a guerra não é mais que um atentado contra a classe operária, que é um meio terrível e sanguinolento de protelar as suas reivindicações, o congresso declara que é necessário sob o ponto de vista internacional, instruir os trabalhadores, afim de que, no caso de guerra com as potências, respondam à guerra com uma declaração de greve geral revolucionária” (“Vida social: França” in *A Sementeira*, Setembro de 1908, p15)

Muito embora muitos socialistas, e até anarquistas, fossem conquistados pela ideia de uma guerra civilizacional contra o despotismo dos impérios centrais, a generalidade dos dirigentes sindicais mantiveram-se sempre contra a conflagração e a participação de Portugal na mesma. De facto, o antimilitarismo sempre fizera parte do ideário dos trabalhadores portugueses.²²⁸

Perante o incremento da propaganda militarista que a República difunde e incorpora na doutrina oficial, os sindicalistas iniciam a preparação da classe para mais uma batalha ideológica.

A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS) deixa bem clara a sua orientação que, coerentemente com os princípios que seguiu desde a sua criação, acompanha a CGT francesa, que decidira “responder (...) a uma ordem de mobilização, a uma declaração de guerra, com a insurreição, com a greve geral.”

A orientação comum, na data, consistia em deixar claro que o “povo, que trabalha nas minas, nas fábricas, nos campos, multidão imensa de explorados, de oprimidos (...) o povo que trabalha, não quer a guerra, a guerra fratricida, em que se batem como ululantes feras na imensa arena dos campos de batalha os operários apenas dos países diversos, irmãos na desventura”²²⁹.

Contudo, a ameaça de guerra pareceu não assustar os operários portugueses. Nos jornais corporativos observa-se um silêncio relativo face à propaganda militarista. De facto, a partir de 1912, a grande preocupação das classes trabalhadoras era a degradação progressiva das suas condições de vida. Debatendo-se com questões variadas que iam da carestia do pão à crise de emprego, os trabalhadores só se manifestavam contra a nova ameaça se motivados pelos militantes mais revolucionários, que dirigiam centralmente o movimento.

Ainda assim, segundo *O Sindicalista*, no final de 1912 tiveram lugar “contra a guerra imponentíssimas reuniões de protesto, os comícios de Lisboa, Porto e Évora e Setúbal.” Nestas foi “aprovada uma moção de repulsa pela eventual participação de Portugal na

²²⁸ Em Portugal a luta antimilitarista esteve sempre ligada às classes trabalhadoras. A *Liga Portuguesa da Paz*, fundada no alvorecer do século XX (1899), reunia anarquistas, como o seu presidente, Magalhães Lima, socialistas, como a célebre poetisa Angelina Vidal, e até destacados Republicanos como Teófilo Braga, Manuel Arriaga ou Bernardino Machado.

Contudo, no seu Boletim está patente uma íntima ligação ao movimento operário, fazendo-se representar nos congressos das associações de classe, e organizando manifestações pacifistas em cooperação com as mesmas. Tal como o sindicalismo, a luta pela paz nasceu independente de “matéria religiosa e de política sectária”. (Artigo 3º dos Regulamentos do 1º Congresso Nacional da Paz, realizado em Lisboa nos dias 18 a 20 de Maio de 1906, promovido e organizado pela Liga Portuguesa da Paz.)

²²⁹ Proletários! Evitemos a conflagração universal preparada pelos capitalistas. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ286 P59

guerra e enviado um telegrama de solidariedade à CGT francesa”²³⁰ que, na data, liderava o movimento internacional contra a ameaça de uma conflagração europeia.

A nível internacional, todavia, o operariado não correspondia à esperança revolucionária dos seus dirigentes. A greve geral organizada pela CGT não tivera a adesão esperada, como não deixavam de transparecer os propagandistas portugueses.²³¹

No contexto nacional, face à generalização da propaganda militarista, os dirigentes operários admitem que “eles continuam e nós temos estado de braços cruzados (...) por vermos que eles não conquistavam o público”. Contudo, face à indiferença geral, incluindo das classes trabalhadoras, os militantes mais conscientes decidem preparar a opinião pública - “Caminhemos ao seu encontro, guiemos-lhes o barco.”²³²

O Partido Socialista Português começou por seguir a orientação da Internacional Socialista, que preconizava o aproveitamento da guerra imperialista para a revolução internacional operária. Todavia, no que respeitava ao contexto nacional, preocupava-se com um eventual retrocesso político, determinado pela derrota das democracias liberais.

Sob o mesmo título que *O Sindicalista* – “Defesa Nacional” –, os socialistas combatem a propaganda militarista, ainda que numa perspectiva e com uma argumentação claramente distinta. Em *O Socialista* é sublinhado o carácter conservador do exército republicano. O PSP, ao contrário dos anarquistas, não tem uma posição ideológica contra a existência de um exército, defende antes que este se deve orientar de forma a tornar-se “uma instituição democrática” em vez de “constituir uma classe de privilégios”.²³³

No VI Congresso Nacional Socialista, realizado no Porto, entre 21 e 24 de Junho de 1913, a tese subordinada ao tema «A Acção geral do Partido», inseria como segundo ponto a posição dos socialistas “contra as tendências militaristas e imperialistas da República”. O PSP, e o socialismo internacional, nesta data, consideravam “a paz armada um permanente perigo de guerra e o principal factor dos pesados tributos que sobrecarregam os povos”, e em todos os congressos nacionais e internacionais defendiam que o operariado organizado se deveria opor ao “aumento dos armamentos e de todos os créditos para despesas de militarismo”.

²³⁰ “Contra a guerra imponentíssimas reuniões de protesto, os comícios de Lisboa, Porto e Évora e Setúbal.” in *O Sindicalista*, 22 de Dezembro de 1912, p1

²³¹ A imprensa operária portuguesa procurava relativizar a derrota e recusar a decretada falência do sindicalismo revolucionário, sublinhando o curto espaço de tempo que houve para organizar a greve geral francesa. Concluem, ainda assim, que “os acontecimentos mostraram-nos ser necessário trabalhar e muito, ser precisa uma ativa propaganda (...). O número dos enérgicos, dos conscientes é pequeno, limitado, mas não constitue isso razão para afrouxar na luta” (“Em França, a confederação e a greve geral” in *O Sindicalista*, 29 de Dezembro de 1912, p1)

²³² “Defesa Nacional VIII”, in *O Sindicalista*, 1 de Dezembro de 1912, p1

²³³ “Defesa Nacional” in *O Socialista*, 4 de Janeiro de 1913, p2

Os socialistas estavam dispostos a “organizar uma campanha contrária a essas ruinosas tentativas e a representação socialista no parlamento de afirmar o protesto do operariado” contra “as leis de anti-militarismo e anti-patriotismo”.²³⁴

Os anarquistas, no 1º Congresso Anarquista em território português, em finais de 1911, aprovam igualmente uma orientação antimilitarista e programam a melhor maneira de realizar a sua propaganda. É de sublinhar que, no contexto nacional, a propaganda acrata contra a guerra e a própria existência de um exército permanente sempre foi abundante, em especial por parte daqueles que desde cedo se ligaram ao Sindicalismo Revolucionário.²³⁵

A Aurora, periódico anarquista operário, toma uma posição de classe, afirmando que “o proletário tem uma solidariedade especial, além da solidariedade humana, mas é de classe, é internacional (...), é a solidariedade necessária para abolir as classes, as fronteiras e os governos, e para formar a federação, não de províncias e de estados, mas de grupos produtores.”²³⁶

De facto, o anarquismo operário, com a sua máxima representação no dirigente Manuel Joaquim de Sousa, acompanha as posições sindicalistas no que respeita ao militarismo. Na sua opinião, a escalada armamentista destinava-se a reprimir o movimento revolucionário, e a sua propaganda distingue-se pelo seu obreirismo, característico da corrente em análise.

O libertário supracitado foi responsável pela edição da *Carta aberta aos soldados portugueses* destinada a “ler e fazer circular”, assinada por “Um grupo de operários”. Nesta, os militantes procuram sensibilizar e consciencializar os militares, apelando à solidariedade de classe dos “soldados, operários também.”²³⁷

Nesta data, os sindicalistas revolucionários combateram o belicismo republicano mais acentuadamente que todos as outras correntes avançadas, surgindo a contra-propaganda operária em lugar de destaque no seu periódico. Desde os finais de 1912 que *O Sindicalista* faz publicar diversos editoriais intitulados “Defesa Nacional” onde procura desmontar os

²³⁴ “Vendo na propaganda militarista um perigoso retrocesso e uma constante ameaça, o Partido repele-a, afirmando uma vez mais a sua solidariedade com o socialismo mundial e opondo-lhe a propaganda de organização do operariado como classe própria e com interesses também próprios.” No que respeitava à realidade nacional, os socialistas repudiavam “a orientação militarista que os governos da República estão imprimindo ao novo regime”, com o “firme propósito de aumentar as despesas militares, criando novos impostos e agravando os existentes” e de “esmagar a propaganda anti-militarista do operariado organizado”, através das leis de excepção. (César Nogueira, Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português, s.d., p56-58)

²³⁵ É o caso dos editores da *Paz e Liberdade*, publicada desde 1909, que se afirmava uma “revista anti-militarista, anti-patriota, sindicalista revolucionária e neo-malthusiana”, entre outros. Mas *A Aurora*, fiel correligionária de *O Sindicalista* no Porto, é sem dúvida uma das mais aguerridas combatentes da propaganda de “defesa nacional” (Paz e liberdade: revista mensal anti-militarista, anti-patriota, sindicalista revolucionária e neo-malthusiana, Julho de 1909)

²³⁶ “Portugal, potencia militar” in *A Aurora*, 26 de Junho de 1913, p2

²³⁷ Manuel Joaquim de Sousa (ed.); Um grupo de operários, “Carta aberta aos soldados portugueses”, AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim, PQ265 P38

argumentos nacionalistas, crenças que estes se dirigiam especificamente contra o movimento operário.²³⁸

Nesta data, nem os militantes mais conscientes imaginam de facto a hipótese de uma guerra, confiantes que “o receio da atitude revolucionária que o operariado mundial pode tomar, a evita, ou pelo menos, adia. Ora sem guerra para que serviria o exército? Defeza nacional representa hoje, em todos os países, o ataque às classes trabalhadoras, o esmagamento do proletariado”²³⁹.

A corrente sindicalista revolucionária, acompanhada pelos anarquistas que militavam no movimento operário apresenta uma posição de classe inconfundível com a restante argumentação anti-guerrista, que mais tarde será propagandeada por outras tendências, inclusive as mais conservadoras da sociedade portuguesa.²⁴⁰ Empenhados na propaganda, os sindicalistas não descaram a agitação e, acompanhando o movimento internacional declaram “Guerra à Guerra.”²⁴¹

A perseguição da *Idéa*: novo contexto «guerrista»

A ameaça de guerra e a apregoada necessidade de unidade nacional constituiu o pretexto que faltava aos governos republicanos para esmagar o movimento sindical. Isto explica o facto de, apesar de em 1914 o sindicalismo ter conquistado a sua reunificação, não se terem registado posteriormente movimentos referenciáveis, tendo sido inclusivamente suspensa grande parte da imprensa operária. Nas palavras de Fernando Medeiros, o movimento operário viu-se amordaçado.

O patriotismo militarista fez sempre parte do ideário republicano, e o novo regime soube inculcar estas ideias na mentalidade colectiva. Ainda em Dezembro de 1910, o ministro da

²³⁸ “Defeza nacional” in *O Sindicalista*, 17 de Novembro de 1912, p1

²³⁹ Segundo estes, o objectivo da propaganda militarista que a imprensa burguesa vem levando a cabo é a defesa da sua sobrevivência enquanto classe – “a burguesia procura defender-se (...) procura fazer ressurgir tendências guerristas, apagadas, patriotismos ferozes (...). Ao nosso antimilitarismo emancipador opõe ela a campanha do despotismo sanguinário, a onda militarista pretende neutralizar as ideias novas”. (“Defesa Nacional II”, in *O Sindicalista*, 24 de Novembro de 1912, p1). Desta forma procuram consciencializar os trabalhadores que “Em tempos de paz é contra nós também a defesa nacional, porque é sempre a força armada que se coloca na nossa frente, a tolher-nos todos os movimentos, a proteger os nossos inimigos, a fuzilar-nos no meio da rua (...)” (“Defesa Nacional VIII”, in *O Sindicalista*, 1 de Dezembro de 1912, p1)

²⁴⁰ Os sindicalistas baseiam o seu antimilitarismo na ideia que “Os trabalhadores não têm de defender a nação porque nada possuem na nação, apenas os braços que alugam quer a nacionais quer a estrangeiros.” (“Defeza nacional III”, in *O Sindicalista*, 12 de Janeiro de 1913, p1)

²⁴¹ Para os sindicalistas revolucionários a luta é uma única: a luta de classes, a “luta em que se degladiam interesses morais e económicos opostos, definindo claramente dois campos antagónicos: o capitalismo e o proletariado.”

Apelam para que os trabalhadores não se deixem “arrastar inconscientemente e impensadamente por apelos guerreiros despidos de justiça, por insensatos preparativos bélicos, mascarados mais ou menos habilmente sob o aspeito que a incautos poderá iludir como razoavelmente.”

E finalmente, denunciam as verdadeiras intenções imperialistas dos capitalistas austro-húngaros, que esperavam apenas um poderoso incentivo capaz de aquecer de extremo a extremo os domínios imperiais (...)” (Proletários! Evitemos a conflagração universal preparada pelos capitalistas. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ286 P59)

Guerra fez substituir a educação religiosa pela educação patriota e militarista nas escolas portuguesas. Contudo, em 1912, o antimilitarismo foi considerado antipatriótico, e perseguidos os seus defensores.²⁴²

Em Junho foi aprovada na especialidade a apelidada *Lei da propaganda tendenciosa ou subversiva*, que previa a pena de prisão para “aquele que por qualquer meio de propaganda verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de actos atentatórios da dignidade, integridade e independência da Pátria”. Previa ainda a apreensão de “quaisquer escritos, impressos ou publicações que aconselhem, instiguem ou provoquem aos crimes previstos e punidos no artigo 1^o”²⁴³.

O executivo justifica esta legislação alegando que os “meios urbanos estão sendo trabalhados por uma propaganda anti-militarista a que é necessário pôr cobro”, pela necessidade de “publicar leis que defendam a Republica”. “É uma disposição que se aplica a êsses crimes, origem de muitas insurreições e de propagandas deletérias, como, por exemplo, a do anti-militarismo.”²⁴⁴

Segundo o ministro da Guerra, fazia-se propaganda anti-militarista nos quartéis de todo o país pela escrita, e também pela palavra.²⁴⁵ E os deputados reconheciam “que era necessário estabelecer leis especiais tendentes a reprimir os actos praticados dentro dos quartéis, a falta de obediência aos superiores, a deserção, a não obediência à apresentação perante as autoridades militares dos recrutas.”²⁴⁶

Era evidente que esta lei não é “contra os monárquicos, porque os monárquicos são burgueses, são conservadores, por consequência, amigos da Pátria. Este projecto é, evidentemente, contra os sindicalistas revolucionários”, como era sublinhado no Senado.

Porém, segundo o deputado Pedro Martins “estes projectos, em vez de fazerem cessar a propaganda de certas ideas, tornam-se um incentivo a essa expansão. Assim é que, logo que se pensou neste projecto, se prepararam manifestações contrárias, como, por exemplo, um comício anti-militarista.”²⁴⁷

Afonso Costa virá pôr em prática, melhor que nenhum outro, o plano republicano para reprimir mais esta oposição ao regime. Segundo o próprio viria a afirmar, “não é desconhecida de ninguém, nem mesmo dos assassinos, sindicalistas ou não, a atitude enérgica, firme, decidida, implacável, do Govêrno, acêrca de todos os perturbadores da

²⁴² Em 1912 a Aurora era “querelada por dois artigos antimilitaristas” e presos os seus jornalistas. “Fizera-se uma lei para proteger a nova religião do estado” (*A Sementeira*, Setembro de 1912, p6)

²⁴³ Diário da Câmara dos Deputados, Sessão n.º 148 de 27 de Junho de 1912, p8

²⁴⁴ Diário da Câmara dos Deputados, Sessão n.º 148 de 27 de Junho de 1912, p12

²⁴⁵ Diário do Senado, Sessão n.º 132 de 4 de Julho de 1912, p 17

²⁴⁶ Diário do Senado, Sessão n.º 132 de 4 de Julho de 1912, p 17

²⁴⁷ Diário do Senado, Sessão n.º 132 de 4 de Julho de 1912, p 1

ordem (...) Se tem havido Governo na República que faça manter a ordem, que seja implacável para com os perturbadores, que não dê guarida a espécie alguma de criminosos perturbadores da ordem, é aquele a que presido”.²⁴⁸

Vencidos e aprisionados, os sindicalistas viam-se de mãos atadas para reagir. Numa atitude desesperada, distribuem um panfleto *Aos senhores congressistas estrangeiros, representantes do livre pensamento universal*, no congresso realizado em Lisboa no fim de Setembro de 1913, organizado pelos republicanos. Neste documento, denunciam as arbitrariedades dos livres-pensadores portugueses e apelam a que a “intervenção moral se exerça pelo protesto externo.”²⁴⁹

Muito embora, devido ao afastamento provisório de Afonso Costa do governo, consequentes amnistias e abrandamento da repressão, tenha sido possível, através de uma aproximação às associações de classe reformistas, a realização do I Congresso Nacional Operário em 1914, a verdade é que o movimento reivindicativo praticamente cessará até às lutas contra a carestia de vida determinada pela guerra.

3.2 A UNIDADE DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Idéias convergentes: a preparação do Congresso Nacional Operário

Como vimos no capítulo precedente, entre anarquistas e socialistas divergiam as posições face à independência do sindicalismo. Todavia, perante a ameaça militarista, o número daqueles que via na convergência de princípios uma maior garantia de sucesso do movimento operário terá sido crescente, determinando a primeira tentativa de criar um movimento unitário em 1914, no Congresso Nacional Operário realizado em Tomar.

Como foi referido, na região Norte o reformismo ainda hegemonizava o movimento. Em Junho de 1913, na mesma data do Congresso Socialista no Porto, é realizada a Conferência Nacional Operária, à qual assistem 18 delegados, representando 5 federações operárias e 4 associações livres. “A conferência Nacional Operária apreciando a consulta do secretariado acerca dum Congresso Nacional Operário resolve: Que para esse congresso sejam convidadas todas as associações de classe, sem qualquer distinção de escolas; Que a data deste congresso seja marcada pelo secretariado, visto ela depender de trabalhos de organização demorados, cujo o tempo se não pode prever de momento; Que a localidade

²⁴⁸ Diário do Senado, Sessão n.º 122 de 9 de Junho de 1913, p 14

²⁴⁹ Carlos Rates, “Um clamor de prisioneiros que se eleva das prisões do estado em Portugal”, 29 de Setembro de 1913. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ422P195

escolhida para este congresso seja a cidade de Tomar; visto esta localidade poder ser considerada a mais central para as agrupações do país.”²⁵⁰

As resoluções desta assembleia são da máxima importância para a compreensão da evolução dos acontecimentos que levaram à reunificação do movimento operário na UON. Como César Nogueira transcreve na sua obra, a aprovação nesta conferência de uma moção apelando à propaganda antimilitarista, visava exactamente “irmanar a acção socialista e sindical numa corrente única.”²⁵¹

A tentativa de organização do Congresso Nacional marca, na realidade, a última tentativa do PSP influenciar o movimento. O secretário da Federação das Associações Operárias de Lisboa, Mário Nogueira, começa a defender a necessidade da realização de uma reunião nacional, no periódico *O Socialista*. A estratégia dos socialistas era aproveitar o facto de a grande parte dos dirigentes sindicalistas mais radicais estarem presos, na sequência de um atentado bombista no dia de Camões, dia em que os operários reivindicavam “Pão e Trabalho!”.²⁵²

Todavia, foram exactamente estes que favoreceram a participação da corrente revolucionária no mesmo congresso. Alexandre Vieira, Evaristo Marques, Carlos Rates, Manuel da Conceição Afonso e outros sindicalistas revolucionários, do Limoeiro, contribuíram para a convergência das duas escolas socialistas.²⁵³

Em Outubro, Carlos Rates escreve n’*O Socialista*, algumas considerações sobre a orientação a seguir nos trabalhos do congresso que se projectava realizar em Tomar. Este militante procura convencer os seus camaradas a participar nesta assembleia, com o objectivo de reunificar o movimento.

O Trabalho acompanha-o, chamando a atenção para o “estado lamentável da organização operária no nosso país (...) o analfabetismo, a errada e dissolvente proganda republiana que durante alguns anos trouxe desnordeada a população trabalhadora, a confusionista acção anarchico-sindicalista”, não deixando de destacar o papel da repressão governamental.²⁵⁴

Porém, os seus correligionários viram com desconfiança esta iniciativa. Diz *O Sindicalista* que não se compreende que este militante defenda que se ponham de parte as questões

²⁵⁰ Cit. por César Nogueira, Notas para a História do Socialismo em Portugal. vol.II. p131

²⁵¹ “1º Manter intactas as resoluções dos congressos internacionais contra a guerra; 2º Adoptar as resoluções adoptadas no congresso de Bale (1912); 3º Que a futura Confederação das Associações de Classe organize em todo o país um movimento de protesto contra o desenvolvimento do militarismo.” (César Nogueira, Notas para a História do Socialismo em Portugal. vol.II. p130-131)

²⁵² Cit. por Manuel Joaquim de Sousa – Op. Cit., p96

²⁵³ Alberto Pedrosa e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português, P36

²⁵⁴ *O Trabalho*, 26 de Outubro de 1913, p1

“doutrinárias ou de tática”, uma vez que saber “como se intervém (...) e porque se intervém” é o que mais importa discutir. A CECS, numa posição defensiva, exige que se esclareça “esta questão da orientação dos trabalhos do congresso (...) para que, com tempo, cada um saiba com o que contar”.²⁵⁵

O que é facto é que “ o projecto de realização de um congresso de todo o operariado português, onde se discutisse o que ao operariado mais importa, despertou o maior e mais justificado interesse entre as classes trabalhadoras” pressionando a CECS a tomar uma posição.²⁵⁶

Enquanto *O Sindicalista* se fechava em copas, os periódicos corporativos, como *O Trabalho*, *O Construtor* ou o *Trabalhador Rural* mostravam que “a defesa calorosa tomada, reflectidamente sem dúvida, pelo camarada J. Carlos Rates, da convocação e organização de um grande congresso nacional operário” chamou “a atenção de grande parte dos elementos da organização sindicalista.”

É então que a direcção revolucionária toma o pulso da situação, publicando um inquérito “sobre os pontos em debate de importância imediata”, de forma a consultar “os que no movimento operário militam fora da influência do partido socialista”.

Este questionário inaugurará novo debate, da máxima importância para a compreensão do que realmente estava em causa: como os militantes mais intransigentemente anarquistas foram obrigados pelos sindicalistas revolucionários a participar no congresso; como estes em conjunto conseguiram adiar a data de reunião de forma a garantir a presença dos seus melhores representantes; e, finalmente, como conseguiram minorar o avanço do reformismo.²⁵⁷

Curiosamente, a primeira resposta é da autoria do anarquista Augusto Machado, que não era militante sindicalista mas reivindicava o direito de opinião “de todos os que trabalham nas nossas fileiras, quer sejam ou não operários, quer sejam ou não militantes”. Sublinha-se esta afirmação, uma vez que, quer em 1909 como agora, no congresso de Tomar, o argumento utilizado para afastar os elementos socialistas é o facto de não serem operários nem sindicalizados. Este autor ataca Carlos Rates “e os seus companheiros da «plêiade ilustre»” acusando-os de se lançarem “no turbilhão furioso da colaboração de classes”, ameaçando: “Não quereis ouvir-nos, continuai?!...Então segui o vosso caminho, nós

²⁵⁵ *O Sindicalista*, 2 de Novembro de 1913. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p81-83

²⁵⁶ *O Sindicalista*, 14 de Dezembro de 1913. Cit. por César Oliveira, Op. Cit. , p86-87

²⁵⁷ O questionário era o seguinte: “I – Há oportunidade na realização imediata de um congresso das associações operárias de classe portuguesas? II – As associações estranhas ao partido socialista devem ir ao congresso de Tomar? III – No caso afirmativo, quais os assuntos essenciais de que ele deve ocupar-se? IV – Deve preconizar-se ou aconselhar-se a colaboração de classes? V – Tem de modificar-se a acção ou tática sindicalista?” (*O Sindicalista*, 14 de Dezembro de 1913. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p86-87)

seguiremos o nosso.” O acrata afirmava subliminarmente que os sindicalistas revolucionários tinham de optar entre o apoio dos anarquistas e do socialistas.

Rates continuava a defender que era possível unir as associações de classe das duas escolas em torno de reivindicações concretas, tais como a carestia de vida, as cadernetas profissionais ou a contribuição industrial, “em que as duas escolas trabalharam em comum acordo” e não “abdicaram dos princípios perflhados”. Finalmente, este militante apela para “que adentro da organização operária se faça apenas sindicalismo e nada mais”, numa clara provocação aos elementos anarquistas. Mais, Carlos Rates, com o intuito de distinguir Sindicalismo Revolucionário de anarquismo, afirma que “é inadiável que o proletariado se pronuncie e que de uma vez por todas se esclareça o que se entende por Sindicalismo Revolucionário. Se o operariado organizado, que diz defender a tática sindicalista, concorda com a doutrina de A. Machado”.²⁵⁸

Jorge Coutinho, membro da CECS, responde ao questionário, negando a oportunidade do Congresso e desmascarando as intenções do Partido Socialista Português. Este elemento já defendera a realização do Congresso, mas perante a intransigência dos socialistas em adiar a assembleia, compreendeu as suas más intenções.

Para além destes prestigiados dirigentes, responderam ao inquérito diversas associações de classe. Estas defendiam que se alterasse a data para que os militantes presos pudessem participar, mas consideravam oportuno o congresso. Após a repressão que se abateu sobre o movimento sindical, os militantes queriam ver a luta reivindicativa fortificada e viam com bons olhos a unificação de todas as associações de classe “única e simplesmente no campo da luta económica, abstraindo de toda a política”.

Entre estas respostas, destaca-se a de Manuel Ferreira Quartel, da associação dos trabalhadores rurais de Coruche. Isto porque no seu depoimento revela que entre a «plêiade ilustre» que acompanhava Rates estão outros importantes dirigentes, entre os quais o próprio Alexandre Vieira, futuro dirigente da UON. Ou seja, parece que se as intenções do PSP de tomarem sob o seu controlo o movimento operário falharam, a tutela anarquista foi igualmente contrariada em favor da corrente sindicalista revolucionária.²⁵⁹

Por outro lado, Alexandre Vieira, na sua resposta sublinha que se deverá “acentuar a completa independência da organização proletariana em face não só do partido socialista, mas também de quaisquer outros partidos e facções filosóficas ou religiosas,” deixando clara a sua opinião sobre a postura de alguns anarquistas que, receando perder a sua influência, pretendiam impedir a realização do congresso. Este militante dá mostras ainda

²⁵⁸ O Sindicalista, 21 de Dezembro de 1913. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p88-97

²⁵⁹ O Sindicalista, 4 de Janeiro de 1914. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p109-121

de grande moderação, comparativamente às opiniões libertárias, defendendo que se deviam “estabelecer as bases dum acordo com os organismos que seguem as orientações reformistas e revolucionárias, para, sem prejuízo dos princípios que a norteiam, em caso de interesse geral, actuarem em bloco.”

Mais, à pergunta referente à colaboração de classes responde que em principio não concorda, mas não deixa de referir certas excepções que os anarquistas julgavam escandalosas, como o caso da indústria tipográfica onde trabalhava e na qual operários e patrões estabeleceram uma tabela de preços e horários.²⁶⁰

A resposta do conhecido acrata Manuel Joaquim de Sousa, futuro secretário-geral da CGT, levanta a hipótese de entre os anarquistas subsistirem também divergências quanto a esta questão. Se um intelectual desligado da luta concreta, como A. Machado, põe de parte o próprio debate com associações reformistas, o operário sapateiro que veio a liderar o movimento operário apoia a participação no congresso desde que este seja “adiado e se tenham em vista só os interesses da classe trabalhadora”.

As juventudes sindicalistas, de clara influência anarquista, também defendiam que “se esse congresso fosse convocado por elementos retintamente operários, embora reformistas ou revolucionários, sim devia ser aproveitado, pois que há muita necessidade de o realizar.”²⁶¹

Veremos como quer os anarco-sindicalistas, quer as juventudes – depois do congresso e com a eclosão da guerra se afastaram dos anarquistas desligados do movimento operário.

Finalmente, o balanço que *O Sindicalista* acaba por fazer das respostas ao questionário afirma que se deve realizar o congresso, “para se conseguir a unificação do movimento operário fora da política”, mas que por outro lado, este deve ser adiado. Mesmo que não viesse a ser adiado, a maioria dos militantes concordava que as associações deveriam participar e ocupar-se das “bases de um entendimento comum” com vista à criação de um organismo semelhante à Confederação Geral do Trabalho e à reforma da lei das associações de classe.

No que se refere às questões doutrinárias, parece claro que, consensualmente, a tática sindicalista revolucionária continua a ser válida, mas a colaboração de classes é vista como necessária em casos excepcionais.²⁶²

Os sindicalistas revolucionários estão finalmente decididos a participar no congresso e os socialistas mostravam-se abertos a “que surja em Tomar, um entendimento mútuo para

²⁶⁰ O Sindicalista, 8 de Fevereiro de 1914. Cit. por César Oliveira, Op. Cit. , p158-164

²⁶¹ O Sindicalista, 18 de Janeiro. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p147-151

²⁶² O Sindicalista, 22 de Fevereiro. Cit. por César Oliveira, Op. Cit., p175-178

uma obra comum”²⁶³, o que não pode ser desligado do facto de, na mesma data, a corrente sindicalista revolucionária a nível internacional também a apelar à união do movimento operário.²⁶⁴

Cedência de *Idéa*: O Congresso Nacional Operário

Realizado em Tomar, entre 14 e 17 de Março de 1914, com a presença de 103 sindicatos, 3 federações corporativas e 4 de ofícios vários, representando um total de 90.000 sindicados, o 1º Congresso Nacional Operário tinha na sua ordem de trabalhos a criação da União Operária Nacional (UON).²⁶⁵

A introdução à tese *Organização Operária* reflecte melhor que qualquer outro documento a disposição dos dirigentes em consagrar a unidade operária. Redigida por Júlio Luís e Carlos Rates, sublinha a necessidade de encerrar a “divisão da organização operária em agrupamentos distintos por diferenciação de tática.” Segundo os autores, esta cisão não se compadecia com as “bases da doutrina sindicalista”, como sejam “a filiação associativa por interesses profissionais e económicos” ou a “autonomia do indivíduo no sindicato.”

Admitindo que “uma boa parte dos desaires sofridos e a insuficiência da acção operária são resultado da falta de coesão, da inconvergência de esforços, da ausência de plano e de método”, estes militantes estavam dispostos a dedicar toda a “atenção ao problema da organização como ponto de partida de todo o trabalho a iniciar”.

Existia, no entanto, uma questão latente que não era abordada na referida tese – “o fim máximo da organização operária, isto é, se ela por si só poderá operar a transformação social e como a realizará.” Os autores da tese assumiam que acreditavam “que essa transformação só poderá ser realizada pela greve geral revolucionária, (...) e ainda que a estrutura do edifício social futuro só poderá ter por base a organização sindical”.

Contudo, não queriam “impor autoritariamente este critério ao operariado organizado”, sabendo que se o documento “consignasse que a organização operária tem por objectivo a abolição do patronato e do Estado, outra coisa não faria senão aceitar o comunismo-anarquista (...) em oposição a todas as demais escolas socialistas, regimes políticos e

²⁶³ O Trabalho de Setúbal, 8 de Março de 1914. Cit. por César Oliveira, Op. Cit. , p181-186

²⁶⁴ O congresso sindicalista internacional, realizado em Londres, em Setembro daquele ano “reconhece que, internacionalmente, os sindicatos só triunfarão quando deixarem de estar divididos por divergências políticas e religiosas”. Desta forma, para não fazer sombra à USI, que apesar de ser maioritariamente reformista integrava a CGT francesa, e para não prejudicar uma futura unificação sindical nos diversos países, o congresso rejeitou a ideia de criar um novo secretariado internacional (“Congresso Sindicalista Internacional” in *A Aurora*, 19 de Outubro de 1913, p2)

²⁶⁵ Projecto das bases da organização da UON; Elementos para a reforma da lei de 8 de Maio de 1891; Bases para a fundação do Instituto do Trabalho Nacional; Reforma dos Tribunais da árbitros avindores e Carestia de vida. (Alexandre Vieira, Op. Cit.. p71-75)

sistemas económicos. Tal resolução seria fechar a porta a quantos acreditam noutros métodos de modificação social.”

Estes militantes sabiam que para “solidarizar todos os indivíduos que sofrem as detestáveis consequências da lei férrea do salariado” era necessário “pôr de parte todo o exclusivismo de opiniões políticas, filosóficas e religiosas,”²⁶⁶ e neste caso até o próprio carácter doutrinal do Sindicalismo Revolucionário. O congresso de Tomar de 1914 apenas consignará uma tática, ao contrário das assembleias magnas de 1909 e 1911, que haviam aprovado um ideal emancipador.

Contudo, a polémica teve lugar logo na primeira sessão, e mais uma vez devido ao parecer da comissão revisora de mandatos que propunha que, “encontrando-se no congresso (...) sete indivíduos que não possuem a simultânea categoria de assalariados e sindicados”, estes tenham voto apenas deliberativo. Este parecer mais uma vez não foi aceite. Porém, desta vez, a necessidade de unidade prevaleceu sobre os princípios, acabando por ser aceite que os delegados socialistas votassem, com a condição de esta situação não se repetir no futuro.

Da mesma forma foi alterado o artigo n.º 32 do projecto de bases da UON, da autoria de Carlos Rates, que referia que qualquer membro do conselho central, uma vez investido de um mandato político, não podia fazer parte deste organismo. Os socialistas conseguiram que se acrescentasse “da confiança do governo”.²⁶⁷

As cedências ao reformismo são evidentes. Todavia, segundo Manuel Joaquim de Sousa, “não tendo os estatutos da UON as declarações formais dos antigos estatutos da CE o organismo era contudo amplo para, por meio dele se chegar aos máximos extremos da propaganda”. Os objectivos para que a organização era criada correspondiam genericamente à estratégia sindicalista revolucionária, quer em termos de estrutura organizativa, quer no que respeita ao apoliticismo sindical.²⁶⁸

Por outro lado, o reformismo sindical enquadrava-se na tática sindicalista revolucionária, desde que a pressão se fizesse exteriormente ao Estado. A maioria das moções apresentadas referiam-se exactamente a reformas de leis a reivindicar ao Estado,

²⁶⁶ Organização Operária: Tese a Apresentar ao Congresso de Tomar in César Oliveira, Op. Cit., p189-205

²⁶⁷ Alexandre Vieira, Op. Cit., p71-75

²⁶⁸ “Promover nacionalmente a união dos trabalhadores salarizados para a defesa dos seus interesse morais e materiais económicos e profissionais procurando organizar: 1º Sindicatos locais, regionais ou nacionais de officio; 2º Federações nacionais ou regionais de indústria; 3º Uniões locais de sindicatos de officios vários

2º Artigo que trata da constituição – A União Operária Nacional não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte colectivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas

7º Artigo – Cada organismo aderente conserva integralmente a sua autonomia no que respeita ao seu funcionamento especial Cit. por Manuel Joaquim de Sousa, Ibidem. P96-100. Art.º 3 “A União não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte colectivamente em eleições, manifestações políticas ou religiosas” (Alexandre Vieira, Op. Cit., p71-75)

nomeadamente a consagração legal do dia de oito horas, do descanso semanal, a reforma da lei das associações de classe, da lei do inquilinato, da lei dos acidentes de trabalho, entre outras.

A diferença substancial afinal não era tática, uma vez que todos concordavam com a interferência do Estado²⁶⁹, não só como legislador mas como mediador da luta de classes, era estratégica ou doutrinal. As reformas eram vistas como via de transformação social ou como simples reivindicações provisórias tendentes a criar consciência de classe. A divergência de fundo entre reformistas e revolucionários assentava na perspectiva emancipadora.

Na realidade, a convergência era suficiente para dar resposta à necessidade de “união, solidariedade, fraternidade”, como afirmava Joaquim Gomes Ferreira, delegado da associação de classe dos polidores de móveis de Lisboa na tese *Organização Operária em Portugal* que apresentou, onde sublinhará, por exemplo, o anti-estatismo comum às duas doutrinas.

Defende, então, a união das duas escolas sobre seguintes bases: “criação de sindicatos de industria ou mistos e de uma confederação das associações de classe dirigindo superiormente os movimentos de carácter geral deixando ampla autonomia a todas as associações”²⁷⁰.

Em suma, este congresso vem mostrar, por um lado, que o PSP ainda influenciava muitas associações de classe. O próprio Manuel Joaquim de Sousa admitia que no Norte, até à data, os elementos revolucionários não tinham conseguido entrar nos organismos.²⁷¹ Todavia, se os elementos revolucionários foram obrigados a relevantes cedências, lograram oficializar a independência sindical face ao poder e aos partidos políticos.

²⁶⁹ Por exemplo, o socialista José Rodrigues Martins Santareno apresenta uma moção assinada por 25 delegados pedindo a intervenção do governo no conflito ferroviário “sem prejuízo dos justos interesses dos operários”. Esta foi aprovada por larga maioria, tendo a comissão de propostas respondido que iam criar uma comissão para ir junto do presidente do ministério. (AHS da BN, Núcleo Congressos Operários Nacionais, Caixa 66)

²⁷⁰ “Os socialistas consideram também o parlamento, falsamente chamado dos representantes do povo, uma verdadeira burla burguesa-capitalista, e adoptando sempre que lhes é conveniente a chamada acção directa, são no entanto, com justa razão, partidários da acção parlamentar, sem de forma alguma aceitarem, como os sindicalistas, a actual organização do estado, para a qual, infelizmente, cremos que irreflectidamente os sindicalistas tanto têm contribuído, abandonando o campo onde uma rasgada luta se poderia travar: o campo político, deixando os adversários manobrar à vontade e inteiramente senhores da situação.”

O polidor cita Martins Santareno no Congresso Socialista da Região Sul de 1912, de forma a mostrar aos anarquistas que também os socialistas pretendem abolir o Estado: - “não queremos o estado para o mantermos, queremos somente apoderar-nos dele para o deitarmos fora, como coisa inútil, logo que possamos realizar a nossa organização societária.”

E argumentava que enquanto as duas escolas se digladiavam no meio operário, os burgueses “aplaudiam e rejubilavam com a fraqueza das convicções dos homens, que procurando abolir fronteiras e pretendendo a todo o transe evitar as guerras infames travadas entre os povos em nome da pátria, de reis e de presidentes, assim se lançavam em lutas intestinas, para a qual habilmente os haviam atirado, em nome não sei de que principio.” (AHS da BN, Núcleo Congressos Operários Nacionais, Caixa 66)

²⁷¹ Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit.. P96-100

Ainda assim, segundo os testemunhos de Alexandre Vieira e Manuel Joaquim de Sousa, os militantes mais radicais ficaram descontentes. Na verdade, este congresso resultou num recuo da influência socialista mas também anarquista nas associações de classe.²⁷² No órgão dirigente, os sindicalistas revolucionários estavam em maioria e garantiam a unidade entre reformistas e anarco-sindicalistas.²⁷³

3.3 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO INDEPENDENTE

Fidelidade à *Idéa*

As cedências que permitiram a unidade sindical e, conseqüentemente, uma futura intervenção dos revolucionários num meio mais amplo pela união das associações de classe que se encontravam em federações distintas até à data, não vão impedir a continuação da propaganda dos seus postulados à margem da UON.

Por outro lado, Carlos Rates, que conseguira impor-se como conciliador e dirigente, rapidamente ficaria isolado. No mesmo dia da publicação d'*A União Operária*, no 1º de Maio de 1914, da sua responsabilidade, surge o órgão das juventudes sindicalistas – *O Despertar. O Sindicalista* reaparece nas bancas.

O primeiro, *União Operária*, que faz a propaganda do “método que se convencionou designar por acção integral”, que tinha a “superior vantagem material de atacar o problema conforme as condições e as variante que apresente” e o “não menor proveito e significação moral de não insimisar e extremar os combatentes”, só conta dois números,²⁷⁴ enquanto que o velho *Sindicalista*, que continua “sendo o órgão da corrente sindicalista revolucionária”²⁷⁵ e o novo *Despertar*, de “sã propaganda anarco-sindicalista”²⁷⁶, sobreviveram ao entusiasmo e continuaram a orientar o movimento.

Para que não restassem dúvidas sobre a fidelidade às ideias, o grupo editor de *O Sindicalista*, após o Congresso de Tomar, faz uma «declaração» de princípios, na qual explica “que o desejo de unificação da família operária não pode, nem deve implicar, como erradamente o interpretam alguns camaradas, a unificação sob o ponto de vista das ideias”.

²⁷² Segundo a intervenção de Carlos Rates, que reflecte “se os políticos socialistas são perigosos dentro dos sindicatos, pela influência que possam exercer sobre o espírito dos trabalhadores, o mesmo perigo oferecem os anarquistas abstencionistas” (*O Trabalho*, 22 de Março de 1914. Cit. por César Oliveira, *Ibidem*, p213).

²⁷³ Perfeito de Carvalho (sindicalista revolucionário), Carlos Rates (sindicalista revolucionário), Evaristo Marques (sindicalista revolucionário), João Black (sindicalista revolucionário), Joaquim de Sousa (anarco-sindicalista), Joaquim Luís Redondo (anarco-sindicalista), Carlos de Melo (reformista), António Henriques da Silva (reformista), Artur Nogueira (reformista) e Augusto Nogueira (reformista). (João Freire, *Op. Cit.*, p405-406)

²⁷⁴ Teixeira Severino, “Acção integral” in *União Operária Nacional*, 1 de Maio de 1914, p2

²⁷⁵ O Grupo Editor, “Declaração”, in *O Sindicalista*, 29 de Março de 1914, p1

²⁷⁶ Manuel Joaquim de Sousa, *Op. Cit.* p104

Os sindicalistas continuam “a defender a necessidade de estabelecer uma maior coesão e uma solidariedade cada vez mais extensa e intensa entre a família trabalhadora (...) mas sem transigências nem abdicação de princípios que se firmam na acção directa e autónoma dos trabalhadores, sem interpostas pessoas, estranhas à classe”²⁷⁷.

Concluindo, a ala revolucionária foi ao congresso de Tomar impedir que o movimento operário reformista se reforçasse. Contudo, a suposta cedência de princípios em nome da unidade operária não se concretizou. Até porque nenhuma das escolas socialistas estava realmente pronta a ceder: apenas os sindicalistas revolucionários e alguns elementos no seio do anarquismo operário viam com bons olhos o abstencionismo ideológico da UON.

Naquele mesmo ano, nas conferências anarquistas regionais em Lisboa (Sul) e no Porto (Norte), foi aprovada a tese *Os anarquistas em face do movimento operário* do grupo «Brochura Social»,²⁷⁸ na qual se reflecte uma crescente pressão anarquista sobre o movimento operário, no sentido de o hegemonizar, reivindicando a autoria dos princípios da *Carta de Amiens*.²⁷⁹

Os socialistas, por seu lado, vendo logradas as suas intenções de voltar a hegemonizar a UON, aparentemente desistem de a concretizar. Após o congresso os periódicos influenciados pelo PSP raramente se referem ao movimento operário. *O Combate* dá notícia que muitos elementos socialistas se haviam “afastado por completo da acção syndical por não concordarem com o systema que se está seguindo em que se procura fazer do syndicalismo um campo de escola phylosófica que não admite opiniões ou conceitos adversos.”

Segundo os socialistas, fôra esta orientação, que antes do “Congresso de Thomar, trazia o operariado dividido (...). Com a unificação de todas as associações de classe numa “única organização syndical”, a batalha ideológica efectuava-se no seu seio, procurando os revolucionários “por todos os meios fazer prevalecer a corrente contra o reformismo”. Era também esta a razão determinante para “a maioria do operariado se conservar affastado dos sindicatos”.²⁸⁰

Todavia, os republicanos observavam esta disputa, procurando num primeiro momento privilegiar o reformismo, razão pela qual o governo se empenhará na reforma da lei das

²⁷⁷ O Grupo Editor, “Declaração”, in *O Sindicalista*, 29 de Março de 1914, p1

²⁷⁸ Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit., p101

²⁷⁹ A tese da conferência anarquista do Sul (28/6/1914) proclamava «...a acção directa revolucionária é o meio natural de luta contra a vindita social e (...) os sindicatos que dizem seguir esse método não podem dissimular a sua concepção anarquista nem exercer a colaboração de classes» (Fernando Medeiros, Op. Cit., p199)

²⁸⁰ César Nogueira, “A Acção Syndical” in *O Combate*, 19 de Dezembro de 1915, p1

associações de classe, pedindo a colaboração dos elementos mais dados ao colaboracionismo, entre estes destacados socialistas e Carlos Rates.²⁸¹

Os sindicalistas reagiam e propagavam o desprezo pelo colaboracionismo entre o operariado, razão pela qual, quando o ministro do Fomento decretou a lei do horário de trabalho, “ninguém lhe ligou importância, nem operários, nem industriais, estes porque não julgaram que a lei fosse lei, estes porque nada querem com os políticos”.

A guerra virá contribuir para o aprofundar das divergências ideológicas no seio do movimento operário. Perante a intransigência das duas escolas, os sindicalistas dividem-se. Se Carlos Rates é o principal instigador de uma aproximação aos socialistas, Manuel Ribeiro considerava “de boa tática oportunista e principalmente para a divulgação dos princípios que todos nós – sindicalistas e anarquistas – defendemos, intensificarmos desde já a nossa acção comum, respeitando-se mutuamente as divergências doutrinárias, sacrificando cada um à ideia geral – que é o que interessa – os seus pontos de vista particulares.”²⁸²

A par da instigação do reformismo, os republicanos aproveitaram a conjuntura de guerra para dar o golpe de piedade na corrente intransigentemente revolucionária. Segundo Manuel Ribeiro, “dir-se-ia que vampiro Afonso Costa nos sugou todas as energias e que as torturas físicas e morais que nos infligiram os seus esbirros, quebrando-nos as forças, quebraram-nos o ânimo”.

Pouco antes de *O Sindicalista* desaparecer por cerca de ano e meio, “os militantes sumiram-se: porque desanimaram – uns; porque torceram caminho – outros”²⁸³. A *União Operária* também não mais se editou.

Porém, se a luta reivindicativa esmorecera, o antimilitarismo viera mobilizar aquela parte do movimento operário que mais directamente sentia esta ameaça – a juventude. Desta forma, *O Despertar*, periódico das juventudes sindicalistas, foi o único órgão sindicalista que resistiu à guerra.

As juventudes sindicalistas nasceram em Janeiro de 1913, quando um grupo de sete rapazes fundou o núcleo de Lisboa, com sede na Casa Sindical. Segundo o testemunho destes militantes, a sua iniciativa teve pouco apoio no meio operário mas rapidamente proliferou, havendo na data da fundação do seu órgão – *O Despertar* - núcleos por todo o país.

²⁸¹ Segundo *O Combate* “ manda o governo da República que uma comissão composta pelos cidadãos José António da Costa Júnior, Manuel Luiz de Figueiredo, Sebastião Eugénio, Mário Henriques Xavier Nogueira, José Carlos Rates, José Rodrigues Martins Santareno e António Francisco Pereira (...) elabore as bases em que se devem instituir as associações operárias” (“Reforma da lei das associações” in *O Combate* de 5 de Setembro de 1915, p1)

²⁸² Manuel Ribeiro, “Na linha de fogo: A Acção” in *O Sindicalista*, 12 de Julho de 1914, p1

²⁸³ Manuel Ribeiro, “Na linha de fogo: A Acção” in *O Sindicalista*, 12 de Julho de 1914, p1

O *Despertar* reflecte que as juventudes se aproximavam das hostes revolucionárias, rejeitando a cedência ao reformismo. A saudação ao novo órgão da UON é pouco calorosa, contrastando com elogio dedicado ao *Sindicalista*, que inicia na mesma data a sua II série.

Os seus textos demonstram uma orientação rumo ao anarco-sindicalismo, apadrinhada por Aurélio Quintanilha e outros conhecidos acratas. O congresso anarquista de 1914 é muito propagandeado e elogiado nas suas páginas, apelando-se para que não haja “pelos teorias sociais nenhuma espécie de prevenção preconcebida”²⁸⁴.

A orientação ideológica das juventudes sindicalistas vai ser determinante para a futura evolução do movimento. Em primeiro lugar porque se aí se formaram importantes dirigentes; e, em segundo, porque durante a guerra foram as juventudes que mantiveram presentes as concepções sindicalistas entre as classes trabalhadoras: “quando os nossos adversários pretendiam aproveitar-se desse momento de confusão em que muitos vacilaram (...) aparecemos nós a gritar que essa guerra não era mais que a consequência lógica e fatal das instituições por eles criadas e sustentadas, do regimen social que apoiavam e defendiam”²⁸⁵

De facto, o Sindicalismo Revolucionário vivia momentos difíceis resultantes da repressão afonsista, da cedência doutrinal de alguns dos seus mais destacados dirigentes e, finalmente, das divergências que a eclosão da guerra vieram cimentar no movimento.

As diferentes *Idéas sobre a conflagração*

A guerra e o seu efeito no estado de espírito das classes trabalhadoras consistiam nos “maiores obstáculos á realização dos ideais de emancipação”²⁸⁶. Os revolucionários lamentavam “a inconsciência e a ignorância do povo” ludibriado “com a ária sinfónica da pretendida guerra de civilização”²⁸⁷.

²⁸⁴ “O critério sindicalista” in *O Despertar*, Julho de 1914, p1

²⁸⁵ *O Despertar*, Maio de 1915, p1

²⁸⁶ “Grupo brochura social” Trabalho do lido na 1ª Conferência Anarquista da Região do Sul. (*A Aurora* 23 de Agosto 1914, p3)

²⁸⁷ Através dos protestos dos militantes antimilitaristas podemos compreender que “o povo, sempre ingénuo, ignorante e paciente, aceita como boas as razões, as palavras enganadoras de «defesa da pátria, da civilização e da liberdade» com que tentam embalá-lo para o conduzir aos campos da morte”.

Lamentando que “os trabalhadores sob o jugo da disciplina imposta da caserna perdem em parte o sentimento de solidariedade para com os seus camaradas e o espírito de revolta” e “o estado de desconfiança e de ódio mútuo que existe entre os trabalhadores dos diferentes países que se consideram inimigos uns dos outros”. (Nós e a Alemanha. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ 334 P107)

Os anarquistas constataam que “é facto interessante, e à primeira vista paradoxal, serem os próprios trabalhadores, cujos interesses como classe estão em completa oposição aos da classe dominante – política e economicamente – que estão sempre prontos a defender com as armas na mão os privilégios dos nossos comuns governantes e exploradores.” (Os anarquistas e a guerra. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ 336 P109)

Desesperados, avisam os burgueses para que “antes de meterem nas mãos dos trabalhadores as armas com que eles hão-de ir defender os privilégios dos governantes e dos capitalistas, era bom que pensassem que esses trabalhadores, agora, tam resignados, se podiam um dia lembrar de pôr essas armas ao serviço dos seus próprios interesses, das suas ideias de liberdade e de emancipação.”²⁸⁸

Contudo, o movimento operário internacional não auspiciava que esta ameaça se pudesse concretizar. Quando os socialistas alemães e franceses votaram os créditos de guerra, o PSP viu-se constringido a defender o internacionalismo socialista.²⁸⁹

E, acusando o capital, as religiões, as políticas conservadoras, as democracias burguesas, o espírito imperialista, o individualismo de desencadear a guerra, concluem que “guerra não significa inadaptação da humanidade ao conteúdo ideológico da revolução social”. O mais que pode significar é que ella não estava ainda apta para elle no momento em que explodiu a brutal conflagração.”²⁹⁰

Porém, perante uma possível intervenção portuguesa, os socialistas dividem-se. A direcção parlamentar, nomeadamente, começa a apelar para a necessidade de respeitar os compromissos internacionais, ou seja, o tratado com a Inglaterra, ainda que à maioria dos militantes “tal atitude não satisfaz, como não desvanece a sollicitação que se diz recebida da Inglaterra, pedindo-nos tamanho sacrifício”.²⁹¹

De facto, se o conselho central se inclinava para posições antigermanófilas, patentes no órgão central do partido, *O Combate*, *A Voz do Povo*, no Porto, defenderá irredutivelmente a orientação anti-belicista ao longo da guerra, manifestando o seu apoio ao manifesto de Zimmerwald e, posteriormente, às condições de paz bolchevistas.²⁹²

Contudo, no final do ano de 1914, contra as decisões do último congresso, o Conselho Central do PSP declara que “decretada a mobilização parcial, por uma questão de «decoro nacional», o paiz não pode faltar ao seu tratado com a Inglaterra”. Defende-se afirmando que “o partido socialista portuguêz, preferindo o status quo a toda e qualquer intervenção militar do seu paiz nos campos de batalha da Europa, quando nisso não houvesse quebra

²⁸⁸ “Discurso pronunciado por A. Quintanilha na sessão promovida pela juventude sindicalista de Lisboa em 22 de Março”, in *A Aurora*, 29 de Março de 1914, p1

²⁸⁹ Segundo este “nem o socialismo desapareceu porque se não fez uma greve geral antes da guerra, coisa em que aliás sempre tivemos muita pouca fé, nem a internacional acabou porque Vandervelde, Marcel, Sembat e Jules Guesde fossem guindados a ministros em condições muito especiais e transitórias (...) a verdade é que os socialistas teem por todos os paizes affirmado a identidade dos seus sentimentos de fraternidade e liberdade, embora muitos se encontrem pelejando nas fileiras dos respectivos exércitos, levados a isso pela imposição das leis e pela força das circunstâncias”(O *Trabalho*, 20 de Setembro de 1914, p1)

²⁹⁰ O *Trabalho*, 1 de Novembro de 1914, p1

²⁹¹ O *Trabalho*, 18 de Outubro de 1914, p1

²⁹² António Telo, Op. Cit, p92

dos compromissos tomados”. E, finalmente, “lastima que ainda agora os povos se batam uns contra os outros, não se unindo numa última e grande batalha decisiva.”²⁹³

Não foram apenas os socialistas a contradizer a sua inicial posição antibelicista. Também houve anarquistas partidários da guerra. Internacionalmente foram representados por Kropotkine, que alegava a necessidade de combater o despotismo alemão. De facto, o argumento da guerra civilizacional, que tinha por objectivo defender as conquistas das revoluções democráticas e liberais, unia republicanos, parte dos socialistas e também alguns libertários.

No contexto nacional, Emílio Costa foi o acrata que mais se destacou na defesa desta posição, tendo inclusivamente assinado o célebre «Manifesto dos dezasseis»²⁹⁴, em que diversas personalidades do campo acrata dão o seu apoio aos aliados. No seu jornal, *O Germinal*, levou a cabo polémica com aqueles anarquistas que seguindo a posição de Malatesta, responsável pelo «Manifesto contra a guerra», mantinham intransigentemente a sua posição anti-guerrista.²⁹⁵

Este autor chamava a atenção para a necessidade dos anarquistas tomarem uma posição pragmática, apoiando as democracias liberais contra os estados autocráticos, acusando os «ortodoxos» de se refugiarem num dogmatismo verbal totalmente ineficaz.²⁹⁶ No fundo, propunha que os seus camaradas voltassem a apoiar um regime que tanto os desiludira.

Todavia, se alguns intelectuais sentiam que a sua liberdade poderia ser ameaçada pelo retrocesso que significaria a vitória dos impérios centrais, os libertários no meio operário não tinham razões para pensar que o despotismo alemão seria pior que o de Afonso Costa.

Face à famosa carta de Kropotkine (justificadora do intervencionismo), interrogam-se os «anarquistas do Norte»: “que sucedeu nos últimos dois anos que possa justificar tal mudança de opinião?”. E criticavam o facto de os anarquistas se dignarem “a discutir a embrulhada da política internacional e a comparar os governos uns com os outros, para tentar provar que um governo, ou uma forma de despotismo, deve ser preferido a outro.”

O anarquismo operário sublinha o carácter classista desta divergência de orientação, criticando o facto de Kropotkine não se preocupar com a “situação dos trabalhadores nesta emergência ou depois dela”, de não fazer “efectivamente referência alguma aos trabalhadores.”²⁹⁷

²⁹³ Conselho Central do PSP, “Ao povo”, in *O Trabalho*, 13 de Dezembro de 1914, p1

²⁹⁴ António Ventura, «Guerristas» e «Antiguerristas», p112

²⁹⁵ Alice Samara, Verdes contra vermelhos: ..., p39-41; António Ventura, «Guerristas» e «Anti-guerristas», p107

²⁹⁶ Emílio Costa, “Os Anarquistas e a guerra Europeia”, in *Germinal*, 1 de Janeiro de 1915, p1

²⁹⁷ “O carácter da presente conflagração”, in *A Aurora*, 3 de Janeiro de 1915, p1

Esta corrente, entre os libertários, seria largamente maioritária, uma vez que as resoluções dos congressos anarquistas foram sempre claramente antimilitaristas. Na 1ª Conferência Anarquista da Região do Sul, em 1914, ficou assente que “os anarquistas foram sempre anti-militaristas (...) sobretudo porque vemos na instituição militar uma das mais sólidas defesas da sociedade monopolista e liberticida que nos oprime e explora.”²⁹⁸ Na maioria da imprensa acrata, a intervenção na guerra é asperamente criticada.

Por sua vez, o anarquismo operário, nesta data, está marcado indubitavelmente pela sua participação no movimento sindical. As suas teses face à guerra alinham perfeitamente na posição obreirista do Sindicalismo Revolucionário. Estes acratas não destacam o carácter autoritário e disciplinador do exército, para antes sublinharem que “praticam os exércitos diariamente as maiores torpezas para obrigarem os trabalhadores a renderem-se”.

Declaram-se antimilitaristas porque consideram a guerra uma mistificação para os trabalhadores que nada de comum com a burguesia têm a defender, devendo ao contrário tentar impedir inúteis derramamentos de sangue pela greve de reservistas e a paralisação geral do trabalho, sobretudo nos meios de transporte, procurando ao mesmo tempo aproveitar-se da ocasião para pôr em prática as suas ideias de socialização das terras e instrumentos de trabalho.

O manifesto “Os anarquistas e a guerra Europeia” é assinado pelos anarquistas do Norte do país, bem como o panfleto “Nós e a Alemanha”, editado pel’*A Aurora*. No primeiro, são sublinhadas as consequências da guerra para as classes trabalhadoras, “a alta do preços de todas as coisas necessárias à existência, a crise de trabalho em várias indústrias, o desespero e a fome nos lares proletários (...)”

Ignorando os «renegados»²⁹⁹, reclamam que “Os anarquistas não têm responsabilidade alguma na beligerância a que este povo foi arrastado.”³⁰⁰

A argumentação liberal havia conquistado alguns dos seus camaradas, mas para os “anarquistas do Norte”, “a apregoada civilização é uma palavra vã, por detrás dela está a

²⁹⁸ A Conferência Anarquista, realizada em paralelo com o eclodir da guerra, preconiza “que seria da máxima utilidade para a propaganda antimilitarista, que em cada localidade em que existisse um corpo de exército permanente, um grupo de camaradas se encarregasse voluntariamente de pôr em relação com grupos de todo o país, dos quais receberia em cada recrutamento os nomes dos camaradas ou simpatizantes que fossem ser aquartelados nessa localidade, afim de, pondo-os em relação uns com os outros, lhes dar a audácia necessária para a propaganda, audácia que resulta do conhecimento de que não estão isolados e que junto deles, outros há que lutam pela mesma causa e que também não estão dispostos a servir”²⁹⁸ (Grupo brochura social, “Trabalho do lido na 1ª Conferência Anarquista da Região do Sul”. in *A Aurora* 23 de Agosto 1914, p3)

²⁹⁹ Anarquistas partidários da intervenção na guerra

³⁰⁰ “Nos nossos jornais temos protestado contra a guerra, contra todas as guerras; e temos demonstrado com todos os elementos de prova que têm vindo à luz, que a guerra foi determinada pela ambição de conquista e de predomínio político, industrial, comercial e financeiro – embora a empresa mercenária tenha capsiosamente escondido e falseando a verdade, apresentando a guerra europeia como uma lucta entre a civilização e a barbárie.” (Os anarquistas e a guerra. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ336P109)

guerra, o imperialismo, a rapina de territórios (...) E a liberdade tão cantada (...) se pretende apenas para esmagar concorrentes (...) para que alguns estados gosem da supremacia sobre outros (...) e jamais para que os povos sejam livres – livres no interior de cada estado e nas relações sociais.”³⁰¹

Muito embora alguns anarquistas tivessem argumentado para o dever acrata de combater a autocracia ao lado dos aliados, o anarquismo operário fez a sua opção de classe e manteve uma posição coerente com os ensinamentos que lhes trouxera a revolução republicana. Defendiam que para que os trabalhadores se colocassem ao lado dos governos liberais “era mister que, em vez de eles lhes assaltarem violentamente os sindicatos, lhes tratassem da sua miséria.”³⁰²

De facto, a origem de classe e o íntimo envolvimento destes libertários com os trabalhadores terá determinado que *A Aurora*, órgão privilegiado do anarco-sindicalismo durante a guerra, fosse dos mais aguerridos combatentes da guerra e da participação portuguesa na mesma, ainda que fossem secundados por outros grupos, como *A Sementeira*, e apoiados igualmente por alguns intelectuais, entre os quais se destaca Neno Vasco.³⁰³

Contudo, os militantes que se mantinham intransigentemente anti-guerristas estavam cada vez mais isolados. Na imprensa, “nunca como nos tempos que vão correndo se ouviu falar tanto de pátria e de liberdade, de guerra à tirania e à opressão (...) nunca como nos tempos que vão correndo se gastou tanta tinta e se inutilizou tanto papel para insensar os gloriosos feitos das armas. Assim, os Josés de Castro, os Jaime Cortesão, os Raul Proença (...), enfim todo o bicho careta que consegue juntar meia dúzia de palavras (...) impam, na imprensa e na tribuna, duma fraseologia guerreira e sentimental afim de justificarem a intervenção de Portugal na actual conflagração europeia”³⁰⁴.

Entre estes «bichos caretas» contavam-se alguns dos seus tradicionais aliados, incluindo, como vimos, alguns intelectuais anarquistas. Os socialistas preparavam-se para acompanhar os seus camaradas internacionais, apoiando o regime. E até a CGT francesa, a inspiração do Sindicalismo Revolucionário português, acabaria por sucumbir.

No início de 1915, Pierre Monatte, n’ “um documento notável”, conta como “no decorrer dos últimos 5 meses” viu com assombro o comité confederal admitir pura simplesmente,

³⁰¹ Os anarquistas e a guerra. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ336P109

³⁰² Nós e a Alemanha. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ 334 P107

³⁰³ Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, cujo o pseudónimo era Neno Vasco, virá a sintetizar os ensinamentos da participação dos anarquistas no movimento sindical, e paralelamente da guerra e da Revolução Russa, no texto mais esclarecedor sobre a introdução do anarco-sindicalismo em Portugal. Marcado indubitavelmente pelo pensamento de Malatesta, com quem trocava correspondência directa, a sua obra póstuma – *Concepção Anarquista do Sindicalismo* – oferece uma retrospectiva geral sobre o movimento sindical e sua relação íntima com o anarquismo, que neste período está em crescimento.

³⁰⁴ “Patriotas de gaifonas” in *A Aurora*, 15 de Novembro de 1914, p1

sem protesto, que o seu secretário geral aceitasse uma missão oficial como comissário da nação. Como algumas semanas mais tarde, a comissão confederal, enviada a Bordéus, consentiu em fazer uma excursão de conferências por conta do governo. Como, militantes sindicalistas e funcionários adoptaram uma linguagem digna dos mais puros nacionalistas. E como, finalmente, o comité confederal negou a sua simpatia aos esforços tentados para concertar a paz, aos socialistas dos países neutros. As nossas organizações centrais na França e na Alemanha, a CGT e os Partidos Socialistas, a União Sindical Internacional e a Internacional Socialista, “firmaram a sua bancarrota”.³⁰⁵

A evolução da *Idéa*: a nova formação das juventudes

A UON, que fora criada com base numa unidade forçada e artificial, não conseguiu muito mais do que editar um manifesto contra a conflagração. Este, contudo, reflecte a orientação do Sindicalismo Revolucionário, que procurava conciliar de alguma forma o anarquismo operário e as bases trabalhadoras do PSP

“Desencadeada a temerosa tempestade – a guerra europeia”, consumando-se a ameaça do “temível choque de interesses económicos e políticos rivais, choque que vai abalar o mundo”, a UON não se atreve “a conjecturar até onde irão as consequências do abalo”. Todavia, sabe que “esta guerra é a consequência lógica e inevitável do regime burguês” e está convicta de que “o proletariado saberá encarar a situação com sangue frio, para melhor se defender, não se deixando expoliar pela ganância comercial que, no meio de tanto desastre, em vez de adormecer mais vigilante se manifesta, para açambarcar e agiotar” e que “todos os homens de bom senso e coração reconhecerão a necessidade de colaborar na obra de salvação social que se impõe após o terrível desastre que tão tragicamente vai coroar o régimen burguês (...).”³⁰⁶

Perfeito de Carvalho, primeiro secretário-geral da UON, fiel aos princípios anti-militaristas do Sindicalismo Revolucionário, irá combater a propaganda intervencionista, no semanário operário *Trabalho e União*, da Madeira. A sua argumentação em tudo se assemelha à restante propaganda de feição obreirista – as causas, os responsáveis, o carácter, os objectivos e as consequências da guerra, estão sempre ligados ao sistema capitalista, opondo os interesses e os privilégios dos detentores do capital aos da grande maioria de trabalhadores. Esta voz incomodativa será igualmente silenciada quando, em 1916, é deportado.³⁰⁷

Duramente reprimidos pelas leis de excepção e influenciados pelas duas escolas socialistas, no seio das quais surgiram defensores da guerra, bem como pela CGT francesa que

³⁰⁵ “Fala um revolucionário francês: a nossa atitude perante a guerra” in *Aurora*, 17 de Janeiro de 1915, p1

³⁰⁶ UON, “ao proletariado e à burguesia”. in *A Aurora*, 16 de Agosto de 1914, p1

³⁰⁷ Francisco Canais Rocha, A Guerra vista por um sindicalista – Perfeito de Carvalho, p135-137

sucumbira igualmente à posição dominante, os sindicalistas desorientaram-se. Foram então os jovens militantes que mantiveram uma voz discordante contra o comprometimento geral com as posições belicistas, dirigindo todas as suas forças para a causa antimilitarista.

O anarquismo operário teve um papel muito importante na formação das juventudes, e esta influência foi determinante para a definição da orientação das mesmas, uma vez que mesmo a corrente sindicalista revolucionária do Sul terá tido momentos de hesitação face ao carácter da guerra.³⁰⁸

O acrata Aurélio Quintanilha, ainda em Março do ano em que rebentou a guerra, pronunciou um discurso numa sessão promovida pela juventude sindicalista onde alertou os jovens para o facto de “o inimigo dos trabalhadores que constantemente lhes ameaça as regalias conquistadas por eles, os seus interesses, as suas próprias vidas, não está além fronteiras; está cá dentro; são aqueles que nos governam, que nos exploram; e é precisamente contra esses que é proibido armarmo-nos”³⁰⁹

Quintanilha instiga as juventudes “a introduzir na caserna, essa escola da cobardia, da delegação e do crime, os sentimentos de solidariedade que devem unir todos os trabalhadores, ainda mesmo por cima das fronteiras que a burguesia levanta em torno de vós.”³¹⁰ Esta solicitação terá tido efeito, uma vez que na câmara dos deputados o Ministro da Guerra queixava-se que se fazia propaganda antimilitarista nos quartéis de todo o país pela escrita, e também pela palavra.³¹¹

Por outro lado, deve destacar-se que a consolidação das juventudes enquanto corrente relevante no movimento operário estava intimamente relacionada com o combate ao belicismo. *O Despertar* surgiu porque “era necessário após a falência do ideal republicano inculcar novas esperanças na juventude”. Mas entretanto rebentou a guerra “e quando os nossos adversários pretendiam aproveitar-se desse momento de confusão em que muitos

³⁰⁸ Segundo o testemunho d’*A Aurora* “entre os revolucionários sociais formaram-se duas correntes relativas à atitude a tomar ante a conflagração europeia. Uns considerando o imperialismo germânico como a principal ameaça para a causa da revolução social, entendem que os revolucionários devem contribuir moral e materialmente para o esmagamento desse imperialismo, aceitando embora a luta no terreno em que esta travada. Os outros mantem a sua oposição à guerra, vendo na actual o resultado do capitalismo e dos imperialismos vários, e acham que aceitar a luta no terreno estatal é colaborar no fortalecimento da burguesia e do estado.” (“Os revolucionários ante a guerra”, in *A Aurora*, 18 de Outubro de 1914, p1)

Esta declaração é corroborada por uma carta dos sindicalistas portugueses, que *La Bataille Syndicaliste* publicou em 1 de Outubro de 1914, em que estes manifestam a sua esperança na vitória francesa, “porque esta representa os princípios democráticos, base de toda a evolução superior, e quer unir-se na batalha pela liberdade e contra o despotismo”

A União dos Sindicatos Operários de Lisboa enviou uma nota para a *La Bataille Syndicaliste* esclarecendo que mantinham a sua posição anti-guerrista, reflectindo divergências no seio da UON. (“Os revolucionários ante a guerra”, in *A Aurora*, 18 de Outubro de 1914, p1)

³⁰⁹ “Discurso pronunciado por A. Quintanilha na sessão promovida pela juventude sindicalista de Lisboa em 22 de Março” in *A Aurora*, 29 de Março de 1914, p1

³¹⁰ “Discurso pronunciado por A. Quintanilha na sessão promovida pela juventude sindicalista de Lisboa em 22 de Março” in *A Aurora*, 15 de Abril de 1914, p1

³¹¹ Diário do Senado, Sessão n.º 132 de 4 de Julho de 1912, p 17

vacilaram, para cavarem mais fundo os ódios de raça, os alicerces em que assenta o seu trono e privilégios, aperecemos nós a gritar que essa guerra não era mais que a consequência lógica e fatal das instituições por eles criadas e sustentadas, do regimen social que apoiavam e defendiam.”³¹²

Em Março de 1915, “os revolucionários sociais de Ferrol convidam os socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias para um congresso internacional contra a guerra, a celebrar naquele concorrido porto espanhol, nos dias 30 de Abril, 1 e 2 de Maio. Propõem-se a seguinte ordem do dia: meios mais rápidos de fazer terminar a actual conflagração; meios a empregar no futuro para evitar a repetição do monstruoso crime, desarmamento geral.”³¹³

Em Maio de 1915, as juventudes sindicalistas comemoram ao mesmo tempo o 1º de Maio e o aniversário do seu órgão *O Despertar*, enviando um delegado ao congresso de Ferrol. *O Despertar* fez-se representar por Aurélio Quintanilha, que representou ainda as juventudes sindicalistas francesas e o seu órgão *Le cri des jeunes syndicalistes!*. O delegado, na volta, faz uma série de conferências contra a guerra por todo o país.³¹⁴

Também a UON enviará um delegado ao Congresso Pró-paz, curiosamente o principal dirigente anarco-sindicalista – Manuel Joaquim de Sousa, da sua 2ª secção. Mais uma vez se observa a origem dos activistas antimilitaristas – as juventudes e os anarquistas intervenientes no meio operário no Norte do país.”³¹⁵

³¹² Os jovens sindicalistas participavam em todas as conferências patrióticas e militaristas “não para causar tumultos mas para fazer às ideias dos nossos inimigos uma crítica vigorosa”. Desde o inicio da guerra que tiveram “uma visão nítida e clara da missão que tínhamos de desempenhar: - por a nu os shophismas dos nacionalistas, mostrando ao povo a inevitabilidade da guerra, num regimen de concorrência industrial e paz armada; preparar a opinião pública para resistir eficazmente às criminosas intensões daqueles que, sob o manto dourado da liberdade e da civilização, pretendessem arrastar-nos para a carnificina; repudiar qualquer espécie de cumplicidade (...) com qualquer grupo de potencia, ou qualquer estado; significar mais do que nunca aos nossos camaradas no estrangeiro que rompemos ostensivamente com a unidade nacional, que lutamos sobretudo e em primeiro lugar contra os crimes e as tendências imperialistas dos nossos governantes, incitando pela palavra e pelo exemplo a actuarem de igual modo; finalmente procurando aproximar os trabalhadores dos países beligerantes, instigando-os a que voltem desde já as armas contra os inimigos de dentro” (“Pela Paz”, *O Despertar*, Maio de 1915, p1)

³¹³ “Pela paz”, in *A Aurora*, 7 de Março de 1915, p1

³¹⁴ “Pela Paz”, *O Despertar*, Maio de 1915, p1

³¹⁵ Na reunião em que os portugueses puderam participar, antes de serem expulsos pelo governo espanhol, foi reafirmado que “as maiores vitimas são os operariados não só dos países beligerantes, devido às manobras financeiras e só eles portanto têm interesse em que a guerra termine”

Pelos delegados portugueses foi apresentado um relatório, terminando com uma moção sobre o assunto, cujas conclusões eram as seguintes: “que este congresso nomeie um comité composto por delegados de Espanha e Portugal; que se trate de estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado de ambos os países, dando-se assim principio à organização da federação ibérica, célula inicial da federação internacional dos sindicatos operários, contra a guerra, contra todas as guerras, contra a exploração capitalista e contra a tirania do estado; que se combata por todos os meios e em especial por meio da imprensa e da tribuna, a opinião burguesa e politica na sua febre pelo aumento de armamento e pelo seu afan de conquistas territoriais” (Manuel Joaquim de Sousa, Relatório do delegado da UON 2ª secção ao Congresso Internacional Pró-paz realizado em Ferrol - Espanha – em Abril e Maio de 15)

3.3 A SOBREVIVÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

De volta à acção

Se na batalha ideológica contra o intervencionismo o anarquismo portuense se destaca nos primeiros anos de guerra, o mesmo se observa no que diz respeito à potenciação e liderança do descontentamento popular determinado pelas consequências da guerra. No Sul, os militantes revolucionários continuavam divididos face à necessidade prioritária de um movimento unitário ou à exigência de um movimento autónomo retintamente revolucionário.³¹⁶

Em 1915, “a carestia da vida, que antes da guerra se vinha já acentuando e a todos preocupando, torna-se para todos absolutamente insuportável”. Perante a repressão e desorientação do movimento organizado, as designadas «revoltas da fome» surgiram espontaneamente. No Porto, os dirigentes operários anarquistas procuravam liderar um movimento de protesto contra a carestia de vida. As associações operárias decidem levar a cabo “uma série de reuniões públicas e um grande comício” logo no início de 1915.

No manifesto que emitem no primeiro dia do ano, sublinham as iniciativas levadas a cabo “contra a desmedida ganância dos comerciantes”. De facto, “de todos os meios teem já lançado a mão as associações operárias. Pelos ofícios, pelas representações enviadas às autoridades superiores, com manifestos, realização de comícios, enviando comissões ao governador civil e uma até já enviada ao ministro que veio a esta cidade expressamente para do assumto tratar, na rua já foi feita uma manifestação retumbante, pois dela saíram várias pessoas feridas, uma morta, e algumas encarceradas durante alguns dias.”³¹⁷

³¹⁶ No início de 1915 “alguns indivíduos que à organização e à causa operária se teem dedicado” voltaram a reunir-se “na sede da associação dos compositores tipógrafos, a fim de combinarem o modo de revigorarem o movimento sindicalista que após o congresso de Tomar entrou em letargia.” A dúvida consistia em ceder “a ingressar-se na UON?” ou “independentemente (...) criar-se a liga dos interesses operários?”³¹⁶

A ala mais intransigentemente anarquista, via com maus olhos a reabilitação da UON, preferindo actuar à margem da organização, enquanto que outros sindicalistas consideravam esta ser a forma mais eficaz de revigorar o movimento operário. Ficou decidido para breve o reaparecimento do Sindicalista, adiou-se a questão da liga, e quanto a ingressar na UON “deixou-se isso à acção do tempo e à propaganda do jornal.”

A hesitação e a incerteza que revela este adiamento traduz bem as divergentes posições que atingiam a corrente revolucionária. Os anarquistas defendiam que “se o congresso aprovou as conclusões ou até o espírito da tese do deputado M. J. da Silva sobre associações de classe³¹⁶, se a UON é como alguns pretendem e como a proscricção das teorias e tácticas absolutas faz supor, um campo neutral, um local para raposeiras, os sindicalistas devem sentir necessidade de uma organização própria.”

Porém, as condições que entre 1909 e 1912 permitiram à corrente sindicalista bastar-se a si própria, contudo, não eram as mesmas, e era preciso esperar por um recrudescimento da luta reivindicativa para que fosse possível fazer renascer a ideia. (“Reunião Sindicalista” in *O Germinal*, 21 de Fevereiro de 1915, p4)

³¹⁷ “As associações operárias desejam e reclamam, por agora em vista da crise económica geral motivada pela guerra, que os sacrificios sejam proporcionalmente feitos segundo as posses de cada um; ou seja: que aqueles que mais teem, visto que mais podem, mais se sacrifiquem, não pondo em prática as disposições da lei do inquilinato que facultam as ordens de despejo aos operários atingidos pela crise, que os géneros alimentícios sejam postos à venda por preços, o mais mínimo que se possa, afim que as classes pobres se possam alimentar e ter abrigo.” (“Manifesto da Porto da comissão delegada das associações operárias profissionais em 1 de Janeiro de 1915” in *A Aurora*, 1 de Janeiro de 1915, p4)

No Norte do País, o movimento ganhou alguma importância, efectuando-se de facto inúmeras reuniões públicas, em que os anarco-sindicalistas se esforçam por relacionar a escassez de géneros e a alta de preço com a guerra e o próprio sistema económico. Organizavam o movimento popular imprimindo-lhe um carácter antimilitarista e anticapitalista, numa tentativa de contribuir para a elevação da consciência social da população.³¹⁸

Muitas vezes «o povo» era liderado pelas associações de classe, como por exemplo no caso do “importante o movimento de protesto que a Associação das quatro Artes de Construção Civil de Vila Nova de Famalicão está levando à prática para que o milho não seja açambarcado”. Neste, “os operários teem evadido os depósitos onde suspeitam que existe milho e põem-no à venda ao preço acima referido”. “Os trabalhadores de Póvoa do Varzim, resolveram também opor-se energicamente à saída da batata para o estrangeiro.”

A Aurora recomendava que “era de todo o ponto convenientíssimo que os trabalhadores das outras terras do país pusessem os olhos neste belo movimento revolucionário e o secundassem com todas as forças (...) assim mostrar-se-ia aos capitalistas que ainda somos alguma coisa com que é preciso contar.”³¹⁹

Enquanto os anarco-sindicalistas do Norte procuravam liderar a revolta popular, a UON continuava a perfilhar uma acção institucional participando no Congresso organizado pelo governo de José de Castro referente às subsistências, bem como nas comissões de subsistências criadas por decreto governamental.³²⁰

Os sindicalistas admitiam que no “movimento essencialmente popular” que se desenvolvia contra a carestia de vida “nele não interfiram as instituições do proletariado organizado.” Porém, a revolta espontânea das massas populares vieram animar os dirigentes operários, determinando finalmente a reedição d’*O Sindicalista* em Janeiro de 1916. Muito embora o recrudescimento da luta reivindicativa tenha conseguido reunir novamente as diferentes tendências do movimento num esforço comum, as divergências táctica continuavam a fazer-se notar no seio das associações de classe.

³¹⁸ “O povo organizado em comício resolve: 1º Protestar contra esta carnificina em que se batem quase todos os povos da Europa, não em prol da sua liberdade e da sua emancipação, mas no exclusivo interesse do estado e dos capitalistas; 2º Reclamar que sejam suspensas neste momento as ordens de despejo consignadas na lei do inquilinato, atendendo às dificuldades do povo trabalhador, que se acha a braços com a miséria, não podendo satisfazer os seus compromissos; 3º Levar à prática um movimento de protesto mais enérgico, contra os gananciosos comerciantes, afim de pôr cobro a esta orda de mercenários; 4º Quando não se tomem medidas contra a ganância comercial e usura dos senhorios, em prol do povo trabalhador, o povo deve encontrar-se na disposição, assim o exigindo as suas necessidades, de ajustar contas directamente com os seus especuladores” (“A carestia de vida: comício de protesto” in *A Aurora*, 24 de Janeiro de 1915, p3)

³¹⁹ “Contra a carestia de vida” in *A Aurora*, 20 de Junho de 1915, p2

³²⁰ “União Operária Nacional” in *O Sindicalista*, 6 de Fevereiro de 1916, Folha Suplementar

Ainda em 1916 voltaram a confrontar-se radicais e moderados face à organização de uma greve geral. Sendo decidido que não havia condições para tal empreendimento, a ala favorável à iniciativa afastou-se. Alexandre Vieira vem criticar o facto de “certos delegados que desejavam a greve geral a todo o transe parecerem estar na disposição de não continuar cooperando nos trabalhos da UON, só porque não triunfou a sua opinião.”³²¹

Os sindicalistas revolucionários agrupados em torno do seu velho periódico, *O Sindicalista*, voltaram a ocupar o seu papel de conciliadores e preconizadores da acção comum no campo económico, baseada na tolerância doutrinal.

A propaganda sindicalista em paralelo com o recrudescimento do movimento reivindicativo viria a dar os seus frutos. Contudo, naquele ano, a conjuntura continuava desfavorável. Afonso Costa volta a liderar a República após a queda de Pimenta de Castro e um novo desafio se coloca ao operariado – a mobilização.

As agitações populares, que marcaram aquele período, entre as quais se destaca a designada «Revolução da batata», fugiam totalmente à liderança do operariado organizado.

A Idéa e a mobilização

Os antiguerristas estavam convencidos de que o povo português não queria a guerra. E se até à data a sua vontade ainda não se manifestara numa forma clara, iniludível, era porque todos estavam convencidos de que a propaganda militarista não passa de um pretexto – “um ignóbil pretexto – para as esplêndidas negociatas dos fornecimentos militares.”

A propaganda anti-militarista ameaçava que “no dia em que o «sindicato da guerra» resolver por em prática a criminosa ideia de vender à Inglaterra a vida de milhares de portugueses, (...) ninguém se negará a empunhar uma arma, para se defender a si e aos seus, para impor o respeito pelas liberdades, para defender o pão dos seus filhos, para fazer respeitar o direito de cada um poder dispor da sua vida, e para fazer pagar caro aos empreiteiros da guerra a ousadia inaudita da sua criminosa tentativa.”³²²

Contudo, a batalha ideológica entre guerristas e antiguerristas, como os próprios sindicalistas afirmavam acima, reflectia-se pouco na consciência colectiva, não transbordando muito para além das cúpulas dirigentes das diferentes correntes políticas e sociais. Esta indiferença poderá explicar-se pela distância do palco de guerra.

Quando a população portuguesa despertou, finalmente, não foram as questões de princípio relacionadas com a contenda que a indignaram, mas as suas consequências directas, que sentiu na pele. O movimento anti-belicista popular esteve intimamente ligado à luta contra

³²¹ Alexandre Vieira, “Um erro” in *O Sindicalista*, 13 de Fevereiro de 1916, p1

³²² AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. Ao povo. PQ255P2

a carestia de vida, até porque os seus propagandistas souberam bem relacionar os dois flagelos.

Os dirigentes do PSP eram “convictos partidários da intervenção dos elementos socialistas num ministério nacional”, julgando “que as reformas muito terão a ganhar com a intervenção socialista no poder”³²³. Em Março de 1916, perante a declaração de guerra da Alemanha, os socialistas aspiram a participar num Ministério Nacional.

Todavia, a facção anti-belicista do PSP, havia conquistado adeptos, nomeadamente através da campanha levada a cabo pela *Voz do Povo*, que terá contribuído para a posição manifestada pela Confederação do Norte contra a posição do Conselho Central.³²⁴

Desta forma, a 16 de Abril de 1916, o Conselho Central resolve convocar um congresso extraordinário, que teve lugar em Coimbra, onde foi obrigado a respeitar a decisão maioritária do partido que repudiava qualquer tipo de “solidariedade com as formas políticas que consubstanciam as aspirações” dos partidos burgueses. Contudo, o congresso admite que, no caso de ser ameaçada a integridade do território nacional, “o deputado socialista dará o seu voto a todas as verbas e medidas necessárias”, sendo apenas impedido de concorrer com o seu apoio para “conquistas militares”.

As bases do PSP reflectem bem a influência do Sindicalismo Revolucionário, ao pressionarem a direcção a “alhear-se de tudo os que só possa interessar aos Partidos Burgueses e às formas políticas da burguesia para, de preferência e mais atentamente, cuidar dos interesses económicos das classes operárias.”³²⁵

Os anarquistas do Norte mantinham a sua propaganda e agitação contra a guerra e a participação de Portugal na mesma, enquanto que no Sul os intervencionistas procuravam influenciar o movimento sindical, como testemunha o primeiro artigo de *O Sindicalista*, reaparecido em 1916, que repete os argumentos de Emílio Costa, bem como a participação directa deste acrata no órgão sindical.

Desta forma será a corrente anarco-sindicalista, a par das juventudes, que assumirá esta batalha. O grupo propaganda libertária, na tipografia do jornal *A Aurora* lança um manifesto para esclarecer a sua posição, divergente da anarquista intervencionista, sublinhando no momento em que “enfim Portugal entra de vez no conflito (...) onde irá também defender a liberdade e a civilização” que o não fará com o seu “entusiasmo,

³²³ “Opiniões” in *O Trabalho*, 2 de Julho de 1916, p1

³²⁴ “Estabeleceram-se duas correntes de opinião dentro do partido socialista: - os que aceitavam a participação de socialistas nos governos nacionais e todos os processos reformistas, e os que intransigentemente se opunham a essa atitude e só aceitavam os princípios revolucionários.”(*O Trabalho*, 16 de Fevereiro de 1919, p1)

³²⁵ César Nogueira, *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português*, s.d., p66-68

porque entendemos que só o proletariado, dentro do seu próprio país, é que a pode conquistar pela sua acção dirigida contra o estado e sua engrenagem.”

E quando tanto “os socialistas, como alguns anarquistas” auxiliaram “os governos, industriais e banqueiros a prosseguirem na sua faina de extermínio”, quando “as bandeiras partidárias, em um impulso de fraternidade e esquecimento de agravos passados, abateram-se respeitadas, entrelaçadas, unidas pelo ósculo do infortúnio e da morte (...)” os anarco-sindicalistas não a aplaudiram, “coerentes com os nossos princípios e com a nossa anterior atitude (...)”

Estes militantes estavam conscientes da importância da guerra no definir de posições nas escolas sociais, não deixando de manifestar “mágoa ao termos de nos despedir, saudosos e de olhos inchados pelo choro, dos nossos camaradas de ontem que, certamente neste momento tão oportuno, se alinham radiantes, e de acordo com o seu modo de ver, em pelotões voluntários de defensores da civilização, da liberdade e da igualdade – os nossos camaradas intervencionistas que prudentemente guardaram todo o seu revolucionarismo de outrora (...)”³²⁶

A orientação deste grupo está bem definida, aproximando-se das posições do movimento dos sociais-democratas alemães dissidentes como Karl Liebknecht ou Rosa Luxemburgo, aliás largamente elogiados n’*A Aurora*. Os «anarquistas do Norte» afirmam que permanecem revolucionários. Não se consideram neutralistas ou pacifistas. Explicando que “a guerra, a neutralidade ou a paz são três coisas igualmente odiosas.

A guerra, por jamais ser feita para um fim de liberdade, mas de domínio e exploração. A neutralidade porque ou é mentira, tendente apenas a dar tempo de preparar a guerra, e ver de que lado estão as maiores vantagens, ou é sincera, e tem unicamente em vista gozar os frutos dos males de todos. A paz porque é sempre concluída não conformemente à justiça, mas totalmente em prejuízo dos povos cujos governos ficaram derrotados.”³²⁷ .

O anarquismo operário combatia a guerra e combatia os seus antigos camaradas rendidos ao intervencionismo. A polémica atravessava fronteiras. *A Aurora* rebatia a argumentação d’*A Acción Libertária*, mostrando a importância de manter os postulados revolucionários. Não era só o antimilitarismo que estava em causa, o intervencionismo colocava em cheque o apoliticismo e a luta de classes.³²⁸

³²⁶ “Nós e a Alemanha”. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim, PQ334P107

³²⁷ “Permanecemos revolucionários” in *A Aurora*, 18 de Abril de 1915, p1

³²⁸ “Frisar as responsabilidades da Alemanha e da áustria deve ser responsabilidade de revolucionário austro-alemães, aos outros cabe o trabalho de apontar as responsabilidades internas (...) dando assim uma prova impressionante de internacionalismo. Eis, para os franceses, por exemplo, não só o melhor meio de salvar para o futuro o antimilitarismo revolucionário e o sindicalismo luta de classes, livrando-os da necessidade lógica de aceitar guerras e exércitos defensivos e uma solidariedade nacional, mas também a

Muito embora estivessem sob leis de excepção draconianas, as juventudes fizeram igualmente a agitação e a propaganda possível contra a participação portuguesa na guerra. *O Despertar* fora impedido de se publicar. Porém *A Aurora* dá notícia de grande actividade dos núcleos de jovens sindicalistas e alguns dos folhetos antimilitaristas parecem ser de sua autoria, apelando directamente à juventude. Estes manifestos aconselhavam os jovens trabalhadores a não marchar para a guerra, a não responder à ordem de mobilização. E apelavam para que os operários virassem as armas contra a burguesia que as pusera nas mãos.³²⁹

Os trabalhadores antiguerristas procuravam desmontar a argumentação intervencionista, explicando “ao povo” que o partido da guerra, de forma a forçar a intervenção de Portugal na guerra, com o objectivo de “colaborar de facto com a lial Inglaterra, com a França heróica, com a Rússia liberal, nesta cruzada grandiosa de civilização e progresso” havia escalado violentamente o poder em 14 de Maio e dando o passo para envolver Portugal na «carnificina».

Por outro lado, compreendem que a melhor forma de sensibilizar a população era relacionar a guerra com as suas consequências directas nas suas condições de vida. Afirma então que os “senhores do governo, completaram conscientemente, premeditadamente, a sua obra, apoderando-se de navios estrangeiros, sob o pretexto mentiroso de que essa expropriação tinha por fim contribuir para a resolução do gravíssimo problema das subsistências.”

Este era um “pretexto mentiroso porquanto os nossos governos nunca trataram a sério do problema da carestia de vida, nunca se preocuparam com as nossas misérias, nunca pensaram em pôr cobro à ganância criminosa dos açambarcadores e com as suas ridículas e impotentes tabelas não teem feito mais que sancionar legalmente a elevação sempre crescente do custo de vida.

Pretexto mentiroso porque de então para cá a vida tem encarecido numa proporção tão assustadora que os remediados levam vida de pobres, e os pobres (...) ninguém sabe porque prodígios de resistência continuam vivendo”

Na propaganda anti-guerrista de índole proletária é sublinhado ainda o facto de “ninguém ter beliscado sequer a integridade desse torrão natal que por sinal, só é, de facto, património de meia dúzia de grandes senhores”, bem como a tão apregoada “luta pela

maneira mais eficaz de favorecer na Alemanha a acção de socialistas com Liebknecht e dos anarquistas” (“Os anarquistas e a guerra: Resposta à Acción Libertaria: O internacionalismo” in *A Aurora*, 10 de Outubro de 1915, p4)

³²⁹ - “Ó gente moça, ó produtores honrados! Já que vos fizeram depôs a ferramenta do labor que enobrece, para depor a empunhardes a clava sangrenta que macula, vai, vai ferir, mas de morte os teus impiedosos inimigos.” (“Guerra à guerra”. AHD do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ262 P35)

liberdade e pelos direitos dos oprimidos” determinar “a censura previa, a supressão de todas as liberdades constitucionais – liberdade de pensamento, de imprensa, de reunião, de associação – e como complemento ainda, permanentemente suspensa sobre as nossas cabeças, a ameaça da suspensão total de garantias, da pena de morte e dos castigos corporais.”

Finalmente, é denunciado o carácter imperialista da guerra, que cinicamente apela para a defesa do “princípio das nacionalidades, segundo o qual cada povo é livre de se administrar, sem a intervenção de extranhos, pelos processos que melhor se adaptem à sua maneira de ser.” Ao mesmo tempo que afinal se realizam “expedições a África, onde os soldados portugueses vão ajudar os indígenas a libertar-se do jugo dos estrangeiros e a conquistar a tão almejada independência.”³³⁰.

Se anarco-sindicalistas e juventudes eram combativamente antiguerristas, os antigos sindicalistas revolucionários responsáveis pel’*O Sindicalista* estavam desorientados. O primeiro artigo da nova edição em 1916 – Palavras necessárias – vem clarificar a questão já levantada sobre a adesão dos sindicalistas portugueses à posição da CGT francesa.

Se os partidos republicanos justificavam o seu apoio à guerra devido à necessidade de defender as instituições liberais face ao despotismo, o artigo supracitado deixava transparecer que esta conflagração também opunha, no entender de alguns dirigentes, o Sindicalismo Revolucionário ao reformismo alemão. De facto, estavam convictos, que a derrota aliada determinaria “a consagração e a imposição, pela força, dos métodos e processos a que somos decididamente opostos, (...) no que respeita à organização e formas de luta das classes trabalhadoras.”

Admitindo assim, como os outros intervencionistas, que “esta guerra não é só feita de rivalidades económicas mas também de outros factores” defendem que “são os nossos ideais, é tudo porque temos lutado, tudo o que aspiramos, tudo o que temos conquistado, que está em jogo, que está ameaçado.”³³¹

Estas vacilações terão sido, todavia, pontuais. *O Sindicalista* incluía maioritariamente artigos que condenavam a guerra e as suas consequências para o proletariado. Contudo, a posição oficial da central nacional contra a guerra, na tese referente às condições de paz aprovada nas conferências operárias de 1917, demonstra que as clivagens provocadas pela guerra no seio do movimento operário haviam deixado estigmas difíceis de superar, e que se desenvolveriam perante a conjuntura do pós-guerra e a eclosão de uma revolução social vitoriosa na Rússia.

³³⁰ “Ao povo”. AHS do ICS da UL. Espólio Pinto Quartim. PQ255 P28

³³¹ “Palavras Necessárias, in *O Sindicalista*, 31 de Janeiro de 1916, p1

O renascimento da *Idéa*

As conferências operárias de 1917 vêm dar um novo alento à UON. Em Lisboa, realizaram-se no Teatro Estrela, entre 29 de Abril e 1 de Maio, estiveram presentes as 2 secções da UON, 4 Federações de Indústria, 2 Uniões de Sindicatos, 105 sindicatos e 6 secções de sindicatos do Sul. A Conferência Operária do Porto teve lugar no Salão Apolo Terrasse, a 6 e 7 de Junho e participaram 71 sindicatos, 6 Federações Corporativas, e 4 Federações de Ofícios vários, num total de 24784.³³²

A discussão foi mais uma vez inaugurada com o tema sobre os delegados não operários, mas desta vez a maioria aprova que tenham apenas voto deliberativo, demonstrando um claro recuo das posições reformistas no meio sindical, pelo menos no Sul do país.³³³

O avanço dos anarco-sindicalistas é comprovado pelo protesto dos socialistas por não poderem “fazer parte dos sindicatos operários, pelo facto de aceitarem, transitoriamente, a acção do Estado”, sublinhando que se aceitavam a rejeição dos sindicalistas em adoptar um carácter socialista, consideravam que estes também não podiam aceitar que as associações de classe tivessem um carácter anarquista.”³³⁴

É perceptível, de facto, que as conferências haviam sido organizadas pela corrente revolucionária, que unia sindicalistas e anarquistas, uma vez que as teses eram da responsabilidade exclusivamente de elementos desta tendência, admitindo o órgão central do PSP³³⁵ nem sequer as conhecer antes das assembleias. Nesta data, de facto, os socialistas apresentam-se como atentos observadores dos trabalhos, muito embora no Norte o reformismo ainda se reflecta nas resoluções finais.³³⁶

Entre as teses discutidas, as referentes à carestia de vida e às condições de paz foram as que mereceram mais viva discussão. A tese que dizia respeito à *Organização Operária*, de índole pedagógica, foi aprovada consensualmente.³³⁷

A carestia de vida era o principal problema com que se deparava o operariado, e também aquele que mais o mobilizava desde o eclodir da conflagração europeia. Do ponto de vista ideológico, a impotência do Estado em resolver a questão das subsistências, em evitar o

³³² “Construção civil - 28, Artes gráficas - 8, Trabalhadores rurais - 12, Metalúrgicos - 5, Transportes e Comunicações - 8, Empregados do comércio - 4, Manufactores do calçado e ofícios correlativos - 6, Têxteis, Alfaiates e Chapelheiros - 5, diversos - 35 (O movimento operário, Maio de 1917, p22)

³³³ Relatório dos delegados à conferência nacional operária da construção civil em 1917, AHS da BN. Caixa 66

³³⁴ J. Fernandes Alves, “Conferência Operária Nacional” in *O Combate*, 29 de Abril de 1917, p1

³³⁵ J. Fernandes Alves, “Conferência Operária Nacional” in *O Combate*, 29 de Abril de 1917, p1

³³⁶ No Sul é preconizada a “Acção directa em todos os assuntos sociais, de qualquer ordem que sejam”, no Norte conclui-se que “aos sindicatos operários compete indagar da forma porque devem actuar em caso de reivindicação, adoptando todos os meios de luta que as circunstâncias de ocasião permitam.” (Alexandre Vieira, Op. Cit., p75-76)

³³⁷ *Organização Operária*, de Alexandre Vieira; *Carestia de Vida*, de Pinto Quartim; e *A organização operária perante as condições de paz*, de Manuel da Conceição Afonso.

açambarcamento e a especulação, veio enfraquecer as tendências reformistas no seio da UON. Nas conclusões desta tese, é frisado que “demonstrada a incapacidade e impotência dos governantes, para evitar os factores da crise e conseguir o embaratecimento das substâncias nada têm os trabalhadores que esperar da providência do Estado, cumprindo-lhes tratar directamente dos seus interesses, organizados nos seus sindicatos.”

Com o decorrer da guerra, os trabalhadores concluíam que as reformas legais eram meros paliativos, adoptando uma doutrina cada vez mais radicalizada, concluindo que “o que é preciso é transformar e não reformar. Para operar esta transformação, que trará a liberdade de produção e de consumo para todos os seres humanos, cumpre ao operariado organizar-se, instruir-se e educar-se. Enquanto, porém, essa transformação necessária se não opera, o único meio que resta para tornar possível a existência é lutar ininterruptamente pela melhoria das actuais condições de vida.”³³⁸

É curioso que são os socialistas que vêm denunciar a incoerência estrutural desta tese e ao mesmo tempo, da teoria e acção sindicalista revolucionária, marcada por um obreirismo e um corporativismo exclusivista, que a impedia de traçar uma orientação para a luta dos trabalhadores em semelhante conjuntura – “condenando as reformas legais, quando não têm nada que as substitua.”³³⁹

Na verdade, a UON, não podendo esperar pela organização, instrução e educação do operariado, e vendo o movimento grevista num impasse, acabará por ceder, apresentando ao Estado uma lista de reclamações, que se constituem como um autêntico programa político. Paradoxalmente, este programa será o mote da greve geral de todos os consumidores de 1918, aquela que seria a mais séria tentativa da concretização da quimera sindicalista revolucionária.

O debate e as posições defendidas em torno da tese *A atitude da organização operária perante as condições de paz* assume igualmente uma extrema importância na evolução ideológica do movimento operário. No Sul, os pontos das conclusões A a I foram rejeitados, ao passo que no Norte foram aprovados, à revelia da opinião de Manuel Joaquim de Sousa.

Eram os anarquistas que rejeitavam as condições de paz inspiradas no Manifesto que o *Comité dos Operários e dos Soldados da Rússia* dirigira aos socialistas, e que Manuel Afonso, destacado dirigente sindicalista revolucionário, inseria na sua proposta. Segundo os acratas,

³³⁸ A UON defendia em 1917, que “as pautas alfandegárias, os impostos municipais e fiscais, a acção dos trusts e monopólios e as manobras dos intermediários especuladores são apenas factores concomitantes da carestia dos géneros, mas as suas causas são mais profundas. Residem justamente no regime económico dominante” (Alexandre Vieira, Op. Cit., p75-76)

³³⁹ J. Fernandes Alves, “Conferência Operária Nacional” in *O Combate*, 7 de Junho de 1917, p1

estas constituíam posições políticas não directamente relacionadas com os interesses dos trabalhadores.³⁴⁰

O apoliticismo impedia os militantes de enfrentarem o novo mundo criado pela Guerra. Manuel Joaquim de Sousa virá mais tarde admitir o crasso erro que esta opção representou.³⁴¹ Embora seja sublinhado pela maioria dos autores, o conflito entre reformistas e anarco-sindicalistas reflectido n'*A Voz do Povo*, n'*O Ferroviário* e n'*A Aurora*, esta divergência opunha igualmente os últimos à corrente sindicalista revolucionária representada pelo redactor da tese.

Ainda assim, na sequência destas assembleias a organização operária conheceu um novo alento, sendo publicado um novo periódico, *O Movimento Operário*³⁴², dirigido por Alexandre Vieira, entre Abril de 17 e Setembro de 18. Em Agosto de 1917 volta às bancas *A Greve*, propriedade do Grupo de Propaganda Social impresso pela associação de classe dos compositores tipógrafos, com Carlos José de Sousa como redactor principal.

A reedição d' *A Greve* vem realmente reinaugurar a quimera de unidade preconizada pelo Sindicalismo Revolucionário. Em 1917 esta corrente volta a aproximar-se dos reformistas, como está patente nas suas posições face às condições de paz, mas também nas reclamações que motivaram o movimento contra a carestia de vida, culminado com a greve geral de 1918.

³⁴⁰ Conclusões: A) Nenhum povo pode ou deve ser coagido a suportar o domínio de outro povo, sob que pretexto for; B) Aos povos deve ser permitida sem sofismas: a plena determinação acerca das suas ligações ou associações com outros povos; C) Os estados devem renunciar a quaisquer anexações territoriais e ao regime de nação armada; D) Os Estados unitários devem transformar-se em federações de povos que, sem coacção, a elas adiram; E) A base das federações deve ser a comuna ou o município (concelho) autónomo; F) Todos os territórios de estratégia e de hegemonia económica que podem servir de motivo a futuras lutas, devem ser declarados neutrais, criando-se neles zonas internacionais, à semelhança do canal de Suez. E assim estabelecer uma faixa neutra entre o Mar do Norte e o Golfo Pérsico, pelo centro da Europa e Península Balcânica, aos vales do Eufrates e Tigre. Tornar internacionais e neutras as linhas férreas transcontinentais; G) Exigir o termo da diplomacia secreta e que seja permitido ao povo tomar conhecimento em toda a sua plenitude, da complexidade do problema internacional, sem restrições, sem reservas, sem documentos truncados ou falsificados, sem mentirosas ou tendenciosas declarações, sob que pretexto for. H) Exigir que, terminada a guerra, se faça plena luz acerca de tudo que se passou e se irá passando, sem censura ou qualquer outro estorvo ou peia que impeçam a libérrima expressão do pensamento e que a verdade não seja conhecida I) Exigir que o delegado ou delegados à futura Conferência da Paz não sejam políticos partidários, nem que estejam sob a pressão de defesa quaisquer interesse ou responsabilidade na actual situação. J) Exigir uma industrialização consciente e natural sobre a base do aproveitamento dos recursos regionais; Exercer a expropriação da propriedade inculta e sua exploração pelas associações operárias rurais; L) Exigir a industrialização da educação, modificando-se os programas no sentido de criar uma consciência trabalhadora técnica que saiba aproveitar e industrializar a riqueza regional onde vive. Encerramento ou transformação das escolas de mera cultura intelectual. M) Abolição imediata de todas as leis de excepção e de todas as providências liberticidas, quer decretadas com o pretexto da guerra, quer anteriores, sem pretexto algum; N) Contrapor ao Estado centralizador e colectivista uma organização social baseada nos agregados naturais profissionais, essencialmente de política científica. O) Para realizar e impor tais fins convida toda a imprensa operária e associações profissionais a tratarem dos assuntos ou problemas expostos e destas reivindicações, por meio de artigos, sessões, palestras, conferências, seguidas de discussão, lições, transcrições e leituras elucidativas.

³⁴¹ Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, p10oito

³⁴² “Como órgão oficial da União Operária Nacional - agremiação que mais fielmente exprime as aspirações das massas proletárias – é o movimento operário no campo da Imprensa, o mais legítimo porta voz do proletariado português. (...)” (Alexandre Vieira, Op. Cit., p106)

A flexibilidade doutrinal que caracterizara a sua Iª série, bem como o congresso de Tomar, volta a marcar a organização sindical. Alexandre Vieira, um dos mais destacados protagonistas da doutrina em análise nesta tese afirmaria que, entre 1917 e 1919, “trabalhou dentro da UON ao lado de elementos republicanos, de socialistas, de anarquistas, sem que se tivesse registado quaisquer conflitos”³⁴³

No intuito de esclarecer os seus leitores sobre o movimento operário português, *A Greve* levou a cabo um inquérito à UON, para que ficasse “bem nítida a concepção da acção proletariana.” Manuel Afonso, o primeiro entrevistado, afirma que embora a acção da UON se baseie na luta de classes, a organização não pretende, como a CGT francesa, “ter uma filosofia, uma concepção da sociedade futura.”³⁴⁴

Neste periódico observa-se, todavia, a defesa de uma e outra das doutrinas que influenciavam a UON, nomeadamente no que se refere à questão do parlamentarismo. Na mesma página é publicado o artigo *O sindicalismo e os partidos políticos*, advogando a ideia de que o sindicalismo se substitui aos partidos políticos e que a existências destes é vai contra os interesses da classe trabalhadora, e o artigo *Porque votei na lista socialista*, em que Armando Massano afirma que os partidários do progresso social devem lutar em todas as frentes, inclusive na parlamentar.³⁴⁵

Por outro lado, apesar dos diferentes partidos, organizando o restabelecimento da normalidade democrática, procurarem atrair a UON para alianças políticas, esta organizava a sua própria oposição ao Sidonismo, optando claramente pela acção directa. E, muito embora a greve geral de 1918 tenha fracassado devido à súbita mudança de conjuntura – foi assinado o armistício, a pneumónica assolou o país –, esta opção significou uma reafirmação peremptória do postulado apolítico do sindicalismo.

Por outro lado, abandonando as lutas exclusivas dos produtores, para se virar para os consumidores, no movimento nacional contra a carestia de vida, o axioma obreirista da doutrina em análise, começa a esbater-se.

O reforço da acção

A nova *A Greve* demonstra que foi o reforço da luta reivindicativa, motivado pelo agravamento da carestia de vida, que veio fazer renascer a organização operária. Este periódico, em detrimento dos artigos de propaganda ideológica, empenha-se na agitação. A ascensão da luta contra a carestia de vida, que culminará na famosa greve geral de 1918, observa-se neste periódico, destacando-se o facto que esta acção envolveu os elementos

³⁴³ Alberto Pedroso e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo português, P130

³⁴⁴ *A Greve*, Agosto de 1917

³⁴⁵ *A Greve*, 19 de Agosto de 1917, p1

sindicalistas revolucionários, bem como os socialistas, como testemunha o comício que a Federação Municipal Socialista organizou a 19 de Agosto de 1917 contra a carestia de vida, secundado pela organização operária.³⁴⁶

Desde os primeiros números que são as paralisações que ocupam as primeiras páginas, começando com uma vitória da classe da construção civil, que vê reconhecida a sua federação de indústria e o regime da “comandita igualitária”, e seguindo posteriormente as grandes greves da Companhia das Águas, da Câmara Municipal de Lisboa, dos Correios e Telégrafos. Esta última motivou uma greve geral de solidariedade, fazendo volver a esperança da greve geral revolucionária.³⁴⁷

O movimento grevista confronta-se com leis de excepção e com uma subida tão rápida do nível de vida, que o torna ineficaz e desgastante. Assim, as greves de 1917 darão uma grande lição ao proletariado, transformando a sua perspectiva e abrindo caminho para a luta de todos os consumidores. No verão daquele ano, o movimento grevista era, porém, “a consequência fatal da crise económica presente, e o sintoma dos mais característicos do momento internacional”.

Nesta data “as greves são puros protestos colectivos, movimentos corporativos de acção directa para a obtenção de algumas concessões patronaes”. O proletariado reclama “tão somente um aumento de salário que corresponda aos lucros hoje maiores da produção e que, até certo ponto, acompanhe a progressão dos preços dos géneros alimentícios e dos alugueis de casa.”

A UON afirma até que “o atual movimento grevista não viza, como os congeneraes de anos anteriores á conquista das modernas reivindicações operarias, sugeridas por qualquer escola filosófica ou social. Os operários estão-se lançando nas greves impelidos pela força das circunstâncias económicas que lhes foram criadas (...) não é um ideal que os anima é o espírito de conservação que os faz actuar (...)”.

Mas avisa que se os patrões continuarem “a fluir lucros fabulosos devido à diminuição da concorrência e à abertura de novos mercados e principalmente a pretexto da guerra”, sem pensar em melhorar a situação dos seus operários, se os governos não apressarem as soluções, aumentará “a excitação e a tensão revolucionária latente pelo mal-estar generalizado por toda a parte, que já teve a sua eclosão formidável no colossal império moscovita.”³⁴⁸

³⁴⁶ *A Greve*, 19 de Agosto de 1917, p1

³⁴⁷ *A Greve*, Agosto de 1917

³⁴⁸ “O operariado e a guerra: as greves pelo aumento de salário” in *O movimento operário: boletim da união operária nacional*, Junho/Julho de 1917, p2-6

Realmente, à medida que o verão passa, a luta endurece. De Julho a Outubro as paralisações sucedem-se, atingindo sectores importantes e causando grandes embaraços aos governantes. Consequentemente são duramente reprimidas.

A greve dos telégrafos-postais deu origem à mais grave medida repressiva e à consequente generalização solidária. Segundo o Relatório do comité dirigente, perante a recusa da empresa em conceder as reclamações mínimas, os trabalhadores declaram-se em greve. O Governo militariza-os, incluindo as mulheres e os mais velhos, considerando-os desertores caso não viessem trabalhar. Foram presos pelo menos mil funcionários.

Quando os trabalhadores recorreram finalmente à UON, a central manda um delegado ao Norte e, em conjunto com a 2ª secção, decide levar a cabo um movimento nacional. Contava-se com a adesão dos sectores da construção civil, da metalurgia, do mobiliário, dos transportes terrestres, dos operários do Estado, entre outros.

A dia 6 de Setembro, uma delegação da UON é recebida pelo presidente do governo, Afonso Costa, durante o encontro, são apenas inquiridos os nomes dos representantes das classes, que foram posteriormente presos.³⁴⁹

O movimento ganha franca expressão, mas “a convicção absoluta que o governo não cederá perante uma greve, espalha-se rapidamente. Há o desânimo natural (...) e a UON (...) sentindo o estado de espírito da população operária consciente, pede que se não leve mais longe o platónico sacrifício da greve geral.”

No dia 12 de Setembro escreve a central uma nota oficiosa pondo termo ao movimento, em que o comité da greve tira as seguintes conclusões: “expressimos a opinião de que são inviáveis greves gerais pacíficas, sem prazos fixos, perante governos de força, o que não impede que continuemos a trabalhar na organização operária. Há dela, na evolução natural das coisas, atingir o poder necessário para derrubar governos de força, pela evolução da consciência operária, (...) é natural que mais cedo o possa fazer pela acção forte e enérgica da greve geral revolucionária.”³⁵⁰

A UON compreende que as greves corporativas, por muito que se alarguem não têm força para enfrentar semelhante conjuntura. Contudo, antes de partir para a organização da greve geral de todos os consumidores, ainda sofrerá a ilusão sidonista, que determinou um período de acalmia social.

Depois de anos de tirânica repressão, *A Greve* gritou “Viva a Liberdade!”, na data do golpe liderado por Sidónio Pais, alimentando expectativas face ao movimento, uma vez que a

³⁴⁹ ³⁴⁹ Alberto Pedrosa e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português, P60

³⁵⁰ Suplemento ao n.º 3 de *O movimento operário: boletim da união operária nacional*, Setembro de 1917.

“junta revolucionária abolindo a censura e pondo parte dos presos por questões sociais em liberdade, demonstrou não querer incompatibilizar-se com o proletariado organizado.”³⁵¹

Desta forma, a UON decide entregar ao velho amigo do operariado, Machado dos Santos, membro da junta revolucionária de Sidónio Pais, um resumo das reivindicações operárias, que, desenvolvendo-se ao longo do ano de 1918, irá constituir o ‘programa’ da greve geral de Novembro de 1918.³⁵²

No fim de Dezembro, “a revolta latente e invencível que o povo manifestou contra os especuladores da guerra e da fome que foram vencidos na última revolução continua todavia a reproduzir-se com maior intensidade, porque o povo compreendeu que não desapareceram estas duas fatalidades – a fome e a guerra.

O comício organizado em Lisboa pela UON após o triunfo da revolução, o realizado no Porto pela 2ª secção da UON e o que se deve efectuar hoje em Coimbra por iniciativa da União dos Sindicatos Operários da mesma cidade, para esse fim – contra a carestia de vida - e ratificação das reclamações apresentadas à Junta Revolucionária pela UON são provas exactas e claras destas afirmações.”

³⁵¹ *A Greve*, 16 de Dezembro de 1917, p1

³⁵² “ - Libertação imediata dos indivíduos que ainda restam nas prisões do País por delitos que se originaram em questões de ordem económica e social.

- Atenção às indicações que urgentemente, sobre a carestia de vida, a central de Sindicatos apresentará e, além dessas, das indicadas a seguir:

a) Utilização imediata dos terrenos incultos, quer para baldios quer de propriedade particular, pelos Sindicatos Rurais, em benefício comum, em conformidade com as aspirações manifestadas no 2º Congresso dos Trabalhadores Rurais, (...);

b) Que os municípios adquiram nas fontes de origem as subsistências para venda directa ao consumidor, dispensando-se assim os intermediários; e que as comissões criadas nos municípios para esse efeito tenham a representação de delegados das organizações operárias, por intermédio da USO, com mandato revogável a todo o tempo;

c) Extinção de todos os monopólios;

d) Municipalização urgente, sem prejuízo da concorrência, dos serviços de viação, águas, gás, electricidade, etc., etc.:

- Revogação, pura e simples, da lei de 9 de Maio de 1891, reguladora da constituição e funcionamento das Associações de Classe, e ampla liberdade de associação. Quando, porém, o Estado entenda que tem de regular esse direito, que o faça respeitando as disposições do projecto de lei apresentado no parlamento por Machado dos Santos;

- Revogação da lei de 26 de Julho de 1893, da autoria de um ministério João Franco sobre o direito de reunião;

- Revogação da actual lei de imprensa, tornando esta absolutamente livre e responsável

- Abolição da censura à imprensa;

- Revogação insofismável das leis de excepção;

- Abolição da contribuição industrial sobre todas as classes trabalhadoras;

- Fiscalização permanente, por direito próprio, por parte da organização operária, na construção, reparação, higiene, funcionamento e segurança das fábricas, oficinas, etc; - Reforma urgente do sistema pautal, segundo as indicações dos organismos operários das várias indústrias;

- Estabelecimento do dia normal máximo de 8 horas de trabalho para todos os ramos de actividade;

- Deferimento das múltiplas reclamações dos organismos operários pendentes nos vários ministérios.

Segundo os sindicalistas, nesta data “a agitação do operariado já se estendeu por todo o país. A eminência de uma greve geral nacional revolucionária será irremediável, pois o mal-estar já se vai sentindo na classe média.”³⁵³

Ao longo dos meses seguintes a agitação e a propaganda operária radicalizam-se, para infelicidade da burguesia, que não descansava desde do Outubro Bolchevista, como testemunha a sua imprensa. Em Março, “reina uma agitação operária como não há memória. Uma após outra, todas as classes se lançam na greve. É a fome, a pressão económica fazendo sentir os seus terríveis efeitos; os famintos, protestando clamorosamente, realizando movimentos em que não aparecem amarelos.”

Ao mesmo tempo, “a agitação rural recrudescer com a aproximação da realização do seu próximo congresso, e decerto que a atmosfera que se vive em Lisboa se alastrará ao resto do país. *A Greve* regozija-se: “Aproxima-se a grande revolução. E nós, ao vermos despontar lá longe, esse sol radioso e bom, bradamos: Viva a revolução social iniciada na Rússia! Abaixo todos os governos burgueses!”³⁵⁴

Defraudadas as expectativas e revelado o verdadeiro carácter do novo regime, a UON prossegue o reforço da sua organização, alicerçado no movimento nacional contra a carestia de vida. Em Fevereiro de 1918, a UON sintetiza finalmente a aprendizagem da guerra difundindo um parecer sobre a carestia de vida e as suas causas que marca uma viragem significativa na história do movimento operário. O movimento sindicalista, que havia nascido marcado pelo seu obreirismo sectário, procura chegar à generalidade da população, ao mesmo tempo que inscreve na luta concreta um carácter pedagógico, investindo seriamente na explicação integral das causas e objectivos do movimento.

Nesta proclamação, a UON explica que “está exuberantemente provado que os movimentos tendentes à elevação de salários, na actual conjuntura, sendo aliás determinados por um espírito de mais justa defesa, só transitoriamente proporcionam às corporações que os efectivam um relativo equilíbrio com as suas necessidades de ordem material.” A razão desse fenómeno, também é esclarecida “porque ao mesmo tempo que conquistamos um aumento de 20% nos nossos salários, as subsistências por pretextos vários, e quase sempre injustificáveis, passam a sofrer uma elevação de 50 ... tal a eficiência da engrenagem exploradora.”³⁵⁵

Em Março, após a inútil entrevista com Sidónio Pais, a UON faz publicar na imprensa uma moção condenando os desrespeitos à liberdade de associação e expressão, bem como a

³⁵³ “A agitação nacional: a guerra e a fome”, in *A Greve*, 30 de Dezembro de 1917, p1

³⁵⁴ “A agitação operária”, in *A Greve*, 3 de Março de 1918, p1

³⁵⁵ *A Greve*, Fevereiro de 1918.

repressão arbitrária da «República Nova» em paralelo com a manutenção do grave problema das subsistências. Nesta moção, a central “convida os assalariados, tanto os das indústrias como os das profissões liberais, a ingressarem nas suas associações corporativas para lograrem o respeito pelos seus direitos e fazer valer as suas reivindicações, pois que mais uma vez lhes deve ter sido demonstrado que os trabalhadores só podem contra no seu próprio esforço.”³⁵⁶

Assim, em Maio de 1918, a UON inicia “um movimento não duma corporação mas das corporações operárias, de todo o proletariado, enfim, que consome e que não ganha o indispensável”³⁵⁷, dando um passo determinante na sua evolução, ao distanciar-se do estreito corporativismo que sempre a dominou.

Por outro lado, o PSP procurava reaproximar-se do operariado e apoiava a UON. Ladislau Batalha no órgão da Federação Socialista de Lisboa defende “acatar e respeitar toda a organização operária que se baseie nas fórmulas sindicais, e afirma a conveniência de se congregarem as forças operárias organizadas de todas as escolas socialistas para uma acção comum.”³⁵⁸

Esta nova opção táctica está patente no manifesto que antecedeu a greve geral de 1918,³⁵⁹ bem como no empenho em outras lutas de interesse público, como as importantes batalhas que o operariado travou ao lado da Associação dos Inquilinos de Lisboa e Porto.

A preparação da greve correspondeu a um esforço organizativo sem precedentes, que decerto terá contribuído para a grande etapa orgânica ultrapassada em 1919 – a criação da CGT: “nunca em Portugal, como então, se trabalhou tão intensa e extensamente na preparação de uma greve.”³⁶⁰

Todavia, a conjuntura mudou radicalmente – foi assinado o armistício, ressurgindo a esperança da solução da questão das subsistências enquanto a pneumónica grassava a população, incluindo muitos dirigentes. A greve geral, que alguns julgariam revolucionária, redundou num falhanço sintomático, o que fará as classes virarem-se de novo para as reivindicações corporativas. O relatório da Comissão Administrativa apresentada ao Conselho Central dá conta desta grande desilusão, bem como dos esforços inéditos de organização e agitação.

³⁵⁶ “Sobre a greve de Novembro – A acção da UON – Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central”, in *A Batalha*, 13 e 14 de Setembro de 1919, p4

³⁵⁷ *A Greve*, Maio de 1918, p3

³⁵⁸ “Mudando de táctica” in *A Aurora*, 16 de Junho de 1918, p3

³⁵⁹ . “ (...) A UON apelava para os organismos sindicais no intuito de estes, ainda que à custa de um sacrifício dos seus interesses de classe, darem, de preferência aos movimentos corporativos, a sua inteira solidariedade ao movimento nacional.” (Cit. por Alexandre Vieira, Op. Cit., p126)

³⁶⁰ Alexandre Vieira, Op. Cit., p125

Por outro lado, reflecte ainda as profundas divergências existentes no seio na UON, opondo os elementos mais radicais, que defendiam a greve geral a todo o custo, e os mais moderados que insistiam no diálogo com o governo. A decisão de avançar com a greve, apesar da conjuntura desfavorável, comprova o peso crescente da corrente revolucionária no Comité Central.

Esta maioria, contudo não espelhava a organização. Antes de decidir a greve, foi dirigido um ofício a 60 das principais localidades onde existiam organismos operários, a indagar sobre a oportunidade do movimento. “Sendo as respostas aqui recebidas quase unanimemente negativas, não chegando à décima parte aquelas que declaravam considerarem-se aptas para a luta”³⁶¹

Foram os representantes das associações de Lisboa, e algumas direcções de outros sindicatos, convictos de que as corporações estavam prontas para a greve geral, que forçaram a sua proclamação. Dia 14 de Novembro, a UON enviou aos organismos da província um ofício que declarava a greve geral no dia 18, tendo início com a paralisação das linhas ferroviárias, sublinhando que “é sobre todos os pontos conveniente e humano que não se exerçam violências de carácter individual sobre as vidas e haveres de seja quem for.”

Os ferroviários do Sul e Sueste realmente secundaram o movimento, apesar das tropas terem ocupado as estações. Contudo, os colegas da CP, que aderiram ao movimento, foram em escasso número, apenas as delegações de Gaia, Ovar, Vale do Vouga. No Norte do país aliás, à excepção destes, somente as classes de Póvoa do Varzim paralisaram o trabalho.

Em Coimbra, os operários mantiveram-se indiferentes, e na Estremadura, à parte de Alpiarça e Almeirim, a greve passou despercebida. Mesmo em Lisboa, onde os dirigentes se manifestavam tão confiantes, a atitude foi de “hesitação o que surpreendeu até os mais cépticos”. Apenas a greve tipográfica permitiu alguma visibilidade ao movimento, uma vez que não saíram jornais durante três dias.

Foi o proletariado do Alentejo aquele que melhor respondeu ao apelo, resistindo durante 8 dias, mas também foi aquele que maiores perseguições sofreu, sendo até deportados militantes para Luanda. Em algumas localidades do Algarve a greve também se fez sentir, especialmente em Portimão e Silves. A península de Setúbal não negou a sua tradição combativa.³⁶²

³⁶¹ “Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central” in *A Batalha*, 13 e 14 de Setembro de 1919, p4

³⁶² “Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central” in *A Batalha*, 13 e 14 de Setembro de 1919, p4

4. A ESPERANÇA DA CRISE REVOLUCIONÁRIA

4.1 A AFIRMAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

A emancipação da *Idéa*: a recusa do reformismo

Quando nacional e internacionalmente os governos do pós-guerra experimentaram uma política de reformas sociais, o movimento operário português abandonava definitivamente o reformismo. A crise das subsistências radicalizara o operariado e as notícias de oriente animavam-no.³⁶³

O ano de 1919 foi determinante no desenvolvimento do processo que permitirá aos revolucionários tomarem finalmente as rédeas do movimento. A luta contra a carestia de vida radicalizou a classe operária, e outras que com esta enfrentaram as agruras da guerra, vendo, cada vez mais, na confrontação directa com o patronato a solução para a sua miserável condição.³⁶⁴

Em Janeiro, o proletariado via-se liberto do período de maior repressão vivido durante a Primeira República, o Sidonismo. A ala mais conservadora da sociedade era derrotada pela reunificação do operariado com a pequena e média burguesia urbana. A completar um contexto nacional favorável à conquista de melhores condições de vida, os novos governos republicanos assistiam com apreensão ao avanço da revolução para Ocidente.³⁶⁵

A questão social elevou-se então a principal preocupação do governo, que iniciou uma política de cedências de forma a afastar o proletariado da acção directa. Criou o Ministério do Trabalho, à responsabilidade do «camarada Augusto». O primeiro socialista a integrar um governo publicou uma vasta legislação social, instituindo as oito horas diárias de trabalho, os seguros sociais obrigatórios, os institutos de seguros sociais e das bolsas de trabalho. Contudo, a radicalização do movimento mostrava-se incontornável. No 1º de Maio, a UON mobiliza 30.000 trabalhadores numa manifestação para a época monumental, na qual se saúda a Revolução Soviética e se exige a “gradual e progressiva socialização da terra e da indústria”.³⁶⁶

A perda de influência do Partido Socialista vinha-se manifestando progressivamente, desde a sua cumplicidade guerrista. Quando o PSP procura enredar a organização em alianças

³⁶³ A expressão «revolução em marcha» é abusivamente usada em toda a imprensa operária, na propaganda e na agitação, garantindo que a classe operária “sairá da luta vitoriosa e enérgica, animada na efectivação da ideia redentora.” (“Trabalhadores, alerta! *in A Terra*, 27 de Julho de 1919, p1)

³⁶⁴ “Classes que há muito tempo se mantinham numa apatia criminosa, despertam, finalmente, para a luta das suas reivindicações com ardor e entusiasmo. E assim encontram-se reorganizadas as classes: Fabricantes de calçado, Marceneiros, Barbeiros, Cerâmicos, Gráficos, Cocheiros, Alfaiates, Empregados dos eléctricos (...).” (“Movimento Operário em Coimbra” *in A Terra*, 27 de Julho de 1919, p2)

³⁶⁵ António Telo, *A Decadência e Queda da 1ª República Portuguesa*, vol. I, pp32-35

³⁶⁶ Damião de Peres, “Os Primeiros Governos da Nova «República Velha»” in *História de Portugal*, p239

estratégicas, manifestando na sua imprensa a necessidade de uma *entente cordial* entre o PSP, o Partido Democrático e a UON com o objectivo de derrotar Sidónio Pais.

Em resposta, *A Greve* nega qualquer hipótese da organização participar em coligações políticas, reafirmando o seu antiparlamentarismo, a sua independência face ao Estado e a qualquer partido. O artigo com o título sintomático de “Extremando Campos” termina afirmando peremptoriamente “a aliança das esquerdas dos socialistas, só com os democráticos encontrará ligação (...) e não com os sindicalistas revolucionários, porque estes se desviam do sindicalismo-reformista-parlamentar para se aproximarem cada vez mais do comunismo libertário.”³⁶⁷

Como vimos, a UON combateu a primeira experiência ditatorial portuguesa com o seu «esforço próprio», de acordo com os princípios enunciados pela doutrina revolucionária. E, se acabaram por participar no derrube da monarquia do Norte, apressaram-se a esclarecer “que a participação operária no 5 de Dezembro foi contra a monarquia e não a favor da república”³⁶⁸, não se esquecendo da repressão que o movimento sofreu durante a *República Velha*.

A violência dos primeiros anos republicanos e a experiência traumática dos anos de guerra determinaram uma desconfiança crescente face aos benefícios do regime parlamentar. Nesta data já «o proletariado (...) sente crescer na área do peito o desejo firme, a vontade decidida de, se mais uma luta se der (...) transforma-la em dura realidade (...), fazendo a sua revolução.»³⁶⁹

Para esta mudança terá contribuído ainda determinadamente a urgência do PSP em demonstrar a sua vassalagem para com a Nova República Velha, através de uma Nota Oficiosa em que o Conselho Central do PSP faz saber que é “absolutamente alheio a qualquer movimento revolucionário que neste momento ponha em perigo a estabilidade da República e as liberdades individuais.”³⁷⁰

Face ao comentário do deputado Custódio de Mendonça sobre a necessidade de uma aproximação entre UON e PSP, *A Batalha* responde: “Trata-se de duas organizações distintas e independentes a primeira é pura e essencialmente económica e a segunda é política. O raio de acção da UON não alcança senão questões económicas, deixando plena liberdade aos filiados dos sindicatos aderentes, de seguirem os princípios políticos,

³⁶⁷ *A Greve*, 21 de Julho de 1918, p3

³⁶⁸ *A Batalha*, 23 de Fevereiro de 1919, p1

³⁶⁹ *A Batalha*, 7 de Março de 1919, p1

³⁷⁰ *A Batalha*, 23 de Fevereiro de 1919, p3

religiosos e sociais que preferirem. Não pode assim aproximar-se de quaisquer organismos políticos.”³⁷¹

A UON criticava asperamente o discurso do ministro do trabalho socialista, nomeadamente os “termos brandos e paternalistas de pacificação entre classes com interesses tão opostos”, denunciando também a sua “conduta de homem de governo (...) sistematicamente agressiva para com os que trabalham”.³⁷²

Mesmo *O Combate*, transparecendo a pressão das bases socialistas, perante a atitude dos seus correligionários que votaram uma moção de confiança ao ministro da guerra para manter a ordem, defendeu: “não se é socialista apenas pelo leiteiro ou número de ordem partidário; é-se socialista pela pureza das intenções e pela honestidade em as cumprir”.³⁷³

Perante a oportunidade de ouro do PSP pôr em prática a sua tática reformista, a UON declarava: “não a hora não é de paz, mas de guerra ardente, continua porque não há possibilidade de haver paz, nem harmonia, onde existe uma classe que pretende manter o regime económico actual, com todas as suas anomalias, e outra que luta animosamente, numa batalha incessante e cada vez mais viva, pela transformação desta sociedade, com o intuito de substituir as presentes instituições por outras com formas novas, progressivas, humanas.”³⁷⁴

Quando também o deputado João Camoesas procura seduzir a UON com um projecto de lei estabelecendo o princípio de sindicalização obrigatória do proletariado, a criação de uniões de sindicatos operários, de federações de indústria, e da confederação geral do trabalho³⁷⁵, Manuel Joaquim de Sousa acusa-o de levar a cabo “uma habilidade política para matar o sindicalismo.”³⁷⁶

E reafirma que “foi a luta de classes que fez crescer o sindicalismo, e que continua a fazê-lo crescer. O critério sindicalista, puramente operário e revolucionário, não pode caber dentro dos limites, estreitos e convencionais dum parlamento”³⁷⁷.

De facto, em 1919 a confrontação social ultrapassou os estreitos limites da assembleia. As primeiras greves desse ano foram vitoriosas servindo de incentivo ao surgimento de novas lutas e à reorganização sindical. No dia 23 de Fevereiro surge nas bancas um novo diário da responsabilidade da UON, *A Batalha*, que rapidamente se torna o terceiro jornal nacional.

³⁷¹ *A Batalha*, 23 de Fevereiro de 1919, p1

³⁷² Palavras in *A Batalha*, 12 de Julho de 1919, p1

³⁷³ *A Batalha*, 17 de Junho de 1919, p1

³⁷⁴ *A Batalha*, 12 de Julho de 1919, p1

³⁷⁵ Publicado n’ *A Batalha*, 14 de Agosto de 1919, p1

³⁷⁶ *A Batalha*, 17 de Agosto de 1919, p1

³⁷⁷ *A Batalha*, 17 de Agosto de 1919, p1

O número de adesões aos sindicatos não cessa de aumentar à medida que as lutas sectoriais se tornam cada vez mais alargadas.

A estruturação da UON vai-se alargando e reforçando, mesmo em zonas do país onde o sindicalismo nunca se havia enraizado, como por exemplo Aveiro ou Coimbra onde são criadas Uniões de Sindicatos Operários à semelhança dos que acontecera em Lisboa, no Porto e em Évora entre 1909 e 1912. Em todas a orientação revolucionária afirma-se incontestável.³⁷⁸

Por outro lado, nota-se um esforço de unificar corporações, divididas anteriormente, sob o signo do Sindicalismo Revolucionário, como é o caso do *Núcleo pró-unificação dos Trabalhadores do Comércio* que, recusando “dissenções e polémicas” se preparam para “acompanhar a grande marcha evolutiva da humanidade.”³⁷⁹

Todavia, o patronato seguia o exemplo operário. Organiza-se em Confederação, edita os seus próprios periódicos³⁸⁰ e traz a lume as suas ameaçadoras concepções políticas, como se pode constatar em as *Misérias de um novo regime*, que a central patronal publica em 1920.³⁸¹ Em reunião, apela ao boicote da nova legislação laboral e exige do governo uma posição firme em relação ao movimento grevista que se generaliza.

O patronato poderia usar de mais expedientes do que o operariado para pressionar o governo o que justifica o abandono da política social por parte de Domingos Pereira. Passadas as eleições, com a sua máquina repressiva reconstituída e constatando que o reformismo democrático estava definitivamente derrotado no seio do movimento operário, o presidente do ministério retoma as velhas tácticas de Afonso Costa.

É neste contexto que se inserem as duras greves da CUF e dos Ferroviários em relação às quais o governo, fortemente motivado pelas companhias implicadas, aplica a mais feroz repressão. Isto reduziu ou mais propriamente eliminou, a margem de manobra dos grevistas, condenando o movimento à derrota. Ainda assim a organização sindical dá provas de uma enorme capacidade de resistência, prolongando os conflitos por mais de dois meses e fazendo alastrar a solidariedade operária a largos sectores por todo o país.

Nunca como naqueles meses, entre Maio e Setembro de 1919, o operariado, o patronato e o Estado se enfrentaram tão violentamente. Foi nessa conjuntura que o PSP viu a sua influência no meio sindical reduzida ao mínimo. O abandono da sessão dos grevistas da União Fabril, pelos representantes do Partido Socialista e d' *O Combate*, confrontados com a

³⁷⁸ “Movimento operário em Coimbra” e “União dos Sindicatos Operários”, in *A Terra*, 18 de Julho de 1919, p1

³⁷⁹ “Balanço de Entrada” in *O Trabalhador do Comércio*, 25 de Outubro de 1918, p1

³⁸⁰ Como por exemplo *O Mundo Corticeiro*, Barreiro, 1922

³⁸¹ Confederação Patronal, *Misérias de um novo regime*. Lisboa: Confederação Patronal, 1920

aprovação da moção de confiança ao ministro da guerra contra os operários, foi apenas o começo.³⁸² Depois do «camarada Augusto» se incompatibilizar com o grande baluarte do reformismo, o Sindicato Ferroviário³⁸³, levando o seu comité central a experimentar uma aproximação inédita à UON, os representantes socialistas abandonam o movimento operário.³⁸⁴

A reacção à ideia: o patronato em acção directa

Em meados de 1919, a acção directa do operariado atinge o seu clímax perante a provocação patronal, despoletada por Alfredo da Silva. O operariado lança-se num movimento sem precedentes em que a táctica sindicalista revolucionária é posta rigorosamente em prática – «a acção directa contra o patronato e o Estado sem a interferência de interposta pessoa».

A versão de Fernando Medeiros - que interpreta o conflito da CUF como parte da estratégia de Alfredo da Silva para liderar o patronato numa contra-ofensiva ao movimento reivindicativo, que já contava com uma greve vitoriosa nas suas fábricas e com a constituição de uma Associação de Classe dos seus trabalhadores³⁸⁵ - parece fundamentar-se no facto desta greve se dever ao despedimento injusto de dois trabalhadores sob a acusação de terem arrombado o cofre da secção do Barreiro daquela Companhia. O operário Carlos Gomes, declarando-se testemunha ocular do furto, afirmava que o responsável por este fora o próprio gerente da secção, que tendo como propósito criar um conflito entre os trabalhadores e a gerência acusou Alfredo Sousa e Carlos Sousa, guardas nocturnos da companhia.³⁸⁶

Face à disposição mostrada pelo operariado da CUF em combater a injustiça praticada contra os seus companheiros, o director da Companhia despediu mais quinhentos trabalhadores do Barreiro e muitos outros de Lisboa, o que foi interpretado como uma declaração de guerra. Às 20 horas desse dia, a UON aceita o desafio e decide medir forças com Alfredo da Silva, sendo declarada greve geral do pessoal da secção do Barreiro.³⁸⁷ A Central Sindical, numa significativa demonstração de capacidade organizacional, fará alastrar o movimento a outros sectores produtivos e a vários serviços públicos, ao mesmo

³⁸² Os representantes do PSP e do Combate são alvo de duras críticas por parte dos grevistas, devido à acção do partido que representavam. O ambiente era tão hostil que estes acabaram por abandonar a assembleia. (*O Avante*, 24 de Junho de 1919, p1)

³⁸³ Os ferroviários raramente aderiam às greves de solidariedade. Não eram membros da UON.

³⁸⁴ “Relatório da Comissão Administrativa da UON apresentado ao II Congresso Operário Nacional” in *A Batalha*, 14 de Setembro, de 1919, p4

³⁸⁵ “Associação de Classe na CUF” in *A Batalha*, 8 de Abril de 1919, p1; “Na CUF do Barreiro”, in *A Batalha*, 13 de Abril de 1919, p1; “Greve do Pessoal da CUF”, in *A Batalha*, 14 de Abril de 1919, p1

³⁸⁶ *A Batalha*, 23 de Maio de 1919, p1

³⁸⁷ *A Batalha*, 25 de Maio de 1919, p1

tempo que, através de «quêtes»,³⁸⁸ entre os trabalhadores das várias associações de classe que coordenava, garantia as condições materiais indispensáveis à resistência dos grevistas da CUF e das suas famílias.

No dia 25 de Maio, dois dias após a declaração de greve dos operários da União Fabril do Barreiro, o pessoal das fábricas de Alcântara e Fontainhas decide em assembleia magna secundar a sua luta.³⁸⁹ Os trabalhadores rurais da Quinta dos Casquilhos pertencente à mesma Companhia, assim como os Bombeiros que para esta trabalhavam, abandonaram igualmente o trabalho.³⁹⁰ Manter-se-ão irredutíveis, deliberando que não retomariam o trabalho enquanto os seus colegas despedidos sob falsa acusação não fossem readmitidos. Os trabalhadores defendiam que o verdadeiro motivo de semelhante acusação fora o facto de estes terem criado uma associação de classe da Companhia.³⁹¹

À medida que se alastra o movimento de solidariedade para com os trabalhadores da CUF, os industriais e, quando afectadas, também as empresas jornalísticas, cerram fileiras, pondo em funcionamento as suas próprias organizações de classe e recorrendo igualmente à paralização das suas fábricas.

Pode-se constatar pela argumentação dos jornais operários que Alfredo da Silva personificou durante aquele período a intransigência patronal na propaganda operária. Assim como é visível na reacção das direcções e redacções da imprensa, quando os tipógrafos se unem aos restantes trabalhadores dando prioridade à sua classe e impedindo os jornais diários de se publicarem, o repúdio que a designada “*tiranía sindical*” provocava nas administrações e nos donos das empresas portuguesas.

No acompanhamento que faz da greve que afecta praticamente todas as fábricas da CUF, o órgão central da UON dá especial destaque à “escandalosa protecção do govêrno ao capitalista Alfredo da Silva” fazendo saber que no dia 1 de Junho já estavam presos trinta operários enquanto os espancamentos prosseguiam. A sua análise conclui que não existem, nunca existiram e não existirão, governos que se mantenham neutrais perante os conflitos entre o Capital e o Trabalho³⁹². Argumenta que o novo governo republicano, tal como Sidónio Pais ou Afonso Costa, curva-se perante as imposições de Alfredo da Silva esquecendo as promessas feitas pelo próprio presidente do ministério, Domingues Pereira, aos operários.

³⁸⁸ Petições

³⁸⁹ *A Batalha*, 26 de Maio de 1919, p1

³⁹⁰ *O Século*, 30 de Maio de 1919, p2

³⁹¹ *Diário de Notícias*, 5 de Junho de 1919, p2

³⁹² *A Batalha*, 1 de Maio de 1919, p1

Também no órgão do Partido Socialista Português, *O Combate*, encontramos logo nos primeiros momentos do conflito ataques ao governo e a Alfredo da Silva comparáveis aos da própria *A Batalha*. É significativo o facto de o jornal expressar tamanho radicalismo. Revela que, não obstante a posterior opção colaboracionista do grupo parlamentar socialista testemunhar o carácter reformista do partido, a radicalização dos trabalhadores determinava também o endurecimento das críticas que o Partido Socialista Português lançava contra o governo e o patronato.³⁹³

Para os sindicalistas, tratava-se de “uma luta de vida ou morte (...) entre o potentado do capital e o proletariado organizado, este representado pelos camaradas da união fabril, que há 19 dias que estão em luta”. A greve mantida contra a intransigência de Alfredo da Silva, que era realmente um dos maiores empresários do país, e que há muito menosprezava a organização sindical recusando-se a negociar com a associação de classe da sua empresa, era a prova de força de que a UON necessitava ultrapassar para demonstrar a sua influência na sociedade portuguesa e a eficácia da tática sindicalista.³⁹⁴

Ao generalizar-se a greve na vila do Barreiro, no dia 11 de Junho³⁹⁵, a ideia de uma paralisação total da produção e dos serviços públicos em Lisboa começou a ser aceite como inevitável.³⁹⁶ À medida que a greve geral era votada nos vários sindicatos operários, e perante a decisão da União dos Sindicatos Operários de Lisboa, da UON e das Federações de Indústria, os socialistas, mantendo a sua clara pretensão de recuperar a simpatia dos trabalhadores divulgam “como boa, a notícia de uma greve geral do Proletariado Português”. “Forçados” pelo avolumar de greves e pela sua “insistência tão reclamativa”, justificavam que “os motivos originários são tudo quanto há de mais justo” e conformavam-se com a sua inevitabilidade. “Uma greve geral? Nada de sustos, ela será...o que tiver de ser.”³⁹⁷

As Federações de Indústria e a União Operária Nacional publicaram após a greve geral um manifesto com o título: “*Após o 1º dia de greve - Trabalhadores está em jôgo o vosso brio!*”. Neste a UON critica duramente os operários que não abandonaram o trabalho, referindo somente

³⁹³ Também *O Combate* acusa Alfredo da Silva de ter iniciado “as perseguições na sua fábrica”, e o governo de não cumprir o seu papel de “entidade conciliadora ou (...) juiz autero”, tornando-se em vez disso, devido às “suas preferências ridículas (...) mais um elemento de desordem (...)”. (*O Combate*, 29 de Maio de 1919, p1)

³⁹⁴ *A Batalha*, 11 de Junho de 1919, p2

³⁹⁵ *A Batalha*, 11 de Junho de 1919, p1

³⁹⁶ *O Combate*, 12 de Junho de 1919, p1; *O Século*, 13 de Junho de 1919, p2

³⁹⁷ *O Combate*, 13 de Junho de 1919, p1; Os socialistas advertiam: “Os governos podem adoptar medidas draconianas para com as classes trabalhadoras, podem pejar as ruas de metralhadoras e de tropas, que jamais poderão deter a marcha vertiginosa, que gloriosa e fatalmente nos ha-de conduzir á Grande Revolução”. Na sua opinião a burguesia “suicidou-se quando em 1914 declarou guerra comercial na mira dessa hegemonia que a sepultou.” (*O Combate*, 14 de Junho de 1919, p2). Contudo, a central sindical tranquilizava “a burguesia”, sabendo que ainda não soava “a hora própria a tam grande cometimento”. (*A Batalha*, 14 de Junho de 1919, p1)

os ferroviários e os “*amarelos*” da Carris de Ferro que, segundo a Central Sindical, foram subornados por Alfredo da Silva. Estiveram em greve, segundo o manifesto, “as corporações da Construção Civil, Gráfica, Mobiliária, Metalúrgica, Corticeira, os Operários do Município, tanoeiros, manipuladores de tabaco, Manufactores de Calçado, Operários do Estado (Arsenais do Exército, da Marinha e da Casa da Moeda), da Companhia das Águas, Empregados de Barbeiro e cabeleireiros, etc.”³⁹⁸

No Barreiro, a repressão, segundo a descrição d’ *A Batalha*, parece ter sido maior do que em Lisboa, assim como a adesão à greve. Na verdade, enquanto que o já citado relatório da administração da CUF menospreza a generalização desta greve em Lisboa não nega o impacte que teve na vila operária onde a Companhia tinha as suas principais fábricas.³⁹⁹

No dia 18 de Junho, o único jornal a ser publicado na capital foi *O Século*, uma vez que apenas o pessoal gráfico desta empresa se recusou a acompanhar a classe numa greve de protesto contra o encerramento das instalações d’ *A Batalha*. Este diário noticia a derrota da greve geral. Em Lisboa, o pessoal da Companhia da Carris de Ferro, do Arsenal da Marinha, dos Caminhos-de-ferro e dos Correios não se solidarizara com os restantes trabalhadores em luta. No Barreiro estavam apenas paralisadas as fábricas da CUF, as da cortiça, a construção civil e o comércio. Os corticeiros no Seixal abandonaram o trabalho e só em Almada a greve foi verdadeiramente geral.⁴⁰⁰

O Comércio do Porto confirma as informações do jornal supracitado, acrescentando que também os trabalhadores da Companhia das águas se tinham apresentado ao trabalho. Contudo, e não obstante a parcialidade da paralisação, a agitação foi bastante. Uma multidão de grevistas enchia as ruas provocando conflitos em vários pontos da cidade, os eléctricos foram apedrejados, sendo igualmente atingidos por alguns petardos.⁴⁰¹

No balanço da greve, o cabeçalho d’ *O Combate* insere exclamações e análises indispensáveis para a compreensão do que representou o ponto auge deste conflito, que se vinha prolongando há quase um mês. Relacionando o encerramento das associações operárias com o *lock out* de muitas das fábricas da capital, e ainda das empresas jornalísticas que seguiram o seu exemplo, a redacção pretende mostrar que a burguesia portuguesa “concentra e unifica os seus esforços”.⁴⁰²

De facto, a “assembleia geral das empresas de jornaes de Lisboa” garantiu a publicação de um único periódico intitulado *A Imprensa*, graças ao esforço conjunto das redacções e

³⁹⁸ *A Batalha*, 19 de Junho de 1919, p2

³⁹⁹ *A Batalha*, 21 de Junho de 1919, p1; *Álbum Comemorativo da Companhia da União Fabril*, p27

⁴⁰⁰ *O Século*, 18 de Junho de 1919, p1

⁴⁰¹ *O Comércio do Porto*, 18 de Junho de 1919, p2

⁴⁰² *O Combate*, 20 de Junho de 1919, p1

direcções – d’ *A Capital*, *Diário de Notícias*, da *Época*, do *Jornal Comércio*, do *Jornal da Tarde*, da *Luta*, da *Manhã*, do *Mundo*, da *Opinião*, do *Portugal*, d’*A República*, d’ *O Século*, d’*A Vanguarda e d’O Victória* – afirmando peremptoriamente: “a questão está nitidamente posta (...): quem não é pela ordem é contra a ordem”.⁴⁰³

Este jornal diário torna-se o autêntico porta voz das associações de classe da burguesia indignadas com o facto de se contarem “por milhares os operários que, arrastados por um exagerado sentimento de solidariedade (...) se colocaram em condições de irreducibilidade perante o respectivo patronato”, o que incluía naturalmente as empresas jornalísticas. “Os jornais diários de Lisboa” que foram “suspensos por acôrdo comum em face da singular ameaça que lhes foi feita”⁴⁰⁴, mereceram manifestações de solidariedade das restantes organizações patronais, da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e da Associação Industrial Portuguesa, por exemplo.

Os representantes dos jornais diários de Lisboa editores de Imprensa reuniam-se na sede da AIP e decidiam o *lock out* da mesma forma que a Associação de Classe dos Industriais das Artes Metalúrgicas. *A Imprensa* publica ainda o manifesto desta classe, que lança um “apelo a todos os nossos colegas na industria nacional para que nos sigam o exemplo, creando-se uma solidariedade que tantas violências e incorrecções sofridas decerto robustecerá cada vez mais, a corrigir os desmandos dos especuladores da ingenuidade de alguns e da fraqueza de muitos”⁴⁰⁵

No dia 6 de Julho o Conselho de Ministros tomou conhecimento do seguinte: “depois de demorada conferência entre os Srs. Ministro do Trabalho e Alfredo da Silva foi resolvido que a CUF convidaria novamente o seu pessoal a retomar o trabalho excluindo apenas os operários que são considerados «meneurs» da greve e os que fizeram «sabotage». No mesmo dia, em assembleia magna, os operários da CUF decidiam retomar o trabalho, – nas palavras d’ *A Batalha*, deliberando aceitar a plataforma conciliatória apresentada pelo governo”⁴⁰⁶, nas palavras do *Diário de Notícias*, abandonando as reclamações.⁴⁰⁷

Segundo *A Batalha*, um milhar de operários da CUF ficou desempregado. À excepção do já decretado boicote aos produtos desta companhia, a USO do Barreiro viu-se forçada a eleger como única forma de solidariedade sindical a contribuição material, apelando para

⁴⁰³ *A Imprensa*, 21 de Junho de 1919, p1

⁴⁰⁴ *A Imprensa*, 22 e 23 de Junho de 1919, p1

⁴⁰⁵ *A Imprensa*, 23 de Junho de 1919, p1

⁴⁰⁶ *A Batalha*, 7 de Julho de 1919, p1

⁴⁰⁷ *Diário de Notícias*, 6, 7, 9 e 11 de Julho, pp2

que “todo o povo trabalhador contribua para minorar os seus sofrimentos (dos trabalhadores que não foram readmitidos), como até agora tem feito.”⁴⁰⁸

A *Idéa* e a revolução social

Assumido o carácter nitidamente revolucionário do movimento restava saber que revolução queriam os sindicalistas. A revolução social já não era apenas uma quimera inspiradora, era uma realidade concreta que se ia aproximando à medida que a onda revolucionária irradiava da Rússia bolchevique.

As questões levantadas em 1913 por Costa e Ribeiro sobre o sindicalismo enquanto sistema de organização social, que dividiram na data a ala revolucionária do movimento operário no plano teórico, colocavam-se agora na prática.

Pela primeira vez, a concretização da emancipação operária surgia como uma realidade atingível. A viragem que essa constatação representa na construção ideológica, o debate que provocará no seio de todas as escolas socialistas e a transformação que determinará nos princípios de muitos militantes, começa a reflectir-se no pós-guerra.

A maior parte dos autores defende como baliza cronológica para essa viragem o ano de 1920 ou o de 1921, mas pela análise dos conteúdos d’ *A Bandeira Vermelha* e d’ *A Batalha* compreendemos que as questões levantadas por alguns anarquistas face aos pontos que dividiram Marx e Bakunine, e antes Proudhon, se tornaram temas incontornáveis ainda em 1919.

Antes dessa data, *A Greve*, semanário da responsabilidade dos militantes da UON, não publicara muitos artigos referentes à Revolução Russa, o que se justifica pela dificuldade de acesso a notícias credíveis sobre o acontecimento. Baseou essencialmente a sua defesa da Revolução na denúncia do grau de especulação que as notícias publicadas pela «imprensa burguesa» continham e na argumentação contra a intervenção aliada.

A imprensa anarco-sindicalista também estava esperançada nos bolcheviques. A *Sementeira*, em 1918 afirmava que “depois de Lénine, Trotsky e seus amigos” deixarem de se intitular “governo, mas «soviet dos comissários do povo»” o próprio Lisitchine (anarquista russo) defendia que a imprensa burguesa não se enganava ao falar da “«anarquia» russa.”⁴⁰⁹ *A Aurora* publicava Trotsky e Lenine, elogiando largamente o movimento.

Todavia, estes militantes, carentes de informações que lhes possibilitasse formar as suas próprias opiniões, foram, ao longo do tempo que separa a insurreição de Outubro e a

⁴⁰⁸ *A Batalha*, 10 de Julho de 1919, p1

⁴⁰⁹ “A Nova Grande Revolução”, in *A Sementeira*, Janeiro de 1918, p1-2

tomada de posição definitiva face ao regime soviético, citando opiniões de diferentes figuras do anarquismo internacional tão diversas quanto contraditórias.

A questão era delicada. Se, por um lado, a Revolução Russa não respeitava princípios essenciais que orientavam o pensamento libertário, combatê-la, seria colocarem-se ao lado da reacção burguesa efectuada na intervenção aliada. “Os anarquistas” sabiam “que a tarefa urgente” era “a defesa da revolução contra a coligação burguesa” e esperavam que “depois de vencido este irreconciliável inimigo mortal” fosse mais fácil “destruir os maus germes” que pareciam “desenvolver-se no seio da própria revolução”.⁴¹⁰

Os anarco-sindicalistas, mesmo depois da rotura com os comunistas, continuaram a apelar à solidariedade proletária para com a Revolução Russa. A CGT não deixou, no entanto, de defender os princípios doutrinários do comunismo-anarquista perante os militantes que aceitaram a ditadura do proletariado como um meio legítimo de atingir a sociedade que almejavam.

A Sementeira, ainda antes d' *A Batalha* expressar a posição definitiva sobre essa questão, respondia à pergunta lançada por Monatte ao Movimento Operário Francês – “O Soviet é porventura coisa muito diversa da União Local de Sindicatos?” – defendendo que receava “certas superfetações políticas, resultantes do dualismo da organização económica (soviet económico ou sindicato) e da organização política centralizada (sindicato político).”

Manuel Ribeiro, em Novembro de 1918, revela que a Revolução Russa desde o primeiro momento merecia a crítica de alguns anarquistas. Mas, segundo o autor, eram os intervencionistas que viam com “desfavor e má-vontade (...) a revolução maximalista” devido “sobretudo da paz separada que os bolcheviques negociaram – para salvar o seu paiz.”⁴¹¹

Na verdade, reticências teóricas à parte, toda a imprensa operária rejubilava com a onda revolucionária que avassalava a Europa. Mais do que elogiar, a propaganda esforçava-se por usar a revolução bolchevique como um catalizador do movimento reivindicativo. Valia a pena um derradeiro esforço, a revolução não tardaria. Não havia oportunidade para dissidências.

Contudo, perante a propaganda dos métodos bolcheviques, que sobretudo Ribeiro levava a cabo, lutando incessantemente para que os seus camaradas reconhecessem a importância do acontecimento e revissem alguns dos seus princípios, os intervencionistas lançam-se na batalha ideológica.

⁴¹⁰ “Na Hora da Luta”, in *A Sementeira*, Junho de 1919, p1

⁴¹¹ Manuel Ribeiro, “A Revolução Russa” in *A Greve*, 10 de Novembro de 1918, p1

Em Março de 1919, Emílio Costa escreve uma *Carta a um partidário da Ditadura do Proletariado* em que afirma o seu repúdio “à tática socialista da conquista dos poderes públicos”, vendo nessa, como em todas as ditaduras, “um perigo para (...) a base necessária de uma melhoria na vida colectiva: a liberdade.” Argumenta que “todos os ditadores teem dito o mesmo,” quando lhe explicavam que será apenas “uma coisa imposta pelas circunstâncias e de carácter transitório”.⁴¹²

Manuel Ribeiro responde em tom agressivo a Emílio Costa acusando-o de adoptar um “critério unilateral de libertário” e de assim entrar na “contradição de querer (...) a emancipação dos proletários e virar as costas ao melhor caminho para lá que é a conquista do poder.”⁴¹³

Estas cartas originam uma série de artigos em que as duas concepções se confrontam⁴¹⁴. Podemos deduzir, se levamos em conta o testemunho de Augusto Machado, que a dissidência se generalizava: “A divisão que existe, tristeza é confessá-lo, e que muito embaraça o nosso movimento sindical não seria para temer se ela revestisse o aspecto de simples nuances (...) sem contenderem entre si.”⁴¹⁵

Nestes meses, Emílio Costa ainda não se encontrava em maioria, uma vez que todos os outros artigos presentes n’ *A Batalha* defendiam que o papel dos sindicalistas era o de defender o bolchevismo incondicionalmente de forma a contrariar as calúnias proferidas pela burguesia e seus órgãos de imprensa. O autor é o único militante que criticou abertamente a Revolução Russa nas páginas d’ *A Batalha*, até Março de 1920, quando Manuel Joaquim de Sousa expressa finalmente a sua opinião. Pelos seus argumentos apercebemo-nos do que estava em causa: “Era só o que mais me faltava: que a política da burguesia capitalista me obrigasse a pôr-me ao lado dos ditadores maximalistas!”⁴¹⁶

A redacção d’ *A Batalha*, apesar de defender, tal como Manuel Ribeiro, o movimento soviético, apresentava uma argumentação claramente distinta o que decerto determinou a fundação da Federação Maximalista.

Na realidade, até conhecer as 21 Condições de adesão à III Internacional, *A Batalha* manteve uma posição dúbia. Refira-se a propósito disso, que pouco tempo antes do congresso nacional operário onde seria criada a CGT, o jornal publicava em primeira página, lado a lado, uma carta de Romain Rolland e outra de Malatesta, que defendiam

⁴¹² *A Batalha*, 9 de Março de 1919, p1

⁴¹³ *A Batalha*, 13 de Março de 1919, p1

⁴¹⁴ Enquanto Manuel Ribeiro divulga «a formidável obra de remodelação social feita pelos sovietes» apresentando vários exemplos e defendendo que esta seria impossível sem a conquista do poder, Emílio Costa denunciava a repressão de que eram vítimas os anarquistas russos.

⁴¹⁵ *A Batalha*, 7 de Abril de 1919, p1

⁴¹⁶ *A Batalha*, 15 de Março de 1920, p1

posições antagónicas face à Revolução Russa. O primeiro agradecia ao povo russo que conquistando a sua liberdade trabalhava para a emancipação de todos os europeus, e o segundo condenava a ditadura do proletariado, comparando-a a todas as outras.⁴¹⁷

4.2 A RADICALIZAÇÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Radicalização operária: os reformistas em acção directa

Ainda o conflito da União Fabril estava por resolver quando deflagra a segunda grande greve do ano, dos Ferroviários, sobre a qual redobrou a repressão. O exército invadiu as estações e outras instalações da Companhia, procedeu a centenas de prisões sendo a comissão organizadora forçada à clandestinidade. Os ferroviários resistiram durante todo o mês de Julho e Agosto, capitulando apenas em Setembro.

Dia 2 de Julho de 1919, é declarada greve geral dos ferroviários reivindicando aumento salarial, reforma e pensões. A reacção da Companhia e do governo foi de total intransigência, coerente com a aproximação do gabinete de Domingos Pereira ao patronato iniciada com a repressão da greve da CUF. O Presidente do Ministério declara não negociar com os grevistas enquanto estes não retomassem o serviço e coloca o exército a conduzir os comboios.⁴¹⁸

Os grevistas afirmam que a paralisação é da inteira responsabilidade do governo e da Companhia e que os ferroviários apenas voltarão ao serviço quando a justiça lhes for feita. Negam notícias sobre supostas sabotagens e mostram-se esperançosos de uma rápida solução para o conflito.⁴¹⁹

A 3 de Julho de 1919, às 0.30 horas, iniciam-se dois meses de greve dos ferroviários das linhas do Oeste, Norte e Leste, afectando toda a parte central do país, as ligações com o restante território nacional e com o estrangeiro. O Comité Central recebe telegramas de toda a linha manifestando o apoio à greve e uma comunicação do Comité de Gaia a declarar que a greve foi votada em toda a rede ferroviária.⁴²⁰ A paralisação é geral.⁴²¹

Nesse mesmo dia, o chefe do governo reúne-se com os Ministros da Guerra, do Trabalho, das Finanças e do Comércio, com o director da Companhia e com o Comissário do governo na Companhia. Domingos Pereira encarrega o Ministro do Interior e da Guerra de manterem a ordem pública e o Ministro do Trabalho de servir de mediador entre a administração da empresa e a comissão sindical nas negociações. A comissão de

⁴¹⁷ *A Batalha*, 19 de Setembro de 1919, p1

⁴¹⁸ António Telo, *Op.Cit.*, p- 152.

⁴¹⁹ *A Batalha*, 3 de Julho de 1919, p1.

⁴²⁰ *A Imprensa*, 2 de Julho de 1919, p1.

⁴²¹ *A Batalha*, 3 de Julho de 1919, p1.

melhoramentos já reunira na véspera com o Ministro da Guerra, Comércio e Abastecimentos aguardando naquele momento a resolução do governo.⁴²²

No dia 4, *A Batalha* publica *As Causas da Greve Ferroviária*, segundo o que um militante ferroviário afirmara a um redactor do jornal. Em primeiro lugar, acusa o anterior ministro dos Abastecimentos de os ter feito esperar sessenta dias com falsas esperanças fazendo com que a classe tenha perdido a confiança no governo e na sua proposta de que os ferroviários voltariam ao serviço.⁴²³

Por seu lado, *A Batalha* publica a opinião de um ferroviário em relação à sabotagem: “ Os Políticos insurgem-se muito com a sabotagem, excepto quando ela aproveita aos seus movimentos revolucionários. Excelente moralidade!” Este grevista defende que “ a sabotagem é uma arma a que legitimamente recorre quem não tem espingardas para fazer frente às espingardas patronais”. Afirma ainda que pratica a sabotagem “ para que alguns camaradas possam alimentar melhor os seus filhos, bendito o meu gesto que frutificou em pão”.⁴²⁴ Era o extremismo da acção levada a cabo por uma classe tradicionalmente dada à conciliação.

A companhia argumentava que os pagamentos relativos a 1918 já excediam em 82% os de 1913, ao que os grevistas respondiam que esse aumento não representava nem metade do aumento das receitas da Companhia nesse mesmo período (a relação era, segundo a obra de Damião de Peres, de 1688 contos em aumento salarial para 4000 contos de crescimento do lucro)⁴²⁵.

A dia 7 de Julho, é aprovada uma moção de “Plena Confiança” ao governo para manter a ordem pública.⁴²⁶ O governo responde à paralisação com a prisão e despedimentos, invade a sede da UON e prende o corpo redactorial d’*A Batalha*, a comissão organizadora do II Congresso Operário e várias direcções sindicais.⁴²⁷ No mesmo dia, o conselho de administração da Companhia lança a ordem nº 83 em que declara que os ferroviários que não se apresentassem ao serviço seriam demitidos.⁴²⁸

Nesse mesmo dia, perante novo ataque parlamentar da minoria socialista, o presidente do ministério aceita a sua mediação no conflito.⁴²⁹ No dia seguinte, *A Batalha* afirma que a intervenção dos socialistas nas negociações tinha falhado, publicando a posição do sindicato perante as exigências que os deputados reclamavam à classe ferroviária. Esta

⁴²² *A Batalha*, 3 de Julho de 1919, p1.

⁴²³ *A Batalha*, 4 de Julho de 1919, p 1-2.

⁴²⁴ *A Batalha*, 9 de Julho de 1919, p1.

⁴²⁵ Damião de Peres, Op. Cit., p245.

⁴²⁶ Damião de Peres, Op. Cit., p242.

⁴²⁷ António Telo, Op. Cit., p-152.

⁴²⁸ *A Batalha*, 8 de Julho de 1919, p-1.

⁴²⁹ Damião Peres, Op. Cit., p245-246.

estaria “a lutar sacrificadamente pela conquista de regalias insignificantes.”⁴³⁰ Os deputados socialistas desistem de mediar o conflito.

É a solidariedade dos outros trabalhadores que mantém o entusiasmo dos grevistas; os empregados dos escritórios aderem à greve⁴³¹; é criada a “cozinha comunista”, com senhas fornecidas na sede do sindicato por uma comissão especificamente criada para o efeito, e que se mantêm muito tempo depois da greve terminar, com doações conseguidas pelo apoio de outros sindicatos e associações de trabalhadores diariamente descriminadas n’*A Batalha*; é aprovada na assembleia da associação do pessoal menor dos correios e telégrafos uma moção de apoio aos ferroviários, onde é mesmo ameaçada uma greve de solidariedade⁴³²; os fragateiros de Alcochete recusam-se a fazer os descarregamentos e a associação desta classe manda um ofício de solidariedade ao sindicato dos ferroviários⁴³³; etc.

Apesar de tudo isto, o Presidente do Ministério afirma que “custe o que custar, suceda o que suceder, o governo manter-se-á irredutível”⁴³⁴. A 22 de Julho, já a própria *A Batalha* reconhecia que o movimento se aproximava do seu final, que restava lutar para que os activistas fossem admitidos.⁴³⁵

No mesmo dia, o deputado socialista Ladislau Batalha acusa o governo e a Companhia de não fazerem o mínimo esforço para resolver uma greve que já durava há 20 dias e em vez disso usa da violência. Sá Cardoso defende-se afirmando que considera esta greve uma greve política, não contra a Companhia mas contra o governo baseado num telegrama da Póvoa do Varzim para o Sindicato que dizia: “esta greve não é contra a Companhia mas sim para obrigar o governo a cumprir promessas feitas”. O presidente refere-se ainda à ameaça dos grevistas ao avisarem os passageiros do perigo que correm ao viajar nos comboios.

Afirma ainda que está disposto a “responder à agressão com dupla agressão”. Nesse sentido, já havia tomado medidas preventivas colocando o cruzador *Vasco da Gama* junto a Santa Apolónia e cercando esta estação e o Rossio por forças militares.⁴³⁶ Os ferroviários, face à irredutibilidade dos seus opressores, decidem unanimemente em Assembleia Magna não regressar ao serviço enquanto as suas reclamações não forem satisfeitas.

⁴³⁰ *A Batalha*, 11 de Julho de 1919, p1.

⁴³¹ *A Batalha*, 15 de Julho de 1919, p1.

⁴³² *A Batalha*, 16 de Julho de 1919, p1.

⁴³³ *A Batalha*, 18 de Julho de 1919, p1.

⁴³⁴ *A Batalha*, 22 de Julho de 1919, p1.

⁴³⁵ *A Batalha*, 22 de Julho de 1919, p1.

⁴³⁶ *O Século*, 22 de Julho de 1919, p1.

A partir destes acontecimentos o conflito agrava-se. Os grevistas indignam-se porque “à frente de cada comboio seguirá para evitar os actos de sabotagem um vagon cheio de grevistas” e consideram que o governo e o ministro da guerra “querem que os ferroviários morram à fome, devido à alta da vida”, encerrando mesmo a cooperativa ferroviária acusada de abastecer grevistas⁴³⁷.

No entanto, ainda depositavam esperanças nas negociações pois “a comissão de individualidades em destaque na política realizou ontem várias demarches encaminhadas no sentido de se estabeleça uma plataforma para a solução da greve, sem quebra de dignidade para qualquer parte dos litigantes” *A Batalha* acredita “que os seus esforços serão coroados de êxito”.⁴³⁸

Após inúmeras reuniões entre a comissão de ferroviários com o ministro do trabalho⁴³⁹, da Companhia com o delegado do governo, do delegado do governo com o ministro do Trabalho, o Comité Central pensa “que conquistaram as regalias da subvenção passar a fazer parte do salário, sendo ainda aumentada, e estabelecido um prazo de três meses para estudar a caixa de reformas de todos os ferroviários”. No entanto, as negociações voltam a um impasse devido à negação do aumento da subvenção e do pagamento dos dias de greve por parte da Companhia e do governo.⁴⁴⁰

No final de Agosto, perante o malogro das novas negociações, o Comité Central apresenta as sete reclamações pelas quais os ferroviários estão dispostos a prosseguir com a greve.⁴⁴¹

O dia 28 de Agosto é ainda assinalado por grandes descarrilamentos.⁴⁴² No dia 1 de Setembro, “os grevistas reunidos em Assembleia Magna na Caixa Económica Operária deliberaram retomar o trabalho”⁴⁴³.

⁴³⁷ *A Batalha*, 31 de Julho de 1919, p1.

⁴³⁸ *A Batalha*, 23 de Julho de 1919, p1.

⁴³⁹ *A Batalha*, 22 de Julho de 1919, p1.

⁴⁴⁰ *A Batalha*, 23 de Julho de 1919, p1.

⁴⁴¹ “1ª- Que pela Companhia não fossem exercidas represálias no pessoal, e que todos os grevistas fossem por ela aceites sem excepção.

2ª- Que todos os presos ferroviários fossem soltos com a excepção dos que porventura estivessem sob a alçada da justiça.

3ª- Que num prazo, que ficou assente, o governo tomasse temporariamente a seu cargo a Caixa de Reformas até que, estudadas as condições desta, passasse definitivamente para o Estado.

4ª- Que os doze escudos que estávamos recebendo como subvenção passassem a ordenado fixo sendo estabelecida uma nova subvenção de nove escudos.

5ª- Que os nossos camaradas maquinistas as economias fossem de futuro estabelecidas como se encontram actualmente para a linha.

6ª- Que acabassem as promoções por distinção passando a ser feitas por antiguidade, como antigamente.

7ª- Que diuturnidades sejam estabelecidas para todas as categorias como já existem para algumas, para evitar que muitos empregados se encontrem oito, dez, ou mais anos por pertencerem a quadros especiais de onde são raras as promoções, etc.” *O Século*, 27 de Agosto de 1919, p1.

⁴⁴² António Telo, Op. Cit., p153.

⁴⁴³ *A Batalha*, 1 de Setembro de 1919, p2.

Admitida a derrota, os antigos reformistas tiram as suas conclusões quanto às posições políticas dos governos republicanos: “na verdade, o Estado gastou milhares de contos, a Companhia perdeu também somas importantíssimas, os serviços ferroviários ficaram numa lástima, mas que importa isso se os ferroviários foram abatidos, satisfazendo-se assim os ódios da burguesia?”⁴⁴⁴ *A Batalha* aconselha a classe a não desanimar “pois actualmente não há classes que se bastem a si próprias”⁴⁴⁵.

Mas quando o Comité Central do Sindicato Ferroviário implora à UON a solidariedade das restante classes, a direcção da organização, “depois de haver ponderado a situação, e reconhecendo que possibilidade não havia, naquela altura de se produzir um movimento (...) oficiou ao supramencionado Comité, expondo-lhe a impossibilidade de tentar a greve geral.”⁴⁴⁶ Como veremos exactamente um ano depois, os ferroviários do Sul e Sueste, do Douro e Minho farão o mesmo pedido à CGT, que voltará a declinar. Na verdade, a greve geral estava cada vez mais longe.

Radicalização da organização – CGT “para a revolução!”

Todavia, é ainda no rescaldo desta ofensiva operária, que a 13 de Setembro de 1919 se realiza em Coimbra o II Congresso Nacional Operário, onde finalmente é criada a CGT, confederando praticamente duas centenas de associações de classe, que representavam entre 85 e 90 mil trabalhadores.

A primeira e mais relevante tese sobre a constituição da CGT consagra claramente os princípios do Sindicalismo Revolucionário – a autonomia na base federativa, a independência face a toda a escola política ou doutrina religiosa, o objectivo da supressão do salariado pela posse de todos os meios de produção. E espelha bem a razão pela qual estes eram o garante da unidade: a não imposição dogmática de qualquer doutrina aos organismos confederados e a autonomia sindical “basta para que todos os organismos estejam à vontade dentro da confederação.”⁴⁴⁷

⁴⁴⁴ *A Batalha*, 1 de Setembro de 1919, p2.

⁴⁴⁵ *A Batalha*, 1 de Setembro de 1919, p2

⁴⁴⁶ “Relatório da Comissão Administrativa da UON apresentado ao II Congresso Operário Nacional” in *A Batalha*, 14 de Setembro, de 1919, p4

⁴⁴⁷ Os seus objectivos são: “O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados do país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física; Desenvolver fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salariado e do patronato, e posse de todos os meios de produção; Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais dos outros países para a ajuda mútua, numa comum inteligência, que conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua emancipação integral na tutela opressiva e exploradora do capitalismo”.

A respeito dessa orientação diz o preâmbulo dos estatutos: “Dessa directriz ressalta, necessariamente, uma orientação que se pode definir por esforço próprio, pois a experiência, longa e dolorosa, do proletariado, nas suas lutas quotidianas, é cheia de ensinamentos demonstrativos de que os trabalhadores não devem aceitar a interferência de pessoas ou instituições estranhas e com interesses morais ou económicos diferentes ou opostos aos dos próprios trabalhadores.”

Neste congresso procura-se contornar já não as diferenças entre reformistas e revolucionários mas entre os militantes influenciados pela revolução russa e os anarquistas. O Sindicalismo Revolucionário enquanto doutrina eleita do operariado impõe-se novamente como solução para estas divergências.

Muito embora ambas as teses tenham originando intenso debate, reflectindo as tendências contraditórias que se iam desenhando no seio da jovem CGT. O esforço conciliatório por parte dos militantes que não queriam ver a organização fragmentar-se no acto criador, fez previver uma doutrina que estava já no seu ocaso.

De facto, muito embora estivessem já latentes as novas divergências ideológicas que conduzirão a ala revolucionária à cisão, a conjuntura do pós-guerra, que determinava a radicalização do operariado e do patronato, bem como a expectativa revolucionária, vinham colocar questões práticas mais prementes, nomeadamente sobre o modelo organizacional a adoptar pela CGT - que muitos achavam destinada a tomar o poder.

É a discussão sobre a constituição dos sindicatos aderentes por indústria, ofício ou mistos que dominará por completo o congresso, como se pode observar nas suas actas.⁴⁴⁸ Esta insere uma relevância primordial, relacionando-se com as opções doutrinárias do Sindicalismo Revolucionário. Por outro lado, a esperança numa breve revolução social, exigia a eleição das bases definitivas em que devia assentar, não só a organização dos trabalhadores, mas também a futura sociedade.

Como explica o editorial de *A Batalha*, de 5 de Julho, sobre teses operárias, os “interesses dos trabalhadores devem ser encarados de duas maneiras: 1-interesse imediato (conquista quotidiana de regalias (...)) 2 – interesse futuro (emancipação integral do trabalho, abolição do salariedade, socialização dos meios de produção, etc.). Para atingir o primeiro os sindicatos mistos tem toda a razão de ser, como associações de resistência, mas apenas nessa qualidade porquanto, admitida como inevitável a próxima transformação da sociedade, já toda a organização dos produtos tem de adaptar-se a fórmulas novas que a revolução instituirá, passando a essencialmente construtiva em lugar de combativa.”⁴⁴⁹

“Não se infira, todavia, que essa doutrina é uma imposição dogmática a todos os organismos confederados. Demais sabemos nós quão instável é a orientação da luta sindical, como sabemos igualmente, que a maior parte dos sindicatos que mais tem usado a acção directa nas suas lutas, a põe de parte em determinados casos, por circunstâncias de momento estranhas à sua vontade.

A nós impunha-se o dever de considerar a psicologia do actual momento, que não permite ambiguidades nem sofismas, quanto aos fins da organização ou quanto aos meios.

Uma coisa esta claramente definida: é a autonomia sindical. E isso basta para que todos os organismos estejam à vontade dentro da confederação.” (Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit., p114-115)

⁴⁴⁸ Actas do II Congresso Nacional Operário. AHS da BN. Núcleo Congressos Nacionais Operários. Caixa 66.

⁴⁴⁹ *A Batalha*, 5 de Julho de 1919, p1

Também Manuel Joaquim de Sousa, enquanto secretário da comissão organizadora do Congresso de Coimbra, defende que “é mais importante discutir esta tese do ponto de vista da função que os sindicatos terão na sociedade futura – defendendo inequivocamente os sindicatos únicos, distinguindo os em que o critério é a matéria-prima dos que o critério é a indústria, os primeiros tem grande capacidade de pressão, os segundos de maior utilidade na gestão futura da produção.”⁴⁵⁰

De facto, a ideia de que a revolução estava próxima e era inevitável, que muito se deveu à notícia da vitória bolchevique, veio condicionar o debate que antecedeu o congresso fundador da CGT. Os dirigentes e os mais destacados militantes operários concentravam esforços na preparação do futuro, inquietando-se com os vícios que a organização sindical poderia transportar para a sociedade que idealizavam e que lhes cabia construir.

A Liga das Artes Gráficas do Porto manifesta as suas preocupações referentes ao “momento (...) em que os Estados burgueses e capitalistas derruem num fragor de colossal podridão e demência (...)”, assumindo que “os propagandistas operários tem hoje mais do que nunca, o dever moral de se dedicarem inteiramente à relocação indispensável dos erros desvios e deficiências seguidas por algumas corporações de ofícios (...)”⁴⁵¹

Era ainda urgente a consciencialização da classe operária, uma vez que “a revolução social aproxima-se, e o seu êxito depende do desenvolvimento do sindicalismo que só triunfará se cuidar devidamente da cultura da inteligência e do espírito das classes trabalhadoras que ele representa”. Era imprescindível ao “sindicalismo retomar o seu lugar, retoma as suas lutas não pelo aumento de salário mas pela conquista da Terra, das máquinas, das oficinas (...)”⁴⁵²

Em suma, é “necessário modificar um tanto a estrutura dos sindicatos operários actualmente existentes, alargando o seu âmbito de harmonia com o papel que ora lhe esta destinado. As greves para a conquista de pequenas regalias devem limitar-se o mais possível, e a par delas desenvolver-se dentro dos sindicatos operários o estudo dos complexos problemas com que num próximo amanhã eles tem de defrontar-se criando escolas de ensino técnico, e iniciando palestra e conferências de carácter educativo, abrindo bibliotecas...”⁴⁵³

A liga das artes gráficas defendia os sindicatos únicos e o seu papel mais pedagógico que reivindicativo. Todavia, esta ideia vinha pôr em causa o esforço organizativo empreendido desde 1918, que lucrara exactamente com a agitação da luta por objectivos concretos, bem

⁴⁵⁰ *A Batalha*, 28 de Agosto de 1919, p2

⁴⁵¹ Tese a apresentar ao Congresso das Artes Gráficas do Porto, *A Batalha*, 16 de Agosto de 1919, p2

⁴⁵² *A Batalha*, 23 de Agosto de 1919, p1

⁴⁵³ *A Batalha*, 31 de Agosto de 1919, p1

como a organização dos sindicatos em organizações mistas, que permitia enquadrar e garantir uma maior capacidade de pressão a assalariados como os trabalhadores do comércio - que divididos em caixeiros, empregados do comércio, empregados de escritório dos bancos, empregados de escritório dos câmbios e empregados menores, haviam lucrado com a federação por critério geográfico na luta contra a carestia de vida – ou os funcionários do Estado – que desde Julho de 1914 que procuravam a *União dos Assalariados do Estado*, considerando-a, muito embora exista “uma certa disparidade entre o funcionamento de vários estabelecimentos”, “uma genial ideia, com fortes raízes na unidade federativa.”⁴⁵⁴

Como muito bem observou Fernando Medeiros, a primeira, que dividia os militantes da grande indústria, como a construção civil ou a metalurgia, partidários dos Sindicatos de Indústria e os partidários dos sindicatos «mistos» ou de «empresa», os tipógrafos ou os arsenalistas, reflectia duas visões do sindicalismo antagónicas que tinham a revolução russa a separá-las. Os últimos queriam ver a Confederação desempenhar o papel de “partido” de todo o proletariado e os primeiros mantinham-se arreigados ao apoliticismo sindical. A resolução final propõe uma transição gradual para os sindicatos de indústria, deixando ao critério de cada organismo a escolha da sua linha organizativa.⁴⁵⁵

Não será por acaso que o PCP terá o apoio exactamente dos assalariados não enquadráveis no esquema confederal, aliás nascerá na sede da Associação dos Empregados de escritório. Os próprios anarco-sindicalistas já haviam compreendido os limites da CGT, a *Liga Operária de Expropriação Económica*, tinha como objectivo principal enquadrar todos os potenciais revolucionários, substituindo-se a um partido de vanguarda.

Se o modelo organizacional originava opiniões distintas, maiores divergências existiam sobre o alinhamento internacional. Porém, em 1919, a direcção não tinha como desviar as expectativas do Oriente. Em boa verdade, nem sequer o desejava, porque haviam sido exactamente essas esperanças que tinham garantido a radicalização do operariado e consequentemente a eliminação da influência reformista na UON.

Assim, a tese respeitante às relações internacionais, elaborada “num momento de indecisão na confusão do após-guerra”, procurou adiar a discussão entre os admiradores do bolchevismo e os militantes leais aos princípios libertários.⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ “União dos Assalariados do Estado” in *O Arsenalista*, 22 de Fevereiro de 1919, p2

⁴⁵⁵ Fernando Medeiros, Op. Cit., p210-211

⁴⁵⁶ O operariado português rejeita a resolução de 1914, de filiação na União Sindical Internacional, por esta não corresponder às necessidades dos trabalhadores, e declara contribuir para a criação de uma Confederação Internacional do Trabalho com elementos exclusivamente operários. Ou seja não assume qualquer compromisso deixando o caminho livre à decisão dos dirigentes, na data indiscutivelmente anarco-sindicalistas.

Manuel Joaquim de Sousa, na sua resenha histórica, demonstra também como neste período a ideologia operária estava numa fase excepcional. Segundo o protagonista, as teses discutidas foram aprovadas, “por influência do momento”⁴⁵⁷. De facto, o anarco-sindicalista tinha para a CGT outras ideias, como veremos nas teses aprovadas em 1922, mas em 1919 não se atreviam a enunciá-las. Nesta data a corrente sindicalista revolucionária era hegemónica, aliás, o acrata apenas foi secretário-geral porque o eleito Alexandre Vieira, um dos mais fiéis defensores da doutrina em análise, recusou o cargo por motivos de saúde.⁴⁵⁸

A discussão do estatuto da nova central de sindicatos portugueses, onde se lançam as bases da CGT, comprova esta análise. “Partindo do simples para o composto, a Confederação insere por integrações sucessivas núcleos cada vez mais complexos e obtem no comité confederal a convergência de todo o enorme feixe de forças.”

Segundo *A Batalha*, “a CGT portuguesa é o órgão chegado à plena maturidade e pronto para as complexas funções directivas do trabalho e da produção. Na CGT devem dentro em pouco ingressar todas as actividades do país representadas nos seus sindicatos e associações (...) Orientada em normas caracteristicamente sindicais, alheia às lutas políticas segundo a letra dos seus estatutos, a Confederação há de impor-se e ter na gestão das cousas públicas a hegemonia que de direito lhe pertence.”⁴⁵⁹

Desta forma, os congressistas de Coimbra regressam às suas corporações “convencidos de que a Revolução Social é um acontecimento inevitável e fatal em toda a parte, e que o proletariado português será chamado, dentro em pouco, a desempenhar o mesmo papel que já desempenha o proletariado russo.” Por outro lado, “o debate apaixonado que se iniciou logo sobre a questão das delegacias, não deixa lugar a dúvidas de que é da fracção dos profissionais industriais que está a grande força e que será ela amanhã que há de ter o domínio.” Em suma, do ponto de vista da história das mentalidades, estes militantes voltavam “ao trabalho e para a Revolução!”⁴⁶⁰

A radicalização da ideia: o maximalismo

Os revolucionários desejavam a revolução, era por isso que procuravam encontrar afinidades entre o soviétismo vencedor e o sindicalismo. Contudo, à medida que a Revolução Russa se desenvolvia, as perspectivas diferenciavam-se, inviabilizando um consenso. Estes militantes viam-se confrontados com a necessidade de tomar uma posição face ao maior acontecimento social a que tinham assistido, o na data parecia implicar

⁴⁵⁷ Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit., p112

⁴⁵⁸ Alberto Pedroso e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português, p68

⁴⁵⁹ “Lançam-se as bases da Confederação Geral do Trabalho” in *A Batalha*, 16 de Setembro de 1919, p1

⁴⁶⁰ “As resoluções do congresso de Coimbra”, in *A Batalha*, 18 de Setembro de 1919, p1

deliberar sobre o carácter da sua própria revolução. Até 1921 a decisão revelou-se difícil de tomar originando debates e conflitos que acabaram por dividir o movimento.

Foi só em Fevereiro de 1920 que numa “importantíssima reunião (...) se definiu pela primeira vez oficialmente a posição dos trabalhadores portugueses em face do bolchevismo”, *A Batalha* finalmente esclarecia: “não somos bolchevistas. Acima de tudo somos sindicalistas revolucionários.” Não deixava, porém, de advertir que essa tomada de posição não significava hostilidade à Revolução Russa: “bem pelo contrário seguimos atentamente a marcha do movimento procuramos assimilar os ensinamentos que dela resultam e apoiaremos sempre a Revolução contra os ataques da Internacional negra do capitalismo e do militarismo.”⁴⁶¹

Entretanto, um grupo de militantes disposto a levar a *Idéa* às suas máximas consequências decide fundar uma organização própria, não pretendendo esperar a resolução do impasse em que se via emergida a CGT. Em Maio de 1919, há já notícia de diversos conselhos maximalistas na grande Lisboa, Campo de Ourique, Meia Laranja, Belém, Oeiras, etc., e em Julho desse ano já se previa a publicação do semanário *A Bandeira Vermelha*, sendo esta adiada unicamente devido à prisão de Manuel Ribeiro durante a greve ferroviária.

No dia 5 de Outubro de 1919, o órgão da central sindical anuncia finalmente o “novo semanário, (...), órgão da Federação Maximalista Portuguesa” referindo que este “promete ser um valioso instrumento de propaganda sindicalista e libertária.”

A Bandeira Vermelha, como veículo de propaganda das ideias bolchevistas, procurava levar os sindicalistas a libertar-se dos princípios que norteavam a acção da Central, e que, na sua opinião, impediam o proletariado português de se emancipar à semelhança do exemplo russo. Preocupava-se essencialmente em contrariar os argumentos libertários que pretendiam levar os trabalhadores portugueses a não aceitar o modelo soviético.

Ribeiro argumentava que, antes de 1909, os anarquistas portugueses eram na sua maioria refractários ao movimento associativo, “conspirando sempre na sombra contra o despotismo e reformismo burguês e socialista”, mas acabaram “um após outro” por entrar nos sindicatos. “Foi uma transigência a entrada dos anarquistas nos sindicatos”, mas o sindicalismo, demonstrando a sua eficácia, acabou por se afirmar como “um meio” legítimo para atingir a anarquia.⁴⁶²

Assim, também procurava demonstrar o editorial d’ *A Bandeira Vermelha* em Maio de 1921, que a ditadura do proletariado não passava de uma opção transitória, uma etapa na construção da sociedade almejada pelos operários militantes portugueses, um meio que,

⁴⁶¹ *A Batalha*, 16 de Fevereiro de 1919, p1

⁴⁶² *A Bandeira Vermelha*, 15 de Maio de 1921, p1

embora condenado por Bakunine, provara a sua eficácia na Rússia e incentivava os trabalhadores de todos os países a lutar pela sua emancipação, fazendo a Revolução Social avançar pela Europa como uma avalanche.

A Federação Maximalista Portuguesa tendo por objectivo a defesa da causa de Outubro através da divulgação das ideias dos principais líderes do regime soviético, deu um especial destaque nas páginas d' *A Bandeira Vermelha* à legitimação do poder proletário em ditadura, recorrendo a testemunhos de figuras proeminentes do sindicalismo e anarquismo numa tentativa de mostrar que o bolchevismo estava em sintonia com as ideias defendidas pelos sindicalistas, que “o Sovietismo” era a “fórmula slava do sindicalismo operário ocidental”⁴⁶³, que “O Sindicalismo Revolucionário é o mesmo que soviétismo”⁴⁶⁴.

Apesar dessa identificação, Manuel Ribeiro e os restantes aderentes da Federação esforçaram-se por fazer ver aos seus camaradas que os acontecimentos que avassalaram o mundo – a Grande Guerra e a Revolução Russa – haviam marcado o início de uma nova era e que assim teria de suceder no plano das ideologias. No primeiro número d' *A Bandeira Vermelha* Manuel Ribeiro anunciava: “outras correntes se formam; outros ideais flamejam nos olhos ansiados das multidões (...). Esse ideal é a Revolução Social concretizada na Ditadura do Proletariado, expressão política da nova fórmula governativa, provisoriamente adoptada como solução irremediável a que não pode fugir-se”⁴⁶⁵.

A organização não teve apenas por objectivo a propaganda, admitiu assumir o papel de vanguarda revolucionária quando se criassem as condições objectivas para a constituição de um poder soviético em Portugal. Assumindo essa responsabilidade e convictos que a nova era “inaugurada pela revolução social do Oriente” iria “despedaçar as instituições burguesas e transformar o mundo pela revolução armada, pelo braço vingador e implacável dos proletários”, os maximalistas inspiravam-se nos “heróicos precursores” e incitavam todos os militantes a trabalhar “com igual fé e convicção (...) para que a Revolução Social” se tornasse “dentro em breve uma realidade entre nós.”⁴⁶⁶, como o já era na Rússia. Essa fora a razão da sua formação. De olhos postos no Partido Bolchevique, consideraram que “para preparar e efectuar a Revolução” era “indispensável um forte organismo extra-sindical de carácter proletário e revolucionário.”⁴⁶⁷

Logo no segundo número do semanário maximalista detecta-se a recepção que tão peremptórias declarações obtiveram no meio operário. Sem dúvida, foi respondendo a dúvidas ou críticas por parte de militantes anarquistas ortodoxos que o jornal esclareceu:

⁴⁶³ Manuel Ribeiro, “Novas Tendências Sociais”, in *Bandeira Vermelha*, 7 de Outubro de 1919, p1

⁴⁶⁴ Citação de R. Louzon in *Bandeira Vermelha*, 2 de Outubro de 1919, p1

⁴⁶⁵ Manuel Ribeiro, “Novas Tendências Sociais”, in *Bandeira Vermelha*, 7 de Outubro de 1919, p1

⁴⁶⁶ “Editorial” in *Bandeira Vermelha*, 14 de Dezembro de 1919, p1

⁴⁶⁷ António Peixe in *Bandeira Vermelha*, 14 de Dezembro de 1919, p4

“todo o indivíduo que em Portugal se declare bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário (...) adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou soviéticos desde que combatam intransigentemente as instituições burguesas e apressem a evolução do regime capitalista para a sociedade anarquista que é o objectivo para que tendem os bolchevistas russos”⁴⁶⁸

O conteúdo dos números seguintes é sintomático de que as divergências ideológicas originadas pela Revolução Russa vinham-se já desenvolvendo ao longo de 1919. Ainda nesse ano são referidos os principais aspectos da discussão que só seria publicada n’ *A Batalha* entre os finais de 1920 e princípios de 1921.

Em Dezembro de 1919, Juliano Ribeiro revelava que entre os militantes não se chegava a um consenso quanto ao apoio e divulgação que se devia dar à ditadura do proletariado, considerando-a alguns uma “traição aos princípios libertários” e outros um “critério oportunista” que, no entanto, salvou a revolução.

A Bandeira Vermelha defendia que devia ser prioritário o aproveitamento das condições criadas pela primeira grande guerra para a concretização da revolução, “uma realidade palpável, e que hoje, libertária ou autoritária, é já impossível deter”, criticando os que devido ao “dogmatismo estreito de determinados princípios”⁴⁶⁹ abdicavam de usufruir dessa oportunidade criada para a transformação da sociedade.

Finalmente, enquanto os anarquistas portugueses advogavam que a educação e consciencialização das massas os conduziria à sociedade anarquista-comunista que todos ambicionavam, os maximalistas fascinados com a eficácia táctica da fórmula bolchevique não pretendiam esperar mais, argumentando que não obstante ser “necessário ministrar à humanidade muita instrução e educação (...) jamais a humanidade alcança(va) a sua integral emancipação sem vir à rua empunhando armas e fazendo a sua revolução”⁴⁷⁰.

É curioso notar que o carácter insurreccional da ideologia anarquista, nomeadamente na obra de Bakunine que “advogava o facto revolucionário violento” é propagandeado pelos maximalistas com o intuito de o adaptar à fórmula bolchevique. Argumentavam que o ideólogo do anarquismo-comunista ao proclamar que na “organização da Comuna deva adoptar-se a federação das barricadas em permanência (...) até ao completo esmagamento das forças reaccionárias, até à definitiva pandestruição de toda a engrenagem capitalista e estatal” não defendia outra coisa senão “uma ditadura revolucionária”⁴⁷¹.

⁴⁶⁸ “Declaração de Princípios”, in *Bandeira Vermelha*, 12 de Outubro de 1919, p1

⁴⁶⁹ Juliano Ribeiro, “Os anarquistas e a Revolução Russa”, in *A Bandeira Vermelha*, 14 de Dezembro de 1919, p4

⁴⁷⁰ J.D. Simões, “A Ditadura Proletária”, in *Bandeira Vermelha*, 12 de Outubro de 1919, p4

⁴⁷¹ “Bakunine e a Revolução Social”, in *Bandeira Vermelha*, 30 de Abril de 1920, p1

A recorrência às grandes figuras da escola libertária será muito frequente. Os mestres anarquistas serão praticamente tão citados como Lenine. De início, *A Bandeira Vermelha* garante que Kropotkine, “o grande sábio e anarquista sem admitir inteiramente a tática de Lénine e Trostky, não oculta de modo nenhum que lhe aprova as directrizes.”⁴⁷²

Publica também uma carta de Eric Musham onde este defende a III Internacional, e procura convencer todos os anarquistas a ceder no que diz respeito à ditadura do proletariado, uma vez que a “*solução genial*” de Lénine – os soviets – tinha posto fim ao desacordo entre a organização centralizada e a federalista, e que também Lenine apregoava o “aniquilamento do Estado sob todas as formas”. Este anarquista considerava que através das teses leninistas era possível unir socialistas e anarquistas sem que nenhum “abdicasse das suas convicções.”⁴⁷³

No fundo, os maximalistas procuravam provar que o processo revolucionário russo caminhava para uma sociedade anarquista. E que segundo “notícias” fiáveis que chegavam “da Rússia” se confirmava o “notável incremento que o comunismo libertário” estava tomando “nas populações daquele país”, que a revolução bolchevista “destruindo o Estado capitalista, abolindo os perniciosos ensinamentos da escola burguesa e dando a liberdade completa, favorec(ia) (...) a instrução das instituições livres.”

Como resposta aos que afirmavam que o bolchevismo pervertia os princípios libertários, defendiam que, muito pelo contrário, este regime “fomenta-os e abre caminho às instituições comunistas que sem a aniquilação violenta do existente não podiam ter uma eclosão tão rápida.”

Poderá concluir-se pelos textos analisados que a Federação Maximalista, composta por militantes de formação ideológica anarquista e sindicalista, ao divulgar as ideias dos dirigentes bolcheviques e a tática por estes utilizada considerava estar a estreitar caminho para a sociedade que sempre almejava, sendo na sua opinião a ditadura do proletariado apenas uma forma de “chegar depressa ao comunismo anarquista.”⁴⁷⁴

Álvaro Santos Curado, carpinteiro sindicado, afirmava então: “Como apaixonado do sublime ideal anarquista estou de alma e coração com a Federação Maximalista Portuguesa”. A seu ver, imediatamente “depois do acto primeiro revolucionário”, a sociedade anarquista-comunista não tinha “probabilidades de êxito” enquanto que a ditadura do proletariado, preferível à ditadura burguesa, houvera provado ser capaz de manter os revolucionários no poder.

⁴⁷² “Kropotkine e o Bolchevismo” in *Bandeira Vermelha*, 26 de Outubro de 1919, p4

⁴⁷³ Eric Musham, “Palavras de um Anarquista”, in *Bandeira Vermelha*, 22 de Agosto de 1920, p1

⁴⁷⁴ “Os Frutos do Bolchevismo” in *Bandeira Vermelha*, 1 de Fevereiro de 1920, p2

Esta é exactamente a convicção que distinguiu os anarquistas e sindicalistas revolucionários que ingressaram na Federação Maximalista e depois no PCP: a convicção de que, impondo o poder proletário, “com mais facilidades atingiriam o fim que almejavam, ou seja o máximo de liberdades para todos os indivíduos.”⁴⁷⁵

4.3 A FALÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

A derrota da acção: a agonia do movimento reivindicativo

No final de 1919, com a fundação da CGT, os seus dirigentes acreditavam que “uma nova era começa para o proletariado português. A confederação conseguiria (...) congrega dispersas energias em grandes núcleos de resistência capazes de afrontar a coligação patronal que reage desesperadamente nos paroxismos da agonia.”⁴⁷⁶

Porém, no ano de 1920, as condições de um fluxo grevista eram claramente distintas, uma vez que o operariado organizado tinha de enfrentar um patronato consciente de que a sua união era indispensável para a derrota do Sindicalismo Revolucionário, cuja a tática consistia em fazer ceder um ou vários patrões, favorecendo um «efeito dominó». A partir desta data, a Confederação Patronal já não permitia a desistência de nenhum dos seus membros, está bem longe da agonia.

O patronato tomara consciência de como a sua união desarmava o Sindicalismo Revolucionário. Assim, a partir desta data os industriais organizam-se em federações ao mesmo tempo que, ao contrário dos operários, tutelados pelo anarco-sindicalismo, darão uma maior atenção à esfera política, fazendo cair ministérios republicanos e promovendo os seus próprios representantes.⁴⁷⁷

O ano começa com um novo ciclo de reivindicações salariais. Destaca-se neste período a greve que paralisou a cidade do Porto durante dez dias. Os percussores da agitação foram os operários da moagem e da panificação, os funcionários do município e dos telégrafos, alastrando-se aos empregados municipais de Lisboa, estivadores, marinheiros, operários do calçado e têxteis. Quando a CGT apela para a greve geral, os comités operários entram em confronto com a GNR. Os activistas ocupam as manufacturas de tabacos, bloqueiam o trânsito dos eléctricos e tentam impedir a entrada e saída de mantimentos na cidade. O movimento expande-se no Norte a outros centros operários.

No dia 21 de Janeiro, é decretado o estado de sítio, sendo encerradas as sedes sindicais e presos cerca de 150 militantes. Durante as confrontações, são feridos e mortos inúmeros

⁴⁷⁵ Álvaro Santos Curado, “Bolchevismo e Anarquismo”, in *Bandeira Vermelha*, 1 de Março de 1920, p2

⁴⁷⁶ “Lançam-se as bases da Confederação Geral do Trabalho” in *A Batalha*, 16 de Setembro de 1919, p1

⁴⁷⁷ Ana Paula Soares Pires e Fernando Rosas (orient.), *A indústria de moagem de cereais [Texto policopiado] : sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, p119

trabalhadores, assistindo-se ao momento mais preocupante para a ordem estabelecida quando um destacamento da GNR opta por defender as posições contestárias. Nesta luta os grevistas conquistam o aumento salarial mas são obrigados a renunciar às oito horas de trabalho diário em troca da libertação dos militantes presos.

Paralelamente, na zona da grande Lisboa, entram sucessivamente em greve o pessoal dos eléctricos, os empregados municipais, os corticeiros, os metalúrgicos, os carpinteiros navais, os tipógrafos, os trabalhadores das fábricas conserveiras, os manufactores de calçado, os tanoeiros, e finalmente, os funcionários públicos, que provocarão a queda do governo.

Todavia, Sérgio Príncipe, em Assembleia da Confederação Patronal, apela para “acções enérgicas, uma vez que os meios de acção pacífica se tinham esgotado”. Tinha sido “para isso criada a Confederação Patronal, onde se albergam as legiões de exploradores do povo, que constituem as associações comerciais, ali filiadas, cujos objectivos visam enfrentar a acção operária.”; “opondo sérios obstáculos ao conseguimento dos objectivos morais e económicos dos trabalhadores.”⁴⁷⁸

Após a tentativa fracassada de Álvaro de Castro e António Maria da Silva de tentarem formar governo, é um coronel - António Maria Baptista - que irá satisfazer os desejos do patronato, com o programa «ordem pública, ordem pública e ordem pública».⁴⁷⁹

Em meados do ano, muitos destacados dirigentes estão presos nas prisões da relação do Porto e no Limoeiro. Em Évora e Beja os direitos de associação estão suspensos. “*A Batalha* e *O Combate* são impedidos de circular e *A Comuna* é perseguida nas ruas de Lisboa.”⁴⁸⁰ Os comícios públicos não se realizam “devido à crise política que se atravessa, visto que nenhuma autoridade os consente.” “Pertencer-se a uma comissão de melhoramentos ou aos próprios corpos gerentes de uma classe, constitui um crime punível pelos dirigentes militares e reaccionários, com a transferência ou com outros castigos.”⁴⁸¹

Os corticeiros, que durante a transformação do regime faziam tremer monárquicos e republicanos, depois de dois meses paralisados, desistem finalmente de salvar os seus postos de trabalho, abandonam o ofício e Silves.⁴⁸²

A CGT procurará revigorar a sua influência na sociedade portuguesa, promovendo a agitação em torno da «questão das subsistências», ao mesmo tempo que os movimentos

⁴⁷⁸ Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p4-5

⁴⁷⁹ Fernando Medeiros, Op. Cit., p221

⁴⁸⁰ “Reacção Capitalista” in *A Comuna*, 30 de Maio de 1920, p4

⁴⁸¹ Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p6-16

⁴⁸² Fernando Medeiros, Op. Cit., p223

corporativos pretendem assumir um carácter de interesse público, como é o caso da *Campanha da Mina de Santa Suzana*, levada a cabo pelos ferroviários do Sul e Sueste, com o objectivo de levar a companhia a aproveitar aquele recurso mineral em detrimento da redução do tráfego e do aumento das tarifas.⁴⁸³

É durante esta luta que António Granjo, presidente do ministério, afirma, numa conferência realizada no Barreiro com a comissão de melhoramentos da classe ferroviária⁴⁸⁴, que pensa aproveitar “a força da classe operária para (...) meter na ordem a moagem”, resistindo ao restabelecimento dos dois tipos de pão.⁴⁸⁵

Contudo, ao procurar provocar um conflito generalizado, ocupando militarmente as estações, toma consciência que a “força da classe operária” já não é o que era. “Apesar de todo o auxilio moral e material prestado pelos organismos aderentes da CGT aos ferroviários do Estado, ele foi insuficiente para se conseguir o triunfo das reclamações ferroviárias, chegando-se ao ponto culminante de se tornar impossível a declaração duma greve geral de solidariedade”⁴⁸⁶

O movimento nacional de solidariedade para com os ferroviários e outras classes dos transportes igualmente em luta, ainda é tentado, sendo contactada toda a estrutura organizativa nesse sentido. Porém, “o Conselho Confederal não podia decidir a greve geral sem ter a esperança de que o movimento se produziria sequer em Lisboa” Os dirigentes da CGT são acusados de cobardia e reformismo, devido a esta resolução, vendo-se obrigados a publicar um “Relatório da Confederação Geral do Trabalho sobre a Greve dos Ferroviários do Estado.”

Neste, no entanto, está já patente o falhanço da opção organizativa anarco-sindicalista, e a decepção dos seus aderentes, que esperavam desde 1919 que esta “com poderes sobrenaturais para tudo resolver e milagrosamente tudo conseguir” fizesse a “revolução social”. Nas palavras do Conselho Confederal, para muitos militantes a CGT deveria ser “um organismo centralizador da acção sindical”, enquanto que para os seus dirigentes “este

⁴⁸³ Uma situação intolerável: ao público.” in *O Sul e Sueste*, 20ito de Setembro de 1920, p1

⁴⁸⁴ A classe ferroviária contava com 12.000 efectivos mas era tradicionalmente reformista. Havendo participado no congresso de 1919, após o rescaldo da greve do verão daquele ano, nunca concretizou a sua adesão à CGT. Os seus dirigentes admitem “os defeitos e os erros até hoje reconhecidos, de que tem enfermado a organização sindical de uma das classes trabalhadoras, que maiores e mais elementos de defesa possui, além de ser uma das de maior vitalidade industrial, tendo nas suas mãos as vias económicas donde depende a vida comercial e agrícola do procrio país.” (Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p3)

⁴⁸⁵ Gravissimas declarações do sr. Presidente do ministério dignas de seres apreciadas pela opinião pública.” in *O Sul e Sueste*, 20ito de Setembro de 20, p2

⁴⁸⁶ Associação de classe do Pessoal dos caminhos de Ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p4

espírito era a negação da autonomia, o amortecimento das energias, a estagnação da luta, o espírito de iniciativa e de acção substituídos pela vontade autocrática dum organismo”.⁴⁸⁷

Por outro lado, é claro que “a insensibilidade que se notou por parte da classe operária em face não só do movimento dos ferroviários (...) é criada em parte por ilusões que se teem criado e depois não se realizam (...) é por se emprestar, por um vício de ordem política, certos poderes a um determinado organismo (...) quando se deveria saber que esse organismo só pode actua de harmonia com as forças de que dispõe. É o que acontece deste momento com a CGT.”⁴⁸⁸

A greve dos ferroviários do Sul e Sueste e Minho e Douro, será exemplarmente esmagada pelo exército.⁴⁸⁹ Curiosamente, na mesma data em que “deliberam os ferroviários entregarse em massa...”⁴⁹⁰, em Setembro de 1920, é restabelecido o regime dos dois tipos de pão, pela cedência de António Granjo ao *lobby* da moagem.

A central ainda apela para que, “ante esta crueldade”, o proletariado abandone a “inércia que o avassalou nestes últimos tempos.” Os dirigentes operários têm esperança que “apesar de quebrantado pela fome, que os traficantes causam e os governos acobertam” o movimento tenha “energia para meter na ordem, na verdadeira ordem, todos aqueles que à custa do seu suor impam de gozo.”⁴⁹¹

Contudo, as explosões de violência que marcam os primeiros dias fogem ao controle da organização operária, e a tentativa da CGT liderar o movimento é exemplarmente reprimida pela proibição do comício de protesto de 11 de Setembro e através da censura d’*A Batalha* quatro dias depois.

Quando a *A Batalha* volta às bancas reflecte apenas o desânimo dos dirigentes perante “a passividade operária”, compreendendo que “a continuar do mesmo passo, as nossas ideias de emancipação serão uma ideia vaga que nunca se concretizará”.⁴⁹²

Perante o malogro da prática reivindicativa a organização operária chegava a um impasse, dando mostras de uma real desorientação. Apesar das grandes lutas estarem há muito ausentes das páginas d’*A Batalha*, quando em Janeiro de 1921, o congresso da Confederação Patronal espelha o perigo dos seus planos para combater a CGT – que

⁴⁸⁷ Conselho Geral, “Relatório da Confederação Geral do Trabalho sobre a Greve dos Ferro-Viarios do Estado.”, 7 de Dezembro de 1920, p11-12

⁴⁸⁸ Associação de classe do Pessoal dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p19

⁴⁸⁹ Gravíssimas declarações do sr. Presidente do ministério, dignas de seres apreciadas pela opinião pública.” In *O Sul e Sueste*, 28 de Setembro de 20, p2

⁴⁹⁰ Associação de classe do Pessoal dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, A greve de 30 de Setembro de 1921: a atitude e o procedimento da CGT, p18

⁴⁹¹ *A Batalha*, 8 de Setembro de 1920, p1

⁴⁹² J. G. Amorim, “Contra a Passividade Operaria” in *A Batalha*, 10 de Dezembro de 1920, p1

incluem a criação de milícias tipo Barcelona, a corrupção de militantes ou a espionagem – os dirigentes operários continuam a proclamar que “se for necessário partir para a confrontação talvez os operários estejam melhor preparados que os patrões.”⁴⁹³

Ao contrário do patronato, que se organizava na defesa dos seus interesses, o operariado desde as derrotas de 1920 que dava mostras de ter recuado ao estreito corporativismo.⁴⁹⁴ De facto, nas páginas d'*A Batalha* passa a ser predominante as críticas dos dirigentes às corporações operárias, transparecendo ainda que o modelo organizacional votado em Coimbra, que pressupunha a criação de federações de indústria e de sindicatos únicos, não se concretizou como se esperava.⁴⁹⁵

No decurso do refluxo do movimento grevista, a discordância ideológica entre os militantes da Central Sindical acentua-se. A resistência patronal criará, ainda, clivagens entre os operários especializados ou pertencentes a organismos públicos, com maior capacidade de pressão, e a restante maioria do operariado.

Do ponto de vista ideológico, estas grandes derrotas sofridas no pós-guerra frustraram as expectativas dos militantes mais radicais que viam nas condições criadas pelo conflito a hipótese real de transformar a sociedade pela generalização total do movimento reivindicativo, – ou seja o culminar da estratégia sindicalista-revolucionária concretizada na recusa peremptória das massas trabalhadoras em produzir para a burguesia. Determinaram a falência do Sindicalismo Revolucionário, cujo poder de atracção residia exactamente na propaganda eficaz da sua tática.

A tática anarco-sindicalista era bem diferente. Distanciava-se sobretudo pela perspectiva a longo prazo que inseria. Privilegiando a educação libertária da classe operária pela autonomia organizativa, os seus dirigentes recusavam à CGT o papel de vanguarda revolucionária em voga desde a revolução bolchevique – “A CGT não tem funções directoras. Não é um governo, nem um quartel de estado maior, pela simples razão que os organismos seus componentes não são regimentos disciplinados, para mover os quais basta um simples toque de buzina...”

O objectivo do anarco-sindicalismo não era a revolução imediata que, como veremos, nesta data até temiam, devido ao exemplo russo. Os anarquistas no movimento sindical desejavam “um organismo forte em número de componentes e em espírito

⁴⁹³ “Sobre o congresso da Confederação patronal” in *A Batalha*, 11, 12, 13 e 15 de Janeiro de 1921, p1

⁴⁹⁴ “Outros tempos classes havia que se afirmavam brilhantemente nos seus movimentos de reivindicação e solidariedade para com as restantes classes trabalhadoras, e que hoje, em movimentos perfeitamente iguais, a sua conduta é, por vezes, digna, não de aplauso mas de censura, havendo classes que de momento se lhes solicita o seu auxílio, evocando o principio de solidariedade, e esse auxílio é negado ou sistematicamente protelado.” (Serafim dos Anjos, “Conferencia inter-sindical da USO do Porto” in *A Batalha*, 30 de Janeiro de 1921, p1)

⁴⁹⁵ “A Conferencia Inter-Sindical do Porto”, in *A Batalha*, 2,3, 4 e 6 de Janeiro de 1921, p1

revolucionário”⁴⁹⁶. O objectivo era criar as condições necessárias à sonhada sociedade comunista-anárquica que exigia a consciência libertária da maioria da população.

O embaraço da *Idéa*: a questão do poder

É exactamente ao longo deste mesmo período que a discussão teórica tomará um tom mais agressivo. Nas páginas d’ *A Bandeira Vermelha* reflectir-se-á o azedar das relações entre anarquistas e maximalistas, mesmo antes d’ *A Batalha* tomar uma posição. Em meados do ano de 1920, os maximalistas encontram-se já “enojados da leviandade com que em algumas publicações portuguesas libertárias se escreve sobre bolchevismo (...)”⁴⁹⁷.

Manuel Simões Carril, perante a insistência de seus camaradas em não aceitar a ditadura do proletariado justificando que, caso contrário, abdicaria dos seus princípios anarquistas, interrogava-os: Mas oh puritado, se vós sois realmente anarquistas não vêdes que estais fazendo o jogo da burguesia ao combaterdes a ditadura do proletariado?”⁴⁹⁸

Todavia, a tentativa de identificar o bolchevismo com os postulados maioritariamente aceites na CGT permanece predominante nas páginas da gazeta. Manuel Ribeiro procurava explicar que o bolchevismo saíra “já do âmbito restrito dum partido político para se tornar numa tendência social”, que, ao distinguir-se das ideologias de uma era já ultrapassada, era “mais alguma coisa que um sistema articulado comodamente defendido por bonzos, por pontífices hirtos.”

Recorrendo às palavras de um dos precursores do Sindicalismo Revolucionário francês, uma verdadeira “*autoridade moral e intelectual*” – Pelloutier - os maximalistas insistiam: “Entre o capitalismo e o socialismo tal como preconizam os russos não pode haver exitação possível, mesmo para um libertário”⁴⁹⁹.

Na Batalha, o *Debate de Opiniões* desenvolve-se intensamente entre Novembro de 1920 e Fevereiro de 1921, quando se discute essencialmente a necessidade ou não de recorrer à ditadura do proletariado para levar a cabo a Revolução Aqui, mais uma vez Emílio Costa defende intransigentemente os princípios libertários sendo, desta vez contrariado não por Manuel Ribeiro, que nesta altura já pouco participava no diário sindicalista, mas por Carlos Rates – o 3º interveniente no debate de 1913⁵⁰⁰.

Também Rates, ao procurar legitimar aos olhos dos seus camaradas um poder operário em ditadura, baseia a sua argumentação no facto de a tese francesa *Le Syndicalisme se suffit à lui-*

⁴⁹⁶ Conselho Geral, “Relatório da Confederação Geral do Trabalho sobre a Greve dos Ferro-Viarios do Estado.”, 7 de Dezembro de 1920, p11

⁴⁹⁷ *Bandeira Vermelha*, 29 de Agosto de 1920, p2

⁴⁹⁸ Manuel Simões Carril in *Bandeira Vermelha*, 14 de Março de 1920, p2

⁴⁹⁹ Manuel Ribeiro, “Porque somos Bolchevistas”, in *Bandeira Vermelha*, 8 de Agosto de 1920, p1

⁵⁰⁰ Ver capítulo: *Ideias divergentes*

même não querer dizer outra coisa senão que “no terminus da jornada revolucionária está naturalmente indicado o papel da organização operária, que é a superintendência técnica e administrativa do trabalho, assumindo os sindicatos e federações a gestão dos diferentes ramos industriais”.⁵⁰¹

O autor encontra na doutrina defendida pela própria central sindical a fundamentação para a defesa do poder socialista: “Negar à CGT o direito à direcção da vida social é negar o sindicalismo na sua finalidade, porque não tenham ilusões, este quer a conquista do poder”.⁵⁰² Rates sublinhava que é da organização operária o papel de vanguarda revolucionária, ao contrário de Manuel Ribeiro, que preferiu fundar uma organização alternativa.

Não pretendendo esperar pela perfeição moral de todos os trabalhadores, indispensável à consolidação do sistema político ansiado pela direcção da CGT, o autor propagandeia em alternativa um novo sistema económico - “que estabelece a seguinte fórmula (...): - De cada um segundo as suas forças; a cada um segundo as suas necessidades - que se exige igualmente uma formação excepcional da população, “é realizável numa boa parte”⁵⁰³.

Ao longo de dezoito artigos, Carlos Rates explica nos seus ínfimos pormenores que medidas deveria tomar o governo revolucionário, no qual “Os Sindicatos” funcionariam como “células vitais do novo regime social”.⁵⁰⁴ Aborda questões que considera fundamental esclarecer-se e debater-se no interior da CGT “como a socialização dos meios de produção, a gestão sindical das indústrias e a anulação do liberalismo comercial”, defendendo “que não podem deixar de ser feitas em ditadura, pois constituem a razão de ser do nosso sistema social.”⁵⁰⁵

Apesar de defender a ditadura do proletariado, Carlos Rates tem o cuidado de demarcar-se das posições de Lenine, sublinhando em que pontos se distingue a sua proposta e se aproxima do Sindicalismo Revolucionário: “Lenine é pelo centralismo, eu sou pela descentralização”; “Eu defendo como Lenine a necessidade da ditadura, mas a ditadura que eu defendo é inofensivamente uma ditadura do proletariado porque é exercida directa e exclusivamente pelos seus organismos - os sindicatos e suas federações.”⁵⁰⁶

⁵⁰¹ Carlos Rates, “O Sindicalismo Constitue um Novo Corpo de Doutrina Social” in *A Batalha*, 7 de Dezembro de 1920, p1

⁵⁰² Carlos Rates, “O Sindicalismo e as suas Tendências Políticas Comunistas, in *A Batalha*, 14 de Dezembro de 1920, p1

⁵⁰³ Carlos Rates, “O Comunismo e as suas Possibilidades de Realização, in *A Batalha*, 17 de Dezembro de 1920, p1

⁵⁰⁴ Carlos Rates, “Os Sindicatos, Células Vitais do Novo Regime Social, in *A Batalha*, 8 de Janeiro de 1921, p1

⁵⁰⁵ Carlos Rates, “A Confederação do Trabalho e a Direcção da Vida Social”, in *A Batalha*, 29 de Dezembro de 1920, p1

⁵⁰⁶ Carlos Rates, “Os Sindicatos, Células Vitais do Novo Regime Social, in *A Batalha*, 8 de Janeiro de 1921, p1

Tal como entre 1913 e 1914, procura igualmente demonstrar a necessidade de se estabelecer uma “frente única dos socialistas” num artigo do máximo interesse onde sistematiza “as convergências socialistas para o mesmo fim”, sublinhando os objectivos comuns entre colectivistas, comunistas anarquistas e sindicalistas, como a socialização da propriedade a descentralização dos serviços públicos ou o federalismo dos corpos administrativos, mostrando que a única “barreira a transpor” é de facto a comparticipação do poder.

Ciente que, na opinião de anarquistas e anarco-sindicalistas, “ quem está no poder não é por nós é contra nós”, Rates sublinha que se existe uma real “oposição entre o poder político modelado na actual organização económica e o operariado organizado como classe”, é bem verdade igualmente que o operariado ao conquistá-lo irá “transformá-lo de harmonia com as suas fórmulas económicas”.⁵⁰⁷

As propostas de Carlos Rates irão despertar a atenção e a critica de outros militantes destacando-se, como já foi referido, os textos do conhecido acrata Emílio Costa. Este começa por comentar a obra de Rates – *A Ditadura do Proletariado*.

Emílio Costa não acredita no carácter provisório de uma ditadura, qualquer que seja. Segundo este, “a questão é os homens, cheios de boas intenções, tomarem o gosto ao poder: Prolonga-se o provisório enquanto os outros consentirem.”⁵⁰⁸ Na opinião do autor é a educação das massas a única forma de realizar a revolução proletária. Citando Kropotkine, Emílio Costa esclarece a sua posição: “A burguesia sabe o que quer e sabe o que é preciso para que o seu ideal de sociedade se mantenha; e enquanto o trabalhador não souber, também, o que lhe é preciso, e como consegui-lo, terá de ficar escravo daquele que sabe.”⁵⁰⁹

Emílio Costa socorre-se ainda do testemunho do teórico do anarco-sindicalismo para demonstrar que os resultados da ditadura do proletariado não são os esperados ou divulgados por Carlos Rates. Citando Malatesta, o autor explica que embora essa expressão tão cara aos defensores da causa soviética possa apenas significar “o acto revolucionário dos trabalhadores que tomam posse da terra e dos instrumentos de trabalho e procuram constituir uma sociedade (...) em que não haja lugar para uma classe que explore e oprime os produtores”, que embora se possa compreender a ditadura do proletariado como “o poder efectivo dos trabalhadores ocupados a lançar por terra a sociedade capitalista; e

⁵⁰⁷ Carlos Rates, “A Frente Única dos Socialistas é Possível Estabelecer-se sem Prejuízo das Correntes Representadas”, in *A Batalha*, 21 de Dezembro de 1920, p1

⁵⁰⁸ Emílio Costa, “A Revolução sem Ditadura. Como sai a Liberdade da Ditadura?”, in *A Batalha*, 1 de Janeiro de 1921, p1

⁵⁰⁹ Emílio Costa, “A Revolução sem Ditadura, Estamos bem Preparados”, in *A Batalha*, 10 de Fevereiro de 1921, p2

tornar-se-ia na anarquia logo que cessasse a resistência reaccionária (...)", o que é facto é que na Rússia "trata-se de uma ditadura propriamente dita, com os seus decretos, as suas sanções penais, os seus agentes executivos e sobretudo a sua força armada...".⁵¹⁰

No último artigo, Emílio Costa conclui que não estão reunidas as condições para a revolução em Portugal – a consciência total dos revolucionários sobre o que terão de fazer no momento seguinte ao triunfo, a compreensão da obra revolucionária por parte da população e o poder económico suficiente para a execução da mesma. Na sua opinião, apenas os novos "ainda julgam que as coisas se fazem de repente". Mais uma vez citando um conhecido acrata, o autor faz suas as palavras de Elisée Reclus: "Na pressa de uma revolução imediata expomo-nos, por um efeito de reacção, a desesperar (...), quando verificamos a força dos preconceitos abundar e acção das ruínas paixões."⁵¹¹

A opção da *Idéa*: o anarco-sindicalismo

Como vimos, Emílio Costa afastara-se dos anarco-sindicalistas quando apoiou a guerra, e se continuou como articulista no órgão da central sindical, não veiculava as ideias dos restantes libertários activistas no movimento operário. Se o intelectual preferia esperar pelas condições ideais à revolução, os dirigentes operários anarquistas sabiam que a esperança russa era essencial para manter uma organização debilitada pelo refluxo da acção.

A Revolução Russa continua a ser tema central no diário, onde a redacção d' *A Batalha* ataca violentamente o bloqueio da burguesia mundial à revolução, considerando este um acto suicida uma vez que multiplica a solidariedade operária à causa russa⁵¹². Acreditando que "os russos são invencíveis porque encarnam o espírito da revolta", "revolta do bem contra o mal, da razão contra a injustiça".⁵¹³

Durante o verão desse ano, porém, o diário sindical publicou inúmeras opiniões que contrariavam ou fundamentavam o testemunho de Kropotkine⁵¹⁴, destacando-se os artigos de G. M. Serrati⁵¹⁵, Anatole France⁵¹⁶, Salvadore Séguí⁵¹⁷ e os comunicados de Frossard e

⁵¹⁰ Emílio Costa, "A Revolução sem Ditadura, Para Evitar Confusões", in *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1921, p10

⁵¹¹ Emílio Costa, "A Revolução sem Ditadura, A Ilusão da Gente Nova", in *A Batalha*, 8 de Fevereiro de 1921, p1

⁵¹² "A Vertigem da Queda", in *A Batalha*, 16 de Agosto de 1920, p1

⁵¹³ "O Avanço Russo", in *A Batalha*, 17 de Agosto de 1920, p1

⁵¹⁴ A 26 de Julho de 1920, *A Batalha* publica uma carta de Kropotkine aos operários da Grã-Bretanha, introduzindo-a com a afirmação peremptória: "O facto da república dos soviets nos ser bastante simpática e representar para nós um enorme passo para adiante não nos restringe a faculdade de crítica". Kropotkine defendia que o "comunismo estatista, estritamente centralizado, com um governo de ferro que realiza a ditadura dum partido" fracassara. Na sua opinião "a imensa obra construtiva exigida por uma revolução social (...) exige o saber, o cérebro e a colaboração voluntária de toda uma massa de forças locais e especializadas". ("A Opinião de Kropotkine Acerca da Rússia Vermelha" in *A Batalha*, 26 de Julho de 1920, p1)

⁵¹⁵ Serrati procurava demonstrar que "a obra prática é necessariamente mais lenta e mais difícil do que a teórica". Confirmava alguns "males inevitáveis e os erros consequentes" mas justifica-os alegando "o imenso

Cachin⁵¹⁸. O debate instala-se novamente no seio d' *A Batalha* pela pena de militantes estrangeiros enquanto que os editoriais do diário continuavam desmentindo as calúnias proferidas pela «imprensa burguesa», defendendo a Revolução Russa e acreditando que estava dado o sinal de partida para a revolução mundial.

Todavia, se os anarco-sindicalistas não tomam uma posição através do órgão da Confederação que dirigem, irão reforçar a sua propaganda marginal, transformando *A Aurora* num jornal diário – *A Comuna* – ao mesmo tempo que exercem a sua influência nas juventudes e nas uniões locais.⁵¹⁹

A Comuna nasce da necessidade de “lançar as bases de organização da sociedade futura. E essa obra de reconstrução e organização só aos anarquistas e sindicalistas pertence”. *A Comuna* “demonstrará que só as realizações comunistas anarquistas são a consequência lógica da forma de organização do proletariado”, “extremará campos, definirá atitude, desmascarará todos os manejos políticos, venham de onde vierem.”⁵²⁰

Muito antes da CGT tomar uma posição oficial, o libelo do seu secretário-geral⁵²¹ publica a carta de Malatesta, que define o caminho dos anarco-sindicalistas, ao distanciar-se da

e prodigioso salto”, que a construção de um estado comunista representa, realçando os aspectos positivos dessa transformação.

Deve ser levada em conta a pequena nota de rodapé que inseria o artigo sublinhando o facto de Serrati não passar de um socialista reformista e autoritário, razão pela qual era insuspeito e capaz de confirmar o testemunho de Roberto Minor, anarquista norte-americano que ao visitar a Rússia não tinha encontrado nem “o inferno descrito pela imprensa burguesa de todo o mundo” nem “o paraíso idealizado pelos socialistas dos outros países.” (G.M. Serrati “Sobre a Rússia Vermelha, Primeiras Impressões Moscovitas” in *A Batalha*, 2 de Agosto de 1920, p1)

⁵¹⁶ Anatole France apela também para que o proletariado de todos os países combata a reacção dos seus governos contra a Revolução Russa. (Anatole France “Pela Rússia Vermelha”, in *A Batalha*, 2 de Setembro de 1920, p1)

⁵¹⁷ Ségui defende as linhas de orientação que guiarão as centrais sindicais portuguesa e espanhola no referente à Revolução Russa. Nos seus artigos “A Organização Sindical em face do Partido Socialista, em face da Revolução Russa” e “A Caminho do Comunismo” esclarece que não obstante os sindicalistas serem comunistas, o seu “comunismo distingue-se um tanto daquele que os camaradas russos sustentam. Eles seguem Marx; nós, hoje como antes da revolução continuamos pensando que a razão está do lado de Bakunine.” (Salvador Seguí, *A Caminho do Comunismo*, in *A Batalha*, 1 de Novembro de 1920, p1) Defende ainda que “O Sindicato vai a caminho do comunismo”, que “A sociedade comunista será entregue à humanidade pelo sindicato”, que “A supressão do salário pelo sindicato dará como resultado, automaticamente, o advento da era comunista”, enfim que o sindicalismo se basta a si próprio. (Salvador Seguí, “A Organização Sindical em face do Partido Socialista, em face da Revolução Russa”, in *A Batalha*, 29 de Setembro de 1920, p1)

⁵¹⁸ Os socialistas franceses, Frossard e Cachin, reconhecem a existência de uma forte disciplina dentro do Partido Comunista Russo, mas defendem que “sem esta disciplina a Revolução dissolver-se-ia em breve”. Defendem ainda a participação dos sindicatos na consolidação do poder revolucionário como a própria concretização da doutrina de Proudhon: “A oficina tomará o lugar do governo”. (“Impressões da Rússia, O que Frossard e Cachin dizem à cerca da república dos Sovietes” in *A Batalha*, 19 de Agosto de 1920, p1)

⁵¹⁹ *A Aurora Social*, órgão da USO de Évora, por exemplo, preconiza lutar “sem descanso até que brilhe o formoso Sol da Anarquia” (“O 1º de Maio” in *Aurora Social*, Maio de 1920, p3)

⁵²⁰ “Um Diário Comunista” in *Aurora Social*, Maio de 1920, p4-5

⁵²¹ Manuel Joaquim de Sousa é director de *A Comuna*.

propaganda contra-revolucionária mas também dos postulados leninistas, nomeadamente no que respeita à necessidade da ditadura do proletariado.⁵²²

Paralelamente, os anarco-sindicalistas portuenses continuam a exercer a sua influência junto das juventudes sindicalistas. Em Maio de 1920, o velho anarquista Serafim Cardoso Lucena aconselha as juventudes, em conferência realizada na sede da União dos Sindicatos Operários, a fazer propaganda “abertamente comunista libertária.”⁵²³

Esta propaganda tinha por objectivo a consciencialização do operariado, sem a qual a transformação social era, segundo estes, impossível. Esta educação era necessária pelo facto dos trabalhadores portugueses não estarem minimamente preparados para a sociedade comunista-anárquica.⁵²⁴

No fundo, o anarco-sindicalismo, vendo nos sindicatos um meio privilegiado de difundir as ideias libertárias, não considera as associações de classe capacitadas para gerir a sociedade futura. Esta é, sem dúvida, a grande diferença face aos antigos sindicalistas revolucionários, que foram impulsionados, desde 1908 pela esperança da transformação social, que vislumbravam possível através da organização sindical. É obvio que para os novos dirigentes da CGT, «o Sindicalismo não se basta a si próprio». O anarco-sindicalismo tem como condição *sine qua non* a adesão prévia dos trabalhadores à acracia.

Segundo *A Comuna*, “a Revolução de 1848 é uma prova de que a insuficiente preparação dos trabalhadores para assegurar a organização da produção conduz rapidamente à derrota” e a Comuna de 1871, “não teria passado dum República Radical”⁵²⁵ caso triunfasse. A revolução russa também não satisfazia os anarco-sindicalistas. Conscientes de que a grande maioria dos trabalhadores se conserva “rebelde às suas teorias”, em plena crise revolucionária, os anarquistas não desejam a revolução.

Todavia, considerando o entusiasmo das massas trabalhadoras com a possibilidade de uma revolução social, vão adiando manifestar a sua opinião. Só com a constituição da Internacional Comunista e das suas 21 Condições é que a redacção d’ *A Batalha* toma finalmente uma posição definitiva. Numa série de editoriais sob o título *O Caminho a Seguir*, reafirma o repúdio anarco-sindicalista por toda e qualquer espécie de ditadura, exercida pela “*burguesia ou proletariado*”⁵²⁶.

Nestes textos, o órgão central da CGT toma finalmente partido no conflito ideológico que se desenvolvia no seio do movimento operário. Manuel Joaquim de Sousa defende que o

⁵²² “Uma carta de Malatesta” in *A Comuna*, 30 de Maio de 1920, p4.

⁵²³ “A mocidade e o sindicalismo” in *A Comuna*, 1 seis de Maio de 20, p4

⁵²⁴ “Blanquismo e anarquismo” in *A Comuna*, 30 de Maio de 1920, p1

⁵²⁵ “Blanquismo e anarquismo” in *A Comuna*, 30 de Maio de 1920, p1

⁵²⁶ Gil Gonçalves, “ O Caminho a Seguir Deve Ser a Preparação dos Elementos com que Há de fazer-se a Revolução”, in *A Batalha*, 22 de Dezembro de 1920, p2.

caminho a seguir é capacitar as massas e os organismos revolucionários de classe, através da educação das massas⁵²⁷ – a consciencialização libertária.

É de referir que em finais de 1920, *A Batalha* publicara a obra de Neno Vasco, *Concepção anarquista do Sindicalismo*, que definira já, com uma clareza invulgar os postulados teóricos deste novo caminho a seguir⁵²⁸. Este autor fora acérrimo defensor do Sindicalismo Revolucionário e, como vimos, durante a guerra, havia sido dos poucos intelectuais anarquistas que não houvera cedido ao intervencionismo, apoiando a corrente anarco-sindicalista que se fortalecia no Porto e no seio das juventudes.

Na data, chegou mesmo a ser acusado por Eduardo Gilimón, em *La Protesta* de Buenos Aires, de defender “a neutralidade absoluta e passiva dos anarquistas nos sindicatos, por apelar à união de todos os operários – ou ao menos daqueles que estão dispostos a lutar contra o patrão – no terreno da luta de classes e a liberdade para todos, dentro do sindicato.”⁵²⁹

Contudo, Neno Vasco, principal teórico do anarco-sindicalismo em Portugal, com a aprendizagem da Guerra e da Revolução Russa, reformulara a sua opinião. Em 1920 defende que aos anarquistas na organização sindical compete exercer “toda a sua actividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido afim de pesar com todo o seu peso e obter em todas as soluções o máximo de anarquismo.”

A crença no automatismo sindical, é criticada pelo autor, uma vez que conduz os seus dirigentes a descurar da propaganda revolucionária, favorecendo o funcionalismo e a burocratização. A exclusividade da acção também é posta em causa, tendo em consideração, que uma vez derrotados estes dirigentes, e principalmente os restantes militantes, divergirão facilmente, sendo vencidos pelo desânimo ou procurando novas tácticas. Esta afirmação não pode ser desligada do refluxo reivindicativo que Neno Vasco vivenciava enquanto escrevia esta obra.

Da mesma forma, os argumentos que usa para ilustrar os perigos do corporativismo, não são estranhos às lutas concretas supradescritas – “Assim vemos organizações operárias encerrarem-se num isolamento corporativo, recusando obstinadamente federar-se com as demais [o que acontecia de facto com o sindicato dos ferroviários]; rejeitarem orgulhosamente nas suas greves a solidariedade das outras [em 1919 os ferroviários só recorreram à UON, depois de orgulhosamente sós, terem levado a cabo dois meses de

⁵²⁷ Manuel Joaquim de Sousa, “A Questão de Momento”, in *A Batalha*, 1 de Dezembro de 1920, p1

⁵²⁸ Esta obra tem sido traduzida e editada em vários países, constituindo um marco incontornável da história libertária. Ainda hoje é possível encontrar citações da mesma em numerosos órgãos de propaganda anarquista, por todo o mundo.

⁵²⁹ “O anarquismo nos sindicatos” in *A Aurora*, 20 de Junho de 1915, p1

greve e negociações com o Estado] ou negarem-lhes a sua quando necessária [a razão enunciada por muitas classes para não aderir à greve geral de solidariedade com os ferroviários, em 1920, foi exactamente o habitual egoísmo desta classe]”.⁵³⁰

Para colmatar as insuficiências do Sindicalismo Revolucionário, Neno Vasco explana largamente os fundamentos teóricos do anarco-sindicalismo, nos quais é possível compreender claras diferenças face à doutrina deposta, quer no método quer na organização da sociedade futura. Por exemplo os anarco-sindicalistas apenas aceitam lutar por «reformas de economia operária», como sejam os aumentos salariais ou a diminuição do horário de trabalho, rejeitando peremptoriamente as «reformas de economia burguesa», como sejam o fomento ou o proteccionismo industriais.

Como vimos, os sindicalistas lançaram-se em greves que exigiam medidas económicas, como foi o caso dos corticeiros em 1910, bem como o maior movimento que a UON organizou, a greve geral de 1918, na qual exigia, entre outras medidas, a revisão do sistema pautal, segundo a indicação das corporações operárias.

Por outro lado, os sindicalistas programavam no futuro a organização da sociedade em função das necessidades da produção e os anarco-sindicalistas baseiam a organização social nas dos consumidores. Enquanto que as associações de classe, federações e confederação são suficientes do ponto de vista sindicalista para a gestão social, para os anarco-sindicalistas os designados *conselhos técnicos* são indispensáveis.

Por outro lado, Neno Vasco afirmava que sentia “uma certa inquietação” ao pensar numa possível intervenção dos “grupos anarquistas” no período revolucionário, considerando-os “mais rebeldes do que anarquistas, operando num meio menos consciente, em parte expectante, senão desconfiado ou hostil perante os embaraços da revolução.”⁵³¹

Se estava definido o papel dos anarquistas nos sindicatos, também estava esclarecido o papel dos sindicatos na anarquia. Os anarco-sindicalistas apartavam-se do automatismo sindical, mas também das restantes tendências anarquistas, nomeadamente a harmonista liderada por Pedro Kropotkine⁵³², abrindo caminho para a conceptualização do anarco-sindicalismo.

⁵³⁰ Neno Vasco, Conceção anarquista do sindicalismo, p56-57

⁵³¹ Neno Vasco, Conceção anarquista do sindicalismo, p133-134

⁵³² Anarquista Russo, exila-se na Suíça em 1872. Regressa à Rússia em 1874, é preso, mas evade-se em 1876, passado ao exílio. Chega a estar preso em França de 1882 a 1886. Regressa à Rússia em 1917, insurgindo-se contra o leninismo. Assume um anarquismo comunalista, mutualista e solidarista. Defende uma sociedade baseada na lei da solidariedade e da ajuda mútua, ou entajuda, porque o homem tem predisposição natural para ela. Adopta o comunalismo, defendendo a comuna como proprietária de todos os meios de produção. considera que a política deve ser norteada por ideias morais, por aquilo que qualifica como o progresso moral. Segundo Neno Vasco, caiu “no erro harmonista, tudo deixando à inspiração do momento, à virtude improvisada das revoluções, à espontânea harmonização das massas – os anarquistas, fiéis às ideias da

Neno Vasco deixou a sua obra incompleta, falecendo em 1920. Mas em 1922, David de Carvalho desenvolve a teoria d'*A Gestão Sindical no Período Revolucionário*, numa brochura publicada pela Federação das Juventudes Sindicalistas. Nesta obra, é a tecnocracia do anarco-sindicalismo que é novamente destacada, em franca oposição ao obreirismo sindicalista revolucionário, na organização social idealizada.⁵³³

Para os anarco-sindicalistas, “a direcção da produção está naturalmente indicada para os indivíduos de maior saber, como os engenheiros e os matemáticos (...). Como atrair porém, todas estas competências, dado o exclusivismo plebeu da tática sindicalista de hoje? Destruindo ou desprezando as formulas rígidas que o espírito de classe proporcionou, e que dá às organizações sindicalistas um âmbito estreito.”⁵³⁴

A falência da *Idéia*: a cisão do movimento

Em Dezembro de 1920, perante a orientação cada vez mais nitidamente anarco-sindicalismo da CGT, Carlos Rates lembra que Neno Vasco havia sido um dos principais propagandistas do Sindicalismo Revolucionário, para condenar “o facto dos anarquistas-comunistas (...) disporem da massa operaria a seu alvedrio.” Lembrando que “os sindicatos não podem fazer anarquismo ou colectivismo, pois para corrigir os defeitos das escolas exclusivistas é que o sindicalismo surgiu.”⁵³⁵

Todavia, o tempo em que o Sindicalismo Revolucionário poderia se elevar a nova doutrina social, aglutinando as antigas divergências, chegara ao fim. Em Fevereiro de 1921, o primeiro congresso das Juventudes Sindicalistas, preconiza “os meios sindicalistas revolucionários como meios de luta económica e de acção, a dentro da actual sociedade, educando-se e preparando-se para receber um novo regime social, que tendo por sistema político o anarquismo e como regime económico-social o comunismo anárquico.”⁵³⁶

As juventudes irão ser desfalcadas quando José de Sousa arrasta uma parte dos seus membros para o PCP. Apesar de muitos autores defenderem que estes constituíam a maioria da organização, o delegado da IC em 1923, Humbert Droz, no seu relatório irá

internacional bakuninista, sempre trabalharam, não só na criação de uma vontade revolucionária, de um desejo activo de mudança e na formação da consciência dos males a destruir e do fim a atingir, mas ainda na reunião de elementos orgânicos e de matérias de reconstrução, que não poderiam limitar-se às forças da minoria revolucionária de iniciativa e de combate”. (Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, p133-134)

⁵³³ “ Em vez duma aprendizagem falsa e conceituosa, adquirida na oficina ou na fabrica cujo ambiente é sempre pouco favorável, a capacidade profissional e técnica do produtor seria livre de todas as peias económicas e morais (...) Os concelhos técnicos devem ter uma estrutura de tal elasticidade que nele possam ter lugar todos os indivíduos mais ligados às questões a debater, e não apenas aqueles que são unicamente componentes da sua indústria. (...)”⁵³³ (Carvalho, David, *A Gestão Sindical no período revolucionário*, p16)

⁵³⁴ Carvalho, David, *A Gestão Sindical no período revolucionário*, p18

⁵³⁵ Carlos Rates, “O Sindicalismo constitui um novo corpo de doutrina social”, in *A Batalha*, 7 de Dezembro de 1920, p1

⁵³⁶ “O I Congresso das Juventudes Sindicalistas” in *A Batalha*, 2 de Fevereiro de 1921, p1

desmentir esta ideia.⁵³⁷ Contudo, a cisão das novas gerações era um facto e a prazo os comunistas iriam conquistar o movimento operário.

No mesmo mês, Manuel J. Sousa, colocando de parte a Internacional Comunista, “por ir contra o estabelecido em Coimbra de não estabelecer relações com partidos políticos”, desafia o proletariado a pensar entre a Internacional de Amesterdão, de influência socialista, e a conferência sindical revolucionária a realizar em Berlim, claramente de orientação anarco-sindicalista.⁵³⁸

Em Dezembro de 1920, *A Batalha* faz publicar dois artigos, da autoria de Augustin Hamon, sobre a criação da III Internacional, onde este critica violentamente a autoridade e a autocracia das 21 Condições de adesão, “que nenhum libertário ou sindicalista, ou federalista (poderia) aceitar”⁵³⁹. O centralismo democrático e a «disciplina de ferro» a que se deviam submeter os Partidos Comunistas são tidos como pontos de divergência incontornáveis com o anarco-sindicalismo.

A 17 de Julho de 1921, na famosa Nota Oficiosa que faz publicar *Em face dum novo Partido Político*, a CGT é clara ao declarar que “o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela dos senhores de hoje, não quiere criar novas cadeias onde os prendam, amanhã novos senhores”⁵⁴⁰. Como mais tarde refere a própria *A Batalha*, “a nota oficiosa da CGT a propósito do manifesto de apresentação do Partido Comunista Português, parece não ter agradado a certos elementos”. O conflito instala-se nas várias organizações, sendo expulsos dos seus cargos alguns militantes que ingressaram no PCP, havendo outros, contudo, que pela confiança que mereciam das suas células se mantiveram no meio sindical. Todavia, subsistiam ainda alguns elementos na CGT que se mantêm fiéis à independência do sindicalismo face a qualquer escola filosófica. Entre estes, destacava-se Perfeito de Carvalho, delegado da CGT ao congresso da ISV em Moscovo, que se mantinha em contacto e em harmonia com Alexandre Vieira, afastado, como vimos, pela debilidade da sua saúde.

Entre os dois artigos de Augustin Hamon, Carvalho publica a tradução das 21 Condições para apreciação directa do leitor. Todavia, se preliminarmente a discussão se desenvolve abertamente nas páginas d’ *A Batalha*, após a polémica causada pelo Manifesto de Apresentação do Partido Comunista Português e pela Nota Oficiosa da CGT que o ataca, o órgão da central passa a divulgar somente as posições maioritárias da sua organização.

⁵³⁷ Publicado por César Oliveira em O primeiro congresso do Partido Comunista Português.

⁵³⁸ Manuel Joaquim de Sousa, “Relações Internacionais” in *A Batalha*, 17 de Fevereiro de 1921, p1

⁵³⁹ Augustin Hamon, “A Internacional Comunista de Moscóvia e a sua Autocracia”, in *A Batalha*, 21 Dezembro de 1920, p1

⁵⁴⁰ Comité Confederal, “Em Face de um Novo Partido Político, Nota Oficiosa da Confederação Geral do Trabalho”, in *A Batalha*, 17 de Julho de 1921

Os defensores incondicionais da Revolução Russa, impedidos pelas autoridades de publicar *A Bandeira Vermelha* desde 12 Dezembro de 1920, apenas voltaram a divulgar as suas ideias em Abril de 1921 quando este semanário volta às bancas, nessa altura como veículo de propaganda do jovem partido.

A 17 de Abril de 1921, ressurgiu A Bandeira Vermelha, apoiando o PCP e a III Internacional. No primeiro número que publica após quatro meses de desaparecimento congratula-se por verificar que como vinha defendendo desde a sua formação, “a moderna táctica revolucionária que é obra dos acontecimentos e não dos homens, que é determinada pelos factos e não por idealismos teóricos objectiva-se nos chamados Partidos Comunistas, realizados uns e em vias de realização outros em todos os países do mundo.” Afirma categoricamente: “ao lado do nosso lema demolidor inscrevemos também este. Pelo PCP”.⁵⁴¹

Carlos Rates, que nunca houvera participado no semanário de Manuel Ribeiro, vem esclarecer que embora tivesse preferido ampliar a acção e directriz da organização sindical, uma vez que os militantes mais categorizados da CGT se expressaram “no sentido comunista libertário” e este considera impossível impor “essa directriz para a próxima revolução”, optou por acompanhar os militantes que resolveram fundar o PCP.⁵⁴²

No III Congresso Nacional Operário, em 1922, é reafirmada a hegemonia anarcosindicalista, quer pela aprovação da tese *Organização Social Sindicalista*, que reflecte o seu modelo ideológico da futura sociedade, quer pela resolução de filiar a CGT na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), constituída em Berlim.

A primeira é introduzida por uma reflexão sobre *O Ideal – A Idéa*. E apesar da designação da tese evocar a antiga *Idéa* que inspirava o movimento operário, é definida claramente “a concepção libertária.” Nesta, aliás, são ideologicamente combatidos os principais pressupostos do Sindicalismo Revolucionário, a própria luta de classes⁵⁴³, o obreirismo⁵⁴⁴, a organização futura da sociedade com base nas organizações de classe⁵⁴⁵, e até o seu carácter

⁵⁴¹ *A Bandeira Vermelha*, 17 de Abril de 1921, p1

⁵⁴² Carlos Rates, “O Partido Comunista, Causas da sua Constituição e seus Objectivos” in *A Bandeira Vermelha*, 17 de Abril de 1921, p2

⁵⁴³ “E como ninguém abdica desse presumido direito, e como toda a gente só pensa em si e se cega diante dos outros, daqui resulta a luta de interesses e de invejas, a luta de indivíduos, de famílias, de classes, de estados (...). A outra categoria de aspirações é a que ao ideal de bem-estar pessoal sobrepõe um ideal de bem-estar social, da espécie.” (*Organização Social Sindicalista*, p5)

⁵⁴⁴ “E por isso, o Sindicalismo, isto é, a agremiação dos indivíduos agrupados por especialidades técnicas, não é apanágio de qualquer classe. Ele revela-se como tendência, em todos os graus e especialidades profissionais.” (*Organização Social Sindicalista*, p65-66)

⁵⁴⁵ “É a comuna ou o município, a federação natural das comunas, as federações das federações determinadas pelos factores geográficos e étnicos, e constituindo o superorganismo Humanidade, – o regime, que por si próprio, eficientemente, pode, segundo a previsão sociológica baseada na indução, realizar o ideal da abolição de *toda a espécie* de autoridade, e duma sociedade cada vez mais intensivamente libertária” (*Organização Social Sindicalista*, p33-34)

apolítico⁵⁴⁶. E para “que a confusão desapareça” a tese distingue as duas doutrinas, sublinhando “o carácter profundamente científico” do anarquismo.

Opõe “o ideal social que nasce do desespero de quem vive uma existência cheia de sofrimento” às “convicções sociais derivadas do estudo aturado e cientista da sociologia”. Afirma que o anarquismo nasce “do raciocínio limpo, do estudo honesto, da observação sincera, auxiliada pelos conhecimentos que a ciência desinteresseira fornece aos estudiosos”, enquanto que o Sindicalismo Revolucionário nascera “mais de um sentimento do que de uma ideia, é mais uma solução estática do que científica”.

No fundo, os anarco-sindicalistas concluem que a doutrina que os «próprios trabalhadores» haviam concebido para a sua «emancipação», era essencialmente “negativista, destruidora e a parte reconstrutora tem por base a intuição”, ao passo que o ideal libertário “é uma ideia, uma convicção, uma resultante de induções, impondo-se ao cérebro como sendo a **Verdade**. (negrito no texto original)”⁵⁴⁷

No que respeita à filiação internacional, a comissão nomeada pelo conselho confederal, em Novembro de 1921, para realizar uma tese sobre as “Relações internacionais”, na qual participava Perfeito de Carvalho, apesar de criticar a ligação orgânica entre a ISV e a IC, defende uma adesão condicional à sindical vermelha (a condição seria exactamente a supressão dessa ligação). A tese é derrotada, sendo apenas apoiada pelos delegados da Federação Marítima, sapateiros do Porto, arsenalistas e caixeiros.

Santos Aranha, Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa saíram vencedores. Porém, o aceso debate referente a este ponto determinou a realização de um referendo junto de cada sindicato, que triunfou por 105 votos a favor da adesão à AIT, 6 contra e 5 abstenções.

A partir dessa data, os dirigentes que se mantinham fiéis aos princípios d’ *A Carta de Amiens* foram esmagados pela batalha ideológica levada a cabo pelos anarco-sindicalistas, com o objectivo de minimizar o impacte da revolução russa no movimento operário português. A aspiração a um movimento coeso e independente tornou-se impraticável.

Não foi por falta de empenho dos sindicalistas revolucionários, contudo, que o movimento operário da República se cindiu irreversivelmente. Após o congresso de 1922, Alexandre Vieira, Manuel Conceição Afonso e outros, procuram mediar o conflito. Ainda se realizaram encontros nas Associações dos Caixeiros e dos Arsenalistas, mas os anarco-sindicalistas renunciaram à conciliação.

⁵⁴⁶ “Perdeu de vista que a questão social não é somente económica, ou somente moral ou jurídica, mas também política, e que é por ser tudo isto que ela é afinal, uma questão social! E olvidou até, que o libertarismo e os anarquismo são doutrinas cujo ideal é essencialmente político ideal dum organização social nem nenhuma espécie de autoridade” (Organização Social Sindicalista, p112)

⁵⁴⁷ Organização Social Sindicalista, p16

Em Maio de 1923, vinte e um militantes da CGT, membros do PCP ou partidários da ISV, subscrevem um manifesto onde criticavam os anarco-sindicalistas, a AIT e, conseqüentemente, a decisão do Congresso da Covilhã. De Maio a Dezembro desse ano, Manuel Joaquim de Sousa n' *A Batalha*, e os comunistas nos primeiros números do seu órgão argumentam em favor e em detrimento de uma e outra internacional.

Os militantes sindicais que redigiram o manifesto supracitado, iram organizar os partidários da ISV em Núcleos Sindicais Revolucionários, publicando os seus estatutos em Outubro de 1923. E, no mês seguinte, iniciando a publicação de um órgão de imprensa, *A Internacional*. Conseguirão implantar-se primeiro no Porto, em Coimbra e em Beja e posteriormente a sua influência abrangerá outros pontos do país. Os seus objectivos são clarificados no editorial do primeiro número de *A Internacional* – “reconduzir a organização à via de tolerância que durante tanto tempo trilhou, mas também que ela opere conforme os ensinamentos que a Grande Guerra nos trouxe”.⁵⁴⁸

No interior da CGT, os vencedores do Congresso da Covilhã não mereciam o apoio incondicional e maioritário dos militantes da organização. Os sindicalistas «puros», não anarquistas, teriam preferido que a CGT não se filiasse em nenhuma das Internacionais.⁵⁴⁹

As divergências no seio do Movimento operário levaram a CGT a perder, de 1919 a 1923, 45.000 inscritos.⁵⁵⁰ Exactamente o fenómeno contrário ao que se tinha passado no período anterior, entre 1917 e 1919, em que a UON praticamente duplicara os seus sindicatos. Havia sido a época áurea do conciliador Sindicalismo Revolucionário.⁵⁵¹

5. CONCLUSÃO

Quando a burguesia europeia impôs o seu regime económico, social e político, destronando progressivamente o feudalismo, a aristocracia e a monarquia, demonstrou aos trabalhadores que a transformação social era realizável.

No século XIX, vários pensadores dividiram-se ao planear a revolução social e diferentes tentativas de concretização foram frustradas – a via parlamentar não logrou a melhoria

⁵⁴⁸ *A Internacional*, Outubro de 1923, p1

⁵⁴⁹ “Pela parte que me diz respeito penso e continuo a ser partidário da adesão a uma Internacional operária, onde possam coabitar todas as centrais de sindicatos, isto é, uma central de sindicatos que não seja tutelada por anarquistas, nem por socialistas, nem tão pouco por comunistas (...) Penso que a Internacional deve corresponder ao que se exige da Central sindical no plano nacional. Ora como nenhuma das Internacionais existentes reúne semelhantes características, daí o fundamento da nossa posição, que, como se vê, não é de neutralidade, mas de combate” (“A situação dos operários portugueses: Entrevista a Alexandre Vieira” in *Diário de Lisboa*, 14 de Fevereiro de 1933.)

⁵⁵⁰ César Oliveira, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, p175-188

⁵⁵¹ “A situação dos operários portugueses: Entrevista a Alexandre Vieira” in *Diário de Lisboa*, 14 de Fevereiro de 1933.

gradual das condições de vida do operariado; e a Comuna, que prometia transformá-las rápida e radicalmente, foi esmagada.

Estas experiências terão contribuído para a consciencialização dos dirigentes operários face à ineficácia do colaboracionismo e da precipitação revolucionária, compreendendo que só pelo fortalecimento gradual das suas organizações autónomas, poderiam atingir os dois objectivos – pequenas regalias a curto prazo e a emancipação no futuro.

As classes trabalhadoras, que em muitos contextos nacionais haviam ajudado a burguesia a tomar o poder, revoltaram-se contra os novos senhores e foram facilmente convencidas a lutar pela sua deposição.

«Os próprios trabalhadores», apoiados por pensadores socialistas e anarquistas, enunciaram nos finais do século os postulados da sua emancipação, opondo a socialização dos meios de produção ao capitalismo, a gestão operária à hegemonia burguesa, o federalismo solidário ao individualismo liberal.

A via insurreccional, que os próprios inimigos lhes haviam ensinado, foi eleita, mas não antes de se criar o germe da nova sociedade no seio do capitalismo. Tal como os representantes da burguesia tinham criado parlamentos em monarquia, os delegados operários criariam a organização sindical, opondo a luta reivindicativa ao debate parlamentar e, posteriormente, a greve geral à revolução política.

Esta dialéctica desenvolveu-se primordialmente em França, onde a revolução burguesa antecederia as dos restantes países. Todavia, o internacionalismo operário garantiu a difusão destas ideias - que chegaram a Portugal através de um tipógrafo que houvera sido delegado ao congresso internacional da sua classe, em Paris - ainda antes da revolução republicana portuguesa.

Em contexto nacional, os republicanos na oposição souberam colorir o seu programa de socialismo, prometendo de uma só vez resolver a questão política e social. Muitos trabalhadores esperaram que o seu discurso fosse sincero, os mais radicais preferiram testar as suas próprias forças. O operariado dividiu-se entre as promessas republicanas e as conquistas efectivas da CGT francesa.

A condição desesperada em que vivia não será estranha a esta opção, a introdução do Sindicalismo Revolucionário em Portugal, foi como aproximar o lume da estopa: crescentemente vitimados pela carestia de vida, sem representação política ou política social, os trabalhadores portugueses não tinham porque não utilizar a acção directa.

A oportunidade de um regime em transformação não foi perdida e os seus divulgadores puderam comprovar a sua eficácia. É desta forma que a direcção do PSP, empenhada em

tomar o balanço da revolução política, foi ultrapassada pela corrente revolucionária que crescia no seio das associações de classe.

O anarquismo operário viu na tática apregoada por esta nova doutrina, a possibilidade de se ligar finalmente à luta dos trabalhadores. O socialismo possibilista⁵⁵² também viu com bons olhos a independência da luta sindical face à revolução burguesa.

As vantagens da revolução política eram discutíveis e de facto largamente discutidas, contemporaneamente à difusão da *Idéa* em análise. No plano teórico, anarquistas e socialistas não podiam negar o avanço histórico que representava a implantação da República, enquanto sindicalistas se preocupavam mais com os seus efeitos práticos. Se a democracia política lhes garantiria melhores condições de agitação e propaganda, o republicanismo apresentava-se como uma arma ideológica, bastante sedutora, nas mãos da burguesia.

Todavia, patronato e Estado burguês não tardaram em desmascarar-se. E apesar dos políticos republicanos procurarem enquadrar as classes trabalhadoras no novo regime, o patronato não estava disposto a discutir o seu poder absoluto com os operários, não compactuando com o que, nas palavras de Alfredo da Silva, “nem o seu temperamento, nem a situação que até aqui tem mantido” lhes aconselhava “adoptar em acontecimentos desta ordem: conversas com comissões de trabalho e outras fantasias de ocasião.”⁵⁵³

De facto, a atitude do potentado industrial durante a primeira greve nas suas fábricas do Barreiro, não terá sido estranha ao conteúdo do «decreto-burla» de Brito Camacho, publicado contemporaneamente. Os republicanos sabiam bem que se tratava “dos interesses duma empresa que fez uma grande obra, ainda incompleta”⁵⁵⁴. Alfredo da Silva não escondia a sua hostilidade ao jovem regime, e constituía uma ameaça a considerar, o que aliás provará a partir de 1919, quando em vez de se exilar enfrentará directamente a «Nova República Velha».

A tensão social instala-se na Primeira República Portuguesa e os seus ministérios cedem facilmente aos interesses patronais, fazendo as teses revolucionárias ganhar um sentido incontestável, ao mesmo tempo que a eficácia da acção directa criava a esperança de um desfecho favorável à classe trabalhadora.

⁵⁵² Distinguiam-se pelo seu apoliticismo e reformismo. Inspirados por B. Balon e P. Brousse, são os percursoros da defesa da autonomia sindical face ao PSP, quando levam a Conferência das Associações de Classe de 1882 a proclamar este princípio. Luiz Figueiredo, director de *O Trabalho de Setúbal* é um dos elementos destacados desta corrente. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal*, p. 10

⁵⁵³ Alfredo da Silva, “Acta nº 636 da Sessão Extraordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal”, *Livro 10 do Conselho de Administração da Companhia União Fabril*, 6 de Dezembro de 1910. Cit. por Vanessa de Almeida, *A Greve de Solidariedade na CUF do Barreiro em 1910, Trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Antropologia da FCSH da UNL em 2007*.

⁵⁵⁴ Brito Camacho, *A Luta*, 8 de Dezembro de 1910, p1.

O carácter unitário do *Sindicalismo Revolucionário* francês teve origem na possibilidade de vitória, prometida pelos seus precursores, que nenhuma corrente social pôde ou quis recusar. Em Portugal, porém, os postulados mínimos que uniram socialistas, anarquistas e «sindicalistas puros», não constituíram um programa para a revolução mas para a resistência.

De facto, na primeira ofensiva operária do século XX, os revolucionários e reformistas portugueses seguiram caminhos divergentes, quando se organizaram os Congressos Sindicalistas de 1909 e 1911 à revelia das antigas federações operárias. Só quando foi necessário resistir ao refluxo da luta reivindicativa e à conjuntura de guerra, se concretizou o I Congresso Nacional Operário. Neste, sim, as cedências mútuas permitiram realizar o sonho de *A Greve*, em 1908.

A partir de 1912, já com o apoio dos militares e apoiada no militarismo, que recrudescia em toda a Europa, a República definiu a sua orientação face à corrente revolucionária do sindicalismo, esmagando o movimento, prendendo os dirigentes e proibindo a propaganda. Experimentará ocasionalmente favorecer o reformismo, com o apoio do PSP, mas face à sua ineficácia, abandonará rapidamente esses projectos. O contexto guerrista favorecia os métodos repressivos e, paradoxalmente, a unidade dos trabalhadores.

A rejeição dos argumentos liberais de defesa da guerra veio introduzir um novo elemento de distinção no movimento operário, mas desta vez mais classista que doutrinário. De facto, se intelectuais anarquistas e socialistas preteriram os interesses dos trabalhadores em nome das «conquistas civilizacionais» burguesas, foram poucos os dirigentes operários que se deixaram enganar.

Todavia, se numa primeira fase as teses anti-intervencionistas se enquadravam perfeitamente nos postulados obreiristas de Amiens, quando a CGT francesa traiu a causa antiguerrista, foi o anarquismo operário, influenciado directamente por Enrico Malatesta que orientou a luta contra a mobilização.

Este permanecia latente nas ideias de militantes como Manuel Joaquim de Sousa, obrigado até à data, a reconhecer a eficácia dos seus camaradas sindicalistas do Sul, sem esquecer as teses do teórico italiano, que conhecia desde que na sua juventude, quando durante a greve geral de 1903, leu o primeiro jornal anarquista, que o fez *Despertar*.

A Primeira Grande Guerra determinou o fim de um ciclo na história europeia. Desde os princípios do século que as tendências reformistas e revolucionárias coexistiam com dificuldade ou se digladiavam nos partidos e no movimento sindical. Os bolcheviques abriram caminho à cisão ao abandonarem as posições dos mencheviques. A conflagração

europeia determinou que outras facções seguissem o seu exemplo. A Internacional seria substituída e a luta de classes adoptou para sempre características claramente distintas.

A guerra europeia motivou a falência do Sindicalismo Revolucionário enquanto movimento internacional, tendente a transformar-se num novo paradigma ideológico. Não só porque a greve geral revolucionária que impediria a guerra não teve lugar, mas também porque a inspiradora CGT Francesa traiu os seus princípios, à semelhança dos partidos socialistas. Sabemos que a alternativa se constituiu em partidos comunistas, que passaram a assumir a luta de classes em praticamente todo o mundo.

Tem sido sublinhada por diversos autores a originalidade do processo nacional, no qual o Partido Comunista foi criado por anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, em vez de resultar de uma cisão do Partido Socialista Português. De facto, muito embora muitos socialistas tenham aderido ao bolchevismo, não há dúvida que foi no meio sindical de tendência revolucionária que se formaram os primeiros comunistas portugueses. Mas se neste aspecto o contexto português se distingue, o que é facto é que, como no resto do mundo, foi a Grande Guerra que alterou por completo a feição do movimento operário.

Em Portugal, se os postulados do Sindicalismo Revolucionário continuaram a ser repetidos nos congressos operários do pós-guerra, as cambiantes ideológicas dos militantes que os dirigentes mais conciliadores ainda procuravam agregar, eram radicalmente diferentes. Estas divergências são explicadas antes de mais pelo impacte da Grande Guerra, todavia a Revolução Russa introduzirá um novo elemento de discussão, que virá a ser determinante para o desfecho da história.

As bases trabalhadoras do PSP radicalizaram-se quando os seus dirigentes apoiam tacitamente o governo que as matava à fome e as queria enviar para as trincheiras. Mais tarde, quando o «camarada Augusto» assume a tutela do Ministério do Trabalho contra a vontade da maioria do Partido, fica claro que a direcção assume esta cisão.

Como em 1916, quando “era suposto criar-se um governo nacional no qual participaria o PSP, houve congresso nacional e contra a vontade do conselho geral a maioria votou contra a participação de socialistas em governos burgueses”. Em 1919, a direcção resolveu não consultar as bases, afastando a corrente “que intransigentemente se opunha a essa atitude e só aceitava os princípios revolucionários”.⁵⁵⁵

O anarquismo operário acentuou a sua posição de classe durante a conflagração, defendendo os interesses do proletariado acima de quaisquer argumentos subjectivos, como a necessidade de luta contra o autoritarismo. Ao contrário do que acontecera durante

⁵⁵⁵ *O Trabalho*, 16 de Fevereiro de 1919, p1

a revolução republicana, os acratas no meio operário não se deixaram convencer pela oratória que apregoava a defesa das liberdades democráticas.

Decorrente desta batalha ideológica, o anarco-sindicalismo assumiu uma importância crescente enquanto tendência libertária, hegemonizando as assembleias nacionais e regionais anarquistas. Por outro lado, a intransigente defesa dos trabalhadores garantiu aos acratas que militavam nas associações de classe um reforçado prestígio.

De facto, em Portugal foram os «anarquistas do Norte do País», ou seja a corrente anarco-sindicalista no seio da UON, que mais persistente e activamente lutaram contra a guerra, a par das Juventudes Sindicalistas, claramente influenciadas por esta mesma tendência.

Os sindicalistas revolucionários portugueses, ao verem “as velhas organizações para sempre desonradas”, como diria Monatte, referindo-se aos partidos socialistas mas também à CGT francesa, dividem-se: alguns esperam “um socialismo mais real, mais ardente, surgido das desilusões presentes, temperado nos rios de sangue”⁵⁵⁶, que a Revolução Russa irá providenciar; os outros, fiéis aos princípios do apoliticismo, aceitarão a hegemonia anarquista que conquistará a CGT, criada em 1919. Muito poucos se mantêm fiéis aos princípios de Amiens.

Estas divergências estão já reflectidas nas diferentes opiniões face às conclusões da tese *Condições de paz*, discutida nas conferências operárias de 1917. Como Manuel Joaquim de Sousa nos dá conta, alguns delegados, nomeadamente os mais intransigentemente anarquistas, não quiseram aceitar os primeiros pontos que preconizavam, entre outras questões, a auto-determinação dos povos ou o fim da diplomacia secreta, por considerarem questões políticas, das quais o operariado se devia alhear.⁵⁵⁷

Porém, a guerra houvera transformado os activistas operários, e estas «questões políticas» surgiam agora como incontornáveis para a defesa dos seus interesses e ideais de emancipação. Poucos meses depois das conferências, a opção bolchevista será aplaudida por muitos destes militantes, era a paz imposta pelos trabalhadores que todos ansiavam, o garante do progresso social, da derrota da autocracia, mas também da exploração burguesa perpetuada pelas democracias liberais. Os anarquistas não puderam deixar de concordar.

As consequências da guerra e da revolução russa, portanto, vieram reforçar a corrente revolucionária no movimento sindical, apartando definitivamente os parlamentaristas das classes trabalhadoras. Sindicalistas revolucionários e anarquistas uniram esforços no aproveitamento do entusiasmo que se vivia nas hostes proletárias. Por um curto período,

⁵⁵⁶ Pierre Monatte, “Um documento notável, Porque me demiti do comité confederal.” in *A Aurora*, 17 de Janeiro de 1915, p1-2

⁵⁵⁷ Manuel Joaquim de Sousa, Op. Cit., p112

todavia. Paradoxalmente, a vitória do proletariado, na revolução bolchevique, veio a dividir ainda mais o movimento operário do que a sua derrota na 1ª Grande Guerra.

No pós-guerra, a corrente sindicalista revolucionária no seio da CGT francesa era encaminhada pela mão de Pierre Monatte - que defendera a independência do Sindicalismo Revolucionário no congresso anarquista de 1907, e se mantivera fiel aos seus princípios, demitindo-se da CGT quando esta cedera ao intervencionismo em 1914 - para uma adaptação peculiar do bolchevismo.

De facto, no congresso de Lille de 1921, esta autoridade no seio da corrente revolucionária, defende a adesão à Internacional Sindical Vermelha, confiante que as palavras de Lenine – “Il n'est pas vrai que les Russes imposent aux révolutionnaires des autres pays de copier servilement et fidèlement leur Révolution, et de l'accomplir à leur modèle. Allez plus loin que nous, me disait Lénine, dépassez-nous, faites mieux que nous, mais faites” – garantiam a independência do movimento sindical.⁵⁵⁸

Em Novembro do ano seguinte, após o congresso do Partido Comunista Francês, Monatte volta a esclarecer a posição sindicalista revolucionária face à nova conjuntura criada pela guerra e a revolução russa. Colocando as conquistas revolucionárias do povo russo acima de qualquer divergência doutrinal, os sindicalistas revolucionários continuam a atribuir às associações de classe o papel determinante na luta de classes. Aceitando o auxílio nas novas instituições revolucionárias, os partidos comunistas mantêm irredutível a sua recusa em relacionar as diferentes organizações – a económica e a política.

Na sua opinião, a introdução de uma doutrina estranha ao sindicalismo enfraquece a acção das associações de classe, uma vez que afasta destas organizações de resistência operária os elementos com princípios diferentes, o que acontecera na CGT francesa, quando os anarquistas iniciaram a sua campanha contra a ditadura do proletariado e os métodos da revolução russa.⁵⁵⁹

Foi exactamente o que aconteceu em Portugal. O anarco-sindicalismo português atingira a sua maturidade e rendia o Sindicalismo Revolucionário. Quando a crise revolucionária do pós-guerra começa a esmorecer, e a eficácia do sindicalismo é posta em causa por um patronato cada vez mais unido, os anarquistas iniciam a sua batalha ideológica contra a ameaça leninista, apontando as insuficiências e contradições da doutrina que inspirara o movimento operário desde 1909.

⁵⁵⁸ Pierre Monatte, Discours au congrès de Lille de la C.G.T. (30 juillet 1921) in *Compte-rendu des travaux du XXII^o congrès national corporatif (XVI^o de la C.G.T.)*. Disponível em linha: http://www.marxists.org/francais/monatte/works/1921/07/monatte_19210730.htm#_ftn3

⁵⁵⁹ Pierre Monatte, Declaration after the Paris Congress of the PCF in *Bulletin Communiste*, 9 de Novembro de 1922. Disponível em linha: <http://www.marxists.org/archive/monatte/1922/declaration.htm>.

Paralelamente, a evolução do anarquismo operário de Malatesta, com quem Neno Vasco trocava correspondência directa, muitas vezes publicada na imprensa operária, reflecte-se sem dúvida na evolução ideológica do movimento sindical português, que é conduzido, de facto, pelos anarco-sindicalistas.

Como já referimos, no congresso anarquista de Amesterdão, em 1907, este anarquista opunha-se já a Monatte, conquistado pela doutrina oficial da CGT francesa, afirmando que “o sindicalismo, mesmo ganhando consistência com o adjectivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio económico e político que o capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral.”⁵⁶⁰

Os ensinamentos da Grande Guerra e da Revolução Russa irão tornar clarividente a sua posição face ao sindicalismo de inspiração francesa. O seu artigo *Sindicalismo e Anarquismo* de 1922, encontra muitos pontos comuns com a obra de Neno Vasco, supracitada, nomeadamente na enunciação dos perigos do sindicalismo.

Neste, Malatesta lembra os anarquistas, como Monatte, que, principalmente na França, entraram para o movimento operário com a intenção de propagar as ideias e os métodos libertários entre as massas, foram absorvidos e conquistados pela ideia que «o sindicalismo se basta a si próprio», e acabaram por renegar o anarquismo. Não deixa de sublinhar que muitos deles traíram conscientemente a causa, abandonando até o sindicalismo, sob o pretexto da «união sagrada».

Por outro lado, o autor procura explicar porque é que o sindicato não pode ser o único motor de transformação social e muito menos o germe da sociedade futura, como desejariam os sindicalistas. No primeiro caso porque os interesses actuais e imediatos dos operários associados, que o sindicato tem por missão defender, estão, com muita frequência, em contradição com as aspirações ideais e futuras, bem como os interesses de cada classe, de cada categoria, de cada indivíduo, estão em contradição com os de todas as outras classes, categorias e indivíduos.

Desta forma, o movimento operário em si, sem o fermento das ideias revolucionárias, em oposição aos interesses presentes e imediatos dos operários, sem a crítica e o impulso dos revolucionários, longe de conduzir à transformação da sociedade em proveito de todos, tende a fomentar egoísmos de categorias e a criar uma classe de operários privilegiados, acima da grande massa dos deserdados.

⁵⁶⁰ Intervenção de Malatesta no Congresso de Amesterdão. Publicada por *Les Temps Nouveaux* em 1907 e traduzida para português por Fernando A. S. Araújo. Disponível em linha: <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1907/10/05.htm>

No segundo caso, referente à possibilidade de a organização operária desenvolvida no seio do sistema capitalista servir de quadro à sociedade futura, facilitando a passagem do regime burguês para o regime igualitário, Malatesta contraria os próprios escritos de Bakunine, sublinhando que a estruturação das organizações operárias actuais corresponde às condições contemporâneas da vida económica, resultante da evolução histórica da sociedade e da imposição do capitalismo, que a nova sociedade irá destruir, criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos objectivos sociais.⁵⁶¹

Para ilustrar os seus argumentos, Malatesta refere inúmeros exemplos concretos, com base na realidade italiana de então. Também Neno Vasco, ao fazer a crítica do Sindicalismo Revolucionário português, aponta os resultados práticos das suas insuficiências no contexto nacional e sublinhando os seus perigos.

Falecendo em 1920, Neno Vasco não vislumbrou a nova ameaça que procurava seduzir o operariado português – o Nacional-Sindicalismo que já iniciara a sua propaganda⁵⁶², elogiando o seu apoliticismo político. O seu correligionário Aurélio Quintanilha, todavia, veio sublinhar a distancia que separava a CGT dos editores de *A Monarquia*. Em Setembro de 1919, publica uma série de artigos intitulados *Parlamentarismo e Sindicalismo: Sindicalismo e Integralismo*, onde distingue claramente os dois tipos de corporativismo.⁵⁶³

A época do Sindicalismo Revolucionário estava definitivamente ultrapassada. Aliás, muito embora continuem a defender a unidade do movimento operário com base nos princípios de Amiens, a evidência dos acontecimentos transformara as ideias até dos seus mais fiéis defensores.

Rates e Ribeiro estiveram na fundação do PCP, mas também Alexandre Vieira virá a defender a ditadura do proletariado (ainda que não fosse dirigida por um partido), como se pode comprovar na sua correspondência com Emílio Costa durante o ocaso da República. Júlio Luís, co-redactor da tese conciliadora sobre *Organização Operária* aprovada no Congresso de Tomar de 1914, também integrará a delegação portuguesa ao IV Congresso da ISV em 1928, como observador.⁵⁶⁴

Na verdade, a quimera sindicalista foi animando cada vez menos militantes. Em 1927, Alexandre Vieira, Perfeito Carvalho, e outros fundavam novamente o Grupo de Propaganda Sindicalista, com os mesmos pressupostos de 1909. Em 1931, inspirados pelo

⁵⁶¹ Errico Malatesta, “Sindicalismo e Anarquismo” in *Umanità Nova*, 6 de Abril de 1922. Disponível em linha: <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1922/04/06.htm>.

⁵⁶² Ver anexo referente à produção teórica de cariz social da época em anexo.

⁵⁶³ *A Batalha*, Setembro de 1919

⁵⁶⁴ Alberto Pedroso e António Ventura, Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português, P23 e 95

Comité dos 22,⁵⁶⁵ Alexandre Vieira e Emílio Costa sonham com um Núcleo de Estudos e Propaganda do Sindicalismo.⁵⁶⁶ Contudo, estas iniciativas não tiveram quaisquer repercussões no movimento operário português, senão a recordação de uma *Idéa*.

⁵⁶⁵ Criado em 1930 com elementos oriundos da CGT francesa, anarco-sindicalista, da CGTU, comunista, e dos Sindicalistas Autónomos, preconizando a unidade orgânica com base nos princípios da Carta de Amiens. Chegou a editar *Le Cris du People* e a agrupar algumas centenas de militantes, mas não resistiu mais de um ano.

⁵⁶⁶ Alberto Pedroso e António Ventura, *Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português*, P128

6. BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Carlos Lobo de - **Movimento Operário em Portugal** – Lisboa: Ferreira & Oliveira, s.d., (Inclui Carta de Anselmo de Andrade)

BACELAR, José - **A greve de Barcelona**. Lisboa: Typ. do Expresso, 1902. (Biblioteca operária)

BALLON, Pieter - “Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres”, in *Revue Belge d'Histoire Contemporaine*, XXVIII, 1998.

BAPTISTA, Jacinto - “Emílio Costa e a sua Contribuição para a definição ideológica operaria portuguesa durante a Primeira Republica” in *Diário Popular* de 3 de Novembro de 1977

Boletim da Previdência Social, Lisboa, 1906-

Boletins de Estudos Operários, Lisboa, 1982-

BOTELHO, Adriano - “Hilário Marques (1878/1949)” in *A Ideia* n. 5 de Junho de 1976

CABRAL, Manuel Villaverde - **Portugal na Alvorada do Século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979

CARQUEJA, Bento - **O povo portuguez: aspectos sociaes e económicos**. Porto: Chardron, 1916.

CARVALHO, David - **Os Sindicatos Operários e a Republica Burguesa**. Seara Nova: Lisboa, 1977

COSTA JUNIOR - **Movimento Operário Português**. Lisboa: Verbo [197-?].

COSTA, Emílio Martins - **É preciso a República?** Lisboa: Imp. Libanio da Silva, 1903.

COSTA, Emílio Martins - **Sindicalismo Independente**. Lisboa: Seara Nova, 1931.

COSTA, Emílio Martins; Ventura, António; Pedroso, Alberto - **Emílio Costa e o sindicalismo : da formação libertária à Casa Sindical**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

COSTA, Ramiro da - **Elementos para a história do movimento operário em Portugal**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979

COSTA, Ramiro da - **O desenvolvimento do capitalismo em Portugal sobre o movimento operário 1850-1910.** [S.l.] : s.e. s.d.

Exposição de Documentos de Pinto Quartim integrada no Seminário «O Movimento Operário em Portugal», org. pelo Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, Biblioteca Nacional, 4 e 7 de Maio de 1981

FERRÃO, Carlos - **História da I República.** Lisboa: Terra Livre, 1975

FONSECA, Carlos da - **A origem da 1ª Internacional em Lisboa.** Lisboa: Estampa, 1973.

FONSECA, Carlos da - **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal.** Mem Martins: Europa-América, 1980. (1º v.: Cronologia; 3º v.: O operariado e a igreja militante: De rerum novarum à implantação da República.; 4º v: Greves e agitações operárias)

FONSECA, Carlos da - **Para uma análise do movimento libertário e da sua história.** Lisboa: Antígona, 1988.

FONTES, Carlos - "Sindicalismo em Luta", *in A Batalha*, n. 40, de Maio de 1978

FRANCISCO, José - **Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1982.

FRANCISCO, José - **Páginas da história cêgêtista.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1983

FRANCISCO, José - **Recordações de um Proletário.** Lisboa: Ed. Sementeira, 1985

FREIRE, João (Estudo Introdutório); VASCO, Neno - **Concepção Anarquista do Sindicalismo,** Porto: Afrontamento, 1984.

FREIRE, João - **Anarquistas e Operários, Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940.** Porto: Afrontamento, 1988

Gabinete de Investigações Sociais, Exposição de documentos do espólio de Pinto Quartim : integrada no seminário "O Movimento Operário em Portugal", Lisboa : G.I.S., 1981

GONCALVES, Bento - **Escritos (1927/1930).** Lisboa: s.e., s.d.

GONÇALVES, Luís - **Evolução do Movimento Operário em Portugal.** Lisboa: Adolfo de Mendonça Editores, 1905

GOODOPHIM, Costa - **A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas.** Lisboa: Tipografia Universal, 1976, reed. Lisboa, Seara nova, col. Biblioteca Socialista Portuguesa, 1974.

Griffuelhes, Victor - **L'action syndicaliste.** Paris : Marcel Rivière et Cie., 1908.

Griffuelhes, Victor - **Les objectifs de nos luttes de classes.** Paris : La Publication Sociale, [19--]..

Guesde, Jules - **Le parti socialiste et la confédération du travail.** Paris: Marcel Rivière, 1908.

HAVÉLY, Élie - **História do socialismo europeu.** Amadora : Bertrand, 1948.

MEDINA, João (dir.) - **História Contemporânea de Portugal: Primeira República I e II,** Lisboa, Amigos do Livro, s.d.

PERES, Damião de (dir.) - **História de Portugal. Suplemento,** Porto, Portucalense Editora, 1958.

JULLIARD, Jacques - **Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe.** Paris : Seuil, 1971.

LIMA, Campos - **O movimento operário em Portugal,** Porto: Edições Afrontamento, 1972. (Dissertação para a cadeira de Ciência Económica, da Faculdade de Direito, apresentada no ano lectivo de 1903-1904)

LOPES, Luís Castanheira - **Trabalho: informação e debate sobre o movimento operário.** Lisboa: Centro O Trabalho, 1981

MARGARIDO, Alfredo - **A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930).** Lisboa: Guimarães, 1975

MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.) - **Portugal da Monarquia para a República.** Lisboa: Presença, 1991 (Nova História de Portugal, 9)

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A primeira república portuguesa : para uma visão estrutural.** Lisboa: Livros Horizonte, [196-?].

MARQUES, A. H. de Oliveira - **História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A primeira república portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, [D.L. 1972].

MARQUES, A. H. de Oliveira; Silva, João M. Gonçalves da; Torre Gómez, Hipólito de la - **Contra-revolução : documentos para a história da primeira república portuguesa**. [Lisboa]: Perspectivas & Realidades, [19--].

MATIAS, Elias - **O Alentejo em luta..** Lisboa: Sementeira, 1985

MATIAS, Maria Goretti - “Catálogo de Brochuras do Espólio de Pinto Quartim com Interesse para os Estudos Operários” in *Boletim de Estudos Operários*, n.ª 7, Maio de 1984, pp. 16-38.

MATTOSO José (dir.) – **A segunda Fundação (1890-1926)**. Lisboa: Circulo de Leitores: 1994. (História de Portugal, 6)

MEDEIROS, Fernando - **A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978. 1978.

MEDINA, João - **Guerristas e antiguerristas : Portugal na Grande Guerra : estudos e documentos**. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 1986. (Cadernos CLIO. Série História Contemporânea de Portugal; 1)

MEDINA, João - **História contemporânea de Portugal: primeira República: da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar**. Lisboa: Amigos do Livro, 1986.

MENDES, José Amado - “Para a História do Movimento Operário em Coimbra” in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º

MÓNICA Maria Filomena e PATRIARCA, Maria de Fátima - **O Movimento Operário em Portugal**. Lisboa: [s.n.] 1981

MÓNICA, Maria Filomena - “A CGT orgulhosamente só” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 de Maio de 1980

MÓNICA, Maria Filomena - “As Aristocracias Operárias uma Herança Perdida” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 30 de Dezembro de 1984

MÓNICA, Maria Filomena - **A formação da classe operária portuguesa :antologia da imprensa operária (1850-1934)**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, imp. 1982

- MÓNICA, Maria Filomena - **A queda da monarquia: Portugal na viragem do século.** Lisboa: D. Quixote, 1987.
- MÓNICA, Maria Filomena - **Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal.** Lisboa: ICS, 1986
- MÓNICA, Maria Filomena, e MATOS, Luís Salgado – “Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)” *in Análise Social*, n.º 67/68/69, de Julho–Dezembro de 1981, pp. 1013-78.
- MONICA, Maria Filomena - **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934).** Lisboa: IN-CM/IED, 1985
- NOGUEIRA, César - **Notas para a história do socialismo em Portugal.** Lisboa: Portugália, 1964-1966
- NOGUEIRA, César - **O Primeiro de Maio : esboço histórico das suas origens.** Porto: República Social, 1976.
- NOGUEIRA, César - **Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português.** Porto: Rev. Pensamento, 1932.
- NOGUEIRA, Franco - **História de Portugal, II: Suplemento.** Porto: Livraria Civilização, 1981
- OLIVEIRA, César - **O socialismo em Portugal 1850-1900.** Porto: Ed. do Autor, 1973.
- OLIVEIRA, César (comp.) - **O Estado, a democracia burguesa, a prática revolucionária e o anarquismo.** Porto: Paisagem, 1975.
- OLIVEIRA, César - “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-1926)” *in Análise Social*, (67/68/69), 1981, pp675-713
- OLIVEIRA, César - “Imprensa Operária no Século XX – Agitadores e Funcionários” *in Diário de Notícias*, 8 de Janeiro de 1984
- OLIVEIRA, César - **A comuna de Paris e os socialistas portugueses.** Porto: Brasília, [D.L. 1980].
- OLIVEIRA, César - **A criação da União Operária Nacional.** Porto: Afrontamento, 1973

- OLIVEIRA, César - **A revolução russa na imprensa portuguesa da época**. Lisboa: Diabril, 1976
- OLIVEIRA, César - **Antologia da imprensa operária portuguesa : 1837-1936**. Lisboa: UGT-União Geral de Trabalhadores : Perspectivas & Realidades, imp. 1984
- OLIVEIRA, César - **Contribuição para o estudo da Filosofia Política do Socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX**. Porto: A. Oliveira, [198-].
- OLIVEIRA, César - **Imprensa operária no Portugal oitocentista : 1825 a 1905**. Lisboa: [s.n.], 1973. Sep. Análise social, 39
- OLIVEIRA, César - **O Movimento Operário em Portugal, A Primeira Cisão**. Lisboa: Europa-America, 1983
- OLIVEIRA, César - **O movimento sindical português: a primeira cisão**. Mem Martins: Europa-América, [D.L. 1982].
- OLIVEIRA, César - **O socialismo em Portugal : 1850-1900**. Porto: C. Oliveira, 1973.
- OLIVEIRA, César - **Os limites e a ambiguidade : o movimento operário português durante a guerra 1914-18**. Lisboa: Gab. de Investigações Sociais, 1973
- PELLOUTIER, Fernand - **La vie ouvrière en France**. Paris : Librairie C. Reinwald : François Maspero 1975. (Bibliothèque Internationale des Sciences Sociologiques)
- PELLOUTIER, Fernand; SOREL, Georges - **Histoire des bourses du travail : origine, institutions avenir**. Paris: Schleicher Frères, 1902.
- PEREIRA Pacheco - **Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917**. Porto: Convergência, 1971
- PEREIRA, José Pacheco - “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-1926)” in *Análise Social*, (67/68/69), 1981, pp675-713
- PEREIRA, José Pacheco - “Imprensa Operária no Século XX – Agitadores e Funcionários” in *Diário de Notícias*, 8 de Janeiro de 1984
- PEREIRA, José Pacheco - **As lutas contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918**, 1971

Pereira, Pacheco - **Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas**. Paris : Fond. Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 1982.

PIRES, Ana Paula Soares e ROSAS, Fernando (orient.) - **A indústria de moagem de cereais [Texto policopiado] : sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)**. Dissertação de mestrado em História do século XX. FCSH da UNL, 2004

POINSARD, Léon - **Portugal ignorado**. Porto: Magalhães & Moniz, 1912

QUINTELA, João - **Para a história do movimento comunista em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1976.

RAMOS, Rui - **A segunda fundação, 1890-1926**. [Lisboa]: Estampa, 1993-1994. (História de Portugal, 6)

REGO, Raul - **História da República**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1986-87.

REICH, Wilhelm; FIGUEIREDO, Maria Bigotte de (trad.) - **O que é a consciência de classe: contribuição no debate sobre a reconstrução do movimento operário**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1975

RODRIGUES, Edgar, **A Resistência Anarco-Sindicalista a Ditadura, Portugal 1922-1939**. Lisboa: Sementeira, 1981

RODRIGUES, Edgar, **Os Anarquistas e os Sindicatos, Portugal 1911-1922**. Lisboa: Sementeira, 1981

SÁ, Vítor de - **Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal**. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanífcios e Vestuário de Portugal, 1981.

SÁ, Vítor de - **Formação do movimento operário português : memória de uma reprovção**. Coimbra: Centelha, 1978.

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, **Sob o signo da guerra [Texto policopiado] : "verdes" e "vermelhos" no conturbado ano de 1918**. Dissertação em História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX, FCSH da UNL, 2001

SARAIVA J. Andrade - “Especulação e Alta dos Preços” in *Boletim da Previdência Social*, nº 7 do Ano II, Outubro a Maio de 1919, p315-316

SERRANO, Armando - “Portugal no Movimento Sindical – 1º Período 1870-1925” in *Historia*, Lisboa, (14), Dezembro de 1979 e (17) Janeiro de 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **História de Portugal**, Lisboa, Verbo, 1988, Vols. X e XI

SERRÃO, Joel - **Dicionário de História de Portugal**, (dir.). Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, 6 vols.

SIMÕES Oliveira - “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” in *Boletim do Trabalho Industrial*. n.º 49 (1910).

SOUSA, Manuel Joaquim de - **O sindicalismo em Portugal : esboço histórico**. Lisboa: Comissão Escolar Propaganda do Pessoal da Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.

SOUSA, Manuel Joaquim de - **O Sindicalismo em Portugal**: Porto: Afrontamento, 1974

SOUSA, Manuel Joaquim de - **Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante**. Lisboa: Antígona, 1989.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa - **A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo**. Lisboa: Colibri : IHC, 2000. (Curso de Verão organizado pelo Instituto de História Contemporânea)

TELO, António José: **Alfredo da Silva e a CUF** [Texto policopiado]. [S.l. : s.n., 19--].

TELO, António José - **As Associações Patronais e o fim da República** [Texto policopiado]. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980. -p. 317-341. (Actas do Colóquio, Fac. de Letras, Março 1980)

TELO, António José - **Decadência e queda da I República Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980

TELO, António José - **O sidonismo e o movimento operário : luta de classes em Portugal**. 1917-1919 [Lisboa : Ulmeiro], 1977.

TELO, António José - **Portugal na segunda guerra**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, D.L. 1987.

TOLEDO, Edilene - **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004

VALENTE, Vasco Pulido - **A República velha : 1910-1917 : ensaio.** Lisboa: Gradiva, 1997.

VALENTE, Vasco Pulido - **O Movimento Sindical Português.** Prospectivas: Lisboa, (1),1980

VARGAS, João Tristan - **O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República.** Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 2004.

VENTURA, A.; PEDROSO, A. - **Alexandre Vieira: 30 anos de Sindicalismo em Portugal,** Lisboa: s.e, 1985

VENTURA, António - **Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal : as convergências possíveis (1892-1910).** Lisboa: Cosmos, 2000.

VENTURA, António - **Emílio Costa e o sindicalismo : da formação libertária à Casa Sindical.** Lisboa: Seara Nova, 1977

VENTURA, António - **Emílio Costa entre a República e a Acrácia.** Lisboa: Colibri, 1994

VENTURA, António - **Inventário da imprensa de Portalegre : 1836-1970.** Portalegre: Câmara Municipal, 1981.

VENTURA, António - **O sindicalismo no Alentejo : a "tourné" de propaganda de 1912.** [Lisboa] : Seara Nova, 1977.

VENTURA, António, **Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910 - 1914).** Lisboa: Seara Nova, 1976.

VIANA, J. M. - **Evolução Anarquista em Portugal,** Lisboa, Seara Nova, 1975

VIANA, J. M. - **Historia do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal,** Mem-Martins, Europa-America, 1979, 4vols.

VIEIRA, Alexandre, **Em volta da minha profissão : subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental.** Lisboa: A. Vieira, 1950

VIEIRA, Alexandre - **Figuras gradas do movimento social português**. Lisboa: A. Vieira, 1959.

VIEIRA, Alexandre - **Para a história do sindicalismo em Portugal**. Lisboa: Seara Nova, 1970.

VIEIRA, Alexandre - **Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919**. Lisboa: Edições Base, 1977.

VIEIRA, Alexandre - **Delegacia a um congresso sindical**. Lisboa : [s.n.], 1960.

7. ANEXOS

7.1 Levantamento bibliográfico e documental da produção teórica e propagandística da época em análise, no que se refere à questão social.

1908

Monografias

COELHO, Trindade, **Manual político do cidadão português**. Lisboa: Parc. A.M. Pereira, 1908

COSTA, Emílio – **Carta a um soldado**. Liège: s.e., 1908

Eltzbacher, Paul; Manuel Ribeiro (trad.) – **As doutrinas anarquistas**. Lisboa: Guimarães, 1908

GRAVE, Jean - **A sociedade moribunda e a anarquia**. Lisboa : Tip. do Comércio, 1908

JORGE, Ângelo - **Dor humana**. Porto: Centro Literario Paz e Verdade, 1908.

JORGE, Ângelo – **Declaração de Guerra**. Lisboa: Protesto, [1908]

JORGE, Ângelo – **Libertas!** Porto: Protesto, 1908 (Panfleto)

JORGE, Saul José Mário, *Um Brado (poema anarquista)*. Lisboa: s.e, 1908

KROPOTKINE, Pedro; Fonseca, V. da (trad.) – **A anarquia: a sua philosophia e o seu ideal**. Lisboa: Livr. Central 1908

LIMA, Campos – **O regicida** (poesia). Lisboa: Central, 1908

LIMA, Campos – **O rei** (poesia). Lisboa: Central, 1908

LAGARDELLE, Hubert et. al; COSTA, Emílio (trad.) - **Sindicalismo e socialismo**. Lisboa: José Bastos & Ca., [1909]. (Biblioteca do movimento social)

MACHADO, Fernão Botto – **Crenças e revoltas**. Lisboa: Bibl. Est. Soc., 1908

MALATESTA, Enriço – **A Anarquia**. Lisboa, s.e., 1908

NORDAU, Max; Agostinho Fortes (trad.) - **As mentiras convencionais da nossa civilização**. Lisboa: Emp. do Almanach Encyclopedico Illustrado, 1908

CHARLES Gide; RICARDO Jardim (trad.) - **As sociedades cooperativas de consumo**.
Lisboa: Clássica, 1908.

Periódicos

Acção (A). Dir. Armando Costa. Ano I, n.º 1 (8 Ago. 1908). Lisboa, 1908. Anarquista
Individualista

Alfaiate (O). Ano I, n.º 1 (1908). Porto, 1908. Número único em 1907. Órgão da
Associação de classe de costureiros de Alfaiate do Porto. Corporativos

Aliança Libertária Ano I, n.º 1 (9 Ago. 1908). Lisboa, 1908. Anarquista

Aurora Social. Ano I, n.º 1 (1908). Porto, 1908. Anarquista

Boa Nova (A). Dir. Campos Lima. Ano I, n.º 1 (1 Mai.1908). Lisboa, 1908. Diário da tarde
anarquista

Caixeiro (O). Ano I (1908). Coimbra 1907-1908.

Cidade Nova (A). Dir. José Francisco Pereira. Ano I, n.º 1 (1908). Lisboa, 1908. Anarquista

Combate (O). Ano I, n.º 1 (1908). Setúbal, 1908

Combate (O). Ano I, n.º 1 (1908). Guarda, 1908. Republicano – socialista. Pela verdade e
pela Equidade.

Construtor (O). Ano I, n. 1 (1906). Lisboa, 1906-17. Órgão das classes de construção civil e
do operariado em geral

Constructor Civil (O). dir. José d'Oliveira Rodrigues; propr. das Associações de
Construções Civis do Porto, Mattosinhos. 2ª Série, Ano VI, n. 214 (9 Jun. 1907). Porto
[189-]-1936. Semanal.

Despertar (O). Dir. Francisco Veríssimo. Ano I, n.º 1 (14 Nov. 1908). Coimbra, 1908.
Semanário da Federação das Associações Operárias. Sindicalista

Despertar (O). Dir. Francisco Veríssimo. Ano I, n.º 1 (1908). Covilhã, 1908. Semanário da
Federação das Associações Operárias. Sindicalista

Gráfico (O): órgão oficial da União das Artes Gráficas. dir. Augusto César dos Santos.
Ano 3, 2ª série, n.º 10 (1 Mai. 1907). Lisboa, [1905?]- 1908. Quinzenal

Greve (A). dir. Alexandre Vieira. Ano I, n.º 1 (18 Abr. 1908). Lisboa, 1908. Diário operário da manhã Sindicalista

Guerra Social (A). dir. Jorge Coutinho. Ano I, n.º 1 (12 Nov.1908). Lisboa, 1908-1909. Semanário. (Ex jornal “O Protesto”). Anarquista

Libertador (O): Órgão do Centro e Biblioteca de Estudos Sociaes do Porto; propr. José Alves; red. Custódio José Moreira. Ano I, n.º 1 (8 Nov. 1908). Porto, 1908. Anarco-sindicalista

Novos Horizontes. Ano I, n.º 1 (1906). Lisboa, 1906-08. Mensário de propaganda e crítica

Protesto (O). Dir. Pinto Quartim. Ano I, n.º 1 (12 Jul. 1908). Lisboa, 1908-1909. Semanário anarquista

República Social (A). dir. Azedo Gneco. Ano I, n.º 1 (18 Out. 1908). Lisboa, 1908. Semanário socialista

Revista Gráfica. Dir: José António de Sousa. Ano I, n.º 1 (12 Out.1907). Porto, 1907-1908. Órgão da Liga das Artes Gráficas do Porto.

Revista dos municípios – Eco das Províncias. Dir. Garcia Bastos. Ano I, n.º 1 (1908). Lisboa, 1908

Sapateiro (O). Dir. Manuel Joaquim de Sousa. Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1908). Número único, órgão dos operários sapateriros e defensor das classes trabalhadoras.

Sementeira (A). Dir. Hilário marques. Ano I, n.º 1 (Set. 1908). Publicação mensal ilustrada – crítica e sociologia. Anarquista

Tipógrafo. Ano I, n.º 1 (1908). Covilhã. 1908-1909. Folha independente

Trabalho e União. Dir. Mardoni Ribeiro Ano I, n.º 1 (3 Ago. 1907). Funchal 1907-24. Semanário órgão dos trabalhadores em geral.

Vida Nova. (A). Dir. Soares Silva. Ano I, n.º 1 (1908). Ponta delgada, 1908. Revista quinzenal órgão do operariado micaelense.

Voz do Operário (A): Órgão dos Manipuladores de Tabaco e do operariado em geral. propr. Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário». Ano I, n.º 1 (17 de Abr. 1879 Lisboa, 1879-1929. Semanal (influência socialista)

Voz do Povo (A). Dir. Manuel José da Silva. Ano I, n.º 1 (1 Mai 1907). Porto, 1907-1919
(influência socialista)

Voz do Proletário (A). Dir. Inácio de Sousa Ano I, n.º 1 (28 Abr. 1907). Porto 1907-20
Órgão dos manipuladores de tabaco (influência socialista)

1909

Monografias

COELHO, José Simões - Quem é Ferrer : crítica e documentação da sua obra. Lisboa: Guimarães, 1909

DELESALLE, Paul; MARQUES, Hilario - A Confederação do Trabalho : história, constituição, fins, meios. Lisboa: Sementeira, 1909. (Biblioteca de A Sementeira)

ELTZBACHER, Paul; FORTES, Agostinho (adapt.) - O anarquismo. Lisboa: Typ. de Francisco Luis Gonçalves, 1909.

LIMA, Adolfo, O contrato do trabalho: esboço histórico, crítica do actual contrato do trabalho, contrato colectivo do trabalho. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1909

MALATO, Charles [et. al.]; Ângelo Jorge (trad.) – As theorias anarquistas: estudos filosófico-sociaes. Porto: Almeida e Sá, 1909

MERLINO, Saverio; SOREL, Georges; Lima, João Evangelista Campos (trad.) - Formas e essências no socialismo. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1909.

PINHO, Abílio dos Santos – Pela educação e pelo trabalho. Porto: A.P., [1909]

POUGET, Émile; COSTA Emílio (trad.) - A Confederação Geral do Trabalho. Lisboa: José Bastos, [1909]. (Biblioteca do movimento social)

RENARD, Georges; SOARES, José (trad.) - O que é o socialismo? Lisboa: Typ. de Francisco Luiz Gonçalves, 1909.

TEIXEIRA, Jr. – Em Lisboa! (Apontamentos de um madeirense libertário). Lisboa: Bibl. escritores jovens, 1909

ZOLA, Émile; Lobo, Eduardo de Barros (trad.) – Germinal. Lisboa: Liv. Editora, 1909

VELEDA, Maria – A conquista. Lisboa: Central, 1909

Brochuras

Estatutos da Associação de Classe dos Coristas Portuguezes approved em... por Alvará de 21 de Julho de 1909. Lisboa : Typ. Sport, 1909.

Associação de Classe dos Artistas Dramáticos. O teatro português na actualidade : relatório apresentado ao Grande Congresso Nacional .Lisboa : [s.n.] 1909.

Panfletos

13 de Fevereiro de 1896-1909. Abaixo a Lei, 1909

Periódicos

Acção (A). Dir. Natónio A. Correia Pessoa.. Ano I, n.º 1 (1909). Lisboa, 1908. Órgão dos trabalhadores de comércio.

Almanaque de «A Luta». Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910.

Amanhã. Dir. Grácio Ramos e Pinto Quartim. Ano I, n.º 1 (1 Jun. 1909). Lisboa, 1909.

Semanário popular de orientação racional anarco-positivista

Avante (O). Dir. Ladislau Batalha. Ano I, n.º 1 (Jan. 1909). Barreiro, 1909. Órgão do centro socialista do Barreiro

Avante! Ano I, n.º 1 (5 Dez. 1909). Barreiro 1909. Órgão do centro socialista do Barreiro

Avante! Dir. Sebastião da Cunha Annes. Ano I, n.º 1 (1 Fev. 1909). Évora, 1909-1911.

Quinzenário Órgão e Propriedade da Biblioteca do Grupo de Propaganda Livre

Barrela (A). Dir. Ângelo Jorge. Ano I, n.º 1 (1909). Porto, 1909. Anarquista

Barricada (A). Ano I, n.º 1 (1909). Gouveia, 1909. Anarquista-reformista

Caixeiro (O). Ano I (1909). Porto, 1909-10. Trimestral.

Caixeiro Moderno (O). Victor Falcão. Ano I, n.º 1 (Jul. 1909). Lisboa 1909-10. Semanário defensor dos empregados do comércio de todo o país

Chapeleiro (O). Ano I, n.º 1 (Mai. 1909). Lisboa. 1909-15.

Chapeleiro (O). Dir. Abreu Guimarães e outros. Ano I, 2ª série, n.º 1 (24 de Mai. 1909).

Porto. 1909-10. Órgão dos operários Chapeleiros portugueses

Clarão (O). Dir. Carlos Nobre. Ano I, n.º 1 (1909). Rio Tinto, 1909-14. Jornal eventual noticioso, doutrinal, instrutivo dos barbeiros

Conflito (O). Dir. J. Baptista Rodrigues. Ano I, n.º 1 (1909). Lisboa 1909-1910. semanário syndical e cooperativista, órgão da Federação das Cooperativas Panificadoras

Corticeiro (O): órgão da classe dos corticeiros e do operariado em geral. dir. José Tavares. Ano I, n.º 1 (8 Maio 1909). Lisboa e Almada, 1909 – 1914 -1930. Semanário

Corticeiro (O). Dir. António Aleito e outros. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1909). Marvila, Almada e Lisboa 1909-1930. Órgão da classe dos corticeiros e do operariado em geral.

Defesa (A). Dir. Casimiro Silva. Ano I, n.º 1 (27 Abr. 1909). Braga, 1909 – 1910. Semanário dos caixeiros da Província do Minho

Defesa Operária (A):. Dir.. Manuel de Sousa Ribeiro Ano I, n.º 1 (Março 1909). Porto, 1909 – 1914. Defensor dos manipuladores de tabaco e do operariado em geral

Despertar (O). Dir. Joaquim Pacheco. Ano I, n.º 1 (1909). Guarda, 1909. Mensário Verdade, Justiça e Liberdade. [Republicano – socialista]

Despertar. (O). Ano I, n.º 1 (1909). Barcelos 1909-10

Esforço (O). Dir. C.A. de Brito. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1909). Porto, 1909-1910. Mensário operário de critica social dedicado aos oficiais de barbeiros. [Sindicalista]

Evolução (A). Ano I, n.º 1 (1909). Gouveia, 1909 [Anarquista]

Federação escolar (A). Dir. Francisco J. C. Júnior. Ano I, 2ª série, n.º 1 (16 Jan. 1909). Coimbra, 1909 Semanário do professorado primário.

Fiandeiro (O). Dir. Manuel Gomes da Silva e outros.. Ano I, 2ª série, n.º 1 (1909). Porto 1909-1915. Mensal dos operários fiandeiros do Porto.

Futuro (O). Dir. Antero ferreira Leal e outros.. Ano I, n.º 1 (15 Nov. 1909). Figueira da Foz. Quinzenário defensor do caixeirato e do proletariado em geral.

Gafanha (A). Dir. Campos Lima. Ano I, n.º 1 (1909). Lisboa, 1909 [Anarquista]

Luta Nova. (A). Ano I, n.º 1 (1909). Porto 1909

Luta Operária (A). Ano I, n.º 1 (1909). Santo Tirso 1909 Semanário defensor das classes operárias, comércio e indústria

Nova Luta. Dir. A. de Carvalho. Ano 1, n.º 16 (31 Out. 1909). Porto, 1909. Quinzenário de Sociologia e Crítica dedicado especialmente aos Empregados do Comércio

Novos Horizontes. Dir. Augusto Machado. Ano I, n.º 1 (3 Abr. 1909). Lisboa, 1909-1912. Semanal anarquista dedicado aos trabalhadores do campo

Paz e Liberdade. Dir. Silva Júnior. Ano I, n.º 1 (Jul. 1909). Lisboa, 1909. Mensal. Revista mensal anti-militarista, anti-patriota, sindicalista revolucionária e neo-malthusiana.

Portugala Revuo.. Ano I, n.º 1 (Mar. 1909). Porto, 1909. Órgão Esperantista

Pró-Martir. Ano I, n.º 1 (1909). Lourenço Marques 1909

Revista burocrática (A). Dir. Garcia Pastor. Ano I, n.º 12 (27 Mar.1909). Lisboa, 1909. Defensor dos interesses do funcionalismo público português.

Revolta (A). dir. Eduardo Metzner. Ano I, n.º 1 (1909). Lisboa, 1909. [Anarquista]

Revolta (A). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1909). Porto, 1909. Comemorativo do Centro Socialista Paz e Liberdade

Tipografia (A). Ano I, n.º 1 (Jan. 1909). Lisboa, 1909-. Substitui O Gráfico. Dir César dos Santos

Tipografia (A). Ano I, n.º 1 (1909). Porto, 1909. Mensário sindical da Federação Tipográfica Portuguesa.

Tipógrafo (O). Dir. António José de Sousa. Ano I, n.º 1 (Jun. 1909). Porto. 1909. Mensário dedicado aos interesses da classe tipográfica do Porto e à Propaganda associativa.

Tirapé. Ano I, n.º 1 (14 Nov. 1909). 1909. Órgão da classe dos operários sapateiros. [Socialista]

Vida (A). dir. Manuel Joaquim de Sousa. Série 2, n.º 1 (3 Jan. 1909). Porto, 1909-1910

Vida Operária. Dir. Pinto Quartim. Ano I, n.º 1 (1909). Lisboa, 1909. Secção de O Século

Voz do Caixeiro (A). Dir. Domingos Vieira. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1909). Évora 1909-10. Quinzenário defensor do caixeirato e do proletariado em geral.

Voz do Professor (A). Ano I, n.º 1 (1909). Angra do Heroísmo. 1909-10. Quinzenário da associação do professorado primário terceirense.

1910

Monografias

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO DE FRANÇA - O dia de oito horas.
Porto: Typ. Peninsular, 1910. (Bibliotheca d'A vida)

EMILE, Zola; CHAGAS, Franco (trad.) – A derrocada: La Débâcle. Lisboa: Guimarães & C.a, 1910

FAURE, Sébastien - A dor universal. Lisboa: Guimarães, 1910.

GUIMARÃES, Luís Oliveira, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” (1910), Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa (49), 1910

LIMA, José Lobo de Ávila; Andrade, Anselmo (pref.) - Movimento operário em Portugal. Lisboa: s.e., 1910

MACHADO, Fernão Botto – Quada de um monstro: pela emancipação da mulher, pela liberdade de consciência (Conferência realizada em Santarém). Lisboa: s.e, 190

MALATESTA, Henrique; VASCO, Neno (trad.) - O que querem os anarquistas : diálogo entre camponeses. Lisboa: António Ernesto Dias da Silva, 1910

MELLA y Cea, Ricardo – Aos camponeses. Lisboa: Sementeira, 1910

NOVICOW, Jacques; AGOSTINHO Fortes (trad.) - A emancipação da mulher. Lisboa: Typ. de Francisco Luiz Gonçalves, 1910

PELLOTIER, Fernand – A união de Sindicatos e a Anarquia. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1910. (A Brochura Social; 1)

PIERROT, Marc – Sindicalismo e Revolução. Lisboa: Bertrand, [1910]. (Biblioteca do Movimento Social: série B; 1)

POUGET, Émile – Bases do Sindicalismo. Porto: Grupo de Estudos Sociais, 1910 (Biblioteca de Estudos Sociais; 2)

SÁ, Virgílio – Irreverências?!...(poemas). Lisboa: Guimarães, 1910

SALGADO, Heliodoro, As mentiras religiosas. Lisboa: Bibl. Prop. Social, 1910.

SALGADO, Heliodoro, A religião da morte. Lisboa: Bibl. Prop. Social, 1910.

SANTOS, Augusto César dos – A questão operaria e o syndicalismo. Lisboa: José Bastos & C., [1910]. (Biblioteca do movimento social)

SHAW, Georges Benard; Emydgio d'Oliveira (trad.) – Manual do revolucionário. Porto: Emp. Guedes, 1910

SILVEIRA, José Fontana da – Carta aberta a um jovem proletário. Lisboa: Elizeu Justo, 1910.

SIMÕES, Augusto Nunes – A revolução social universal, na região portuguesa em 1910 (com formosos poemas para serem cantados ao som do hino do 1º de Maio). s.l.: s.e., [1910]

SOUSA, Manuel Joaquim de – O primeiro de Maio e a sua origem. Porto: Edição do autor, 1910.

Brochuras

Associação de Classe dos Compositores Tipográficos.- Informação para o inquérito industrial formulado pelo governo em conformidade com a portaria de 26 de Novembro de 1909. Lisboa : A.C.C.T., 1910. -48, 16 p. ; 22 cm. (Inclui Relatório da Delegação de Investigação)

Regulamento interno e tabellas de preços minimos [da] Associação de Classe dos Musicos Portuguezes : aprovado pela Assembléa Geral. Lisboa : Typ. La Bécarre, 1910.

Periódicos

Almanaque Operário. Ed. Fonseca e Filho. Ano I n.º 1 (1910). Porto, 1910-1911

Ambulância (A). Ano I n.º 1 (1910). Lisboa, 1910-1911. Defensor do pessoal dos hospitais civis portugueses e do povo em geral

Aurora (A). propr. e dir. António Alves Pereira. 2ª Série, n.º 1 (10 Jul. 1910). Porto: [19--] - 1919. (substitui A Vida). Anarco-sindicalista

Casa do Povo de Alcântara (A). Dir. J. W. Trindade. Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910.

Número único

Clarão (O). Dir. Rui Delfim Gomes. Ano I, n.º 1 (16 Fev. 1910). Coimbra, 1910.

Quinzenário anarquista

Combate (O). Dir. José Augusto de Castro. Ano VI, 2ª série, n.º 283 (10). Guarda 1910-1919-31. Pela justiça. Pela verdade. Pela igualdade.

Conflito (O). Ano I, n.º 1 (1910). Porto. 1910. Semanário sindicalista e cooperativista, órgão dos trabalhadores padeiros.

Confeiteiro (O). Ano I, n.º 1 (1910). Porto 1910. Semanário sindicalista e cooperativista, órgão dos trabalhadores padeiros.

Conquista do Bem (O). Dir. Adriano Brás e José de Almeida. Ano I, n.º 1 (29 Jul. 1910). Coimbra, 1910. Quinzenário anarquista.

Construção (A). red. Francisco R. Aparício; ed. Associação de Classe da Construção Civil da Região Sul. Ano I, n. 1 (27 Jul. 1910). Lisboa. 1910. Número único

Construtor (O). Red. Inácio Pereira. Ano I, n. 1 (1 Mai. 1910). Lisboa. 1910. Órgão das classes de construção civil.

Defensor Ferroviário: semanário syndicalista. dir. e propr. Carlos de Magalhães, ed. Silvino de Carvalho Ano I, n.º 1 (10 Dezembro 1910). Porto, 1910-1911. Revista quinzenal ilustrada

Defesa (A). Ano I, n.º 1 (11 Jan. 1910). Lisboa, 1910 – 1928. Defensor dos empregados de comércio.

Evolução (A). Ano I, n.º 1 (5 Jan. 1910). Coimbra, 1910-. Quinzenário defensor dos caixeiros.

Independente (O). Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910. Quinzenário

Individuo Livre (O). Dir. José Franco. Ano I, n.º 1 (1910). Setúbal, 1910. Anarquista Individualista

Juventude (A). Dir. Fontana da Silveira. Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910.

Libertador (O). Ano I, n.º 1 (Nov. 1910). Coimbra, 1910. Periódico defensor dos oprimidos anarquista

Luta Operária (A). Ano I, n.º 1 (1910). Burgães – Santo Tirso, 1910. Semanário defensor das classes operárias, comércio e indústria.

Mocidade (A). Dir. Fontana da Silveira. Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910.

Operariado de Coimbra (O). Dir. António Dias Ferreira. Ano I, n.º 1 (15 Maio. 1910). Coimbra, 1910. Defensor da classe operária. Número único

Povo Marítimo (O). Dir. Joaquim Júdice Bicker. Ano I, n.º 1 (1910). Lisboa, 1910. Periódico da indústria da pesca dos pescadores portugueses e dos marítimos em geral.

Rebelde. (O). Dir. João gomes. Ano I, n.º 1 (16 Nov. 1910). Leiria 1910-11. Jornal dos operários [Anarquista]

Rebelde (O). Ano I, n.º 1 (1910). Funchal 1910. Periódico libertário de sociologia e educação moderna.

Reforma Social (A). dir. Agostinho Fortes. Ano I, n.º 1 (1 Dez. 1910-11). Lisboa, 1910. Diáriodo partido socialista reformista.

Sapateiro (O). Dir. Manuel Joaquim de Sousa. Ano I, n.º 1 (31 Jul. 1910). Semanário e mensário, órgão dos operários sapateiros e defensor das classes trabalhadoras.

Sindicalista (O). Dir. António Evaristo e Alexandre Vieira. Ano 1, n.º 1 (13 Nov. 1910). Lisboa. 1910-16. Órgão da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista

Sindicalista (O). Ano 1, n.º 1 (1910). Porto. 1910-16. Semanário, jornal de defesa do sindicalismo

Tribuna (A). Dir. Fernandes de Oliveira. Ano 1, n.º 1 (10 Jan. 1910). Lisboa. 1910. Semanário defensor do caixeirato e do proletariado em geral.

Via-férrea (A). Pinto Saraiva. Ano 1, n.º 1 (1910). Lisboa. 1910.

Lisboa. 1910-14 Órgão dos empregados dos caminhos de ferro português

Voz do Chauffeur . Lisboa 1910

Voz do Proletário (A). Dir. Inácio de Sousa. Ano 1, n.º 1 (Abr. 1910). Porto. 1910.
Periódico dos manipuladores de pão. [anarquista]

1911

Monografias

CAFIERO, Carlo – Comunismo e anarquia. Lisboa: Grupo Liberto Germinal, 1911

Confederação Patronal – Constituição política da República Portuguesa Lisboa: CP, 1911

COSTA, Emílio – Acção directa e acção legal. Lisboa: União das Associações de Classe de Lisboa, 1912. (Conferência realizada na casa sindical em 31 de Dezembro de 1911)

COSTA, Emílio – Ilusões políticas. Portalegre: Edição do autor, 1913

GUIMARÃES, Luís Oliveira – História de um polvo (representação da comissão contra o limite das padarias, dirigidas ao sr. ministro do fomento em 25 de Abr. de 1911). Lisboa: s.e., 1911

JORGE, Ângelo – A questão social e a nova ciência de curar. Porto: Soc. Vegetariana Port., 1912

LEONE, Enriço; Ribeiro, Manuel de (trad.) – O Sindicalismo. Lisboa: Guimarães, 1911 (Colecção Sociologia)

MACKAY, John-Henry; Assunção, Mota (trad.) – Os anarquistas: costumes de fins do século dezenove. Lisboa: Typ. da Empresa da Historia de Portugal, 1911

NEVES, Roberto das – Guerra Civil. Lisboa: J.M. Pereira, 1911

NUNES, José Maria – A bomba explosiva: depoimentos diverso revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910). Lisboa: IMN, 1912

OLIVEIRA, Edmundo de – Dictérios (Horas de revolta: folheto em verso). [Lisboa]: Bibl. da Libertação, 1911

PATAUD E.; POUGET E.; KROPOTKINE, Pedro (pref.); PEREIRA, Emília de Araújo (trad.) - Como faremos a revolução. Lisboa: Guimarães & Ca, [1911].

PINHO, Abílio dos Santos – A guerra. Lisboa. s.n., [1911]

SILVA, Fernando Emydio da – Seguros mútuos. Coimbra: Imp. da Univ., 1911.

SILVEIRA, José Fontana - Analysando... : ensaios de critica social. Évora: Minerva Commercial, 1911

SILVEIRA, José Fontana – Influência da mulher na vida social. Sl: A Humanidade, 1911 (Conferência efectuada na associação do pessoal da exploração do porto de Lisboa, 9 de Abril a convite do jornal a humanidade)

SOUZA, M. J. de – Sindicalismo e ação direta. Porto: Typ. Peninsular, 1911. (Centro e Biblioteca de Estudos Sociais; 3)

TEIXEIRA, Jr. – Mulheres não procreeis! Lisboa: Bibl. Escritores Jovens, 1911

TELLE, Basílio – As ditaduras. O regime revolucionário. Ed. original de 1911

VALE, José do – A revolução burguesa e a revolução social. Lisboa. Bibl. Sociológica, 1911

Brochuras

Federação da Construção Civil – Congresso Nacional Operário das Classes da Construção Civil. Porto: Imp. Soc., 1911

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos A Lealdade do Operário. -Porto : Typ. de A. F. Vasconcelos, 1911.

Associação de Classe de Empregados de Escritório - Critica à lei da fiscalização das sociedades anonymas. Lisboa: Impr. Progresso, 1911.

Estatutos da Associação de Classe do Pessoal dos Hospitais Civis Portuguezes. Lisboa : [s.n.], 1911.

Estatutos da Associação de Classe dos Auctores Dramaticos Portuguezes. Lisboa : [s.n.], 1911.

Estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa. Lisboa: A.C.T.I., 1911.

Associação de Classe dos Operarios Encadernadores - Na festa do 9o anniversario: versos commemorativos. Lisboa : [s.n.], 1911.

Regulamento interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa. Lisboa : Casa dos Tipógrafos, 1911.

Associação de Classe dos Músicos Portuguezes - Regulamento interno e tabella de preços mínimos. Lisboa: Typ. do Commercio, 1911.

Panfletos

Manifesto da Federação Anarquista do Sul. Ao Povo Português. Lisboa: Federação Anarquista da Região Sul, 1911

Manifesto. O Partido Socialista ao Povo. Lisboa: O Conselho Central do Partido Socialista, 1911

Periódicos

Agitador (O). Dir. Virgílio de Sá. Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1911). Lisboa, 1911. Semanário de propaganda anarquista e neo-malthusiana

Alvorada (A). Dir. M. Matos Paulo. Ano I, n.º 1 (15 Jun 1911). Setúbal, 1911-1915-1929. Quinzenário defensor dos empregados do comércio e dos interesses da localidade.

Associação de classe dos empregados de bancos e câmbios de Lisboa. Sindicalista. Dir. M. Aparício e outros. Ano 1, n.º 1 (Jan. 1910). Lisboa. 1910-13 – 1914 – 1916.

Caixeiro da Beira (O). Ano I, n.º 1 (1911). Viseu, 1911-12 – 15-16. Semanário

Caixeiro do Norte (O). Ano I, 2ª série, n.º 1 (1911). Viseu, 1911-12. Semanário independente. Órgão do caixeirato português

Caixeiro do Sul (O). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1911). Beja. 1911-3- 15-17-18-23. Quinzenário defensor dos empregados do comércio

Caixeiro Livre (O). Dir. J. Afonso Chicharo. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1911). Beja, 1919. Semanário defensor dos empregados do comércio

Carril (O). Dir. José Gomes. Ano I, n.º 1 (1911). Lisboa, 1911. Boletim propriedade da associação de classe dos caminhos de ferro portugueses

Catolicismo social (O). Dir. Pe. Maximiano de Almeida. Ano I, n.º 1 (5 Abr. 1911). Viseu. 1911. Bissemanário, defensor das verdades religiosas e dos princípios sociais cristãos.

Carruageiro (O). Dir. Joaquim Nogueira. Ano I, n.º 1 (1911). Porto. 1911-1915-1919-20-1925. Boletim mensal da Associação de Operários da Indústria de Carruagens.

Chapeleiro (O). Ano I, 2ª série. n.º 1 (16 Abr. 1911). Porto. 1911-15. Órgão dos operários Chapeleiros portugueses

Construtor (O). Red. Alfredo Matos. Ano I, 2ª série, n. 1 (1911). Lisboa. 1911-12. Órgão das classes de construção civil.

Desforço (O). Dir. Adriano Nascimento. Ano I, n.º 23 (2 Dez. 1911). Coimbra 1911

Encarregado de Estação (O). Ano I, n.º 1 (Ago. 1911). Alijó, 1911. Órgão da classe telégrafo-postal

Escola Primária. Dir. Belmiro Nogueira Xavier. Ano I, n.º 1 (Nov.1911). Penafiel. 1911-12. Órgão do professorado primário e do sindicato de professores de Penafiel.

Escriturário (O). Ano I, n.º 1 (1911). Lisboa, 1911-12.

Evolução (A). Ano I, n.º 1 (Abr. 1911). Lisboa, 1911. Periódico defensor da classe postal.

Federação (A). Dir. João Maria Farinha. Ano I, n.º 1 (1911). Estremoz, 1911. Periódico defensor do povo trabalhador em geral [Anarquista]

Federação (A). Ano I, n.º 1 (1911). Lourenço Marques, 1911.

Ferro-viário (O): União e solidariedade seja a nossa divisa. Dir. Joaquim Ludovice e outros. Ano 1, n.º 1 (1 Nov. 1911). Lisboa, 1911-12-1920-1934

Fragateiro (O). Red. Manuel Pedro de Abreu Número único comemorativo do 1º aniversário da Associação de Classe dos Fragateiros do Porto de Lisboa (29 Out. 1911). Lisboa, 1911. [Sindicalista]

Gazeta dos correios (A). Dir. Canto Moniz. Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911. Quinzenário

Gráfico (O). Ano I, n.º 1 (27 Mar. 1911). Lourenço Marques, 1911. Número único comemorativo da implantação da República.

Gráfico (O).. Ano I, n.º 1 (15 Jan. 1911). Porto, 1911. Publicação quinzenal independente de tipógrafos do Porto

Germinal. Ano I, n.º 1 (1903). Setúbal, 1903-1911; 1911-1913. Semanário anarquista

Ideia Livre (A). Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911-1916. Mensário de ideias, factos e comentário.

Lúmen: A Vida e o Ideal. dir. Severino de Carvalho. Ano I, n.º 1 (1 Maio 1911). Lisboa, 1911-1913. Mensário de sociologia e arte [Anarquista. Participam Adolfo Lima e Jorge Coutinho, com abundante propaganda sindicalista]

Luz do porvir. Dir. Manuel Joaquim de Sousa. Ano I, n.º 1 (Jan. 1911). Porto, 1911. Órgão dos operários sapateiros e defensor das classes trabalhadoras

Madrugada (A). Dir. Maria Veleda. Ano I, n.º 1 (1911). Lisboa, 1911-18. Defesa social da mulher.

Motorista (O). Ano I, n.º 1 (1911). Lisboa, 1911. Trimensário sindical

Operário (O). Dir. João Marcelino. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1911). Beja, 1911-14. Semanal. Prop. da Empresa O Operário. [Socialista]

Operário (O). Dir. Rui de Bívar. Ano I, n.º 1 (16 Abr. 1911). Torres Novas, 1911. Número único. [Republicano]

Primeiro de Maio (O). Dir. Domingos Lavadinho. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1911). Elvas, 1911. Número único de homenagem às classes trabalhadoras. Grémio do Movimento Republicano

Proletário (O). Ano I, n.º 1 (21 Mai. 1911). Golegã, 1911.

Proletário (O). Dir. Luiz Jacinto de Teles. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1911). Ponta Delgada, 1911.

Protesto do povo (O). Manuel Augusto César. Ano I, n.º 1 (8 Jul. 1911). Ponta Delgada, 1911. Bimensário socialista.

República Social (A). Dir. César Nogueira. Ano I, 2ª série, n.º 1 (Jan. 1911). Lisboa, 1911-12.

República Social (A). ed. e admin. António Francisco Pereira; prop. Propriedade do Centro Socialista do Primeiro Bairro. Ano I, Série 2, n.º 1 (1 Jan. 1911). Lisboa, 1911-1912. Semanal

Revista das Associações Portuguesas (O). Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911. Publicação mensal dedicada às associações de socorros mútuos, sindicatos sociedades cooperativas e todas as agremiações de utilidade pública.

Revolta (A). Ano I, n.º 1 (1911). Aljustrel, 1911. [Republicano radical]

Revolta (A). Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911.

Revolução Social (A). Dir. Luís Carvalho. Ano I, n.º 1 (Dez. 1911). Coimbra, 1911- Órgão do grupo O Futuro - Anarquista

Rude (O). Dir. Benjamim A. Rodeia. Ano I, n.º 1 (1 Out. 1911). Alcácer do Sal, 1911-1912. Quinzenário da classe trabalhadora. [socialista]

Simple (Os). Ano I, n.º 1 (25 Fev. 1911). Lourenço Marques, 1911. Semanário saído da greve geral dos eléctricos.

Tanoeiro (O). Ano I, n.º 1 (1911). Lisboa, 1911.

Tempos Novos.. Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911. [Anarquista]

Terra Livre. Elias Matias. (1 Nov. 1911). Évora, 1911. Tri-semanário órgão dos operários sapateiros e do proletariado em geral

Têxtil (O). Dir. Manuel Gomes da Silva. Ano I, n.º 1 (9 Jul. 1911). Porto, 1911-12-1915. Sociedade de instrução O Têxtil

Trabalhador (O). Dir. João Nascimento. Ano I, n.º 1 (2 Jul. 1911). Setúbal. Número único. Associação da classe dos trabalhadores das fábricas.

Trabalho (O). Dir. Silva Marrão. Ano I, n.º 1 (1 Jun. 1911). Seia, 1911-18. Quinzenário defensor dos interesses do Centro A Mocidade Fraternal e do concelho.

União Ferroviária (A). Dir. Manuel Ribeiro e outros. Ano I, n.º 1 (1911). Porto, 1911-26. Periódico dos ferroviários do Douro e Minho

Vida Livre. Dir. Sobral de Campos. Ano I, n.º 1 (23 Fev. 1911). Coimbra, 1911. [[Anarquista]

Voz do Caixeiro (A). Dir. Joaquim Ribeiro. Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1911). Lourenço Marques, 1911. Órgão defensor dos empregados no comércio e na indústria e dos interesses da província

Voz do Caixeiro (A). Dir. Manuel Ferreira Marques. Ano I, n.º 1 (Fev. 1911). Coimbra, 1911-12. Órgão do caxeirato português. Quinzenal

Voz do Marítimo (A). Ano I, n.º 1 (Fev. 1911). Coimbra, 1911-1929. Quinzenário da associação de classe dos inscritos marítimos.

Voz do Sargento (A). Dir. António Rodrigues. Ano I, n.º 1 (31 Jan. 1911). Coimbra, 1911-12. Órgão da «classe dos Sargentos e da Armada»

1912

Monografias

CHALLAYE, Félicien; RIBEIRO, Manuel (trad.) - O sindicalismo. Lisboa : Centro Typ. Colonial, 1912.

FIRMINO, Frutuoso – Da casa sindical ao Forte de Sacavam. [Lisboa]: s.e.[1912]

HAMON, Augustin, ARAÚJO Pereira (trad.) – Psicologia do militar profissional. Lisboa: Guimarães, 1912

JANET, Paul; Amândio dos Santos (trad.) – As origens do socialismo contemporâneo. Lisboa: Typ. De Francisco Luiz Gonçalves, 1912

KROPOTKINE, Piotr; RECLUS, Elisée (pref.); LIMA, Campos (trad.) - Palavras d'um revoltado Lisboa: Guimarães, 1912.

MADUREIRA, Joaquim – Na «Fermosa Estrivaria»: Notas de um diário subversivo – 1911. Lisboa, 1912

MARX, Carlos; DEVILLE, Grabele; MORAES, Albano de (trad.) - O capital: estudo sobre o socialismo científico. Lisboa: Typ. Francisco Luiz Gonçalves, 1912.

MARX, Carlos; EMÍLIA de Araújo Pereira (trad.) – O capital. Lisboa: Guimarães, 1912

MOLINARI, Gustavo de; CARVALHO, Ribeiro de (trad.) – Problemas sociais: o problema religioso, o problema moral... o proteccionismo. Lisboa: Liv. Internacional, [1912].

NETTLAU, Max – A responsabilidade e a solidariedade na luta operária: seus limites actuais e sua extensão possível: relatório lido a 5 de Dezembro de 1899 ante o Freedom Discussion Group de Londres. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1912. (A Brochura Social; 2)

NICEFORO, Alfredo; Emilio Costa (trad.); Agostinho Fortes (anot.) - As classes pobres. Lisboa: Typ. de Francisco Luiz Gonçalves, 1912.

PINTO, F. A. – O despotismo. Lisboa: Central, 1912

POUGET, Émile – A Associação. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1912

STEPNIAK – A Revolução nihilista na Rússia. Lisboa: Casa Alfredo David, 1912.

Panfletos

Ao País. Lisboa: Partido Socialista Português, 1912.

Ao Povo - Réplica aos maus republicanos. Lisboa: J. Carlos Rates, 1912

Ao Povo Operário de Setúbal. Atenção. Setúbal: Germinal, 1912. (Suplemento do jornal Germinal, n.º 25 da II Série).

Ao Povo Trabalhador, Em 20 de Outubro de 1912, foram mortos 2 trabalhadores rurais em Coruche, 1912

Ao Povo Trabalhador - A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores. Lisboa: Carlos Antunes, 1912.

Ao Proletariado. S.l.: Narciso de Azevedo, 1912

Ao Proletariado Português. Lisboa: Henrique de Moraes, 1912.

Carta Aberta aos Soldados Portugueses. Lisboa: Manuel Joaquim de Sousa, 1912

O Partido Socialista e o seu representante no Parlamento. Ao Povo de Lisboa e do País. Lisboa: P.S.P., 1912

A Greve geral dos trabalhadores. Setúbal: Germinal, 1912. (Suplemento do jornal Germinal, n.º 21, ano IX, II Série, de 20 de Janeiro de 1912)

Periódicos

Acção (A). Dir. António A. Correia e outros. Ano I, n.º 1 (1912). Lisboa, 1912-16-1930. Órgão independente dos empregados de comércio.

Alfaiate (O). Ano I, n.º 1 (9 Jun. 1912). Porto, 1912. Número único comemorativo do 3º aniversário da fundação da União Fraternal dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate do Porto. Corporativos

Caixeiro (O). Dir. Joaquim Gonçalves Barroso. Ano I, n.º 5 (1912). Barcelos 1912. Quinzenal.

Campeão Ferroviário (O). Ano I, 4ª série, n.º 1 (1 Ago. 1912). Porto. 1912-5. Boletim mensal dos delegados do Minho

Clarão (O) Ano I, n.º 1 (3 Jan. 1912). Rio Tinto 1912. Jornal noticioso, doutrinal, instrutivo

Despertar. (O). Dir. Sebastião da Cunha Anes. Ano I, n.º 1 (7 Jan 1912). Évora 1912. quinzenário, órgão e propriedade das associações de classe do comércio de Évora. [Anarquista]

Edificador (O). Dir. Zacharias F. Lima. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1912). Lisboa, 1912- Órgão dos construtores civis. Quinzenal

Futuro (O). Dir. Fernando Alves. Ano I, n.º 1 (26 Ago. 1912). Castelo Branco, 1912- Órgão defensor da classe operária

Fanal (O): Defensor dos operários do Arsenal da Marinha, Cordoaria e do operariado em geral. ed. Artur Lopes da Silva; propr. Grupo Editor; redactor principal João Ricardo da Silva. Ano I, n.º 1 (21 Jul. 1917). Lisboa, 1912. Eventual

Ferroviário (O). Ano I, n.º 1 (Set. 1912). Lisboa, 1912-20-34 Propriedade do sindicato do pessoal dos caminhos-de-ferro portugueses

Guerra Social (A). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1912). Lisboa, 1912. Órgão Socialista e Operário Bimensal

Guerra Social (A): Órgão do Partido Socialista-Sindical e dos Sindicalistas Reformistas. dir. Pedro Bandeira. Ano I, n.º 4 (22 Ago. 1922) Lisboa, 1912.

Humanidade (A). Dir. Ernesto Donato e outros. Ano I, n.º 1 (13 Out. 1912). Coimbra, 1912. Bissemanário de propaganda democrática e social. [Republicano radical].

Humanidade (A). Ano I, n.º 1 (1912). Porto, 1912. Semanário, folha de vulgarização social e educativa.

Liberdade. Dir. Domingos Zacharias. Ano I, n.º 1 (22 Jul. 1912). Porto, 1912. Órgão dos cocheiros.

Libertário (O). Dir. António de Sousa Palma. Ano I, n.º 1 (13 Out. 1912). Faro, 1912. órgão da UAA

Luz e Vida (O). Dir. António Costa. Ano I, n.º 1 (15 Jul. 1912). Porto, 1912. Órgão dos empregados de comércio. [Sindical e Republicano]

Manufactor (O) Ano I, n.º 1 (1 Out. 1912). Lisboa, 1912. Órgão dos manufactores de calçado de todo o país.

Marçano (O). Ano I, n.º 1 (15 Dez. 1912). Barcelos, 1912. Quinzenal.

Marceneiro (O). Dir. José de Sousa e Carlos de Sousa. Ano I, n.º 1 (25 Mar. 1912) Porto, 1912. Prop. da Associação de Classe dos Operários Marceneiros do Porto.

Proletário (O). Red. Gomes dos santos. Ano I, n.º 1 (2 Nov. 1912). Lourenço Marques, 1912. jornal defensor das classes Trabalhadoras e propagador do ideal socialista

Rebate (O). Dir. Fernando Alves. Ano I, n.º 1 (22 Nov. 1912). Castelo Branco, 1912-1915. Órgão da classe operária

Reivindicador (O). Ano I, n.º 1 (1912). Horta 1912. Semanário de combate

Revolucionário (O). Dir. Monteiro Santareno e outros. Ano I, n.º 1 (1 Abr.1912). Lisboa, 1912. Semanário republicano radical, defensores dos interesses do povo trabalhador.

Revolucionário socialista (O). Dir. Augusto Dias da Silva. Ano I, n.º 1 (1 Abr.1912). Lisboa, 1912.

Semeador (O). dir. Fernando Costa. Ano I, n.º 1 (1912). Portalegre, 1912. Semanário anarquista

Socialista (O). dir. Pedro Muralha; propr. Empreza Socialista Ano I, n.º 1 (14 Abr. 1912). Lisboa, 1912-1914. (Segue com o título “A Vanguarda”)

Socialista de Guimarães (O). dir. Manuel Ribeiro da Silva. Ano I, n.º 1 (13 Mai. 1912). Guimarães, 1912. Número único propr. do Centro Socialista local

Trabalhador Rural (O). dir. Diogo Bernardes. Ano I, n.º 1 (8 Dez. 1912). Évora, 1912-1913-1914. Mensário da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais

Voz do Povo (A). Dir. Firmino Cadete Ano I, n.º 1 (4 Fev. 1912). Aveiro. 1912-17-28-31 Semanário defensor das classes trabalhadoras, literário e noticioso

1913

Monografias

Alamanaque de A Aurora – 1913. Porto: Bibl. Gr. Aurora Social, 1913

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, A Mulher: história da mulher: a mulher moderna, educação. Lisboa, Clássica, 1913

CAMPOS, Sobral de – Canções sociais (versos originais de presos no Limoeiro). Lisboa: António Evaristo, 1913

FABBRI, Luigi – O sindicalismo. Lisboa: A. Machado, 1913. (Biblioteca Arquivo Social)

GORKI, Máximo; RIBEIRO, Manuel (trad.) - Os vagabundos. Lisboa : Guimarães, 1913.

KROPOTKIN, Pedro; PEREIRA, Emília de Araújo de (trad.) - A Grande Revolução. Lisboa: Guimarães, 1913.

KROPOTKINE, P. - Sindicalismo e parlamentarismo. Algés: Novos Horizontes ,1913.

KROPOTKINE, Pedro; RECLUS, Elisée (pref.); RIBEIRO, Manuel (trad.) – A conquista do pão. Lisboa: Guimarães & Ca, 1913.

MACHADO, Augusto – O 1º de Maio e o sindicalismo. Algés: Novos Horizontes, 1913.

MARTINS, Júlio Augusto – O sindicalismo: artigos publicados no Semanário Republicano de Évora "O Carbonário". -Évora: Semanário Rep. "O Carbonário", [1913].

NIEUWENHUIS, Domela – Pátria e Humanidade. Lisboa: Novos Horizontes, 1913

PINHO, Abílio dos Santos (adapt.) – Bandidos trágicos. Lisboa: s.e., 1913

PRAT, Joseph; BRIAND, Aristide; Carvalho, Ribeiro de; Machado, Betto (trad.) - Syndicalismo e greve geral. Lisboa: Almeida, Carvalho & Ca, [1913]. (Bib. Educação Moderna ; 12)

POISSON, Erneste; ANTÓNIO Tavares (Trad.) - O que é o socialismo. Porto: Confederação Socialista da Região Norte, 1913

SALVATERRA, Jr. – Rugusos e lamento (versos da canalha). Porto: Centro Intrut. Propag. Libertária, 1913.

SEVERINO, Teixeira – A indústria tipográfica. Lisboa: Com. Org. Ind. Tip., 1913

SEILHAC, Léon de; JORGE, Ângelo (vers.) - A utopia socialista. Porto: Comp.^a Portuguesa Editora, 1913.

SILVA, Fernando Emídio da - Acidentes de trabalho. Lisboa: Imp. Nacional, 1913

SIMÕES, J. M. de Oliveira – Sindicalistas e anarquistas. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1913

TOLSTOI, Leão; LENCASTRE, Antão de (trad.) – Ressurreição. Lisboa : Guimarães & Ca, 1913.

VASCO, Neno - «Sindicalismo revolucionário», in Almanaque de A Aurora. Porto: Biblioteca do Grupo Aurora Social, 1913. p 67-77

VASCO, Neno – Da porta da Europa: factos e ideias: a questão religiosa: a questão política: a questão económica: 1911-1912. Lisboa: N. Vasco, 1913.

Brochuras

BARROS, João Baptista de - Causas da Carestia do Pão em Portugal: oferecido a consideração da União das associações de Classe de Lisboa e ao povo trabalhador em geral. Lisboa: USO, 1913

Panfletos

Pela Liberdade Contra a Tirania. Prisões e exílio dos implicados na sequência do movimento revolucionário, chefiado pelo capitão Lima Dias, em 27 de Abril de 1913, em defesa da República radical. 1913

Um clamor de prisioneiros que se eleva das prisões do Estado em Portugal. Aos Senhores Congressistas estrangeiros, representantes do Livre Pensamento Universal. Lisboa: J. Carlos Rates, 1913

Periódicos

Acção (A). Ano I, n.º 4 (16 Mar. 1913). Porto, 1913. Semanário Defensor dos Interesses do Caixeiro Português. Corporativos

Acção Social (A). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Covilhã, 1913.

Anarquia (A). Dir. Miguel Martins. Ano I, n.º 1 (1 Mai 1913). Coimbra, 1913. Mensal. Juventude Anarquista

Anarquista (O). Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. Folha Semanal Anarquista

Argonauta (O). Ano I, n.º 1 (Jul. 1913). Lisboa, 1913. Órgão das gentes do mar.

Atenista (O). Ano I, n.º 1 (Mai. 1913). Funchal, 1913. Órgão dos empregados de comércio.

Batalha Socialista (A). Dir. César Nogueira. Ano I, n.º 1 (1 Abr. 1913). Lisboa, 1913.
Trimestral

Cabouco (O) Ano I, n.º 1 (21 Set. 1913). Lisboa, 1913. Número único associação de classe da construção civil

Carpinteiro (O) Ano I, n.º 1 (1913). Figueira da Foz 1913. Número único comemorativo do 13º aniversário da associação de classe dos carpinteiros civis figueirenses

Chapeleiro (O) Ano I, 2ª série, n.º 1 (1 Mai. 1913). Porto, 1913.

Clamor (O). Ano I, n.º 1 (1913). Aveiro. 1913. Quinzenário da corporação telégrafo-postal

Clarim (O). Ano I, n.º 1 (20 Jul. 1913). Porto. 1913. Quinzenário defensor dos empregados do comércio.

Comuna (A). Dir. Carlos Pinto Malheiro. Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1913). Lisboa. 1913.
Número único comemorativo do 42º aniversário da Comuna de Paris

Comuna (A). Ed. J. Gomes Amaral. Ano I, n.º 1 (1 Out. 1913). Porto 1913. Quinzenal (Juventudes Sindicalistas)

Construção (A). Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa. 1913. Número único das associações de classes da construção civil da região Sul

Construção Civil (A). Dir. Francisco Aparício. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa. 1913. Número único das associações de classes da construção civil da região Sul

Construtor (O). Red. Jorge Coutinho. Ano I, n. 1 (Fev.. 1913). Lisboa. 1913-27. Órgão da Federação dos operários da construção civil de Portugal, Colónias e Ilhas. Começa a ser semanal com um suplemento técnico mensal, a partir do número 244 passe a ser semanal e quinzenal a partir do n.º 291

Construtores (Os). Dir. Francisco Aparício. Ano I, n. 1 (3 Ago. 1913). Lisboa. 1913. Órgão das associações de classes da construção civil da região Sul. Número único

Cultura Popular. Dir. Pinto Quartim. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. Boletim do Ateneu Popular

Dezanove de Outubro de 1913. Dir. António Manuel Pascoal. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. Grupo Os Jovens Libertários

Edificação (A). Red. Francisco Aparício. Ano I, n.º 1 (7 Set. 1913). Lisboa, 1913. Associações de classe de construção civil da Região Sul

Escola Moderna. Ano I, n.º 1 (1913). Aveiro, 1913-14

Frontal (O). o. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. Número único da Associações de classe de construção civil da Região Sul.

Gazeta dos Correios e Telégrafos. Red. Rodrigo Pereira dos Santos. Ano I, n.º 1 (1913). Porto, 1913. Quinzenário.

Geórgicas. Dir. Neno Vasco. Ano I, n.º 1 (Mai. 1913). Lisboa, 1913.

Grito (O). Ano I, n.º 1 (19 Mar.1913). Figueira da Foz, 1913 Número comemorativo da Associação de Classe dos carpinteiros civis.

Grito Social (O).Ano I, n.º 1 (21 Set. 1913). Aradas-Aveito, 1913 [Anarquista].

Intrépido (O). Dir. José Ramlaho. Ano I, n.º 1 (1 Mai.1913). Covilhã, 1913 Semanário operário defensor dos oprimidos

Jornal dos empregados de bancos e câmbios. Ano I, n.º 1 (17 Fev. 1913). Porto, 1913-14 – 19120-21. Lisboa.

Libertador (O). Dir. Joaquim Leite Vinheiras. Ano I, n.º 1 (1913). Vila Nova de Gaia, 1913. Periódico defensor dos tanoeiros

Lutador (O): Órgão do Partido Socialista na Maia; Dir. António Rocha e Francisco Barbosa. Ano I, n.º 1 (7 Set. 1913). Maia, 1913.

Lutador (O). Dir. António Lagartinha. Ano I, n.º 1 (1913). Vila Real de Santo António, 1913.Quinzenário defensor das classes operárias e interesses locais.

Luta social. Dir. Viriato Teixeira. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Coimbra, 1913.Órgão de Grupo de Propaganda Social Adelino Veiga.

Luta social. Ano I, n.º 1 (1913). Coimbra, 1913. Órgão de Grupo de Propaganda Karl Marx.

Novos Horizontes. Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1913). Viana do Castelo e Barga, 1913. Órgão do Instituto Internacional de Psicologia.

Operário (O). Dir. Jacinto de Bettencourt. Ano I, n.º 1 (15 Mar. 1913). Horta Açores, 1913-14. Semanal (Influência socialista)

Operário (O). Ano I, n.º 1 (1913). Aveiro, 1913.

Operário construtor (O). Dir. Francisco Aparício. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913-14. Associação club da construção civil da região Sul

Ourives (O). Ano I, n.º 1 (1 Out. 1913). Porto 1913-14. Órgão da associação da classe dos oficiais d'ourives do Porto

Panificador (O). Ano I, n.º 1 (Abr. 1913). Lisboa, 1913.

Pavimento (O). Dir. Francisco Aparício. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. Associação da construção civil da região Sul

Proletário (O). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Ponta Delgada, 1913-14. Semanário da Federação Operária e do Operário em Geral (influência socialista)

Proletário (O). Dir. Augusto Garcia. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Lisboa, 1913. Defensor das classes trabalhadoras

Proletário (O). Dir. A. Rocha. Ano I, n.º 1 (1 Out. 1913). Aveiro, 1913

Proletário (O). Ano I, n.º 1 (1913). Porto, 1913

Protesto (O). Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. (Substituí Terra Livre) [Anarquista]

Rebelde (O). Ano I, n.º 1 (Nov. 1913). Coimbra 1913. Quinzenário comunista-anarquista que substitui A Revolta

Rebelde (O). Dir. Augusto Quintas. Ano I, n.º 1 (16 Nov. 1913). Beja, 1913. Quinzenário Comunista-Anarquista

Revista de Ensino Médio e Profissional. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913-14. Órgão da Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais.

Revolta (A). Dir. Augusto Quintas. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1913). Lisboa, 1913. Órgão da Federação Anarquista da Região Sul

Revolta (A). Dir. António Tavares. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Coimbra, 1913. Quinzenário Comunista-Anarquista

Revolta (A). Dir. Augusto Quintas. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1913). Lisboa, 1913. Órgão da Federação Anarquista da Região Sul

Revolta (A). Dir. Augusto Quintas. Ano I, n.º 3 (1 Set. 1913). Coimbra, 1913. Órgão da Federação Anarquista da Região Sul

Terra Livre. Dir. Pinto Quartim; ed. Jaime de Castro. Ano I, n.º 12 (1 Mai. 1913). Lisboa, 1913. Semanal

Tipógrafo (O). Dir. Luís Gonzaga Ferreira. Ano I, n.º 1 (1 Jun. 1913). Horta-Açores, 1913. Semanário órgão da classe.

Tipógrafo (O). Dir. José Ramalho. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Lisboa, 1913.

Trabalhador (O). Dir. Martins Santareno. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1913. [Sindical-Republicano]

Trabalho (O). Ano I, n.º 1 (1913). Lourenço Marques, 1913. Periódico eventual dedicado à defesa dos trabalhadores

União e Luz (O). Dir. Augusto Cardoso. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1913). Figueira da Foz, 1913. Mensário socialista da associação feminina de caixeiros.

União Telégrafo-postal. Dir. Salvador Silva. Ano I, n.º 1 (1 Jun. 1913). Lisboa, 1913-1929-1930.

1914

Monografias

FORSADO, Rui – Situação da mulher no comércio (tese apresentada ao 3º Congresso dos Caixeiros em Coimbra, 25 de Maio de 1912). Elvas: s.e., 1914

FORTES, Agostinho - História das nações europeias: os últimos cem anos: antecedentes da grande conflagração actual Lisboa: Biblioteca d' Educação Nacional [1914].

GRAVE, Jean - O indivíduo e a sociedade. Lisboa: Guimarães Editores, 1914

LANDAUER, Gustavo - A social democracia na Alemanha. Lisboa: A Sementeira, 1914

MALATESTA, Errico – A politica parlamentar no movimento socialista. Lisboa: Brochura Social, 1914

TOLSTOI, Leão; RIBEIRO, Manuel (trad.) - A escravidão moderna. Lisboa : Guimarães & Ca, 1914.

Brochuras

Congresso Nacional Operário (realizado em Tomar nos dias 28 de Fevereiro, 1,2 e 3 de Março de 1914), Lisboa: Tipografia Leiria, 1914

Elementos Para a Reforma do Regimen d'Associações de Classe Operárias em Portugal. Lisboa: Federação Operária de Lisboa, 1914

Panfletos

Proletários! Evitemos a conflagração universal preparada pelos capitalistas! Lisboa: Henrique de Morais, 1914

Periódicos

Agitador (O). Dir. Júlia Cruz. Ano I, n.º 1 (1914). Vidago, 1914. Folha de propaganda libertária

Arauto. Ano I, n.º 1 (23 Jul. 1913). Portimão, 1913. [Anarquista]

Arsenalista (O): quinzenário corporativo. propr. Associação de Classe dos Fabricantes d'Armas e Ofícios Acessórios; dir. Jerónimo de Sousa. Ano 1, n.º 1 (1 Fev. 1914). Lisboa, 1914-1933. Quinzenal. (infl. reformista e posteriormente bolchevista)

Avante (O). Ano I, n.º 1 (Nov. 1914). Évora 1914. Defensor da classe trabalhadora (Juventude Sindicalista)

Batalha Anarquista (A). Ed. António Tavares. Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1914). Coimbra, 1914. Mensário comunista

Boletim da Associação Beneficente dos Empregados de Escritório. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1914-1916-19.

Boletim da Associação de Classe dos Empregados de Escritório. Ano I, n.º 1 (1913). Lisboa, 1914-1925-1932.

Boletim Mensal da Universidade Livre. Ano I, n.º 1 (1914). Lisboa, 1914.

Combate (O): Órgão central do Partido Socialista Português. dir. e ed. António Francisco Pereira. Ano I, n.º 1 (1914). Lisboa, 1914-1919.

Despertar (O). Ano I, n.º 1 (1914). Guimarães, 1914-15. Defensor dos empregados do comércio.

Despertar (O): Órgão das Juventudes Sindicalistas. redactor principal Mário Costa; ed. Carlos de Sousa. Ano I, n.º 1 (1 Maio 1914). Lisboa, 1914 -1915. Mensário

Despertar (O). Dir. Oliveira e Castro. Ano I, n.º 1 (4 Jan. 1914). Guimarães, 1914 -1915. Quinzenário defensor dos empregados do comércio e da indústria.

Despertar (O). Dir. Oliveira e Castro. Ano I, n.º 1 (4 Jan. 1914). Lamego, 1914 -1915. Quinzenário defensor dos empregados do comércio e da indústria.

Despertar (O). Dir. Luís Simões. Ano I, n.º 1 (4 Jan. 1914). Leiria, 1914 -1915. Quinzenário defensor da classe trabalhadora, órgão da Associação de Classe dos Operários de Leiria.

Despertar (O). Dir. Mário Costa e outros. Ano I, n.º 1 (19 Mai. 1914). Lisboa, 1914 -1915. Mensário revolucionário antimilitarista.

Eco do Arsenal (O). Dir. Armando da Conceição. Ano I, n.º 1 (Jan. 1914). Lisboa, 1914 -33. Mensário do Sindicato do pessoal da marinha e cordoaria nacional.

Eco Telegrafo-postal (O). Dir. Armando da Conceição. Ano I, n.º 1 (Jan. 1914). Lisboa, 1914 -18-34. Órgão da Associação de Classe dos empregados menores dos Correios e Telégrafos.

Escola Moderna. Dir. A. Rocha. Ano I, n.º 1 (Out. 1914). Aveiro, 1914 -33. Quinzenal

Escola Primária. Ano I, n.º 1 (9 Nov.1914). Valongo. 1911-12. Órgão do professorado primário e do sindicato de professores de Penafiel.

Facho (O). Ano I, n.º 1 (1914). Évora, 1914

Gazeta Ferroviária. Ano I, n.º 1 (Jan. 1914). Lisboa, 1919.

Germinal (O). Dir. Aurélio Loureiro. Ano I, n.º 1 (11 Jun. 1914). Lourenço Marques, 1914-38.

Intersodales. Ano I, n.º 1 (1914). Lisboa. 1914

Manipulador de pão (O). Ano I, n.º 1 (Jan. 1914). Porto 1914-15-1919-32. Boletim da associação de classe dos operários manipuladores de pão de Lisboa

Operário (O). Dir. Januário Mendes da Silva. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1914). Pombal, 1914. Número único

Picão (O). Dir. Martins Santareno e outros. Ano I, n.º 1 (Jan. 1914). Lisboa, 1914 -15. Órgão da Associação de Canteiros e Cabouqueiros de Montelavar.

Primeiro de Maio (O). Prop. Grupo de Propaganda e Defesa Social. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1914). Évora, 1914. Número único

Proletário (O). Dir. Tomás de Amaral. Ano I, n.º 1 (31 Mai. 1914). Lamego, 1914-15. semanário (influência socialista)

Questão Social. Dir. Gonçalves Correia. Ano I, n.º 1 (1916). Cuba. 1914. Anarquista

Racional (O). Ano I, n.º 1 (1922). Olhão, 1914. Anarquista

Regeneração. Ano I, n.º 1 (1914). Lisboa, 1914-15 Anarquista

Revolta (A). Ano I, n.º 1 (11 Out. 1914). Conímbriga, 1914-15 Quinzenário Comunista-Anarquista

Semana (A). dir. Emílio Costa. Ano I, n.º 1 (1914). Lisboa, 1914. Anarquista

Serrote (O). Ano I, n.º 1 (26 Jul. 1914). Lisboa, 1914. Número único. 3º aniversário da Associação dos operários Serralheiros de Lisboa.

Serralheiro (O). Dir. Francisco Soares Ano I, n.º 1 (15 Mai. 1914). Póvoa do Varzim, 1914 - 19. Semanário dos ferroviários da Linha da Póvoa

Tipógrafo (O). Dir. Eugénio Cardoso e B. Silva. Ano I, n.º 1 (7 Set. 1914). Castelo Branco, 1914

Trabalhador (O). Ano I, n.º 1 (11 Jan. 1915). Viana do Castelo, 1914. Semanário

Trabalho (O): Semanário órgão das classes trabalhadoras. Francisco Sousa. Ano I, n.º 1 (11 Fev. 1914). Viana do Castelo, 1914. Prop. da Comissão Organizadora da Liga das Artes Gráficas

União Operária: Órgão e Propriedade da União Operária Nacional, Central dos Sindicatos Operários Portugueses. dir. J. Carlos Rates; ed. Luiz Rodrigues Ramos. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1914). Lisboa, 1914. Quinzenário sindicalista

Vanguarda (A). dir. Pedro Muralha; propr. Empresa Socialista. Ano II, n.º 528 (Janeiro 1914). Lisboa, 1914. Diário da manhã. (Continuação do diário "O Socialista")

Vedeta (A). Dir: Acácio Serra. Ano I, n.º1 (14 Fev. 1915). Coimbra, 1914. Defensor da classe dos sargentos

Voz do Faminto (A). Jerónimo Pinto Moreira. Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1914). Viana do Castelo, 1914. Quinzenário de propaganda libertária

Voz do Trabalho (O). Manuel Silva. Ano I, n.º1 (24 Mar. 1914). Porto, 1914. Órgão das Associações de classe dos empregados das Indústrias Têxteis do Norte de Portugal

1915

Monografias

BRITO, Nogueira de – A burla eleitoral. Lisboa: Comissão de Propaganda Anti-eleitoral, 1915

Eliseu Reclus. Lisboa: Germinal, 1915

ESTEVE, Pedro – A emancipação social. Porto: Núcleo das Juventudes Sindicalistas, 1915

MALATESTA, Errico - Em tempo de eleições. Lisboa: sementeira, 1915

QUINTINHA Julião - These Sobre a Assistência à Mendicidade no Algarve. Lisboa: Typographia da «Gazeta dos Caminhos de Ferro» 1915. (Congresso Regional Algarvio promovido pela "Sociedade Propaganda de Portugal")

SOUSA, Manuel Joaquim de – Relatório do delegado da U. O. N. ao Congresso Internacional Pró-Paz. Porto: União Operária Nacional, 1915.

VARENNES, Henri de; GRÁCIO Ramos (trad.) - O terrorismo em França: de 1891 a 1894. Lisboa: Biblioteca a Mundial, 1915

Panfletos

Ao povo! Contra a participação de Portugal na I Guerra Mundial. Contra a mobilização. 1915

Ao Povo - A Carestia de Vida. Lisboa: UON; USO, 1915

Justiça! Lisboa: Comissão união associativa de auxilio e defesa aos presos por questões sociais, 1915

Manifesto ao Proletariado Português. Lisboa: Henrique de Moraes, 1915

Periódicos

Alvorecer (O). Dir. Manuel José Pereira. Ano I, 2ª série. n.º 1 (11 Mai. 1918). Porto, 1918-19. Órgão mensal defensor da instrução da classe dos empregados de farmácia.

Aurora! Ano I, 3ª série. n.º 1 (1910). Porto, 1910.

Avante! (O). Ano I, n.º 1 (14 Mar. 1915). Lisboa, 1915. Grupo de propaganda pró-socialismo.

Boletim Pedagógico. Beatriz Teixeira de Magalhães e outros. Ano I, n.º 1 (1915). Lisboa, 1915. Órgão do professorado primário oficial.

Caixeiro da Beira (O). Dir. João Almeida. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1915). Viseu, 1915.

Caixeiro do Sul (O). Dir. Leão de S. Valente. Ano I, n.º 1 (31 Mar. 1915). Beja, 1915.

Carruageiro (O). Dir. Joaquim Nogueira. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1915). Lisboa 1915. Órgão da associação de classe da Indústria de Carruagens

Clamor (O). Ano I, n.º 1 (30 Jan. 1915). Sever do Vouga, 1915. Órgão telegrafo-postal.

Comuna Livre (A). Dir. Bartolomeu Constantino. Ano I, n.º 1 (13 Out. 1915). Porto 1915-16. Quinzenário órgão da União Anarquista Comunista.

Eco do Arsenal (O). Red. Armando da Conceição. Ano I, 1ª série, n.º 1 (1915). Lisboa 1915-33. Mensário da Associação de Classe dos Operários do Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional. (Influência reformista e posteriormente bolchevista)

Eco Telégrafo-postal. (O). Ano I, n.º 1 (Jan. 1915). Porto 1915-17-1918-20. Folha quinzenal defensor das classes menores dos correios e telégrafos

Facho (O). Dir. Almeida Saraiva. Ano I, n.º 1 (3 Jan. 1915). Beja 1915-17. Órgão do centro socialista local

Ferrovário (O). Dir. A Fortunato Rego. Ano I, n.º 1 (Mai. 1915). Lourenço Marques, 1915.
Semanário da classe Ferroviária da província de Moçambique

Germinal. Dir. Emílio Costa. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1915). Lisboa, 1915

Futuro. Ano I, n.º 1 (9 Mar. 1915). Lousã, 1915-18 [socialista]

Futuro (o) Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1915). Póvoa de Varzim, 1915-1918

Gazeta Ferroviária. Ano I, n.º 1 (Set. 1915). Lisboa, 1915

Germinal (O). Dir. Emílio Costa. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1915). Lisboa, 1915

Gráfico (O). Ano I, 2ª série, n.º 1 (Nov. 1915). Lisboa 1915-

Imprensa (A). Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1915). Lisboa.15-29-33. Boletim mensal da associação de classe do pessoal da imprensa nacional

Lanterna (A). Dir. Aurélio Quintanilha. Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1915). Angra do heroísmo.15-29-33. Quinzenário [anarco-sindicalista]

Libelo (O). Ano I, n.º 1 (1915). Mirandela.15-29-33. Quinzenário defensor da classe dos encarregados telegrafo-postais

Marte. Dir. José de Campos Rego Ano I, n.º 1 (15 Mai. 1915). Lisboa.15-33. Periódico defensor dos sargentos.

Palavra Livre (A). Dir. José de Almeida. Ano I, n.º 1 (14 Set. 1915). Lisboa, 1915-16.
Semanário do caixeirato.

Protesto do Povo (O). Dir. Manuel Augusto César. Ano I, n.º 1 (8 Dez. 1915). Ponta Delgada, 1915. Bimensário socialista

Rail (O). Ano I, n.º 1 (1915). Barreiro, 1915. Periódico dos ferroviários do Sul e Sueste

Regeneração (A). Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1915). Lisboa.1915. Eventual [Anarquista]

Reivindicador (O). Dir. Carlos de Brito. Ano I, n.º 1 (Abr. 1915). Porto 1915. Quinzenário operário de crítica social dedicado aos oficiais de barbeiro portugueses

Semeador (O). Ano I, n.º 1 (1915). Setúbal, 1915. [Anarquista]

Tipografia (A): Teixeira Severino e outros. Ano I, n.º1 (Jan. 1915). Lisboa, 1915-16. Órgão da Federação tipográfica

Trabalho de Guimarães (O). Albino Bastos. Ano I, n.º1 (3 Jan. 1915). Guimarães, 1915. Semanário social defensor das classes trabalhadoras

Verdade (A). Ano I, n.º1 (1915). Vila Nova de Gaia, 1915.

Verdade (A). Dir. Gregório Freitas. Ano I, n.º1 (1915). Funchal, 1915.

Voz do Caixeiro (A). Ano I, 2ª série, n.º 1 (Mar. 1915). Coimbra 1915

Voz da Razão (A). Dir. Carlos José de Sousa. Ano I, n.º 1 (1915). Lisboa, 1915. Juventude Libertária

1916

Monografias

CARQUEJA, Bento - O povo português: aspectos sociais e económicos. Porto: Chardron, 1916

CORREIA, Gonçalves – Estreia de um crente. s.l.: edição do autor, 1916

FABRAS, Ribas A. – O socialismo e o conflito europeu. Lisboa: Guimarães, 1916

MATOS, A. Pereira de – Palestras sociais. Porto: s.e., 1916

Panfletos

Ao Povo Português. A Guerra. Lisboa, 1916

Nós e a Alemanha. Porto: A Aurora, 1916

Os anarquistas e a guerra. Porto: Os anarquistas do Norte, 1916

Periódicos

Agitador (O). Ano I, 2ª série, n.º1 (1915). Chaves, 1916.

Anarquia (A). Dir. José Franco Ano I, n.º1 (1 Mai. 1916). Lisboa, 1916. Individualista eclético

Boletim de Previdência Social. Ano I, n.º1 (1915). Lisboa, 1916-24.

Cobrador (O). Dir. António Joaquim Cardoso. Ano I, n.º1 (20 Mai. 1916). Lisboa, 1916. Associação de Classe dos Cobradores do Norte de Portugal.

Cooperativa (O). Ano I, n.º1 (1916). Porto, 1916.

Defensor (O). Ano I, n.º1 (1916). Arcos de Valvedez, 1916. Órgão do Sindicato dos Professores Primários.

Dever (O). Dir. Figueiredo Santos. Ano I, n.º1 (1916). Covilhã, 1916-19. Semanário socialista defensor de todas as classes produtoras e oprimidas

Escriturário (O). Ano I, n.º1 (8 Nov. 1916). Lisboa, 1916.

Fígaro. Ano I, n.º 1 (1916). Lisboa, 1916

Germinal. Dir. Emílio Costa. Ano I, n.º1 (Fev. 1916). Lisboa, 1916-1917. Mensário dedicado aos trabalhadores

Gráfico (O). Ed. Alexandre Vieira. Ano I, n.º 1 (Jan. 1916). Lisboa 1916-20-22-26 Órgão oficial da federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal

Ideia (A). Dir. Raul Duarte. Ano I, n.º 1 (5 Mar. 1916). Faro, 1916. Anarquista

Luz e Vida. Ano I, n.º 1 (1 Nov.. 1916). Porto. 1916-25. Defensor dos empregados do comércio.

Operário (O). Dir. Raul Ferreira Monteiro. Ano I, n.º 1 (15 de Jul. 1916). Ílhavo, 1916. Quinzenal independente

Produtor (O). Ano I, n.º 1 (1916). Viana do Castelo, 1916. Semanário defensor das classes trabalhadoras [Sindicalista)

Propaganda (A). Ano I, n.º 1 (1916). Setúbal, 1916

Protesto (O). Dir. Manuel Augusto César. Ano I, n.º 1 (30 Nov. 1916). Ponta Delgada, 1916-19. Órgão do centro Socialista Antero de Quental

Questão Social (A). Ant. Gomes Correia. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1916). Cuba, 1916

Rápido (O). Dir. Adriano Júnior. Ano I, n.º 1 (1916). Porto 1916. Quinzenário dos empregados ferroviários.

Revista Gráfica (A). Dir. Julio Flores. Ano I, n.º 1 (20 Ago. 1916). Porto 1916-1oito. Órgão da Liga de Artes Gráficas do Porto.

Revista dos Liceus (A).. Ano I, n.º 1 (1916). Porto 1916. Órgão da Associação dos Professores do Norte.

Revista Social (A). Dir. Mateus Ruivo. Ano I, n.º 1 (1916). Lisboa 1916. Mensário Livre

Ribalta (A). Ano I, n.º 1 (1916). Porto 1916.. Quinzenário da academia do pessoal dos caminhos-de-ferro

Sapateiro. Dir. Júlio de Campos. Ano I, n.º 1 (27 Ago. 1916). Porto, 1916 Publicação eventual. Órgão dos Operários Sapateiros e das Classes Trabalhadora

1917

Monografias

DUARTE, António Luís Soares – “Estatística Industrial – ano de 1917”, Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa

DUFOUR, H.; PEREIRA, Emília de Araújo (trad.) - O sindicalismo e a próxima revolução. Lisboa: Guimarães, 1917

QUINTINHA, Julião - No fim da guerra : um sonho. Lisboa: Ventura Abrantes, 1917

REPÓRTER X – O revoltado (monologo dramático). Porto: Bibl. Revolucionária, 1917

SILVA, Fernando Emygdio – As greves. Lisboa: Cooperativa 29 de Dezembro, 1917

SOUSA, José F. Marnoco e – Tratado de economia política. Coimbra: F. França Amado, 1917

Brochuras

UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Sobre a atitude da organização operária perante as acções de paz (Tese apresentada à conferência promovida pela UON em Abril e Maio de 1917). Lisboa: UON, 1917

UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Sobre a Carestia de vida (Tese apresentada à conferência promovida pela UON em Abril e Maio de 1917). Lisboa: UON, 1917

UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Sobre organização operária (Tese apresentada à conferência promovida pela UON em Abril e Maio de 1917). Lisboa: UON, 1917

UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Parecer do Conselho Jurídico sobre os decretos relativos ao desdobramento e cultura dos baldios. Lisboa : Tip. da Assoc. de Classe dos Compositores Tipográficos, 1918.

Panfletos

Ao Povo – Guerra á Guerra. 1917

Ao povo trabalhador. Lisboa: O Grupo Capitão Feliciano da Costa, 1917-1918

Ao operariado: camaradas... abaixo esta greve geral para onde nos querem arrastar como escravos inconscientes. Viva a Federação da Construcção Civil - abaixo a União Operária Nacional. [S.l. : s.n., ca 1917?].

Ao Povo Trabalhador. A Pátria é uma léria para a Alta Burguesia. Sacríficios só para o Povo. Lisboa, 1917-1918

Periódicos

Almanaque Socialista (O). Ano I, n.º 1 (Jan. 1917). Porto 1917

Arte Gráfica (A). Ano I, n.º 1 (24 Out. 1916). Funchal 1917. Número único de homenagem ao 2º aniversário da Liga de Artes Gráficas do Funchal

Boletim da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Benguela. Ano I, n.º 1. Ano I, n.º 1 (1917). Angola, 1917.

Boletim da Escola Oficina n.º 1. Ano I, n.º 1 (1917). Lisboa, 1917-18. Órgão da Sociedade Promotora Escolar

Boletim Operário. Ano I, n.º 2 (1 Mai. 1917). Lisboa, 1917. Boletim da União Operária Nacional.

Caixeiro Português (O). Ano I, 4ª série, n.º 1 (1917). Évora. 1917. Quinzenário.

Caixeiro Português (O). Dir. Luiz Marques Migueis. Ano I, 4ª série, n.º 1 (1 Jan. 1917). Lisboa. 1917-19. Quinzenário defensor da classe dos empregados do comércio

Clamor (O). Ano I, 4ª série, n.º 1 (15 Abr. 1917). Lamego. 1917-18. Órgão telegrafo-postal.

Comuna (A). dir. Albino de Oliveira. Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1917) Lisboa, 1917. Número único comemorativo da proclamação da Comuna de Paris.

Comuna (A). Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1917) Lisboa, 1917. Número único.

Despertar (O). dir. José Pires de Matos. Ano I, n.º 1 (2 Mar. 1917) Coimbra, 1917. Bissemanário.

Fanal (O): Ed. Artur Lopes da Silva; propr. Grupo Editor; redactor principal João Ricardo da Silva. Ano I, 2ª série n.º 1 (1917). Lisboa, 1917. Eventual Defensor dos operários do Arsenal da Marinha, Cordoaria e do operariado em geral.

Futuro (O). Ano I, n.º 1 (Jan. 1917) Coimbra, 1917-18. [Socialista]

Futuro (O). Ano I, n.º 1 (Nov. 1917) Vila das Velas-Açores, 1917-19. [Socialista]

Greve (A). dir. Carlos Sousa Ano I, 2ª série, n.º 1 (4 Ago. 1917) Lisboa, 1917-1919. Semanário operário Sindicalista

Ideia Nova (A). Dir. José Cândido Coutinho. Ano I, n.º 1 (15 Fev. 1917) Setúbal, 1917-18.

Fanal (O): Defensor dos operários do Arsenal da Marinha, Cordoaria e do operariado em geral. ed. Artur Lopes da Silva; propr. Grupo Editor; redactor principal João Ricardo da Silva. Ano I, n.º 1 (21 Jul. 1917). Lisboa, 1912. Eventual

Libertador (O). Dir. José Moreira. Ano I, 2ª série, n.º 1 (1917). Porto, 1917-1919. Mensário da Associação de classe dos tanoeiros.

Luta social. Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1917). Porto, 1917. Quinzenário do Grupo Anarquista Regeneração Social do Porto e Braga

Movimento Operário (O): Boletim da União Operária Nacional. Ano 1, n.º 1 (29 Abr. 1917). Lisboa, 1917-1918. Semanário sindicalista

Primeiro de Maio (O). Dir. Anastácio Dourado. Ano I, n.º 1 (12 Jul. 1917). Loulé, 1917-20-25. Semanal

Resistência (A). Ano I, 2ª série, n.º 1 (1917). Porto, 1917. Órgão telegrafo-postal.

Solidariedade. Dir. Rui Forsado. Órgão da Federação geral dos Trabalhadores de Transportes e de todo o Operariado em geral. Ano 1, n.º 1 (1 Mai. 1917). Lisboa, 1917. Quinzenário órgão da Federação geral dos Trabalhadores de Transportes e de todo o Operariado em geral.

Solidariedade: Órgão da Federação geral dos Trabalhadores de Transportes e de todo o Operariado em geral. Ano 1, n.º 1 (Mai. 1917). Elvas, 1917.-1929 Quinzenário defensor do caixeirato.

Trabalho (O). Jaime Almeida. Ano I, n.º 1 (15 Ago. 1917). Angra do heroísmo 1917-20. Órgão das classes trabalhadoras. Quinzenário. (infl. socialista)

Vida Nova (A). Dir. Francisco Pereira. Ano I, n.º 1 (18 Nov. 1917) Porto, 1917-22 Grupo radical-socialista.

Vouga (O). Ano I, n.º 1 (1917). Espinho e Albergaria-a-Velha, 1917-1924. Periódico dos Ferroviários do Vale do Vouga

Voz do Produtor (A). Dir. Manuel Fiúza. Ano I, n.º 1 (1917) Viana do Castelo, 1917 Anarquista

1918

Monografias

HAMON, Augustin; Lima, Adolfo (trad.) – As lições da guerra mundial. Lisboa: Guimarães, 1918.

MALATESTA, Errico – Entre camponeses: propaganda socialista anarquista. Porto: António Machado, 1918

MALATESTA, Errico; MACHADO, António - No café: palestras do natural. Porto : s.e., 1918.

NUNES, Victor Augusto Pereira – O trabalho das mulheres e dos menores nos estabelecimentos industriais. Porto, s.n., 1918

VASCONCELOS, F. de A. LOUREIRO e – “O taylorismo” in Revista de Obras Públicas e Minas. Lisboa(583-588), 1918. p71-102

Brochuras

Federação da Construção Civil – Desenvolvimento da produção na Construção Civil ou os meios de debelar a crise na mesma indústria. Lisboa: F. C.C. Reg. Sul., 1918

Intensificação Agrícola (2ª tese do 3º Congresso Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais). Lisboa: Associação de Classe dos Compositores Tipográficos, 1918

Panfletos

A UON e União dos Sindicatos Operários. Ao Público em Legítima Defesa. Porto: Comissão conjunta da UON e USO, 1918

Manifesto ao Proletariado Português. Lisboa: Soviet de Propaganda Social, 1917-1919

A Classe e a Greve. Lisboa: O caixeiro Português, 1918. (Suplemento ao jornal O Caixeiro Português, nº 24, ano II, de 4 de Março de 1918)

Duas Vitórias. A Queda dos Déspotas. Lisboa: Edição da Federação Municipal Socialista de Lisboa, 1918. (Publicado em A Voz do Povo, do Porto, em 17-11-1918)

Explicações necessárias dos Caixeiros de Beja ao povo desta cidade. Beja: O Caixeiro do Sul, 1918 (Suplemento ao nº 70 de O Caixeiro do Sul)

Instruções. Grupo «Os Filhos do Sob», 1918

Periódicos

Almanaque Socialista (O). Ano I, nº 1 (Jan. 1918). Porto 1918

Aduaneiro (O). Ed. Propr. União dos Aduaneiros de Portugal. Ano I, nº 1 (1 Jul. 1918). Porto, 1918-22.

Alvorada (A). Dir. António Braz da Cruz. Ano VII, 2ª série nº 1 (1 Mai. 1918). Setúbal, 1918-1919. Quinzenário defensor dos empregados do comércio e indústria

Alvorada (A). Ano VII, 2ª série nº 1 (1 Out. 1918). Santarém, 1918-1919. Jornal defensor dos ferroviários

Artista (O). Dir. Luís Bento Ferreira. Ano I, nº 1 (10 Jun 1918). Monção, 1918-1919. Folha operária Monçanense

Beira (A). Ano I, nº 1 (1918). Pinhal, 1918-19. Órgão do professorado primário

Boletim da Associação e cooperativa dos funcionários públicos de Angola (O). Ano I, n.º 1 (1918). Luanda. 1918.

Caixeiro (O). Ano I, n.º 1 (1918). Elvas. 1918-29 Quinzenário defensor do caixeirato português

Combate (O). Ano I, n.º 1 (Abr. 1918). Lisboa, 1918

Combatente (O). Ano I, n.º 1 (Jul. 1918). Faro, 1918. Órgão do centro socialista

Comuna (A). Ano I, n.º 1 (Mai. 1918). Porto, 1918

Comuna (A). Dir. J. Albino de Oliveira. Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1918). Beja. 1918. Jornal comemorativo do aniversário da Proclamação da Comuna de Paris

Eco Telégrafo-postal. (O). Ano I, n.º 1 (1 Out. 1918). Lisboa 1918-1919-20-21-34. Folha quinzenal defensor das Classes Menores dos Correios e Telégrafos

Eco do operário (O). Dir. Francisco Canejo Botelho. Ano I, n.º 1 (1 Nov. 1918–1921). Ponta Delgada. Folha Quinzenal, porta-voz do Operariado Micaelense

Emancipador. Lourenço Marques 1918. Semanário sindicalista

Gráfico (O): Órgão Oficial da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. ed. Frederico Pires Júnior; dir. Raúl Neves Dias. Ano 3, n.º 16 (12 Jul. 1918). Lisboa, 1918-1921.

Homem Livre (O). Ano I, n.º 1 (12 Out. 1921). Évora. 1918. Periódico operário anarquista

Professor Primário (O). Dir. António Manaças e outros. Ano I, n.º 1 (1918-30). Lisboa, 1919-33. Órgão do professorado primário português

Proletário (O). Dir. João Tristão. Ano I, n.º 1 (1 Out. 1918). Estremoz, 1918. Quinzenário operário. Prop. do grupo de estudos económicos e sociais. Sindicalista.

Radical (O). dir. António Leitão e outros. Ano I, n.º 1 (24 Ago. 1918). Coimbra, 1918-1919. [Republicano]

Rebate (O). dir. César Vagueiro. Ano I, n.º 1 (16 Jun. 1918). Lisboa, 1918-1919. Semanal

Rebate (O). dir. Nunes da Silva. Ano I, n.º 1 (23 Jun. 1918). Lisboa, 1918. Semanário socialista. Propriedade do grupo de propaganda e estudos sociais

Rebelde. (O). Dir. Mário A. Correia. Ano I, n.º 1 (seis Jun. 1918). Beja, 1918-19-20. quinzenário defensor das classes proletárias. Sindicalista.

Ressurgir (O). dir. Mário Correia. Ano I, n.º 1 (1918). Viseu, 1918-1919. Órgão do caixeiro local

Revolta (A). dir. Alfredo Cruz. Ano I, n.º 1 (15 Set. 1918). Lisboa, 1918. Semanário de propaganda libertária

Sapateiro. Porto 1918. Número único

Serralheiro (O). Ano I, n.º 1 (1918). Lisboa, 1918.

Socialista (O). dir. Miguel Ferreira. Ano I, n.º 1 (1 Ago. 1918). Lisboa, 1918-1920. Quinzenal.

Solidariedade. (A) dir. Rui Fornado. Ano I, n.º 1 (21 Abr. 1918). Órgão do centro socialista de Guimarães

Trabalhador do Comércio (O). Dir. Consiglieri da Costa. Ano I, n.º 1 (25 Out. 1918). Lisboa, 1918-1919. Quinzenário do Núcleo Pró-Unificação dos Trabalhadores do Comércio.

Trabalhador Rural (O). Ano I, 2ª série n.º 1 (2 Jun. 1918). Évora, 1918-1919. Número único.

Voz do Marçano. Ano I, n.º 1 (1918). Beja. 1918-9

Voz do Marçano. Dir. Fausto Gonçalves. Ano I, n.º 1 (1 Mar. 1918). Torres Novas, 1918-9 Órgão quinzenal defensor dos Marçanos

Voz do Socialista. Ano I, n.º 1 (18 Mar. 1918). Coimbra. 1918-19. Quinzenal

1919

Monografias

ABREU, Manuel Pedro de – Da tragédia pessoal: comentários à vida, quadros de dor e miséria. Lisboa: Tip. Liberty, 1919

SILVA, Fernando Emygdio – Da Cousas de Portugal: durante a guerra; depois da guerra. Coimbra: França e Arménio, 1919.

CRISTO, Francisco Homem, comp. e trad. – O bolchevismo na Rússia. Aveiro: Typ. Nacional, 1919 (Compilação de trechos traduzidos e tirados de várias publicações sobre a Rússia).

ETIEVANT, Georges - A minha defesa. Lisboa: A Sementeira, 1919

GAESER, Ernesto; Lima, Campos (trad.) - Paz?: a queda do império e a revolução alemã. Lisboa : Guimarães, [1919].

HAMON, Augustin ADOLFO Lima e SEVERINO de Carvalho (trad.) – A conferência de paz e a sua obra: o que ela foi e o que devia ser;.. Lisboa: Guimarães, 1919

LIMA, João Evangelista Campos - O reino da Traulitânia : 25 dias de reacção monárquica no Porto. Porto: Renascença Portuguesa, [imp. 1919].

MONSARAZ, Alberto; FRAGOSO, Sebastião Martins - Cartilha do operário. Lisboa: Tip. Soares & Guedes, Ltd, 1919 e 1921

PEREIRA, José de Campos (org. e pref.) – Portugal Industrial. Lisboa: Profissional, 1919

PIMENTEL, Antonio de Oliveira – O Comunismo. Sl: Edição do autor, 1919

PRAT, Jose – A Burguesia e o Proletariado . Lisboa: Bibl. Arquivo Social, [1919].

RATES, J. Carlos - O problema portuguez: os partidos e o operariado. Lisboa: Empr. Ed. Popular, [1919].

Brochuras

Federação Maximalista Portuguesa – Estatuto orgânico. Lisboa: FMP, 1919

Confederação Geral do Trabalho – Estatutos aprovados no II congresso Operário Nacional. Lisboa: CGT, 1919

Panfletos

Carestia da Vida. Aos Empregados no Comércio Carestia de vida: sessão promovida pela Federação Portuguesa dos Empregados de Comércio na Casa dos Caixeiros, para serem

votadas as reclamações de carácter económico da UON. Lisboa: Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa, 1919

Um Novo Brado da União Operária Nacional. 17 reclamações da UON de carácter económico e político. Lisboa: UON, 1919.

Ao Povo Trabalhador. polémica com Manuel Joaquim de Sousa, secretário-geral da CGT e redactor de A Batalha. Lisboa, 1922

Periódicos

Almanaque Socialista (O). Ano I, n.º 1 (Jan. 1919). Porto 1919

Anarquia (A). Dir. José Franco. Ano I, n.º 1 (1919). Coimbra, 1919. Anarquista Individualista

Aurora Social: Boletim mensal órgão oficial da U. S. O. de Évora, de educação e de propaganda associativa. ed. Joaquim Nogueira. Ano 1, n.º 1 (Nov. 1919). Évora, 1919-1920. Sindicalista

Avante. red. Carlos José de Sousa; ed. Francisco Direitinho; propr. Grupo de Propaganda Social. Ano I, n.º 1 (20 Jun. 1919). Lisboa, 1919 Diário operário da tarde sindicalista

Bandeira Vermelha (A): Órgão da Federação Maximalista Portuguesa. dir. Manuel Ribeiro; ed. Jaime Neves Guimarães. Ano 1, n.º 1 (15 Mai. 1919). Lisboa, 1919-1920. Semanal

Barbeiro do Norte (O). Ano I, 2ª série, n.º 1 (1919). Porto, 1919. Órgão quinzenário dos barbeiros do Norte

Batalha (A): porta voz da organização operária portuguesa. dir. Alexandre Vieira. propr. União Operária Nacional. Ano I, n.º 1 (23 Fev. 1919). Lisboa, 1919-1927. Diário sindicalista.

Caixeiro Livre (O). Dir. José Chicharro e outros. Ano I, n.º 1 (Mai. 1919). Beja, 1919. Semanário defensor dos empregados do comércio

Caixeiro Moderno (O). Dir. Francisco Luçã. Ano I, n.º 1 (8 Jun. 1919). Silves, 1919.

Combate (O). dir. Alfredo Franco. Ano I, 2ª série. n.º 1 (20 Abril 1919). Lisboa, 1919. Diário Socialista da manhã (O semanário socialista O Combate passa a diário em 1919)

Combatente (O). Ano I, 2ª série, n.º 1 (11 Jul. 1919). Faro, 1919. Órgão do centro socialista

Comuna (A). Dir. António Augusto Martins. Ano I, n.º 1 (30 Abr. 1919). Porto 1919-1923.
Bi-semanário socialista propriedade do grupo de propaganda social

Construção (A). Ano I, n.º 1 (1919). Lisboa. 1919

Cultura Popular (A). dir. Augusto Martins. Ano I, n.º 1 (Mar. 1919). Lisboa. 1919. Boletim do Ateneu Popular.

Dever (O). Dir. Figueiredo Santos. Ano I, 2ª série, n.º1 (11 Mai. 1919). Covilhã, 1919.
Semanaário socialista defensor de todas as classes produtoras e oprimidas

Defesa Social (A). Dir. José Correia. Ano I, n.º 1 (23 Abr. 1919). Viseu. 1919-20. Semanal

Desafronta (A). Dir. José Correia. Ano I, n.º 1 (1919). Caldas de Moledo. 1919-21. Órgão do pessoal dos correios e telégrafos.

Eco dos operários. Ano I, n.º 1 (1919). Lisboa 1919

Eco Ferroviário (O). Ano I, n.º 1 (13 Nov. 1919). Lisboa 1919. Quinzenário órgão de defesa e propaganda do Ferroviário do Sul e Sueste

Emancipador (O). Dir. Figueiredo Santos. Ano I, n.º1 (1919). Covilhã, 1916-19. Semanário socialista defensor de todas as classes produtoras e oprimidas

Era Nova (A). Dir. Fausto Gonçalves e outros. Ano I, n.º1 (1919). Lisboa, 1919-24.
Quinzenário defensor dos empregados de escritório.

Gráfico (O). Dir. Raul Neves Dias e outros Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1919). Lourenço Marques, 1919-25-1926-37. Semanário operário

Imprensa (A). Ano I, 2ª série, n.º 1 (27 Jun. 1919). Lisboa.1919. Boletim mensal da associação de classe do pessoal da imprensa nacional

Manipulador (O). Red. Alves Braga. Ano I, 2ª série, n.º 1 (16 Nov. 1919). Lisboa 1919-20
Semanaário órgão e propriedade da associação de classe dos operários manipuladores de pão de Lisboa

Mutualidade (A). Dir. António Leal. Ano I, n.º 1 (20 Abr. 1919). Monchique.1919.
Quinzenário.

Nova Aurora (A). Ano I, n.º 1 (1919). Lisboa, 1919. Anarquista

Protesto (O). Dir. Manuel Augusto César. Ano I, n.º 1 (16 Nov. 1919). Ponta Delgada, 1919. Órgão e propriedade do centro socialista Antero Quental. Bissemanário

Rebate (O). Dir. Alfredo Franco. Ano I, n.º 1 (Jun. 1919). Lisboa, 1919. Diário socialista da tarde

República Social (O). Dir. Manuel José da Silva. Ano I, n.º 1 (31 Mai. 1919). Porto, 1919. Bissemanário da Federação Municipal Socialista do porto

Sul e Sueste. Ed. António José Piloto. Ano I, n.º 1 (7 Set. 1919). Barreiro, 1919-20-21-31. Quinzenário Órgão da Classe Ferroviária do Sul e Sueste.

Terra (A). ed. Luiz Pereira Campos. Propr. União dos Sindicatos Operários de Aveiro. Ano I, n.º 2 (18 Jul. 1919). Aveiro, 1919. Semanário sindicalista.

Trabalhador do Teatro (O). Boavida Portugal. Ano I, n.º 1 (20 Dez. 1919). Lisboa, 1919. Semanário oficial da Associação de Classe.

Verdade (A). Ano I, n.º 1 (1919). s.l., 1919. (Juventudes Sindicalistas)

Vitalidade (A). Dir. Diogo Machado e outros. Ano I, n.º 1 (29 Abr.1919). Porto., 1919. Órgão da Associação Portuguesa dos Empregados de Escritório

Vitória (A). Dir. Alfredo Franco. Ano I, n.º 1 (1919). Lisboa, 1919-20. Bissemanário pela República Social

Voz dos Tribunais (A). Ano I, n.º 1 (4 Dez. 1919). Porto, 1919-20. Órgão semanário dos oficiais dos tribunais portugueses

Voz Socialista (A). Mário Nogueira. Ano I, n.º 1 (1oito Mar. 1919). Coimbra, 1919. Quinzenário órgão do PSP da região de Coimbra

1920

Monografias

CARVALHO, Ribeiro de – Maldita seja a guerra. S.l.: s.n., 192-]

CONFEDERAÇÃO PATRONAL – Misérias de um novo regime. Lisboa: CP, 1920

CONTENT – Contra o Confusionismo. Porto: Bibl. Nova Aurora, 1920.

Contra o confucionismo: pela lógica, pela organização anarquista, falsa e perigosa ilusão.
Porto: Nova Aurora, 1920

GUIMARÃES, Luís Oliveira – Hinos revolucionário. Porto: Carlos Guedes Leal, 1921

Je (pseud.) – Estudo de uma organização social. Lisboa: Typ. Coop. Militar, 1920

MALATESTA, Enrico - A anarquia. Lisboa: A. Machado, [1920?]. (Biblioteca arquivo social ; 4)

PRETO, Francisco Rolão - A monarquia é a restauração da inteligência. Lisboa: Typ. Soares e Guedes, 1920

RATES, J. Carlos - O problema português: os partidos e o operariado. Lisboa: Empr. Ed. Popular, [1919].

RATES, J. Carlos - A ditadura do proletariado. Lisboa: Secção Editorial de A Batalha, 1920.

RIBEIRO, Manuel – Na linha de Fogo. Lisboa: A Batalha, 1920

VASCO, Neno – Concepção anarquista do sindicalismo. Lisboa: A Batalha, 1920.

Periódicos

Acção (A). Ano I, n.º 1 (1920). Barreiro, 1920.

Clarão (O) Ano I, n.º 1 (8 Ago. 1920). Famalicão. 1920. Porta voz do operariado do concelho de Famalicão. Quinzenal

Comuna (A): Órgão Comunista Libertário. Propr. Grupo de Propaganda Libertária. Ano 1, n.º 3 (16 Mai. 1920). Porto, 1920. (Antigo Quinzenário «A Aurora»). Anarco-sindicalista

Comunista (O). Ano I, n.º 1 (1920). Porto, 1920

Despertar (O). Ano I, n.º 1 (18 Jan. 1920). Lisboa, 1920, 1922-1923. Semanário da União das Juventudes Sindicalistas de Portugal.

Ensino Livre (O). Dir. J. P. Morais. Ano I, n.º 1 (Dez. 1920). Lisboa, 1920. Órgão da associação de classe do professorado primário.

Grito (O). Ano I, n.º 1 (2 Ago. 1920). Figueira da Foz, 1920. Porta voz do operário figueirense. Sindicalista

Grito Operário (O). Ano I, n.º 1 (7 Mar. 1920). Viseu, 1920-21. Pelo direito, pela justiça e pelos interesses das classes trabalhadoras

Laboro. Ano I, n.º 1 (1920). Lisboa, 1920. Mensário da Federação Operária Esperantista

Luta (A). Ano I, 2ª série, n.º 1 (1920). Lisboa, 1920

Luz ao Povo. Ano I, n.º 1 (Mar. 1920). Coimbra, 1920 Órgão do Núcleo Juventude Anarquista.

Operário (O). Red. Simplicio Gomes. Ano I, n.º 1 (31 Jan.1920). Funchal, 1920-21. órgão da União dos Sindicatos Operários do Funchal e do proletariado em geral. Sindicalista

Revista da assistência (A). Dir. Amaral Frazão. Ano I, n.º 1 (1920). Lisboa, 1920. Publicação mensal de propaganda

Setubalense (O). Dir. Luiz Figueiredo. Ano I, n.º 1 (1920). 1920-22-36-37-38. Diário da noite socialista

Trabalhador de Teatro (O). dir. Boavida Portugal;. Ano I, n.º 1 (20 Dez. 191nove). Lisboa, 191nove-1920-1921. semanário oficial da associação de classe

Voz do Tesoureiro (A). Dir. Amândio Costa das Neves. Ano I, n.º 1 (Mar 1920). Armamar, 1920-2seis-27. Mensário defensor dos tesoureiros da Fazenda Pública

1921

Monografias

BRITO, Nogueira de – Sangue fidalgo. Lisboa: A Batalha, 1921

CAMPOS, Sobral de - Doi tiros. Lisboa: A Batalha, 1921

SILVA, Fernando Emygdio da - Fora de portas. Coimbra: Coimbra Editora, 1921.

HAMON, Augustin; Adriano Botelho (trad.) – A crise do socialismo. Lisboa: A Batalha, 1921

MACHADO, Augusto – Impossível redenção. Lisboa: A Batalha, 1921

MACHADO, leite – A Maçonaria e o proletariado. Porto: Nova Aurora, 1921

MAIA, Eduardo – A autoridade e a anarquia (cartas ao Exmo. Sr. Conselheiro M. Pinheiro Chagas? Porto: A Comuna, [1920]

QUARTIM, Pinto – O Sindicalismo e os Intelectuais. Rio de Janeiro: Agência Lux., 1921

Brochuras

Ao Povo de Lisboa. A gravíssima questão da falta de água. Lisboa: União dos Sindicatos Operários de Lisboa, 1921

Periódicos

Alarme (A). Ed. Raul Fernandes da Piedade. Ano I, n.º 1 (17 Jun. 1921). Coimbra, 1921. Quinzenário Porta Voz do “Partido Comunista Português”

Avante (O). Dir. Alfredo Rodrigues, Ed. Carlos José de Sousa; Órgão do Grupo de propaganda. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1921). Lisboa, 1921. Sumário isento das feias dogmáticas e de convencionalismo

Avante (O). Dir. Manuel Ramos. Ano I, n.º 3 (2 oito Ago. 1921). Évora, 1921. Percursor da sociedade igualitária. Anarquista

Boletim informativo: da União Anarquista Portuguesa. Ano I, n.º 1 (1921), 1921

Brado (O). Dir. José Maria Frazão. Ano I, n.º 1 (31 Jan. 1921). Lisboa, 1921. Órgão defensor dos empregados menores dos ministérios e dependências.

Chapeleiro Português (O). Ano I, n.º 1 (12 Out. 1921). Porto. 1921. Órgão da Federação Operária da Indústria de Chapelaria Portuguesa

Chauffeur do Norte (O) Dir. José Ferreira d’Oliveira. Ano I, n.º 1 (1921), Porto, 1921. Número único

Comunista (O). Dir. Manuel Ribeiro; Ed. José Rodrigues. Ano I, n.º 1 (1 seis Out. 1921). Lisboa. 1921. Órgão do Partido Comunista Português

Despertar. (O). Ano I, 2ª série, n.º 1 (2 Jan. 1921). Leiria 1914. Quinzenário defensor da classe trabalhadora.

Despertar. (O). Red. Jerónimo a d’almeida. Ano I, 2ª série, n.º 1 (1 dez. 1921). Évora 1921-22. Quinzenário defensor dos Empregados do Comércio

Educação Popular (A). Ano I, n.º 1 (Abr. 1921). Lisboa, 1921. Órgão defensor dos professores portugueses

Imprensa Livre (A). Ano I, n.º 1 (1921). Lisboa.1921

Professor Primário (O) Ano I, n.º 1 (1921)., 1921

Protesto (O). Ano I, 3ª série, n.º 1 (Jun. 1921). Lisboa, 1921

Rebelião A). Prop. Grupo editor A Rebelião. Ano I, n.º 1 (Nov. 1921)., Lisboa, 21-22.
órgão quinzenário dos operários manipuladores de pão

Refractários. Ano I, n.º 1 (1921-22). Lisboa., 1921. Anarquista «individualista eclético»

Reivindicador (O). Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1921). Beja 1921. Quinzenário defensor das classes proletárias.

Trabalho (O). Francisco dos santos. Ano I, n.º 1 (22 Mar. 1921). Covilhã, 1921-32. Órgão Da Associação De Classe Da Indústria Têxtil publicação eventual. Órgão da associação de classe dos operários da industria têxtil.

Trabalho (O): Semanário da classe operaria. ed. e admin. José dos Santos Nunes. Ano I, n.º1 (Dez. 1900). Setúbal, 1900-1921.

Última Hora. Dir. Ramiro Barros e Silva, Pinto Quartim e Norberto Lopes. Ano I, n.º 1 (16 Fev. 1921). Lisboa, 1921. Diário da tarde do núcleo de trabalhadores de imprensa em greve.

União: Órgão Defensor dos Empregados do Estado. ed. António Maximo Barros; propr. Associação de Classe dos Empregados do Estado. Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1921). Lisboa, 1921. Eventual

Voz do Povo (A). Ano I, 3ª série, n.º 1 (Mar. 1921). Porto, 1921

1922

Monografias

BRITO, Nogueira de – Não! Diz a lei. Lisboa: A Batalha, 1922

FAURE, Sébastien - O que é que nós queremos. Lisboa: Bibl. Luz do Povo, 1922

PESSOA, Fernando – O banqueiro anarquista. Lisboa: Antígona, 1922

IBAÑES, Jesus – Conferência sobre o movimento sindicalista e revolucionário internacional, realizada em Lisboa, em 11 de Julho de 1922. Lisboa: Junta das Juventudes Comunistas, 1922

KROPOTKINE; versão de Afonso Lopes Vieira – A mocidade. Porto: A Comuna, 1922

MELLA y Cea, Ricardo – O principio do fim. Porto: Bibl. Nova Aurora, 1922

NENO Vasco – Ao trabalhador rural: geórgicas. Porto: A Comuna, 1922

PEIXOTO, Jesus – O mestre geral. Lisboa: A Batalha, 1922

RIBEIRO, Manuel - Poder redentor. Lisboa: A Batalha 1922

QUINTINHA, Julião – Dor vitoriosa. Lisboa: A Batalha, 1922

SARMENTO, Amílcar - A moral do jovem sindicalista. Lisboa: Federação das Juventudes Sindicalistas, 1922

SUVARINE, Pedro – O mundo burguês e a verdade. Lisboa: Biblioteca Luz do Povo, 1922 (Pseud. Mário de Oliveira)

Brochuras

Comissão Organizadora – Organização Social Sindicalista: subsídios para a discussão das teses sob este título no III Congresso Nacional Operário. Lisboa: CGT, 1922

Federação das Juventudes Sindicalistas – Relação das juventudes com a organização operária. Lisboa: FJS, 1922

Teses apresentadas ao Congresso Económico de Coimbra, Lisboa: CGT, 1922. (Inclui: «Estradas em Portugal», por Manuel da Silveira Castro; «Breves palavras sobre a indústria açucareira das nossas Colónias», por Carlo Ramazotti; «Crédito Industrial - Da sua organização e aproveitamento - vantagens que dele advirão para o futuro do País», por Joaquim Lança (pela Secção Sindical dos Fabricantes de Conservas); «Marinha Mercante Portuguesa - da sua reorganização e desenvolvimento relacionados com a vida económica do País», s.a.)

Periódicos

Acção Cooperativa (A). Ano I, n.º 1 (Jan. 1922). 1922. Órgão da Federação Nacional de Cooperativas

Aduaneiro (O). Ed. Propr. União dos Aduaneiros de Portugal. Ano I, 2ª série, n.º 1 (1922). Porto, 1922.

Aduaneiro do Sul (O). Dir. Manuel dos Santos Domingues. Ed. Propr. Grupo n.º 10 da União dos Aduaneiros de Portugal Ano I, n.º 1 (Jan. 1922). Lisboa, 1922. órgão de propaganda «aduarista»

Alma Ferroviária (A). Dir. Jerónimo Ferroviário do Sul e Sueste. Ano I, n.º 1 (7 Abr. 1922). Beja, 1922-26. Quinzenário

Amanhã. Dir. Campos Lima. Ano I, n.º 1. Lisboa, 1922. Quinzenário de intuítos sociais para Portugal, Brasil e Colónias

Avante (O). Dir. Artur Nogueira. Ano I, n.º 1 (15 Fev. 1922). Covilhã. 1922. Quinzenário Sindicalista: defensor da Associação dos Empregados no Comércio e Indústria da Covilhã.

Caixeiro Bracarense (O). Ano I, n.º 1 (29 Jan. 1922). Braga, 1922. Numero único comemorativo do 22º aniversário da Associação de Classe Comercial

Comunista (O). Ano I, n.º 1 (Mai. 1922). Lisboa. 1922. Orientado pelas Juventudes Comunistas

Defesa (A). Ano I, n.º 1 (1922). Lisboa, 1922. Defensor dos empregados de hotéis e restaurantes.

Educação Popular. Ano I, n.º 1 (1922). Lisboa, 1922. Órgão da Universidade Popular do Porto

Federação Ferroviária (A). Red. Miguel Correia e Mário Castelhana. Ano I, n.º 1 (1 Out. 1922). Lisboa. 1922-34. Órgão da classe ferroviária. Prop. da federação nacional dos trabalhadores dos caminhos de ferro de Portugal e colónias.

Jovem Comunista (O): Órgão da Junta Nacional das Juventudes Comunistas. red. António Monteiro. Ano I, n.º 1 (3 Set. 1922). Lisboa, 1922-1923.

La Vero. Ano I, n.º 1 (1922). Lisboa, 1922-23. Órgão Esperantista

Marceneiro (O). Ano I, n.º 1 (1 Mai. 1922). Lisboa, 1922. Número único Comemorativo do 22º Aniversário da Associação da Classe dos Operários Marceneiros

Oficina (A). Ano I, n.º 1 (1922). Viseu, 1922-23. Sindicalista

Proletário (O). Ed. Associação de classe da construção civil, tanoeiros, fabricantes de calçado, marítimos e manipuladores de pão. Ano I, n.º 1 (1922). Funchal, 1922-24.
Semanário Órgão da União Operária dos Sindicatos Operários E do Proletário em Geral.

Protesto (O). Dir. Ladislau Batalha. Ano I, n.º 1 (11 Jun. 1922). Lisboa, 1922-28-34.
Semanário socialista

Sol Nascente. dir. M. Ferreira e R. Ferreira. Ano I, n.º 1 (1922). Porto, 1922. Anarquista

Vida Nova. (A). J. Araújo Braga. Ano I, n.º 1 (23 Jul. 1922). Porto, 1922. Prop. do Grupo Social Independência Absoluta

Voz do Ferroviário (A). Dir. António Armando e Moreira de Azevedo. Ano I, n.º 1 (1 Jul. 1922). Ermesinde, 1922-25 Órgão e propagandista da associação de classe do pessoal administrativo da viação acelerada do Norte de Portugal.

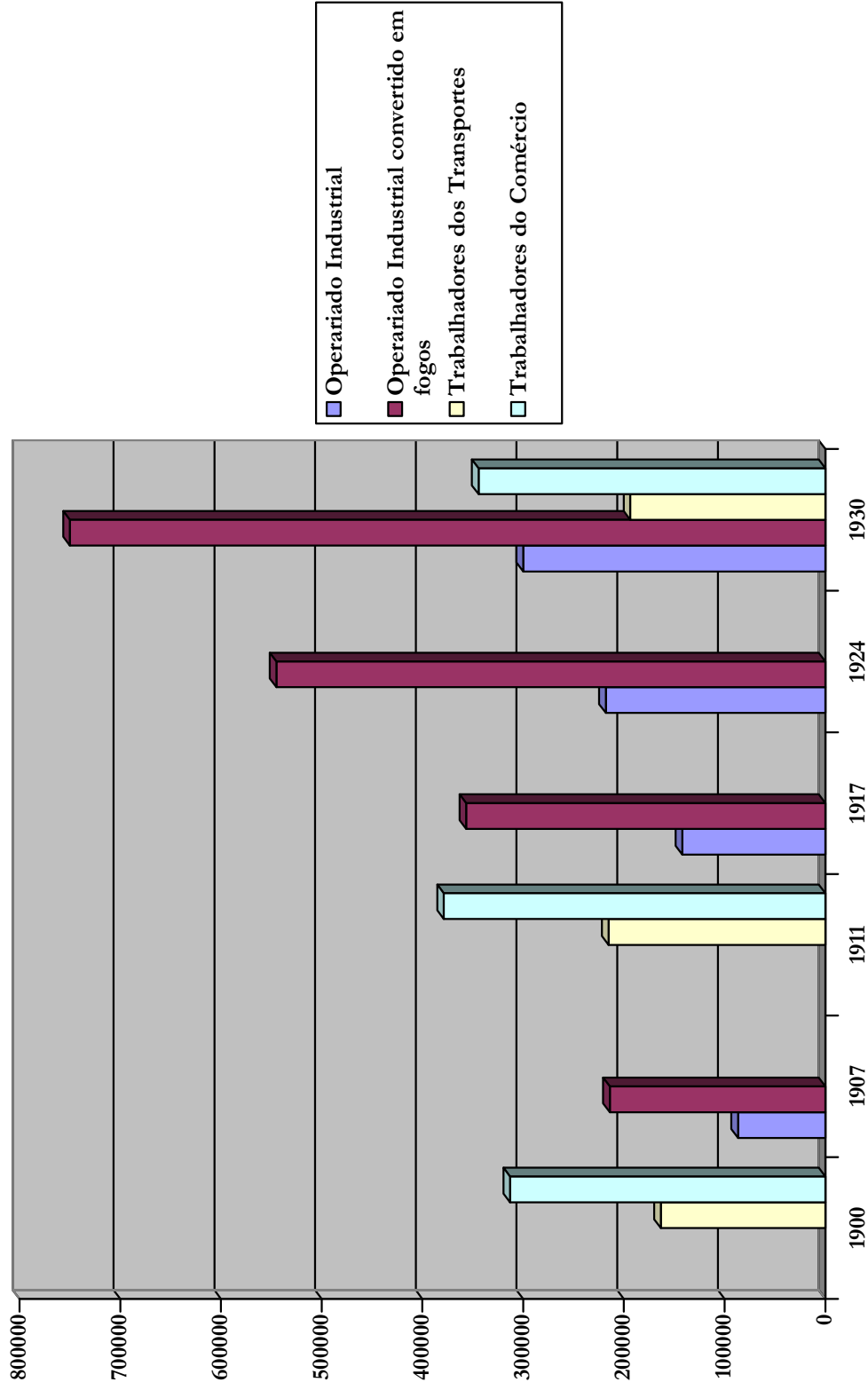


Gráfico 1 – Estatística proveniente dos Inquéritos Oficiais, sintetizada por A.H. Oliveira Marques e Luis Nuno Rodrigues, “A Sociedade e as Instituições sociais” in Portugal: da monarquia para a República, p187-239 e da obra de Carlos da Fonseca, História do Movimento Operário, IV, p15)

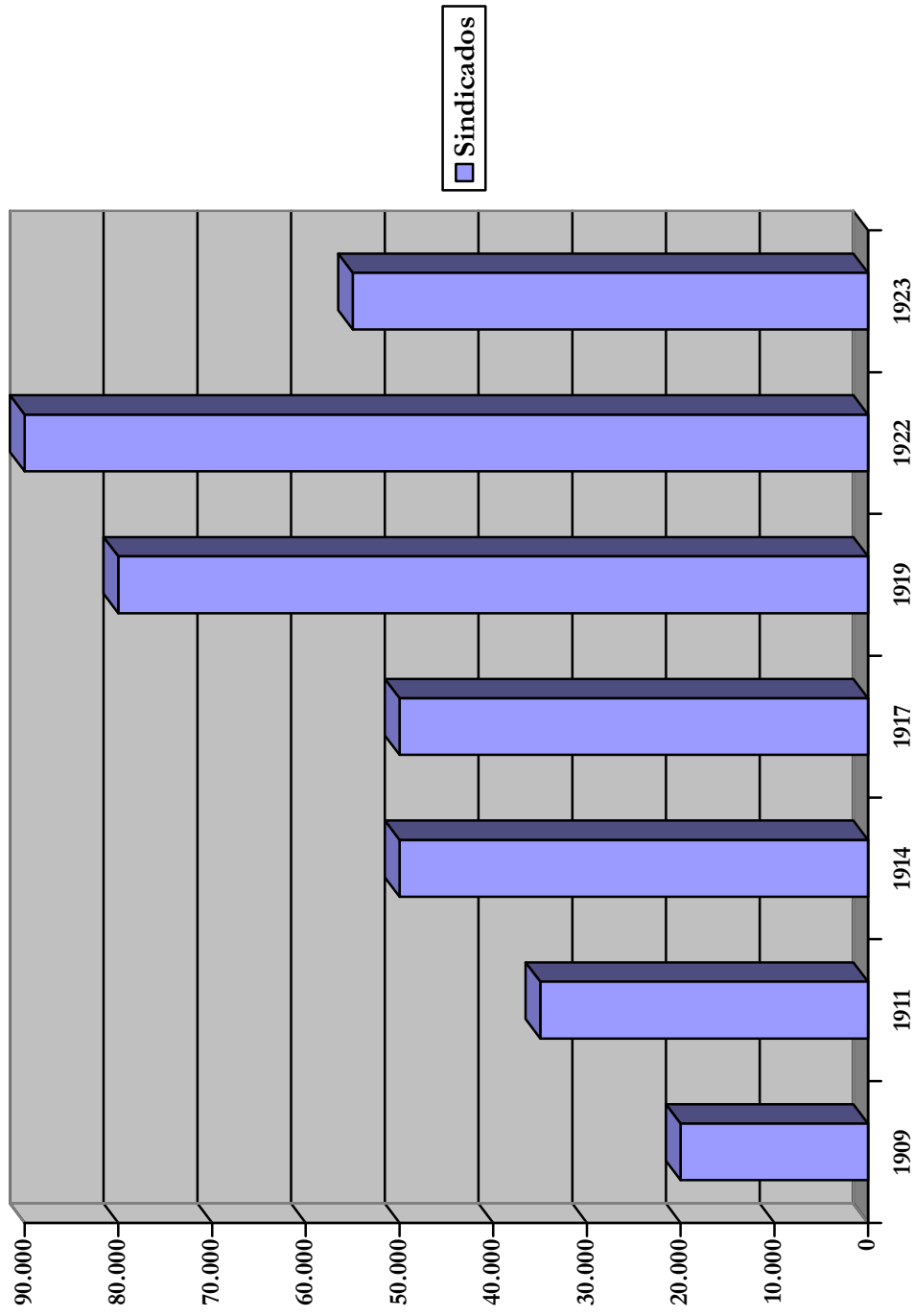


Gráfico 2 – Evolução do número de sindicatos segundo as estatísticas oficiais sintetizadas por João Freire, Op. Cit. p370

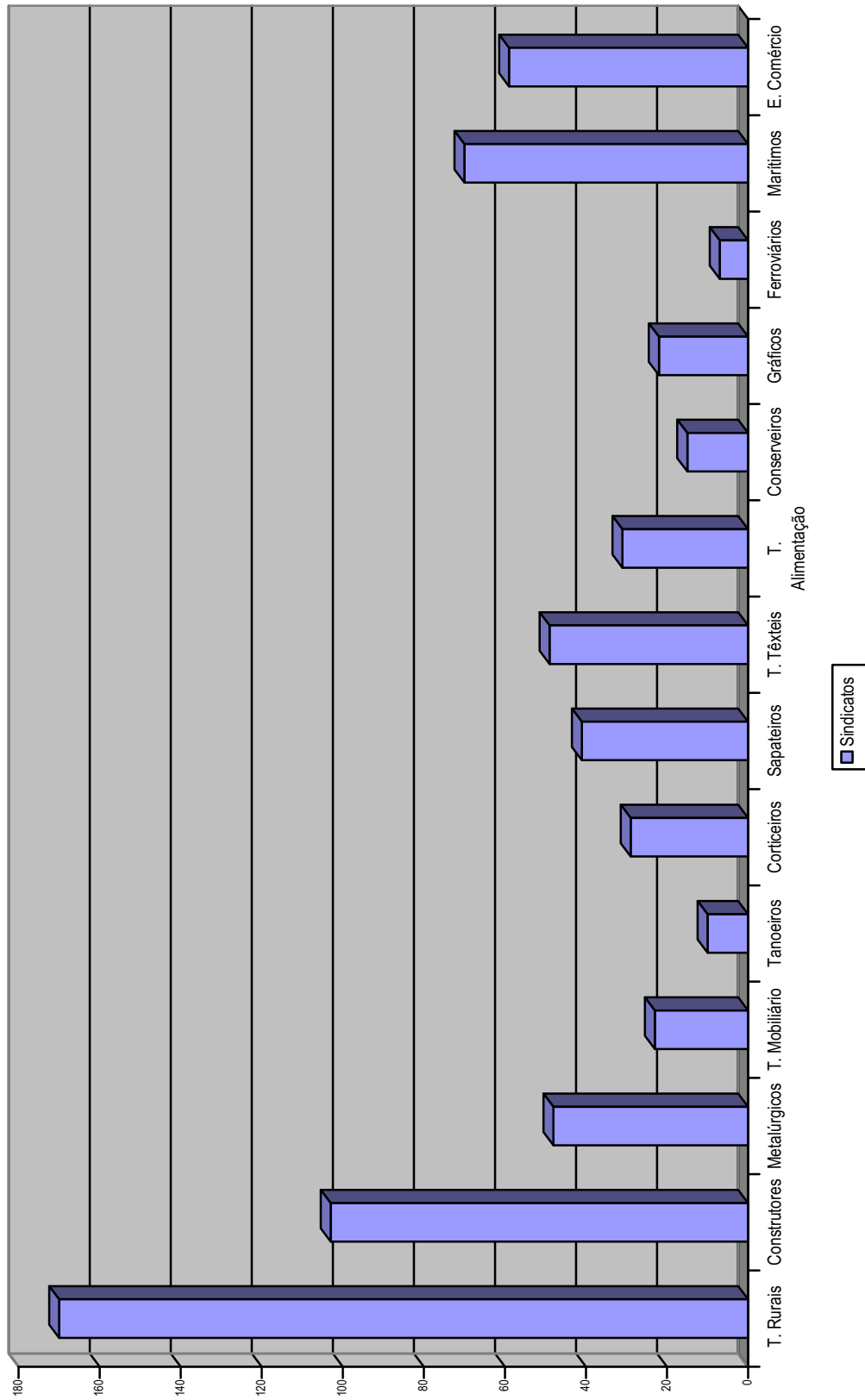


Gráfico 3 – Sindicatos por sector segundo João Freire, Op. Cit. p373

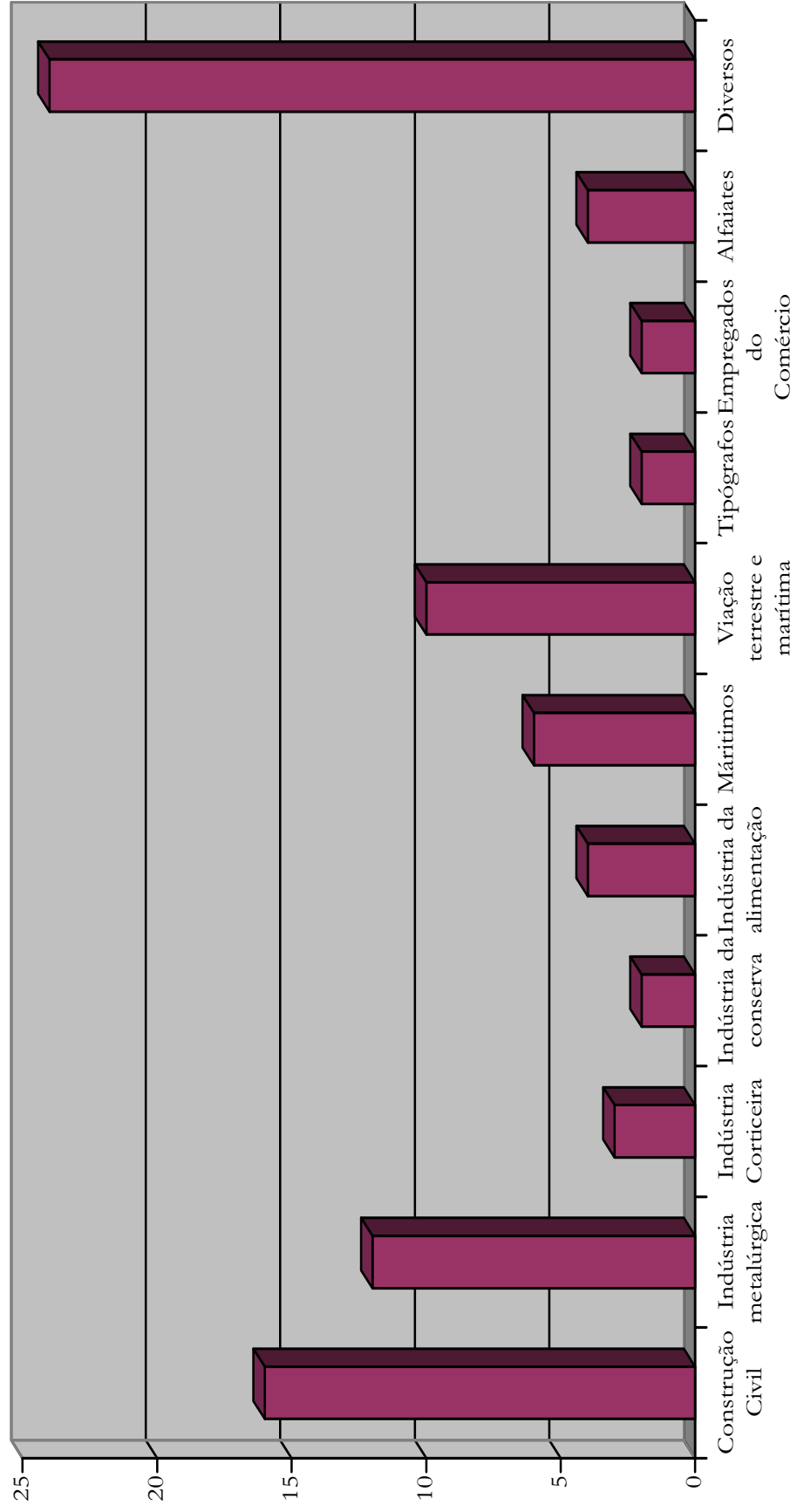


Gráfico 5 – Sindicatos por sector representados no II Congresso Sindicalista de 1911 segundo César Oliveira, O congresso sindicalista de 1911, p33-39

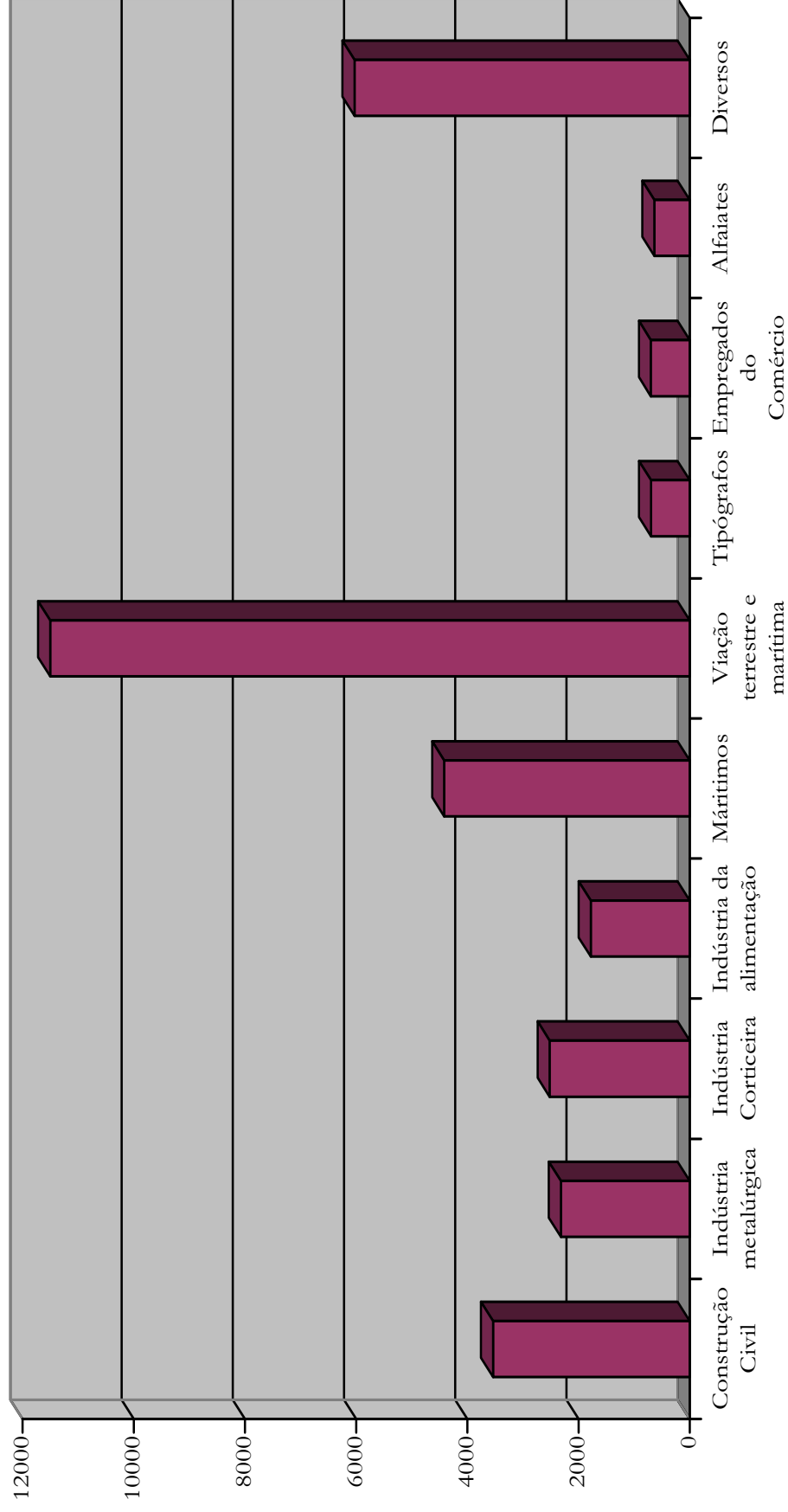


Gráfico 6 – Sindicados por sector representados no II Congresso Sindicalista de 1911 segundo César Oliveira, O congresso sindicalista de 1911, p33-39

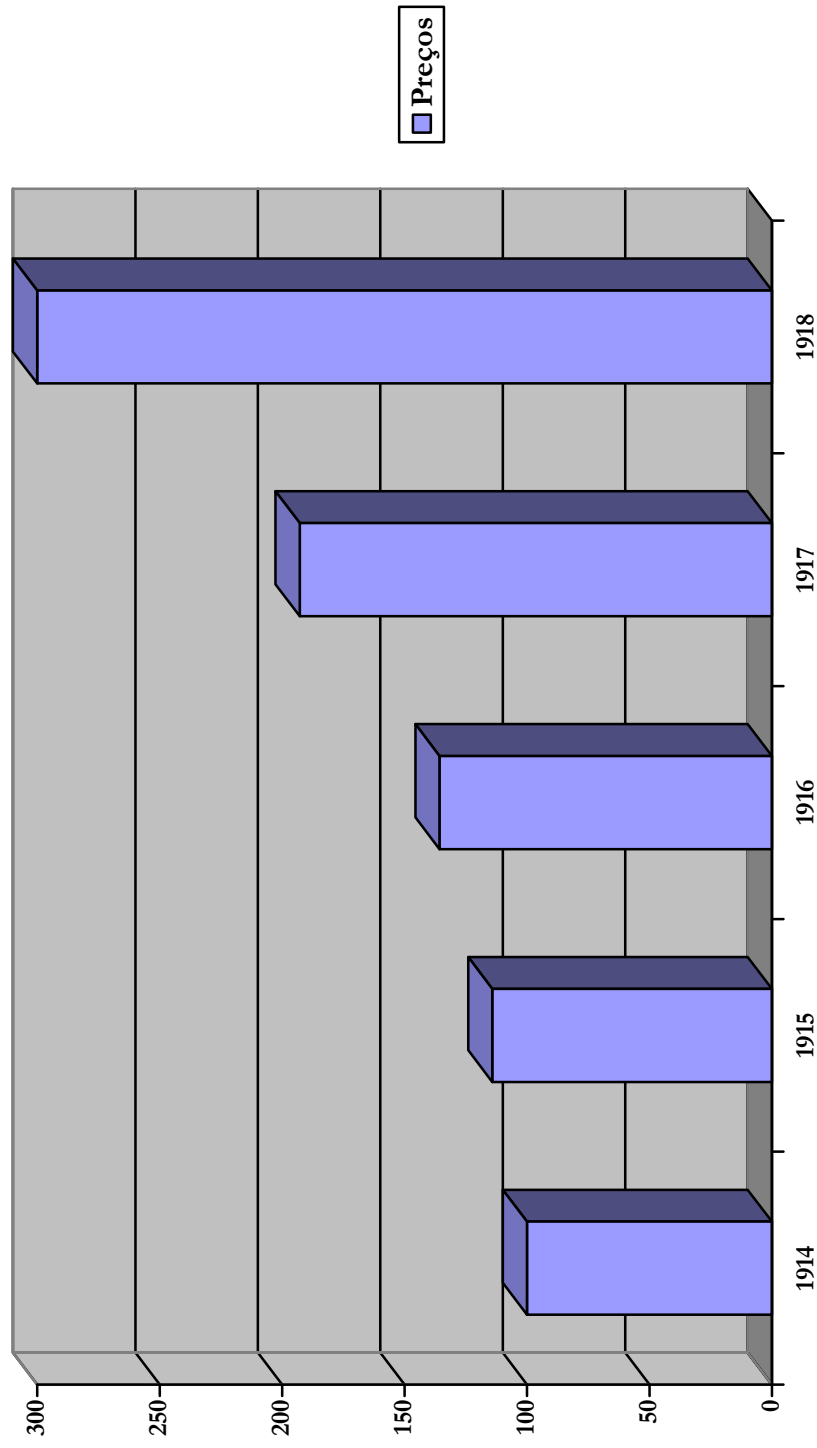


Gráfico 7 – Evolução dos preços durante a guerra segundo Anuário Estatístico de Portugal de 1919, p35

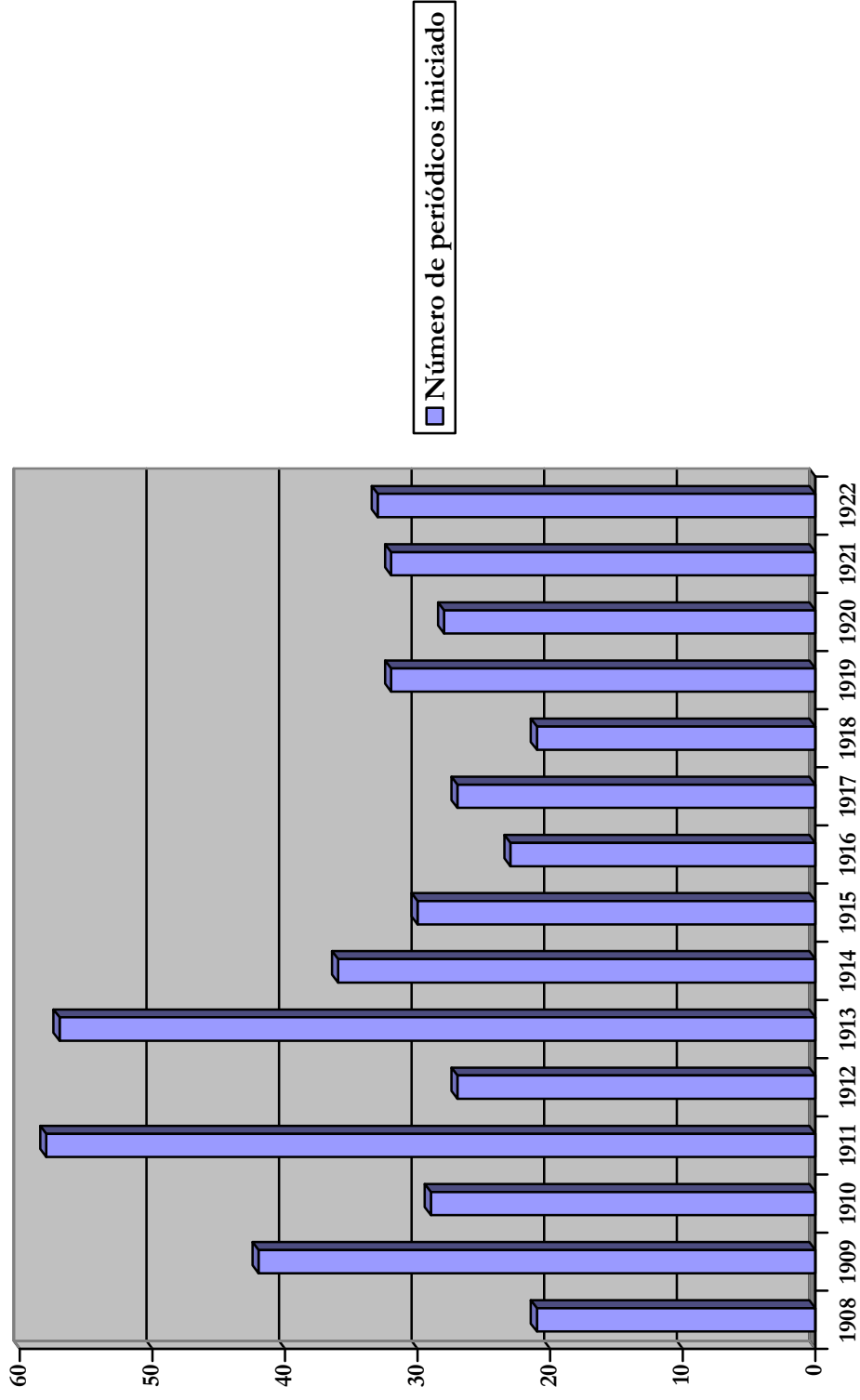


Gráfico 8 – Evolução da imprensa operária segundo Victor de Sá, Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986